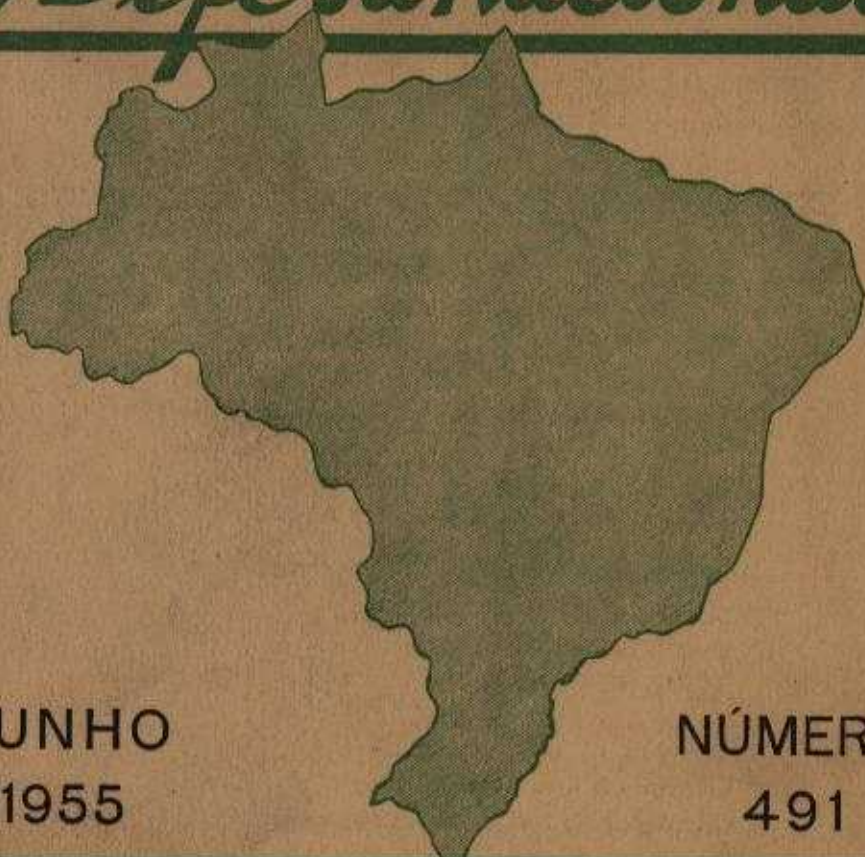


A Defesa Nacional



JUNHO
1955

NÚMERO
491

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

E

ESTUDOS BRASILEIROS

Ministério da Guerra

RIO DE JANEIRO

BRASIL

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

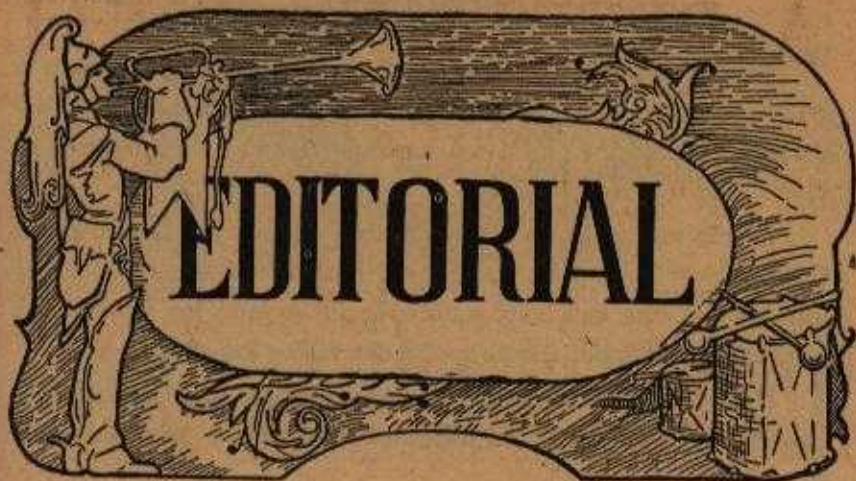
Ano XLII

BRASIL — RIO DE JANEIRO, JUNHO DE 1955

N. 491

SUMÁRIO

	Págs.
Editorial.....	3
CULTURA PROFISSIONAL	
O futuro das operações por via aérea — Maj. Gen. James M. Gavin.....	5
Fortificações da Amazônia — Coronel Aníbal Barreto.....	11
Operações de guerra irregular — Ten.-Cel. Antonio Hamilton Mourão.....	21
As forças aéreas frente à ameaça atômica — Ten.-Cel. R. J. Arpert (tradução do Cap. Egon de Oliveira Bastos).....	33
CULTURA GERAL	
A navegação fluvial e lacustre do Rio Grande do Sul — General Danton Telxela.....	37
A situação do país examinada pelo comércio — Dr. Rui Gomes de Almeida	59
A missão das Universidades na formação das elites (Conclusão) — Acadêmico	
Peregrino Júnior.....	67
A energia atômica e suas aplicações — Cel. Waldemiro Pimentel.....	73
Breve estudo sobre a evolução política do Estado brasileiro — Ten.-Cel. Zair de Figueiredo Moreira.....	87
DIVERSOS	
As bandeiras do Riachuelo — Dr. Gustavo Barroso.....	93
Marechal Caelano de Faria — Discurso do Gen. Estevão Leitão de Carvalho	97
Nossa Senhora do Carmo, Padroeira do Forte de Coimbra, mas também de	
Miranda e Corumbá — Gen. Silveira de Mello.....	109
O problema de costumes — Cel. Agostinho Dias Uruguay.....	115
"A Defesa Nacional" — Subsídios para a sua História — Maj. Francisco dos Santos.....	121
Correio Aéreo Nacional — Comemorações do seu 24º aniversário.....	127
BRASILIANAS	
Situação Econômica e Financeira do Brasil no ano de 1954 — Mudança da	
Capital Federal — Na América Latina as maiores reservas florestais	
do mundo — Indústria de fertilizantes — Produção de linhado — Mais	
ligas de ferro e manganês em nove meses — Produto e consumo de	
borracha no ano findo — Paulo Afonso e a migração interna — Cimento	
— A maior crise econômica do Brasil — Mais de 78 milhões e 500 mil m-	
peladas de produtos agrícolas do Brasil em 1954 — Aumentou a produção	
Nacional de lã — Os serviços brasileiros — Siderurgia — Preservação	
das relíquias da História do Brasil.....	129
NOTÍCIAS MILITARES	
Major-General Robert F. Sink, novo chefe da delegação norte-americana na	
Comissão Militar Brasil-Estados Unidos — Condecoração de Oficiais do	
Exército dos Estados Unidos — O novo adido militar do Paraguai nesta	
Capital — Outras Notícias.....	139
ATOS OFICIAIS	
Leis, Decretos e Avisos de interesse geral do Ministério da Guerra publi-	
cados no mês de junho de 1955.....	149



Ao assumir a direção de "A Defesa Nacional" bem avaliamos a grandeza da tarefa que pesa sobre nossos hombros.

"A Defesa Nacional" surgiu de um movimento de renovação profissional.

Uma plêiade de oficiais que se aperfeiçoou na Alemanha, fundou esta Revista para difundir pelas suas colunas os ensinamentos colhidos no famoso exército europeu.

A doutrinação feita através de vários anos conseguiu despertar o interesse dos nossos Quadros e formar assim um subsídio para as consecutivas reorganizações por que passou o Exército. Assim foi que ao chegar entre nós a Missão Militar Francêsa chefiada pelo ilustre General Gamelin pôde esta Revista prestar-lhe um grande apoio franqueando suas colunas para difundir os ensinamentos de tão conspícuos Mestres.

Se é bem verdade que foram notórios nossos progressos no campo técnico e tático o mesmo se não pode dizer do terreno orgânico.

A estrutura do exército de Paz deve ser função da ordem de batalha que se vise atingir.

Na Guerra moderna, trifíbia, a congregação de esforços das Três Forças se faz mister que seja assentada desde o tempo de paz.

Não são apenas medidas econômicas que visam englobar a administração militar num único Ministério, mas sobretudo injunções doutrinárias que dêem homogeneidade ao emprêgo combinado das três instituições.

Já não nos podemos contentar com apenas um Estado-Maior Combinado. Devemos pugnar para obtermos o Comando Único que assente com suficiente antecedência as medidas necessárias à mobilização global das Forças e dos meios logísticos.

Num País como o nosso devemos planejar uma organização que vise tirar vantagens da população existente e do nosso excelente Parque Industrial.

Essa é a Política Militar que nos convém.

Muito em breve poderemos aliviar a Fabricação Militar com as unidades estritamente necessárias, entregando ao mundo civil os encargos que provisoriamente detenhemos com a assistência dos técnicos militares.

Há mesmo vantagens em interessar a indústria civil na confecção do equipamento militar.

Outro problema que está desafiando a nossa argúcia é o reajustamento da incorporação, de modo a torná-la proporcional aos contingentes dos Estados.

O tributo de uns é de 85 % da do contingente da classe, ao passo que em outros o encargo atinge apenas 5 %.

Somos favoráveis a que os Grandes Comandos coincidam com as Regiões Fisiográficas do País e que numa mesma jurisdição militar estejam superpostos o distrito, a Zona e a Região Militar.

Ao iniciar esta diretoria sua gestão, aqui apelamos para os camaradas da Metrópole e das Guarnições longínquas para que colaborem conosco difundindo suas idéias e enobrecendo suas colunas.



CULTURA PROFISSIONAL

O FUTURO DAS OPERAÇÕES POR VIA AÉREA

Maj.-Gen. JAMES M. GAVIN,

Ex-comandante da 82ª Divisão Aerotransportada

O poder aéreo é o elemento decisivo da guerra moderna; resulta da associação de todos os meios que o homem criou para fins bélicos e que podem deslocar-se pelos ares. Tudo que fôr necessário para a condução da guerra futura — bombas, projetis, tropas, armas, munição, provisões, etc. — terá de ser transportado por via aérea, a fim de chegar ao campo de batalha em tempo oportuno, quantidade suficiente e qualidade adequada para garantir o êxito.

A noção do poder aéreo vem modificando-se na década em curso; durante a 2ª Guerra Mundial implicava aviões de bombardeio, caça, reconhecimento e transporte, necessários para as grandes batalhas aéreas. No futuro, certamente abrangerá muito mais do que isso, pois precisaremos de outros meios, além dos aviões de bombardeio e caça; compreenderá tudo que puder voar e fôr necessário para alcançar a vitória.

Uma escola sustenta que a guerra futura consistirá numa troca de projetis dirigidos, até que um dos la-

dos seja reduzido à impotência; vencerá o lado que conseguir lançar o ataque mais amplo e mais eficiente. Esta teoria parece corresponder ao antigo desejo humano de empreender aventuras e provocar distúrbios, sem sofrer dano pessoal; é justificada pelo conceito, emitido por Clausewitz, de que a guerra se faz com o objetivo exclusivo de vencer a vontade de resistir, por parte do inimigo.

A consequência imediata é que não haverá necessidade de luta física entre os beligerantes. Será exato? Nós provavelmente possuiremos os maiores e melhores projetis dirigidos. Por outro lado, os homens poderão satisfazer o grande anseio de aventuras, limitando-se a apertar botões; a guerra será ganha por quem souber apertar os botões certos. Felizmente ou infelizmente, segundo o ponto de vista, esta escola se acha em minoria.

Nossos cientistas civis e chefes militares são quase unânimes em afirmar que os projetis dirigidos sozinho, controlados pela mais perfeita mesa de botões, não poderão

ganhar a guerra; o homem terá sempre de acerear-se do adversário. É preciso explorar toda vantagem rápida e impetuosamente. Por fim, torna-se imprescindível ocupar o terreno conquistado, para assegurar a vitória final.

O Dr. Vannevar Bush, que dirigiu o Serviço de Pesquisas e Aperfeiçoamento durante a 2ª Guerra Mundial, é talvez o civil mais autorizado a falar sobre a aplicação da ciência à arte da guerra. Em um artigo recente, disse ele: "Abandonemos a idéia da guerra de apertar botões, que só pode prejudicarnos. A pior consequência é habilitar o povo norte-americano a supor que, se houver nova guerra, ela será inteiramente de automátatos, quando na realidade, teremos a mesma luta rude de contato, como foi o último conflito".

Os projetis dirigidos poderão vir a deslocar os aviões de bombardeio pesado; parece, porém, que muitos projetis terão de ser transportados por aparelhos do tipo de bombardeio até as proximidades do objetivo, digamos, até cerca de algumas centenas de quilômetros, sendo, então, lançados e controlados à distância. Assim, a aviação de bombardeio poderá vir a ter por missão telecomandar projetis dirigidos, o que não será tão desinteressante como parece, sobretudo se forem aperfeiçoados os projetis antiaéreos autodirigidos, com o raio de ação de centenas de quilômetros. A guerra aérea do futuro será tão selvagem como no passado; não há motivo para entregar-nos à recordação nostálgica dos bons tempos de Francfort e Schweinfurt, mas, também, os aviões de bombardeio não mais terão tantos combates individuais aproximados como nas lutas passadas. O trabalho mais interessante será o dos pilotos da aviação de transporte de tropa.

Esses pilotos e as tropas aerotransportadas desempenharão o papel principal no combate aéreo de amanhã. Juntos, poderão desferir golpes decisivos em qualquer lugar, dentro do raio de ação dos aviões utilizados. O tipo do aparelho de-

terminará as missões que serão capazes de cumprir.

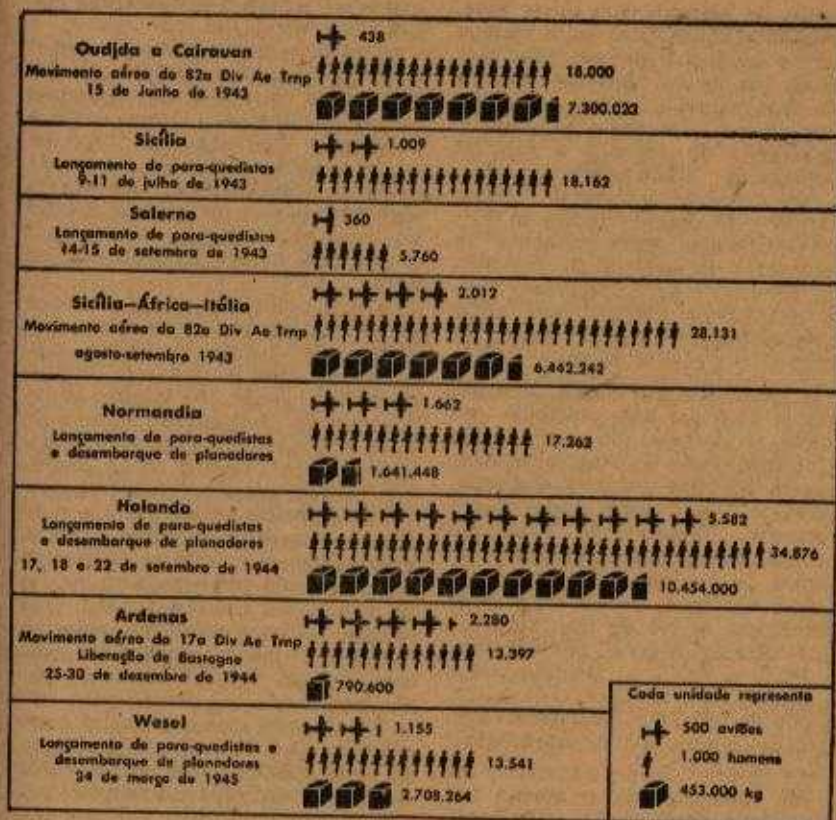
Na 2ª Guerra Mundial, obtiveram bons resultados com os C-47; sua atuação foi, de fato, tão boa que poderíamos escrever volumes sobre o assunto, sem esgotá-lo. As cifras do quadro 1 dão idéia bem nítida do desenvolvimento e da magnitude do serviço de transporte de tropa no conflito passado; representam o esforço dispendido quando seus aviões foram concentrados para a execução de missões por via aérea. Além disso, no intervalo entre essas missões, realizaram milhares de vôos para reaprovisionamento e evacuação de feridos. Particularmente notável foi a tonelagem transportada na primavera de 1945 (quadro 2).

Freqüentemente se ouve dizer que os C-47 ganharam a guerra. É possível; foram excelentes para o transporte aéreo. Todavia, eles e seus companheiros de combate, os CG-4, lutaram em condições desfavoráveis; nenhum dos dois se prestava tanto para as missões de combate quanto os vasos da Marinha. É certo, porém, que a guerra naval vem sendo feita há muitos séculos; provavelmente as possibilidades de combate dos aviões se desenvolverão consideravelmente ao cabo de igual prazo.



As operações anfíbias se preparam na zona do interior — nas fábricas, fazendas e pequenas localidades — onde as armas, os homens e tudo que a luta requer são reunidos, treinados e orientados para o objetivo: a conquista da cabeça de praia.

Pouco a pouco, vão sendo transportados em navios especialmente construídos para a missão a que se destinam. Primeiramente, embarcam em grandes vasos de alto mar, do tipo estratégico, tais como o *George Washington*, o *Queen Mary* e o *Republic*, que levam um mínimo de armamento defensivo, dependendo a sua proteção das defesas fixas dos portos e do poder de suas escoltas.

A medida que se aproximam das cabeças de praia, os combatentes são distribuídos por barcos de tipos especiais; alguns são grandes trans-



Quadro 1

Período	Toneladas de carga	Gasolina e óleo
1 Jan—31 Mar	 16.306	 727.667
Abril	 59.496	 10.355.509
1-10 de maio	 11.108	 1.949.036
	 10.000	 3.785.000 litros

As toneladas de carga incluem o peso dos combustíveis e lubrificantes, que relacionamos por litros

Quadro 2

portes de pessoal, com proas especialmente construídas para desembarcar centenas de soldados nas praias em poucos minutos; outros são transportes de pequeno calado para carros de combate, caça-minas, lançadores de foguete e lanchas torpedeiras; ainda outros são transportes de carga e viaturas anfíbias DUKW; finalmente temos os barcos destinados exclusivamente ao transporte do material de engenharia, necessário para preparar o acesso dos navios maiores, que virão após o ataque inicial. Assim se estabelece a cabeça de praia.

A guerra futura, com a predominância do poder aéreo também terá início no interior do país. Dada a probabilidade do ataque atômico, haverá inicialmente uma dispersão geral de nossas tropas, indústrias e recursos. Empregando a aviação estratégica, devemos estar em condições de realizar uma guerra rápida e vitoriosa; temos atualmente numerosos aviões de transporte do tipo estratégico geral, por exemplo, o DC-6, o DC-7, o *Constellation* e o *Boeing Stratacruiser*. Dia a dia, o raio de ação, a velocidade e carga útil de nossos aviões estratégicos estão aumentando.

Em linhas gerais, o ataque por via aérea será muito semelhante aos ataques anfíbios de grande envergadura. A concentração inicial ficará a cargo da aviação estratégica. Ao aproximar-se do alcance dos ataques intensos do inimigo, os homens e as armas se distribuirão por aviões de transporte de tropa, especialmente construídos para o combate, que os levarão ao assalto final e ao estabelecimento da cabeça de desembarque aéreo. Deverá haver tantos tipos de avião quantos forem exigidos pelas condições do futuro combate por via aérea. Possivelmente, o primeiro assalto será o dos para-quedistas, pelo menos até conseguirmos meios mais eficientes para desembarcar a primeira vaga de assalto no interior do país inimigo.

Depois dos para-quedistas, virão as armas e os veículos de reconhecimento, seguidos do material de

engenharia para o preparo das pistas de pouso. Daí por diante, a concentração prosseguirá até que o desenvolvimento da cabeça de desembarque permita a aterragem dos aviões estratégicos. Assim como a tomada de Cherburgo pôs fim à fase de estabelecimento da cabeça de praia da Normândia, a conquista de aeródromos para os grandes aviões de transporte estratégico encerrará a luta pela cabeça de desembarque aéreo.

É erro supor que os atuais meios da guerra por via aérea sejam perfeitos. Na batalha moderna, não há lugar para aviões sem blindagem de proteção dos pilotos, reservatórios de combustível à prova de bala e armamento defensivo. Imaginar que o pequeno avião comercial comum possa sobreviver à chuva de granadas antiaéreas é o mesmo que acreditar que uma pequena embarcação comercial ordinária pudesse ter sido empregada no assalto às praias de Utah e Omaha, que exigiu navios construídos especialmente. O mesmo acontecerá com respeito aos futuros combates por via aérea.

Atualmente, nosso material é excelente. O C-82 é um avião eficiente, com grande carga útil e capaz de decolar em espaço limitado. Sua capacidade de combate é ótima, mas convém não perder de vista a sua provável vulnerabilidade. Os planadores inteiramente metálicos que projetamos, com carregamento pela cauda e grande carga útil, serão os melhores do mundo. Mais cedo ou mais tarde, entretanto, teremos de encontrar o meio de dispensar os milhares de aviões de escolta, necessários para proteger os muitos quilômetros de corda de nylon que seu reboque exige. Temos um material excelente e, o que é mais importante, possuímos maior experiência e capacidade de produção de aeronáutica do que qualquer outra nação.

Devemos explorar esse potencial; precisamos de novas idéias e material moderno se quisermos que nossa defesa nacional acompanhe o grande desenvolvimento do poder e da velocidade da aviação.

As armas e os veículos aerotransportados precisam ser construídos de metais mais leves e apresentar menos volume. Temos de conseguir foguetes que aliem a precisão ao grande alcance. Mais importante do que tudo isso é, porém, a construção de novos tipos de aviões: aparelhos suscetíveis de resistir aos combates pela conquista de cabeças de desembarque; aparelhos que permitam engatar o compartimento de carga da fuselagem a um rebocador e separá-lo do resto do avião, que fica pronto a receber outro compartimento carregado; aparelhos construídos especialmente para as missões de assalto que terão de realizar nas fases iniciais de um ataque de tropas aerotransportadas. No passado, a indústria norte-americana atendeu a todas as necessi-

dades de nossas Forças Armadas; não há dúvida que o fará no futuro. Se o fizer, poderemos ter certeza de que nosso padrão de vida, com tudo o que significa para o mundo, estará garantido. Da mesma maneira como nossos antepassados "marcharam ao ribombar dos canhões", teremos de agir quando houver necessidade. Não deveremos ser obrigados a obter a segurança mediante uma atitude passiva; precisamos de armas adequadas e, de um modo geral, de todos os elementos que constituem o poder aéreo. Se quisermos, poderemos "chegar em primeiro lugar com o máximo de meios", segundo a expressão do famoso general de cavalaria dos Confederados, Nathan Bedford Forrest. Eis o que precisamos fazer para alcançar a vitória.

Num futuro próximo, poderemos transportar por via aérea uma divisão de infantaria com todo o seu equipamento.

Nossos batalhões de infantaria, com seus canhões, já são aerotransportáveis; logo que o desenvolvimento do material bélico e da aviação nos permitir embarcar um carro pesado, também levaremos ao combate os regimentos de infantaria e, assim que o desenvolvimento da engenharia e da aviação nos der um material de engenharia aerotransportável, poderemos afinal conduzir as divisões normais de infantaria.

Quando tivermos um exército que possa ir à batalha por via aérea e uma força aérea capaz de transportá-lo, muito provavelmente ser-nos-á possível evitar a guerra e manter a paz permanente. A certeza de uma reação segura e imediata conterà, sem dúvida alguma, qualquer agressor.

General Jacob L. Devers.

FORTIFICAÇÕES DA AMAZÔNIA

Coronel ANNIBAL BARRETTO

Resumo histórico das Fortalezas, Fortes, Fortins, Redutos, Vigias, Casa Forte e Baterias construídos na Amazônia na época do Brasil-Colônia.

PREAMBULO

"Devemos obstar por todos os meios que o território pátrio seja maculado pelo inimigo."

"O mais eficiente deles é, segundo Varnhagem: Preparar-nos para receber à porta e não dentro dela, depois de não-la haver saqueado."

Pela localização das defesas fixas construídas na Amazônia, no tempo do Brasil-Colônia, pelos lusitanos, certificar-se-á da situação dessas fortificações, que constituíam uma linha defensiva nos pontos nevrálgicos daquela região, e que, naquela época, impediriam ou obstaríam qualquer penetração de conquistadores no interior dessa fertilíssima parte do Brasil, quer partisse de Leste, Norte, Oeste ou Sul.

NOTA — De 8 Fortalezas regulares construídas na Amazônia, 4 o foram a custa de particulares, a troca de simples mercês, que nada custavam à mão pátria.

HISTÓRICO

Vejamos, num resumo histórico, cronológico, como foram disseminadas, pelo litoral e interior da Amazônia, essas fortificações.

1) Fortes de Orange e Nassau:

Antes dos portugueses atingirem o Pará, os holandeses já haviam penetrado nessa região e se instalaram à margem esquerda do Xingu.

Aí construíram, em 1599 e 1600, dois pequenos Fortes que denominaram Orange e Nassau.

Posteriormente, foram esses Fortes ocupados pelos lusitanos, desarmados e abandonados.

2) Forte de Mariocai (Gurupá):

No primeiro decênio do século XVII os holandeses construíram, na margem direita do Amazonas, na Ilha de Gurupá, um Forte que denominaram Mariocai.

Esse Forte, foi, mais tarde, ocupado pelos lusitanos e destruído.

3) Fortins de Cumã e Caité (Maranhão e Pará):

Depois da expulsão dos franceses de S. Luiz do Maranhão, em novembro de 1614, os portugueses, em 1615, construíram dois pequenos Fortins na costa do Maranhão e Pará: Cumã e Caité.

Cumã, no Maranhão, próximo à Baía de Cumã, hoje no município de Guimarães.

Caité, no Pará, numa ilha em frente ao litoral de Bragança, onde se acha instalado um farol.

4) Forte do Presépio de Belém, Castelo do Senhor Santo Cristo, Forte Santo Cristo, Castelo de S. Jorge, ou simplesmente Forte do Castelo (Belém):

Em 8 de janeiro de 1616, ou a 12, segundo alguns historiadores, o Capitão Francisco Caldeira Castelo

Branco, antigo Capitão-Mor do Rio Grande do Norte, "Valente ao extremo e intrépido militar", desembarcou, com 150 ou 200 homens, no local onde teve início a fundação de Belém.

Essa região era habitada pelos índios Tupinambás.

A expedição, que embarcou em S. Luiz do Maranhão no dia 25 de dezembro de 1615, foi transportada em três embarcações: um patacho, uma sumaca e uma lancha e desembarcou na ponta de terra mais proeminente, que os índios chamavam Maúri, situada à margem esquerda de um igarapé, mais tarde, chamado Piri, ou alagadiço de Juçara.

Esse igarapé tem suas nascentes nas imediações do local hoje ocupado pelo 4º Distrito Naval, e deságua na Baía de Guajará, na Doca de "Ver o Pêso".

Nessa ponta de terra acima referida, Castelo Branco levantou uma ligeira fortificação de faxina e terra (talpa) e armou com 12 peças de artilharia, precavendo-se contra os ataques dos índios e contra quaisquer incursões de ingleses e holandeses, que por aí comerciavam com o gentio.

Essa fortificação foi denominada Forte do "Presépio de Belém", em homenagem à data da partida da expedição de S. Luiz: "25 de dezembro de 1615 — Natal", e a região foi denominada de "Feliz Lusitânia".

No recinto do Forte foram construídos alojamentos rústicos de palha para a guarnição. Esse núcleo primitivo de habitações foi dedicado à invocação de Nossa Senhora da Conceição de Belém.

A área fortificada abrangia parte da atual Praça Frei Caetano Brandão, ex-Largo da Sé, e antiga Praça da Matriz.

Nesse local fortificado por Castelo Branco, em 1616, foi posteriormente construído um outro Forte de talpa e que, por sua vez, foi substituído, em 1621, por uma construção melhor, tomando a denominação de Forte Castelo do Senhor Cristo e, mais tarde, denominado Castelo de S. Jorge e, depois, Forte

do Castelo, como ainda hoje é conhecido.

Nessa época o Forte foi acrescido de um baluarte, artilhado com 4 peças; de torreão; e de um alojamento para 60 praças.

Em 1721, esse Forte achava-se em ruínas. Assim, por Carta Régia, de 30 de maio desse ano, foi autorizada a sua reparação e de outras Fortificações existentes na região.

Para isso foi contratado, em Lisboa, um pedreiro de nome Francisco Martins para fazer os reparos necessários, com um salário de 800 réis por dia.

Em 1728 o Sargento-Mor (major) Carlos Varjão Rolim, Engenheiro de Fortificação, veio de S. Luiz do Maranhão para Belém a fim de dirigir os trabalhos de reconstrução do Forte do Castelo do Senhor Cristo, levantado sobre as ruínas do Forte de talpa, que substituíra o Forte do Presépio.

No início da Independência foi esse Forte reedificado.

Em 24 de dezembro de 1832, por Aviso Ministerial, foram os Comandos dos Fortes, Fortins e pontos fortificados extintos e desarmados.

Nessa época o Forte do Castelo, denominação que tem em homenagem ao seu fundador, que já se achava em ruínas, foi desarmado, e, posteriormente, armado novamente.

Em 1850, no Governo do Presidente Jerônimo Francisco Coelho, foram construídas novas dependências, uma ponte sobre o fôss; uma muralha de cantaria (do lado do rio Guamã), etc.

Em 1863 ainda se trabalhava no Forte em obras complementares, e estava o mesmo artilhado com o seguinte armamento:

27 peças de calibres diferentes, sendo duas a Parrot, calibre 100; duas raladas Withwork, calibre 70; 4 canhões-obuses a Paixans, calibre 80; e mais 19 peças antigas, sendo 12 de calibre 24, 2 de 18 e 5 de 9.

As de calibre 80 Paixans estavam montadas sobre carretas de marinha e as demais, exceção das Parrot, estavam montadas a Onofre.

Pelo Aviso Ministerial de 12 de dezembro de 1876, foi o Forte desarmado para nele ser instalado o Arsenal de Guerra.

Hoje estão instalados no Forte diversos Serviços da 8ª RM, o Núcleo da Cia de Guardas, Depósitos de Armamento e de Munição, etc. E ainda há canhões velhos do tempo do Brasil-Colônia, conservados como relíquias.

5) *Fortaleza de Santo Antônio de Gurupá (Gurupá) :*

Em 1623, no mesmo local onde os holandeses haviam construído o Forte de Mariocai, Manoel Maciel Parente construiu a Fortaleza de Santo Antônio de Gurupá.

Comandava essa Fortaleza em 1639 o Capitão João Pereira Cáceres que, em várias canoas guarnecidas, surpreendeu uma expedição holandesa, nas proximidades da Fortaleza e derrotou-a.

Em 1691 foi essa Fortaleza reconstruída. E em 1760, 1771 e 1774 sofreu novos reparos e melhoramentos.

Hoje está desarmada e um pequeno destacamento da 8ª RM monta guarda a um edifício lá existente.

NOTA N. 1 — A Ilha de Gurupá tem 151 km de comprimento e 35 de largura. Fica situada a Oeste de Maracá e à margem direita do Amazonas. É contornada pelo Amazonas, pelo Canal de Gurupá e pelo "Furo" de Santa Maria.

6) *Fortes de Murutú, Manduituba, Torrego ou Tauregue e Felipe (Pará e Amapá) :*

Esses pequenos Fortes foram construídos pelos ingleses e holandeses, em 1625 e 1629, à margem do Amazonas e de seus afluentes da margem esquerda: Maracá (chamado pelos holandeses e ingleses de Torrego e Tauregue), Matapi e Ananirapucu.

Tiveram pouca duração e logo foram ocupados pelos portugueses e abandonados.

O Forte de Torrego, Tauregue ou Maracá foi construído pelos ingleses, em 1628, na confluência do Maracá com o Amazonas. Era um Forte de forma regular.

Em 26 de setembro de 1629 Pedro da Costa Favela, pernambucano, e Pedro Teixeira, lusitano, à testa de uma expedição composta de 2.000 homens, transportados em 98 canoas, iniciaram um ataque a esse Forte, que se rendeu a 24 de outubro.

7) *Forte Camaú (Amapá) :*

Em 1631, os ingleses construíram, à margem esquerda do Amazonas e a 15 km ao sul de Macapá, um Forte que denominaram Camaú e artilharam com 7 peças.

No ano seguinte o Capitão-Mor Feliciano Coelho e Pedro Balão, tomaram dos ingleses esse Forte e destruíram.

8) *Forte do Destêrro e do Toheré (Pará) :*

O primeiro desses Fortes foi construído por Bento Maciel Parente, em 1638, próximo ao local onde hoje está situada a cidade de Monte-Alegre, no Rio Maicuri, e a 30 km de sua confluência com o Amazonas.

O segundo foi construído pelos portugueses, nessa mesma época, na embocadura do rio Toheré, afluente da margem esquerda do Amazonas.

9) *Fortes do Cabo Norte (Amapá) :*

Em 1648 os holandeses construíram entre os rios Maicacaré e Cassiporé um primitivo Forte, que foi logo abandonado.

Em 1660, Pedro da Costa Favela, pernambucano, construiu um Forte sobre o Araguari e artilhou com 3 canhões, guarnecendo com 25 soldados.

10) *Forte de S. Pedro de Nolasco ou Forte das Mercês (Belém) :*

Esse Forte foi construído, em 1665, pelo 3º Governador Capitão

General do Pará Ruy Siqueira, nos fundos do Convento dos Mercenários.

Coadjuvava na defesa de Belém com o Forte do Castelo e com o Reduto de S. José.

Por Aviso Ministerial de 16 de dezembro de 1841, foi autorizada sua demolição, que se impunha em face da construção do cais, iniciada no Governo de Souza Franco.

11) *Fortaleza de S. José da Barra do Rio Negro (Amazonas)* :

Essa Fortaleza foi construída em 1670, por ordem do Governador do Maranhão e Grão Pará, Antônio Albuquerque C. de Carvalho. Foi seu construtor Francisco da Mota Falcão. Fica situada a 17 km da confluência do Rio Negro com o Solimões.

Foi seu primeiro comandante o Capitão Angelico de Barros.

Dal originou-se a cidade de Manaus.

Em 1783 foi desarmada.

NOTA N. 2 — No local da antiga Fortaleza acha-se instalada, hoje, uma Estação de Rádio da 5ª RM, em edifício construído sobre os escombros da velha Fortaleza.

12) *Fortaleza da Barra ou Fortaleza de Nossa Senhora das Mercês da Barra (Belém)* :

Na entrada do porto de Belém, do lado esquerdo para quem vem do sul, fica situada uma ilha de pedra.

Em 1685, Antônio Lameira França, Capitão da guarnição do Pará, requereu ao Governador Gomes Freire de Andrada, autorização para construir uma Fortaleza nessa ilha, com a condição de ter seu Comando vitalício.

Obtendo despacho favorável seu requerimento, nesse mesmo ano foi iniciada sua construção.

A Fortaleza continha duas ordens de baterias : uma em baixo, permitindo atirar ao lume d'água, e outra superior, na plataforma. Essas ba-

terias foram armadas com 35 canhões.

A Fortaleza foi construída pelo Engenheiro Joseph Velho Azevedo.

Em 1770 foi necessário construir-se uma sapata, em volta da Fortaleza, para proteger os alicerces da muralha.

NOTA N. 3 — Em 9 de maio de 1947, às 15 h 45 m, houve uma explosão, movida por uma falha elétrica e a Fortaleza, que servia de depósito de inflamáveis, foi destruída. A própria Ilha sofreu as consequências da explosão, ficando quase destruída e submersa, em parte.

13) *Forte de Santo Antônio de Macapá (Amapá)* :

Em 1686, por ordem de D. João II, foi construído, no mesmo local onde fora construído pelos ingleses o Forte Camaú (1631), um Forte em melhores condições, e denominado Santo Antônio de Macapá.

Em 31 de maio de 1697, esse Forte foi tomado pelos franceses ; e a 28 de junho foi retomado pelos portugueses.

14) *Forte do Rio Bataboute (Amapá)* :

Em 1688 os portugueses construíram, na foz do rio Bataboute, afluente da margem esquerda do Araguari, um Forte em forma de estrela.

Em pouco tempo esse Forte foi abandonado e destruído.

15) *Fortaleza de Santarém ou Fortaleza dos Tapajós (Pará)* :

Essa Fortaleza foi construída, em 1697, por Francisco da Costa Falcão e às suas expensas, à margem direita do Amazonas, com a denominação de Fortaleza dos Tapajós e, posteriormente, denominada Fortaleza de Santarém.

Em 1740 e em 1782 foi reedificada e melhorada.

Em 1803 sofreu novos melhoramentos. Novamente, em 1867, sofreu novos reparos.

Mais tarde foi desarmada e abandonada.

Hoje nada mais resta, a não ser escombros.

16) Forte de Óbidos (Pará):

Em Óbidos o Amazonas tem 1892 metros de largura e uma profundidade de 80 metros.

Em 1697 Manoel da Mota Siqueira construiu, na margem esquerda do Amazonas, um Forte que tomou a denominação de Pauxis, nome da nação de índios que habitavam essa região.

Mais tarde esse Forte tomou a denominação de Óbidos, isto em 1758, quando a aldeia dos Pauxis foi elevada à categoria de vila, com a denominação de Óbidos.

Em 1749 e 1784 foi recomendada sua reconstrução. Entretanto só em 1854 é que foi reconstruído e melhorado pelo major Marcos Pereira Sales. Suas características nessa época eram as seguintes:

Reduto semi-circular, a barbeta, guarnecido com 10 peças, sendo 6 de calibre 80, montadas em carretas de marinha e 4 montadas a Onofre.

Em 1869 foi esse Forte acrescido de uma plataforma corrida de cantaria de Lisboa.

Em 1910 foram levantadas novas Fortificações e novo quartel de Paz, sendo armado com 4 peças de artilharia de 6 polegadas, Armstrong, e montadas em pequenos bastiões de concreto e cimento, no cimo de uma colina isolada, na Serra da Escama, a 1 km da cidade, acima da garganta de Óbidos e a 630 metros da margem esquerda do Amazonas.

Depois de 1930 foi o Forte desarmado.

Hoje há um Contingente da 8ª RM guarnecendo o Quartel.

17) Forte do Paru (Almeirim — Pará):

Esse Forte foi construído por Manoel da Mota Siqueira, na primeira década do século XVIII, à margem esquerda do Amazonas, próximo às Serras do Paru.

Em 1745 foi o Forte reconstruído e melhorado.

Em 1748 a Aldeia do Paru foi elevada à categoria de vila com o nome de Almeirim.

Em 1838 esse Forte, já em ruínas, foi abandonado.

NOTA N. 4 — Há notícias de que nesse mesmo local, em 1628, os holandeses haviam construído um Fortim.

18) Fortim e Bateria da Ilha dos Piriquitos (Belém):

Em 1738, numa ilha da Baía de Guajará, que tomou o nome de "Ilha do Fortim" e que fica situada em frente e ao sul da Fortaleza da Barra, foi construído um Forte extacado de forma regular, com 20 braças de frente (20 x 2,20 m) e armado com 5 peças de artilharia.

Esse Forte teve pouca duração e foi destruído pela maré e correnteza.

Nessa mesma época, em 1738, foi instalada uma bateria na Ilha dos Piriquitos, que fica situada ao norte da Fortaleza da Barra.

19) Casa Forte do Guamá (Pará):

Na primeira metade do século XVIII, Luiz de Moura construiu uma Casa Forte no ponto inicial da estrada do Guamá para S. Luiz do Maranhão, em troca de uma patente de Capitão de Infantaria, com o *sólo de soldado*, que afinal nunca lhe foi pago.

NOTA N. 5 — Dessa Casa Forte originou-se a cidade do Ourém.

20) Vigia do Curiaú (Amapá):

O rio Curiaú lança-se no Amazonas um pouco abaixo de Macapá.

Na foz desse rio, em 1761, na margem direita, foi construído pelos portugueses um Forte de Faxina, com dependências para o Corpo da Guarda e uma Guarita.

Essa Vigia teve pouca duração e foi logo abandonada.

20) Fortes do Rio Negro (Amazonas):

Em 1763 o Governador da Capitania do Alto Rio Negro, coronel Gabriel de Souza Filgueira, mandou guarnecer o Rio Negro, da Cachoeira de Cujubim para cima.

Assim, foram, nessa época, construídos os seguintes Fortes:

Forte de S. Gabriel (hoje Uaupés) — situado à margem esquerda do Rio Negro, guarnecido com 16 canhões.

Forte do S. Joaquim — situado à margem direita do Rio Negro, e guarnecido com 4 Baterias: S. Pedro, S. Luiz, S. Simão e S. Miguel, armadas com 19 peças de ferro.

Posteriormente à construção desses Fortes, foi construído, no Alto Rio Negro, o Forte de Cucui, local já atingido pelos portugueses em 1759.

Desses Fortes nada mais resta.

Em Cucui há uma guarnição da 8ª RM e os velhos canhões.

22) Fortaleza de Macapá (Amapá):

Macapá era a denominação genérica da região amazônica compreendida entre Almeirim (Paru) e a foz do Amazonas, que compreendia 4 antigas províncias de índios dessa região.

Em 1738 o Governador do Grão Pará, João Castelo Branco, sugeriu ao Rei a construção de fortificações nessa região, pois o Forte de Santo Antônio de Macapá estava em ruínas.

Em 1740, por Carta Régia de 9 de fevereiro, de acordo com a Resolução de 6 de setembro de 1739, foi autorizada a construção de um Forte de faxina no local onde, em 1738, havia sido instalado um destacamento e havia sido construído um pequeno Reduto.

A planta desse Forte foi planejada pelo Sargento-Mor de Batalha e Engenheiro do Reino, Manoel de Azevedo Fortes, auxiliado pelo discípulo da Academia Militar, Manoel Luiz Alves.

Em 1751 o Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado fundou a povoação de Macapá.

D. José nesse mesmo ano recomendou ao Governador o estudo da proposta de seu antecessor, Francisco Pedro de Mendonça Gurjão, para a construção de uma Fortaleza na costa de Macapá (região).

Em 1753 chegou à Belém um Regimento, vindo de Lisboa para guarnecer a Fortaleza de Macapá, logo que construída.

Em 1754 Mendonça Furtado continuava a insistir pela construção da Fortaleza de Macapá, a fim de manter os franceses na margem esquerda do Oiapoque.

Em 4 de fevereiro de 1758 a povoação de Macapá foi elevada à categoria de vila com o nome de S. José de Macapá. Essa solenidade foi assistida pelo Governador Mendonça Furtado, quando se destinava ao Rio Negro.

Em 1761, em 6 de março, foi inaugurada a nova igreja na vila.

Nessa mesma época, o Governador Manoel Bernardo de Melo e Castro determinou ao Capitão Engenheiro, Gaspar João Geraldo Gronfelts que organizasse uma planta de um Forte de faxina a ser construído em S. José de Macapá.

Organizada a planta, foi iniciada a construção dessa fortificação rudimentar e logo terminada em 31 de julho de 1761.

Esse Forte foi construído numa ponta de terra, onde em 1738 havia sido construído o primeiro Reduto.

Em janeiro de 1764 o Governador e Capitão General Fernando da Costa Ataíde Teive, foi à Vila de S. José de Macapá e aí, em companhia do Engenheiro Henrique Antônio Galluccio, examinou o terreno e aprovou a nova planta geral da Fortaleza de Macapá.

Em 29 de junho de 1764 foi lançada a pedra fundamental da Fortaleza no ângulo de um Baluarte, sob a invocação de S. Pedro, achando-se presentes o Governador Ataíde Teive; o Coronel Nuno da Cunha Ataíde Verona, Comandante da Praça; o Engenheiro Galluccio;

o Senado da Câmara; autoridades militares, civis e religiosas da vila.

Em 19 de março de 1732 foi então inaugurada a Fortaleza e guarnecida com 62 peças de artilharia, tendo custado a soma de quatro milhões de cruzados.

Compunha-se a Fortaleza de 4 Baluartes. As muralhas eram de cantaria. O recinto é um quadrado perfeito, onde foram construídos 8 edifícios diversos: paiol de pólvora, enfermaria, capela, praça d'armas, depósitos, todos à prova de bombas, etc.

A Fortaleza é circundada por um fôssô pelo lado SO.

Do plano constava o seguinte: tipo Vaubam de 8ª classe, com 4 Baluartes pentagonais nos vértices e seria artilhada com 17 peças de artilharia.

Os Baluartes foram denominados pelo Governador: Nossa Senhora da Conceição, S. José, S. Pedro e Madre de Deus.

Durante a construção da Fortaleza, em 27 de outubro de 1769, às 5 h 30 m, faleceu o Engenheiro Gallucio, vítima de impaludismo, conforme atestou o Cirurgião-Mor, Julião Alves da Costa.

Nessa data comandava a Praça o Mestre de Campo do 1º Terço de Infantaria Auxiliar de Belém, Marcos José Monteiro de Carvalho.

Com a morte de Gallucio, assumiu a direção dos trabalhos o Capitão Henrique Nilckens, até a chegada do Engenheiro Sargento-Mor, Gaspar João Geraldo de Gronfelts.

Hoje está a Fortaleza desarmada, mas muito conservada, graças ao Governo do Território do Amapá, que não só restaurou, em parte, como adaptou para alojar a Guarda Territorial, o Tiro de Guerra número 130 e instalou o Museu do Território, etc.

NOTA N. 6 — Negros e índios foram os operários que trabalharam na sua construção. Aquêles ganhavam 140 réis diários e êsses, 40 réis.

23) Forte de Tabatinga (Amazonas):

Esse Forte foi construído pelos portugueses em 1766, com a denominação de Forte de S. Francisco Xavier de Tabatinga.

Esse local já havia sido ultrapassado, em 1637, pelo intrépido e bravo lusitano Pedro Teixeira.

Hoje nada mais existe do Forte. Alguns canhões já se acham dentro do Solimões, em virtude da erosão de sua margem esquerda.

Uma guarnição da 8ª RM está destacada em Tabatinga.

24) Forte Nossa Senhora da Conceição (Guaporé):

Em 1770 o Capitão General de Mato Grosso — Luiz de Albuquerque Pereira Cáceres — mandou construir, próximo do local (2 km) onde existiu a missão espanhola de Santa Rosa (1759), um Forte que denominou N.S. da Conceição, o qual já em ruínas foi substituído pelo Forte do Príncipe da Beira, em 1776, por ordem do Governador de Mato Grosso, D. Antônio Rolim, conforme veremos adiante.

25) Reduto de S. José (Belém):

O Reduto de S. José foi construído, em 1771, pelos lusitanos, no flanco do Convento dos Capuchinhos de S. Antônio e sobre a praia, por ordem do Governador da Capitania, o Capitão General Fernando da Costa Ataíde Teive.

O Reduto era circundado por uma palissada e armado com 4 canhões de grosso calibre.

26) Bateria de Val de Cans (Belém):

O Governador das Armas, José Maria de Moura, na segunda metade do século XVIII, mandou construir e instalar uma bateria sobre a Ponta de Val de Cans.

Essa Bateria foi armada com 4 obuses de 6 e 9 polegadas.

Em 1833 foi desarmada e abandonada.

NOTA N. 7 — "Val de Cans" — Há controvérsias sobre a origem dessa expressão. Segundo alguns, origina-se dos cães que possuíam os Frades Capuchinhos do Convento que ali existiu: isto é, "Vale dos Cães"; segundo outros, origina-se dos canhões brancos dos Franceses: isto é, "Vale das Cans".

27) Forte do Príncipe da Beira (Guaporé):

Conforme já nos referimos antes, em 1770 o Capitão General de Mato Grosso, Luiz Albuquerque Pereira Cáceres, mandou construir, próximo ao local (2 km) onde existiu a missão espanhola de Santa Rosa, um Forte que denominou de N.S. da Conceição, o qual, em ruínas, foi substituído pelo Forte do Príncipe da Beira, por ordem do Governador de Mato Grosso, D. Antônio Rolim.

Sua construção foi iniciada em 1776, e terminada em 1783.

O Forte fica situado na margem direita do Rio Guaporé, que separa o Brasil da Bolívia.

Seus canhões foram transportados de Belém pelos rios Amazonas, Madeira e Guaporé.

Por esses rios e pelo Beni, Melo Palheta já havia atingido, em 1723, Santa Cruz de La Sierra.

Hoje, o Forte em parte, está bem conservado e desarmado, conservando-se alguns canhões coloniais, como reliquias.

Um Pelotão de Fronteira da 8ª RM guarnece o Quartel.

Tem o Forte a forma de um quadrilátero, com 4 Baluartes nos ângulos, denominados: Santa Bárbara, N.S. da Conceição, Santo Antônio de Pádua e Santo André Avellino. É contornado por um fôso de 18 metros de largura.

NOTA N. 8 — Dois canhões desse Forte acham-se em Guajará-Mirim (Território de Guaporé), no Quartel do Pelotão de Fronteira, ali sediado, e nêles estão gravadas as seguintes datas: 1650 e 1700, respectivamente.

28) Fortes do Cabo Norte (Amapá):

Em 1777, os franceses estabeleceram um posto fortificado na margem esquerda do Maiacaré, transferindo-se, posteriormente, para a margem esquerda do Cunani. Mais tarde, em 1782, instalaram outro posto fortificado à margem esquerda do Macari, conforme veremos adiante.

Esses postos fortificados foram tomados pelos portugueses e brasileiros, e destruídos.

29) Forte de S. Joaquim (Território do Rio Branco):

Por Provisão Régia de 14 de novembro de 1752, D. José mandou o Governador e Capitão do Grão Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, construir um Forte nas margens do Rio Branco.

Mendonça Furtado localizou o Forte na margem esquerda do Tacatú, próximo à confluência desse com o Rio Branco.

Em 1778 foi terminada sua construção e dada a denominação de S. Joaquim.

Esse Forte foi artilhado com 10 canhoneiras, sendo que duas peças eram de bronze, fundidas em Belém, em 1763.

Hoje, nada mais resta, a não ser os alicerces.

NOTA N. 9 — S. Joaquim fica situado acima de Boa-Vista, Capital do Território do Rio Branco, já próximo da Guiana Inglesa.

30) Forte Nossa Senhora de Nazaré de Alcobaga (hoje Tucuruí, Pará):

Em 1780, o Governador e Capitão General do Grão Pará e Rio Negro, João Nápoles Teles de Menezes, mandou o Major Engenheiro João Vasco Manoel de Brum, fundar Alcobaga, à margem esquerda do Tocantins e construir um Forte de faxina, que foi armado com 6 peças de pequeno calibre.

Esse Forte destinava-se a :

- impedir a fuga de escravos de Cameté (antiga Cumutá) ;
- afugentar os índios Timbiras, Cajarás, Apinagés, Gaviões e outros ;
- evitar o extravio de ouro.

Em 1797 foi esse Forte demolido pelo Alferes Joaquim José Máximo, que localizou os habitantes do povoado junto à Cachoeira de Itaboca, e construiu aí outro Forte.

NOTA N. 10 — Ainda hoje, era por outra, os índios atacam os civilizados na Estrada de Ferro Tocantins.

31) Forte do Cabo Norte "Vicente Pinzon" (Amapá) :

Depois que os franceses construíram, em 1777, na margem esquerda do Maiacaré, um Forte, transferiram-no, posteriormente, para a margem esquerda do Cunani, conforme já nos referimos atrás. Mais tarde, em 1782, instalaram um outro posto fortificado à margem esquerda do Macari e denominaram de "Forte Vicente Pinzon", que foi ocupado pelos portugueses e destruído.

32) Bateria de S. Antônio (Belém) :

Em 1791, vinte anos depois da construção do Reduto de S. José, o Governador Francisco de Souza Coutinho mandou construir uma sólida Bateria sobre a praia e próxima ao Reduto, entre este e o Forte de S. Pedro de Nolasco, denominando-a de Bateria de S. Antônio.

Em meado de 1793 foi essa Bateria armada com 5 canhões de grosso calibre e com outros menores.

Em 1807 o Reduto de S. José foi ligado à Bateria de Santo Antônio por um semi-baluarte e por uma muralha.

Em 1832 tudo já estava em ruínas e, posteriormente, essas fortificações foram demolidas, tendo em vista o alinhamento de uma rua da praia.

33) Forte da Ilha dos Piriquitos (Belém) :

Em 1733 já havia sido instalada uma Bateria na Ilha dos Piriquitos, que mais tarde foi retirada e substituída por um Forte, em 1793.

O Governador Fernando Costa Ataíde Teive mandou construir esse Forte na ponta setentrional da Ilha. O Forte tinha a forma de um paralelograma e era armado com 4 canhões voltados para o rio (canal).

Posteriormente, foi desarmado e abandonado.

Em 1803 ainda viam-se vestígios da instalação do Forte. Em 1839 restava apenas uma pequena parte da Ilha. Hoje (1950) pouco se vê, pois a Ilha está quase submersa.

NOTA N. 11 — Essa Ilha ficava perto da Fortaleza da Barra e ao norte dessa. Entre esse Forte, o Forte e a Fortaleza da Barra vigorava um Código de Sinais, instituído em 1791, pelo Governador D. Francisco de Araújo Coutinho. Posteriormente, esse Código foi ampliado, vigorando também para o Forte do Castelo e outros.

34) Forte da Cachoeira de Itaboca (Tocantins) — Pará :

Demolido o Forte de Alcobaca, em 1797, pelo Alferes Joaquim José Máximo, este construiu junto à Cachoeira de Itaboca, acima de Alcobaca um outro Forte.

Posteriormente, foi criado mais acima da Cachoeira de Itaboca, junto do Igarapé Arapari, e defronte da Ilha de Tucumanduba, um outro Núcleo de povoação.

Mais tarde, foi esse Núcleo transferido para a margem esquerda do Tocantins, entre Saco do Bacabal e a praia do Tição, próximo à confluência do Araguaia com o Tocantins, tomando a denominação de S. João do Araguaia.

Nesse local foi fundada, em 1850, uma Colônia Militar, pelo Tenente Constandino Dias Martins, acompanhado do frade Manoel Procópio do Coração de Maria.

35) Vigia da Ilha de Bragança
(Foz do Amazonas) — Pará:

Em 1802 o Governador Francisco de Souza Coutinho mandou instalar uma Bateria na Ilha de Bragança.

Essa ilha, com outras, divide os dois canais do Amazonas e fica situada ao norte de Macapá.

A Bateria aí instalada teve pouca duração, e foi logo desarmada e abandonada.

SEQUÊNCIA CRONOLÓGICA DA CONSTRUÇÃO DAS FORTALEZAS, FORTES, FORTINS, VIGIAS, CASA FORTE, BATERIAS E REDUTOS, NA AMAZÔNIA

X. de Ordem	Fortalezas, Fortes, Fortins, Redutos, Vigias, Baterias, Casa Forte, etc.	Soma	Ano de Construção
1	Orange e Nassau (Xingu — holandeses)...	2	1599-1600
2	Marjocai (Gurupá — holandeses).....	1	1610
3	Cumã e Cabé (Maranhão-Pará — portugueses).....	2	1615
4	Presépio (Belém — portugueses).....	1	1616
5	Gurupá (Gurupá — portugueses).....	1	1623
6	Murutó, Manduluba, Terreço e Pelipe (Pará — ingleses e holandeses).....	4	1626-1629
7	Camau (Amapá — ingleses).....	1	1631
8	Destêrro e Toheré (Pará — portugueses).....	2	1638
9	Fortes do Cabo Norte (Amapá — holandeses e portugueses).....	2	1646-1660
10	S. Pedro de Nolasco ou das Mercês (Belém — portugueses).....	1	1665
11	S. José da Barra do Rio Negro (Manaus — portugueses).....	1	1670
12	Fortaleza da Barra (Belém — portugueses).....	1	1685
13	Santo Antônio de Macapá (Amapá — portugueses).....	1	1686
14	Forto do Cabo Norte (Amapá — portugueses).....	1	1688
15	Santarém (Pará — portugueses).....	1	1697
16	Óbidos (Pará — portugueses).....	1	1697
17	Pará (Pará — portugueses).....	1	1710
18	Fortim e Bateria da Ilha dos Piriquitos (Belém — portugueses).....	2	1738
19	Casa Forte de Guamã (Pará — portugueses).....	1	1750
20	Vigia de Curiaú (Amapá — portugueses).....	1	1761
21	Fortes do Rio Negro (Amazonas — portugueses).....	3	1763-1784
22	Macapá (Amapá — portugueses).....	1	1764
23	Tabatinga (Amazonas — portugueses).....	1	1768
24	N.S. da Conceição (Guaporé — portugueses).....	1	1770
25	Reduto de S. José (Belém — portugueses).....	1	1771
26	Bateria de Val de Cans (Belém — portugueses).....	1	1773
27	Príncipe da Beira (Guaporé — portugueses).....	1	1776
28	Fortes do Cabo Norte (Amapá — franceses).....	2	1777
29	S. Joaquim (Território do Rio Branco — portugueses).....	1	1778
30	Alcobaça (Tocantins — portugueses).....	1	1780
31	Forto do Cabo Norte "Vicente Pinzon" (Amapá — franceses).....	1	1782
32	Bateria de S. Antônio.....	1	1791
33	Forto da Ilha dos Piriquitos (Belém — portugueses).....	1	1793
34	Forto da Cachoeira de Itaboca (Tocantins — portugueses).....	1	1797
35	Bateria da Ilha de Bragança.....	1	1802

NOTA — Vêde croqui anexo.

Fontes de consulta:

- a) Anais da Biblioteca e Arquivo do Pará — 1905 ;
b) Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira — de Arthur C.F. Reis — 1947.

OBSERVAÇÃO

Por mais de dois anos consecutivos, o autor da presente Monografia serviu, como oficial de Estado-Maior do Quartel-General da 8ª RM, tendo percorrido grande parte da Amazônia, em viagens de estudo.

OPERAÇÕES DE GUERRA IRREGULAR

Ten.-Cel. ANTONIO HAMILTON MOURAO

I — GENERALIDADES

Os movimentos de "resistência" na 2ª Guerra Mundial registraram um fenómeno que tem se repetido na luta entre nações. Já a ocupação militar da Espanha ao tempo de Napoleão, sofreu a oposição de bandos de guerrilheiros sob a liderança de elementos locais, cujas atividades subversivas foram de considerável auxílio para a campanha de Wellington, na península ibérica.

Do ponto de vista puramente tático, as operações de guerrilhas são muito antigas. Seus aspectos estratégicos entretanto desenvolveram-se muito nos últimos tempos, devido às mudanças políticas e sociais operadas a partir do 2º decénio deste século.

No último conflito mundial, as operações dos exércitos regulares foram coadjuvados por atividades "partisans" de várias espécies e amplitudes, nas Filipinas, China, Maláia, Birmânia, Rússia, Polónia, Balcãs, França e Itália.

Hoje em dia, a maioria das forças guerrilheiras constitui instrumento de agressão comunista. Com a ajuda direta ou indireta dos russos, elas exercem pressão sobre as nações livres, permitindo à Rússia e seus satélites conservarem e organizarem suas forças regulares para o futuro.

Saber lidar com as operações de guerrilhas, estabelecendo e difundindo doutrinas firmes, é um dos problemas a resolver pelo Exército.

Este estudo trata dos aspectos táticos e estratégicos das guerrilhas visto não se poder entender uns sem considerar outros.

II — GUERRA IRREGULAR

Lawrence classificou a Revolta Árabe de *guerra irregular*. Os acontecimentos da Guerra Civil Espanhola e da 2ª Grande Guerra, levaram ao uso das palavras Partisan e Guerrilheiro. A frase empregada por Lawrence, contém um conceito que automaticamente se opõe ao da guerra regular.

Podemos definir a guerra irregular como sendo combates levados a efeito por elementos mais ou menos militarizados atrás das linhas ocupadas pelas forças regulares do inimigo.

Compreende, além de operações militares, outras formas de oposição, tais como resistência a ocupação do território, sabotagem, terrorismo, não cooperação e propaganda hostil.

Há portanto duas categorias de atividades:

- a aberta ou guerrilha;
- e a subterrânea ou clandestina.

No primeiro caso as forças são organizadas, instruídas e equipadas em condições de operar militarmente.

No segundo caso suas atividades incluem a resistência passiva, a sabotagem, a espionagem e as subversões gerais, através de divulgação de boatos, jornais clandestinos e boletins.

Em virtude das forças guerrilheiras serem irregulares há a tendência de se supor que as operações de guerrilhas sejam ilegais e que elas violam sempre as leis internacionais da guerra. A legalidade da guerrilha e o reconhecimento dos guerrilheiros como unidades ou in-

35) Vigia da Ilha de Bragança (Foz do Amazonas) — Pará:

Em 1802 o Governador Francisco de Souza Coutinho mandou instalar uma Bateria na Ilha de Bragança.

Essa ilha, com outras, divide os dois canais do Amazonas e fica situada ao norte de Macapá.

A Bateria aí instalada teve pouca duração, e foi logo desarmada e abandonada.

SEQUÊNCIA CRONOLÓGICA DA CONSTRUÇÃO DAS FORTALEZAS, FORTES, FORTINS, VIGIAS, CASA FORTE, BATERIAS E REDUTOS, NA AMAZÔNIA

N. de Ordem	Fortalezas, Fortes, Fortins, Redutos, Vigias, Baterias, Casa Forte, etc.	Soma	Ano de Construção
1	Orango e Nassau (Xingu — holandeses)...	2	1599-1600
2	Mariocai (Gurupá — holandeses).....	1	1610
3	Cumã e Café (Maranhão-Pará — portugueses).....	2	1615
4	Presépio (Belém — portugueses).....	1	1616
5	Gurupá (Gurupá — portugueses).....	1	1623
6	Murupá, Manduluba, Torregio e Pelipa (Pará — ingleses e holandeses).....	4	1625-1628
7	Camau (Amapá — ingleses).....	1	1631
8	Destêrro e Teheré (Pará — portugueses).....	2	1638
9	Fortes do Cabo Norte (Amapá — holandeses e portugueses).....	2	1646-1660
10	S. Pedro de Nolasco ou das Mercês (Belém — portugueses).....	1	1665
11	S. José da Barra do Rio Negro (Mauá — portugueses).....	1	1670
12	Fortaleza da Barra (Belém — portugueses).....	1	1685
13	Santo Antônio de Macapá (Amapá — portugueses).....	1	1686
14	Forte do Cabo Norte (Amapá — portugueses).....	1	1688
15	Santarém (Pará — portugueses).....	1	1697
16	Obidos (Pará — portugueses).....	1	1697
17	Paru (Pará — portugueses).....	1	1710
18	Fortim e Bateria da Ilha dos Piriquitos (Belém — portugueses).....	2	1738
19	Casa Forte de Guamá (Pará — portugueses).....	1	1750
20	Vigia de Curiaú (Amapá — portugueses).....	1	1761
21	Fortes do Rio Negro (Amazonas — portugueses).....	3	1763-1764
22	Macapá (Amapá — portugueses).....	1	1764
23	Tabatinga (Amazonas — portugueses).....	1	1766
24	N.S. da Conceição (Guaporé — portugueses).....	1	1770
25	Reduto de S. José (Belém — portugueses).....	1	1771
26	Bateria de Val de Caas (Belém — portugueses).....	1	1775
27	Príncipe da Beira (Guaporé — portugueses).....	1	1776
28	Fortes do Cabo Norte (Amapá — franceses).....	2	1777
29	S. Joaquim (Território do Rio Branco — portugueses).....	1	1778
30	Alcobaca (Tocantins — portugueses).....	1	1780
31	Forte do Cabo Norte "Vicente Pinzon" (Amapá — franceses).....	1	1782
32	Bateria de S. Antônio.....	1	1791
33	Forte da Ilha dos Piriquitos (Belém — portugueses).....	1	1793
34	Forte da Cachoeira de Itaboca (Tocantins — portugueses).....	1	1797
35	Bateria da Ilha de Bragança.....	1	1802

NOTA — Vêde croqui anexo.

Fontes de consulta:

a) Anais da Biblioteca e Arquivo do Pará — 1905.

b) Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira — de Arthur C.F. Reis — 1947.

OBSERVAÇÃO

Por mais de dois anos consecutivos, o autor da presente Monografia serviu, como oficial de Estado-Maior do Quartel-General da 8ª RM, tendo percorrido grande parte da Amazônia, em viagens de estudo.

OPERAÇÕES DE GUERRA IRREGULAR

Ten.-Cel. ANTONIO HAMILTON MOURAO

I — GENERALIDADES

Os movimentos de "resistência" na 2ª Guerra Mundial registraram um fenómeno que tem se repetido na luta entre nações. Já a ocupação militar da Espanha ao tempo de Napoleão, sofreu a oposição de bandos de guerrilheiros sob a liderança de elementos locais, cujas atividades subversivas foram de considerável auxílio para a campanha de Wellington, na península ibérica.

Do ponto de vista puramente tático, as operações de guerrilhas são muito antigas. Seus aspectos estratégicos entretanto desenvolveram-se muito nos últimos tempos, devido às mudanças políticas e sociais operadas a partir do 2º decénio deste século.

No último conflito mundial, as operações dos exércitos regulares foram coadjuvados por atividades "partisans" de várias espécies e amplitudes, nas Filipinas, China, Maláia, Birmânia, Rússia, Polónia, Balcãs, França e Itália.

Hoje em dia, a maioria das forças guerrilheiras constitui instrumento de agressão comunista. Com a ajuda direta ou indireta dos russos, elas exercem pressão sobre as nações livres, permitindo à Rússia e seus satélites conservarem e organizarem suas forças regulares para o futuro.

Saber lidar com as operações de guerrilhas, estabelecendo e difundindo doutrinas firmes, é um dos problemas a resolver pelo Exército.

Este estudo trata dos aspectos táticos e estratégicos das guerrilhas visto não se poder entender uns sem considerar outros.

II — GUERRA IRREGULAR

Lawrence classificou a Revolta Árabe de guerra irregular. Os acontecimentos da Guerra Civil Espanhola e da 2ª Grande Guerra, levaram ao uso das palavras Partisan e Guerrilheiro. A frase empregada por Lawrence, contém um conceito que automaticamente se opõe ao da guerra regular.

Podemos definir a guerra irregular como sendo combates levados a efeito por elementos mais ou menos militarizados atrás das linhas ocupadas pelas forças regulares do inimigo.

Compreende, além de operações militares, outras formas de oposição, tais como resistência a ocupação do território, sabotagem, terrorismo, não cooperação e propaganda hostil.

Há portanto duas categorias de atividades:

- a aberta ou guerrilha;
- e a subterrânea ou clandestina.

No primeiro caso as forças são organizadas, instruídas e equipadas, em condições de operar militarmente.

No segundo caso suas atividades incluem a resistência passiva, a sabotagem, a espionagem e as subversões gerais, através de divulgação de boatos, jornais clandestinos e boletins.

Em virtude das forças guerrilheiras serem irregulares há a tendência de se supor que as operações de guerrilhas sejam ilegais e que elas violam sempre as leis internacionais da guerra. A legalidade da guerrilha e o reconhecimento dos guerrilheiros como unidades ou in-

35) *Vigia da Ilha de Bragança*
(Foz do Amazonas) — Pará:

Em 1802 o Governador Francisco de Souza Coutinho mandou instalar uma Bateria na Ilha de Bragança.

Essa ilha, com outras, divide os dois canais do Amazonas e fica situada ao norte de Macapá.

A Bateria aí instalada teve pouca duração, e foi logo desarmada e abandonada.

SEQUÊNCIA CRONOLÓGICA DA CONSTRUÇÃO DAS FORTALEZAS, FORTES, FORTINS, VIGIAS, CASA FORTE, BATERIAS E REDUTOS, NA AMAZÔNIA

N. de Ordem	Fortalezas, Fortes, Fortins, Redutos, Vigias, Baterias, Casa Forte, etc.	Soma	Ano de Construção
1	Orange e Nassau (Xingu — holandeses)...	2	1699-1699
2	Marjocaal (Gurupá — holandeses).....	1	1610
3	Cumã e Calé (Maranhão-Pará — portugueses).....	2	1615
4	Presépio (Belém — portugueses).....	1	1616
5	Gurupá (Gurupá — portugueses).....	1	1623
6	Murupá, Manduluba, Torrego e Felipe (Pará — ingleses e holandeses).....	4	1625-1829
7	Camau (Amapá — ingleses).....	1	1631
8	Destêrro e Toberé (Pará — portugueses).....	2	1638
9	Fortes do Cabo Norte (Amapá — holandeses e portugueses).....	2	1646-1660
10	S. Pedro de Nolasco ou das Mercês (Belém — portugueses).....	1	1665
11	S. José da Barra do Rio Negro (Maranhão — portugueses).....	1	1679
12	Fortaleza da Barra (Belém — portugueses).....	1	1685
13	Santo Antônio de Macapá (Amapá — portugueses).....	1	1686
14	Fortes do Cabo Norte (Amapá — portugueses).....	1	1688
15	Santarém (Pará — portugueses).....	1	1697
16	Obidos (Pará — portugueses).....	1	1697
17	Paru (Pará — portugueses).....	1	1710
18	Fortim e Bateria da Ilha dos Piriquitos (Belém — portugueses).....	2	1738
19	Casa Forte de Guamá (Pará — portugueses).....	1	1750
20	Vigia de Curiaú (Amapá — portugueses).....	1	1761
21	Fortes do Rio Negro (Amazonas — portugueses).....	3	1763-1764
22	Macapá (Amapá — portugueses).....	1	1764
23	Tabatinga (Amazonas — portugueses).....	1	1766
24	N.S. da Conceição (Guaporé — portugueses).....	1	1770
25	Reduto de S. José (Belém — portugueses).....	1	1771
26	Bateria de Val de Cans (Belém — portugueses).....	1	1775
27	Príncipe da Beira (Guaporé — portugueses).....	1	1776
28	Fortes do Cabo Norte (Amapá — franceses).....	2	1777
29	S. Joaquim (Território do Rio Branco — portugueses).....	1	1778
30	Alcobaca (Tocantins — portugueses).....	1	1780
31	Fortes do Cabo Norte "Vicente Pinzon" (Amapá — franceses).....	1	1782
32	Bateria de S. Antônio.....	1	1791
33	Fortes da Ilha dos Piriquitos (Belém — portugueses).....	1	1793
34	Fortes da Cachoeira de Itaboca (Tocantins — portugueses).....	1	1797
35	Bateria da Ilha de Bragança.....	1	1802

NOTA — Vêde croqui anexo.

Fontes de consulta:

a) Anais da Biblioteca e Arquivo do Pará — 1905;

b) Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira — de Arthur C.F. Reis — 1947.

OBSERVAÇÃO

Por mais de dois anos consecutivos, o autor da presente Monografia serviu, como oficial de Estado-Maior do Quartel-General da 3ª RM, tendo percorrido grande parte da Amazônia, em viagens de estudo.

OPERAÇÕES DE GUERRA IRREGULAR

Ten.-Cel. ANTONIO HAMILTON MOURÃO

I — GENERALIDADES

Os movimentos de "resistência" na 2ª Guerra Mundial registraram um fenômeno que tem se repetido na luta entre nações. Já a ocupação militar da Espanha ao tempo de Napoleão, sofreu a oposição de bandos de guerrilheiros sob a liderança de elementos locais, cujas atividades subversivas foram de considerável auxílio para a campanha de Wellington, na península ibérica.

Do ponto de vista puramente tático, as operações de guerrilhas são muito antigas. Seus aspectos estratégicos entretanto desenvolveram-se muito nos últimos tempos, devido às mudanças políticas e sociais operadas a partir do 2º decênio deste século.

No último conflito mundial, as operações dos exércitos regulares foram coadjuvados por atividades "partisans" de várias espécies e amplitudes, nas Filipinas, China, Maláia, Birmânia, Rússia, Polónia, Balcãs, França e Itália.

Hoje em dia, a maioria das forças guerrilheiras constitui instrumento de agressão comunista. Com a ajuda direta ou indireta dos russos, elas exercem pressão sobre as nações livres, permitindo à Rússia e seus satélites conservarem e organizarem suas forças regulares para o futuro.

Saber lidar com as operações de guerrilhas, estabelecendo e difundindo doutrinas firmes, é um dos problemas a resolver pelo Exército.

Este estudo trata dos aspectos táticos e estratégicos das guerrilhas visto não se poder entender uns sem considerar outros.

II — GUERRA IRREGULAR

Lawrence classificou a Revolta Árabe de guerra irregular. Os acontecimentos da Guerra Civil Espanhola e da 2ª Grande Guerra, levaram ao uso das palavras Partisan e Guerrilheiro. A frase empregada por Lawrence, contém um conceito que automaticamente se opõe ao da guerra regular.

Podemos definir a guerra irregular como sendo combates levados a efeito por elementos mais ou menos militarizados atrás das linhas ocupadas pelas forças regulares do inimigo.

Compreende, além de operações militares, outras formas de oposição, tais como resistência a ocupação do território, sabotagem, terrorismo, não cooperação e propaganda hostil.

Há portanto duas categorias de atividades:

- a aberta ou guerrilha;
- e a subterrânea ou clandestina.

No primeiro caso as forças são organizadas, instruídas e equipadas em condições de operar militarmente.

No segundo caso suas atividades incluem a resistência passiva, a sabotagem, a espionagem e as subversões gerais, através de divulgação de boatos, jornais clandestinos e boletins.

Em virtude das forças guerrilheiras serem irregulares há a tendência de se supor que as operações de guerrilhas sejam ilegais e que elas violam sempre as leis internacionais da guerra. A legalidade da guerrilha e o reconhecimento dos guerrilheiros como unidades ou in-

dividualmente, dependem de fatores muito complexos que variam largamente de um para outro caso. Não há regra geral para todos eles. Sem levar em consideração os complexos fatores políticos, o que tem sido seguido pelos países, é considerar a guerrilha legal toda vez que as leis internacionais da guerra são respeitadas.

Legais ou ilegais as forças guerrilheiras empregam processos de combate semelhantes e apresentam a mesma ameaça para as forças opo-
nentes.

III — FUNDAMENTOS HISTÓRICOS

A) *Expulsão dos Holandeses de Pernambuco.*

O fato histórico que caracterizou fundamentalmente o início do sentimento nativista da gente Brasileira — foi a Expulsão dos Holandeses de Pernambuco.

A guerra contra os Holandeses não foi mais do que uma sucessão de guerrilhas, crescendo de vulto e importância até chegar a decisiva Batalha dos Guararapes.

B) *Fixação das fronteiras no Sul.*

A fixação de nossas raías no Sul, sempre que apoiada pela ação militar teve o auxílio decisivo de heróicos contingentes irregulares, dos quais é exemplo frisante Rafael Pinto Bandeira.

C) *Napoleão na Península Ibérica.*

Em 1808 Napoleão foi impotente para dominar as forças partisans da Península Ibérica. O Exército Espanhol não estava em condições de enfrentar as bem equipadas forças francesas, porém os êxitos dos grupos de partisans compensaram as deficiências dos espanhóis. Quando Napoleão foi finalmente obrigado a abandonar o país, sua força original tinha sido reduzida a metade.

D) *Durante a guerra de 1914 — Lawrence.*

Durante a guerra de 1914, a Turquia aliou-se ao grupo Alemão. A Inglaterra desejando dispersar as forças turcas fez desencadear a chamada "Revolta Árabe", liderada pelo inglês Lawrence, grande conhecedor dos costumes e idiomas árabes, com excepcionais qualidades de líder. Lawrence por meio de guerrilhas levou a guerra à fronteira Turca, tendo sido um importante fator para a vitória naquele teatro.

E) *Abd-el-Krim.*

Abd-el-Krim, nas montanhas do Rif, causou 20.000 baixas aos Espanhóis e Franceses, e só se rendeu quando abandonou a montanha para o combate em rasa campanha.

F) *Na França.*

Na França, antes da 2ª Guerra Mundial, havia franceses simpáticos ao Nazismo. Quando invadiram o país, os alemães exploraram esses indivíduos, empregando-os para realizar sabotagem ou espalhar boatos. Tais atos de traição foram valiosíssimos no sentido de quebrar o moral francês e semear o desespero no seio do povo.

Entretanto, o forte sentimento de nacionalidade existente na maioria do povo francês não foi sufocado pela ocupação germânica e proporcionaram a organização de vários grupos de irregulares. O maior dentre eles era o de Maquis totalizando aproximadamente 300.000 adeptos.

IV — A EXPERIÊNCIA SOVIÉTICA EM OPERAÇÕES DE GUERRILHAS

A) *Antes da 2ª Guerra Mundial.*

O regime bolchevista, desde o seu início, tem feito largo uso das técnicas guerrilheiras; primeiro, para consolidar o controle comunista sobre as vastas áreas da URSS e depois, para estender a influência

soviética além de suas fronteiras. O interesse russo no movimento comunista chinês, por exemplo, incluiu ajuda e estímulo. Os chefes militares russos colheram ensinamentos com as operações dessas forças. A doutrina militar soviética, de longa data, vem salientando o valor das atividades "partisans", quer em apoio às forças regulares, quer em ações independentes, quando aquelas não se acham envolvidas.

As operações de guerrilhas estão, portanto, integralizadas na concepção soviética de guerra total. Mais do que ninguém, os líderes soviéticos sabem que essas operações se ajustam particularmente aos largos objetivos visados pelo poderio militar e pela política da Rússia.

Exercícios realizados pelo EME Russo em 1940, incluíam o emprego do guerrilheiro em coordenação com as ações da tropa regular.

B) Durante a 2ª Guerra Mundial.

Os primeiros grupos de guerrilheiros que entraram em ação, na Rússia Ocidental, foram formados com os remanescentes das desbaratadas unidades do Exército Vermelho. Logo depois, outras unidades foram organizadas com civis locais, voluntários ou recrutados. A polícia secreta soviética, era a principal encarregada da formação desses grupos. Mais tarde, o Exército tomou maior interesse no desenvolvimento da resistência organizada, porém a arma política do regime comunista continuou a ter influência dominante sobre as atividades "partisans". Stalin fez apelo veemente aos "partisans" para inquietar o inimigo e exterminar os cidadãos russos que ajudassem, de qualquer forma, o invasor.

O Estado-Maior Geral do Movimento Guerrilheiro foi estabelecido em Moscou, dispondo de todos os meios de comunicação. Os suprimentos para os grupos "partisans", eram principalmente lançados por avião. Chefes treinados e pessoal especialistas foram enviados para junto deles. Ligação íntima foi es-

tabelecida entre os quartéis-gerais dos exércitos regulares e os chefes guerrilheiros agindo em suas zonas de operação. As ações dos "partisans" e as das unidades do Exército Vermelho eram cuidadosamente coordenadas. Da experiência colhida durante esses anos de guerra, os chefes soviéticos obtiveram um conhecimento formidável sobre a utilidade e a flexibilidade das operações de guerrilhas. Os grupos "partisans" comunistas foram sábia e eficientemente empregados, quer na defesa do território pátrio, quer como força corrosiva nas regiões ocupadas pelo inimigo na Europa Oriental.

C) Após a 2ª Guerra Mundial.

Durante os últimos anos, a Grécia, o Irã, a Malásia, a Coreia e a Indo-China, têm em diferentes épocas, sido centros de conflitos ao longo da vasta fronteira com o mundo comunista. A estratégia soviética indefinida — nem de paz nem de guerra — vai sendo desenvolvida pelas forças militares daqueles países deixando livres as forças armadas russas.

No conflito que assolou a península da Coreia, grupos de "partisans" e unidades regulares, treinadas em processos de guerrilhas, mostraram que os comunistas continuam acreditando nesses métodos e que um exército moderno, para ser bem sucedido, precisa saber como empregar e como se defender de guerrilheiros.

A campanha da Coreia nos deu exemplo de como uma força guerrilheira comunista pôde, facilmente se transformar em uma força militar efetiva e, inversamente, como uma força militar pôde, em curto prazo, se tornar guerrilheira, dispersando-se e ocultando-se. O súbito "desaparecimento" do Exército Norte-Coreano, em setembro de 1950, após o desembarque das Nações Unidas em Inchon, é um exemplo frisante dessa possibilidade.

Conforme foi posteriormente apurado, através agentes e prisioneiros, o Exército Norte-Coreano havia preparado minucioso plano a fim de

transformar seus remanescentes em guerrilheiros. Este plano incluiu particularmente:

Locais adequados para o armamento e munição;

Regiões de reunião do pessoal, que em princípio ficaria exercendo suas atividades civis em locais próximos;

Agentes especiais para propaganda e ligação com a população civil;

Sabotadores especializados.

V — DIFERENÇA ENTRE A GUERRA REGULAR E A GUERRILHA

A guerra moderna é um esforço muito complexo. Exige comando altamente centralizado; vias de transportes de suprimentos e linhas de comunicação bem organizadas, entre a frente perfeitamente definida e as áreas de retaguarda de grande largura e profundidade; material eficiente e armas eficazes; soldados treinados em inúmeras e complicadas especialidades. Doutrinas táticas estabelecidas de modo a tirar todas as vantagens, ou contornar as dificuldades, dessas condições e exigências.

As ações de guerrilhas, um complemento da guerra moderna, quase nunca apresentam as características acima. O combate direto decisivo da guerra terrestre é evitado pelas forças guerrilheiras. Empregam mais as incursões do que os tipos comuns de ataque. Agem geralmente sobre a retaguarda e os flancos do inimigo; é muito raro uma ação frontal. As forças regulares mantêm as posições defensivas com as mesmas armas e material que as possibilitam de retomar a ofensiva. Raramente os guerrilheiros defendem uma posição, salvo, por curto prazo, a fim de cobrir uma retirada. O objetivo das forças regulares é, em regra, a captura e a conservação de uma área de terreno; com os guerrilheiros raramente isto acontece, pois, eles procuram, quase sempre, o enfraquecimento ou a destruição da capacidade ofensiva do inimigo.

Nas guerrilhas, não existem linhas de frente. As zonas de com-

bate só podem ser definidas em traços muito gerais. As tropas regulares e os guerrilheiros hostis ocupam, muitas vezes as mesmas cidades e vilas. Relativamente livres das restrições de ordem tática as unidades guerrilheiras podem atacar quando e onde a oportunidade se lhes apresente. Elas não têm posições fixas a defender de modo que podem atacar e fugir em seguida. Deslocam-se muito facilmente e em terreno familiar, constituindo-se dessa forma um inimigo enganador. Operando em escaramuças, uma pequena unidade de guerrilheiros pode esgotar uma força regular muito maior do que ela.

VI — MISSÕES E TÁTICAS GUERRILHEIRAS

A) Missões Gerais.

As forças guerrilheiras normalmente se defendem atacando. Como, muitas vezes, têm que atacar forças superiores em número e material, elas dão especial atenção à surpresa. Atacam de imprevisão, e, logo em seguida, se desengajam rapidamente.

Além de procurar destruir o pessoal inimigo, a guerrilha visa eliminar os meios que possibilitam o adversário agir. Ferrovias, depósitos de suprimento, linhas telegráficas e telefônicas e outros recursos semelhantes que apoiam as operações das forças regulares, constituem objetivos de alta prioridade para os guerrilheiros. Eles os atacam porque, em geral não se acham fortemente defendidos. Atacando com frequência esses objetivos, obrigam o inimigo a dividir suas forças em pequenos destacamentos para defendê-los. Esses destacamentos, por sua vez, se tornam mais vulneráveis aos ataques dos guerrilheiros do que as unidades maiores e, por outro lado, são mais difíceis de serem supridos e controlados. A dispersão do potencial humano inimigo é pois um dos objetivos principais da guerrilha porque cria pontos fracos e isolados, fáceis de serem inquietados e incursionados pelas forças guerrilheiras.

Quando a rede de transporte se torna muito grande, a tarefa de defendê-la aumenta em dificuldades. Grandes efetivos são distraídos para essa missão, enfraquecendo assim os elementos combatentes a serem empregados contra as forças regulares inimigas.

Quando uma força guerrilheira engaja com o inimigo, procura obter uma decisão rápida e, caso não a consegue, prontamente rompe o contacto. Um combate que exija grande potência de fogo, e emprêgo de reservas e outras características das ações regulares, está normalmente, além da capacidade de uma força de guerrilheiros. Ela não se engaja em combates dessa forma. Ao contrário, procura manter a força inimiga em xeque; retarda deliberadamente uma decisão, atacando e fugindo; não dá oportunidades compensadoras ao adversário. O seu objetivo é levar o inimigo a uma campanha que o desmoralize e esgote os seus recursos.

Além de suas atividades puramente combatentes, os guerrilheiros são ainda encarregados da repressão aos cidadãos que colaboram com o inimigo, e da obtenção de informes para as suas forças regulares.

A missão mais importante dos guerrilheiros é a inquietação das atividades nas áreas de retaguarda do inimigo por meio de ataques, emboscadas e sabotagens. Este facto se torna especialmente significativo quando se considera a sua relação com o outro aspecto da guerra moderna — a vulnerabilidade das aglomeradas instalações das áreas de retaguarda às armas destruidoras de longo alcance. No futuro, tornar-se-á imperativo uma enorme dispersão dessas instalações.

Irônicamente, a grande dispersão a que obrigam os meios de destruição em massa, cria novas dificuldades quanto à defesa contra os guerrilheiros. Quando grandes pontos de suprimento são divididos em muitos outros menores e separados por longas distâncias, a segurança deles exige maior dispêndio de potencial humano e uma sobrecarga

de transportes, apoio logístico em geral. A dispersão aumentaria o número de vias de suprimento, muitas delas consistindo de estradas secundárias e mesmo de simples caminhos através do campo. Cresceriam enormemente os objetivos potenciais para os guerrilheiros.

A polícia militar, as forças anti-pára-quedistas móveis e outras tropas responsáveis pela segurança das áreas de retaguarda teriam que ser dispersas largamente pela região. Esta é uma das principais razões porque, hoje em dia, todo soldado deve ser treinado no combate de infantaria, independente de sua arma ou serviço, e o motivo pelo qual todas as tropas devem ter um conhecimento básico da tática de guerrilhas.

B) *Emprêgo da Emboscada.*

Todo ataque de guerrilheiros é, normalmente, precedido por minuciosos reconhecimentos e planeamento. Tanto o deslocamento como o ataque são, comumente, realizados durante a noite, não obstante o inimigo esperar sempre uma ação a qualquer momento em virtude da sabida confiança que os guerrilheiros têm na surpresa. Rotas seguras de retirada são sempre incluídas nos planos de ataque dos "partisans".

As tropas e as colunas de suprimento são, geralmente, atacadas de posições de emboscadas cuidadosamente preparadas. Os pontos de emboscadas escolhidos oferecem, normalmente, bom disfarce, ótimo campo de tiro e uma via de retirada coberta.

O efetivo e o armamento de um destacamento de emboscada são determinados pela natureza da força inimiga e os objetivos da incursão. Se a coluna inimiga possui carros de combate, a emboscada é estabelecida em pontos de difícil abandono da estrada. Só depois das colunas de carros se aproximarem satisfatoriamente, é que são atacadas por meio de lança-rojões, e canhões sem recuo. As estradas são minadas nas margens vizinhas à emboscada. Isto ajuda a encurralar a co-

luna na estrada, imobilizando-a, após a destruição dos veículos da testa e da cauda, pelo fogo dos guerrilheiros.

Nas emboscadas contra trens de tropa ou comboios, o grosso do bando de guerrilheiros toma posições disfarçadas correspondendo ao centro do trem desencarilhado ou comboio bloqueado. Grupos menores munidos com armas automáticas, ocupam posições em um, ou em ambos os lados da estrada, correspondendo aos pontos prováveis de parada da testa e da cauda do trem ou comboio. Esses grupos desencadeiam fogos de enfiada ao longo do trem ou coluna inimiga. O objetivo principal dessas incursões é destruir o pessoal inimigo. Quando possível, os guerrilheiros combinam esse objetivo com um outro, que é o de seu próprio abastecimento. Levam o que necessitam e destroem o que não lhes é útil ou impossível carregar.

C) *Incursões.*

Os objetivos das incursões guerrilheiras compreendem vias férreas, instalações do comando, aeroportos, faixas de aterragem, depósitos de suprimentos, meios de comunicação e vias de transporte.

Os pontos mais vulneráveis das estradas de ferro são as curvas, as rampas, as pontes, represas vizinhas e as gargantas. Os guerrilheiros, geralmente, têm em vista o desencarilhamento dos trens por meio da danificação dos trilhos ou do leito das estradas, porém, muitas vezes, eles se contentam apenas com a perturbação do tráfego ferroviário. Em consequência, os vários meios que mantêm o movimento do tráfego, tais como as cabines de chaves, os cruzamentos, as caixas d'água e as instalações de sinais, são muitas vezes, incursionados por grupos de guerrilheiros, normalmente, em combinação com outras ações sobre a linha férrea, propriamente dita.

Os quartéis-generais inimigos são atacados após um reconhecimento metuculooso. Os guerrilheiros procuram primeiro obter tôdas as

informações possíveis acerca dos locais das secções do estado-maior, postos de guarda, alojamentos, depósitos de gasolina e parques de veículos. Se se trata de um quartel-general importante, a busca de informes inclui também as posições dos postos avançados, os horários e itinerários das patrulhas bem como as senhas empregadas pelo inimigo. Nas incursões contra os quartéis-generais, os guerrilheiros procuram liquidar ou capturar o pessoal-chave antes de se retirar. Tentam também se apossar de documentos e arquivos que lhes possam ser úteis ou às forças regulares, no planejamento das operações ulteriores.

Ao planejar incursões contra aeroportos ou faixa de aterragem, reconhecimento metuculooso é feito dos locais dos hangares, dos tanques de gasolina, dos depósitos de munição e das vias de acesso aos aviões estacionados no campo. Granadas incendiárias, minas e bombas de termite são, geralmente, usadas pelos guerrilheiros na destruição dos aviões e instalações. O mesmo acontece nas incursões contra depósitos e bases de suprimentos. Os "partisans" dispensam especial atenção ao armamento dessas instalações, para seu próprio suprimento.

Quanto aos depósitos de munição de artilharia, procuram provocar incêndio dos cunhetes, diretamente, ou por meio de projéteis incendiários.

A sabotagem dos meios de comunicações é conseguida cortando as linhas telegráficas e telefônicas, derrubando os postes ou provocando curto circuito nos fios. A colocação de minas e armadilhas nas linhas telefônicas é também muito comum.

VII - TERRENO

As vantagens de operar em áreas ilimitadas, são perfeitamente claras. As guerrilhas que ocorreram durante este século, serviram, particularmente, para ilustrar as vantagens das operações em áreas ilimitadas, seja por obstáculos natu-

rais, artificiais ou por fronteiras.

As operações de guerrilha, têm sido conduzidas em:

1) Montanhas:

Algumas limitadas, como nas regiões do Rif, ou relativamente ilimitadas, como na Etiópia. No Rif, os espanhóis e franceses foram contidos com sucesso. Por fim, a falta de suprimentos e de outros fatores, resultantes das restrições causadas pelo terreno montanhoso, forçaram Abd-el-Krim a sair em campo aberto, numa tentativa para ligar-se às forças adversárias dos franceses. Então foi cercado pelos exércitos francês e espanhol, sendo forçado a render-se. Todavia, sua sorte estava condicionada, também, à possibilidade de uma crise interna na França o que ilustra a importância do comandante das forças irregulares sincronizar suas atividades com os acontecimentos militares e políticos no exterior.

2) Deserto:

Também limitadas, como na Líbia, ou relativamente ilimitadas, como no Turquestão e Sinkiang. Com o advento das penetrações motorizadas e da aviação, o deserto já não é considerado mais um terreno sem restrições; ao invés de ser móvel, a guerrilha, devido a velocidade e a potência do inimigo, restringe-se a bases fixas vulneráveis, como os oásis na Líbia. Com a perda de sua mobilidade, o guerrilheiro, cedo ou tarde, terá de lutar em termos de igualdade com um inimigo melhor organizado. Assim, na Líbia, os italianos puderam finalmente em 1933, subjugar os Senussi que os incomodavam com operações irregulares desde 1911. De maneira semelhante, é duvidoso que a campanha de Lawrence pudesse ser empreendida hoje. Isto não quer dizer, entretanto, que as operações irregulares, ativamente apoiadas por forças regulares, não possam ser conduzidas com sucesso.

3) Selva:

O terreno nas selvas, contanto que seja suficientemente vasto, oferece consideráveis vantagens às for-

ças guerrilheiras. O disfarce é fácil, tanto para as operações como para os movimentos e, com uma população simpática, os guerrilheiros podem deslocar-se livremente, o que não é possível para as forças regulares. Nesse tipo de terreno, as forças regulares operam com uma desvantagem que é raramente encontrada em outra região, e em condições difíceis de alcançar-se o sucesso. De fato, o terreno influi sobre as operações de tal maneira que, a não ser as operações de grande vulto, todos os combates realizados nas selvas têm o caráter de operações irregulares.

Um exame das atividades guerrilheiras no Sudeste da Ásia nos dá um valioso quadro de que são as operações irregulares nas selvas. Tanto a campanha anterior como a atual na Indo-china e as ações na Malaia ilustram os pontos acima. Estas duas últimas campanhas também demonstraram a importância da assistência externa prestada aos irregulares. O Viteiminh, ao que parece recebeu mais auxílio do que os terroristas malaio, tendo por conseguinte obtido maiores vantagens. Estas campanhas também ressaltam a necessidade das forças irregulares sincronizarem suas atividades com os acontecimentos exteriores.

4) Cidades:

As operações irregulares nas cidades têm alcançado grande êxito; por exemplo, as Operações Druze em Damasco. Mas só em lugares como Damasco, onde é possível manter a mobilidade. Ali os franceses foram levados a bombardear a cidade, provocando a ira do povo, de modo que não puderam continuar nessa linha de ação. Quando, porém, o inimigo pôde bloquear e atacar a cidade a seu bel prazer, a guerrilha está perdida, como aconteceu em Varsóvia.

VIII — DEFESA CONTRA GUERRILHEIROS

A) Princípios gerais:

A defesa eficaz contra guerrilheiros exige um conhecimento com-

pleto dos métodos que eles empregam e a aplicação coordenada de várias medidas cujo objetivo final é a completa destruição deles.

No largo plano estratégico, uma campanha contra guerrilhas compreende ações políticas e psicológicas, com o fim de evitar a formação de forças guerrilheiras ou enfraquecer as já organizadas; defesa das áreas de retaguarda contra as atividades "partisans" e operações ofensivas visando eliminar as forças guerrilheiras.

B) *Medidas políticas e psicológicas:*

Não pode haver um eficaz movimento de guerrilheiros sem, pelo menos, a simpatia passiva do povo que habita a região onde ele se desenvolve. Geralmente, os guerrilheiros necessitam do apoio ativo de uma grande parte da população local. Daí, a melhor e a menos dispendiosa defesa contra guerrilheiros é a preventiva — impedir esse apoio que lhes é tão vital, cativando para a nossa causa a simpatia do povo. Evitar a formação de um movimento de resistência é muito mais fácil do que debelá-lo, depois de nascido. Do mesmo modo, é mais fácil sufocar um movimento dessa natureza nos seus primórdios, do que após ele ter organizado completamente suas forças e desenvolvido seu poderio militar.

As características nacionais, os costumes, as crenças, os anseios e desejos de um povo têm importância capital no planejamento de atividades antiguerrilheiras. Os planos militares, portanto, devem estar em harmonia com os esforços políticos, econômicos e psicológicos que visam o mesmo fim. Por meio de uma propaganda hábil dirigida ao povo, pode-se conseguir grandes defecções num movimento de resistência e evitar novas adesões. A promessa de benefícios econômicos, e de outras espécies, aos habitantes locais que se opõem aos guerrilheiros, e de sanções para os que cooperam com eles, é um outro importante complemento das ações antiguerrilheiras puramente militares.

Estas devem constituir uma espécie de suplemento daquelas medidas de ordem política e psicológica.

C) *Medidas militares:*

As medidas políticas e psicológicas não poderão alcançar êxito sem apropriadas e bem conduzidas ações militares. Em uma situação na qual já existe um movimento de resistência completamente desenvolvido, o esforço antiguerrilheiro deve ter, desde o início, um caráter predominantemente militar.

A ação militar contra guerrilheiros exige:

1) Uma rede de busca de informes para manter o comando local a par das atividades dos "partisans".

2) Consolidação das instalações de suprimento, vias de transportes e linhas de comunicações para simplificar os problemas de defesa.

3) Uma força móvel e bem treinada capaz de agir rija e rapidamente contra o inimigo fugidio e ardiloso. Os elementos dessa força devem ser especialistas treinados e equipados.

Os objetivos fundamentais das ações antiguerrilheiras são:

1) Acabar com a ligação que existe entre os guerrilheiros e a potência que esteja alimentando o seu esforço, impedindo que eles recebam ajuda;

2) Isolar os vários elementos da força guerrilheira, impedindo-os de entrar em contacto com a população civil;

3) Destruir a força guerrilheira.

O primeiro objetivo explica a razão por que a captura ou a eliminação dos principais chefes guerrilheiros e de seus estados-maiores é de particular importância. Esses indivíduos geralmente representam a potência insufladora; enquanto eles existirem, a força guerrilheira não fica totalmente incapacitada.

D) *O problema da segurança:*

Os comandantes de unidade têm problemas especiais de segurança local, quando operam em regiões

infestadas por guerrilheiros. Mudanças freqüentes dos locais dos postos avançados e das vias de acesso à zona da unidade são imperativas nesses casos. Os guerrilheiros podem atacá-la em qualquer ponto da periferia de sua zona. Como não tem apoio nos flancos nem na retaguarda, a unidade não pode se concentrar em uma frente estreita. A sua frente é todo o perímetro da zona. Um comandante numa situação como essa, deve explorar o máximo, com os seus próprios elementos, todas as fontes de informações. É necessária uma observação constante e vigilante das atividades dos habitantes da região em torno da posição.

Em qualquer situação, a missão principal de uma companhia, esquadra ou formação de serviço, é prover a sua própria segurança. Em territórios assolados por guerrilheiros, isto não é uma rotina ou complemento casual de outra atividade mais importante, constitui, de fato, uma missão principal, como também um princípio geral.

Em regiões de guerrilheiros, a escolha dos locais de suprimento e outras instalações é largamente influenciada pelas condições de segurança do terreno. Depois de escolhido o local, suas vantagens defensivas naturais são melhoradas por todos os meios disponíveis.

Em torno de uma instalação de suprimento, por exemplo, deve-se organizar bons campos de tiro, redes de arame, obstáculos e um conveniente sistema de alarme, bem como lançar mão de outros meios de segurança disponíveis, mesmo que não haja uma ameaça imediata.

Os meios de defesa, naturais e artificiais, só são profícuos quando empregados por elementos vigilantes e completamente adestrados. Em situações de guerrilhas, não há diferença entre tropas combatentes e de serviços, pois, todas estão na zona de combate e devem prover sua própria segurança.

A segurança de ligação com a zona de retaguarda é de tal importância, que exige a proteção das vias de suprimento e dos meios de

comunicação. A segurança contra as atividades dos "partisans" compreende providências especiais para proteger esses meios de comunicação. As medidas principais incluem o patrulhamento constante das estradas de ferro e de rodagem, o estabelecimento de zonas interditas em suas margens, a manutenção de pontos de controle e a reunião de pequenos comboios em agrupamentos maiores, para transpor regiões particularmente perigosas. Os comboios são acompanhados por forças de segurança especiais que podem incluir elementos de infantaria, blindados e engenharia. Como os guerrilheiros agem de acordo com a reação que esperam encontrar, a composição e o modo de proceder da força de segurança deve variar freqüentemente. A velocidade, os itinerários, os intervalos e os processos de comunicações de um comboio devem ser cuidadosamente previstos antes de atravessar uma zona infestada de guerrilheiros.

Contrôles administrativos especiais da população civil são comuns em todas as situações de guerra. Na luta contra guerrilheiros essas medidas tornam-se mais complexas — e mais importantes para a segurança. Toda guerra apresenta o espetáculo das multidões angustiadas e sem lar, fugindo das zonas de combate. O adversário aproveita sempre essa situação caótica para infiltrar guerrilheiros e sabotadores nas áreas de retaguarda. Há experiência desse problema na campanha da Coreia. Aprendeu-se muito acerca dos processos de controle de grandes multidões de refugiados para descobrir, no meio delas guerrilheiros e agentes. As medidas efetivas incluem o estabelecimento de ponto de controle, a distribuição de salvo-condutos e outros documentos de identificação, a pesquisa e o fichamento de indivi-

duos suspeitos, a instituição do toque de recolher, e a imposição de restrições sobre transportes não militares.

Funções dessa natureza cabem principalmente à polícia militar, porém a situação impõe, muitas vezes, que se empregue temporariamente, nesses mistérios, tropas. Elas devem estar em condições de desempenhar eficientemente a tarefa. Porém, mais importante ainda do que a eficiência, é a habilidade de conseguir cumprir a missão de segurança, sem contrariar desnecessariamente a parte do povo que é simpática à nossa causa. Os controles administrativos podem denunciar alguns verdadeiros "partisans", porém, se eles são conduzidos de modo a criar mais inimigos potenciais, tornam-se contraproducentes para a segurança.

A melhor garantia para que as medidas adotadas não se tornem contraproducentes, é pô-las em execução com a ajuda máxima dos habitantes da região que nos sejam aliados.

A 2ª Guerra Mundial nos dá um expressivo exemplo de um erro estratégico de graves consequências, surgido do fracasso de uma força de ocupação em capturar a simpatia e a ajuda de um povo potencialmente amigo. Quando os exércitos alemães entraram na Rússia, a sua progressão foi muito facilitada no início pela atitude cordial dos ucranianos e outros povos da União Soviética que, há longo tempo, alimentavam um profundo ódio dos senhores de Moscou. A política nazista com relação a essa área, entretanto, não organizou um programa para captar a amizade do povo. Ao contrário, ditou medidas severas de repressão e crueldade em massa sem finalidades militares.

Quase da noite para o dia, o agrado com que foram recebidos os exércitos alemães, transformou-se em ódio e oposição. As normas e ações dos órgãos políticos nazistas que seguiam logo atrás do Exército Alemão, ajudou a criar uma das maiores e eficientes forças guerrilheiras que já se teve notícia. As

forças regulares alemãs se viram repentinamente imersas em uma custosa e infrutífera luta antiguerilha. Suas áreas de retaguarda tornaram-se literalmente indefensáveis. Quando, mais tarde, o Exército Vermelho lançou sua contra-ofensiva, encontrou as forças alemãs solapadas pelos longos meses de esforços desesperados para dominar a campanha de guerrilhas.

É o soldado, individualmente, que, em última análise, materializa a política traçada para um determinado povo. A conduta do soldado, no ambiente, deve refletir e reforçar essa política para que ela se torne produtora.

IX — CONCLUSOES

Este breve sumário sobre a Guerra Irregular, não passa de uma simples introdução sobre o assunto. Ainda são objetos de estudo as melhores soluções para muitos desses problemas táticos sobre os quais se possa estabelecer a doutrina básica.

Dos fatos enumerados podemos tirar as seguintes conclusões:

1 — A característica principal dos irregulares é a mobilidade, que lhes permite alcançar, com economia, a surpresa, além de constituir o meio pelo qual podem evitar o combate em situação desvantajosa.

2 — O soldado irregular deve combater em terreno de sua escolha, quando o inimigo avançar em território apropriado às ações de guerrilha.

3 — As forças irregulares não devem defender uma posição fixa, que as prive da mobilidade e da escolha do local da ação.

4 — Os irregulares operam melhor num terreno ilimitado, isto é, nas montanhas, nas selvas ou em pleno deserto.

5 — As ações de guerrilha, sem o apoio das forças regulares estão fadadas ao insucesso.

6 — A oportunidade é muito importante nas ações irregulares; quanto mais puderem ser sincronizadas com os acontecimentos militares e políticos, tanto maior será sua possibilidade de êxito.

Qualquer que seja o tipo e o caráter que a guerra futura possa assumir, é certo que a guerra irregular desempenhará importante papel.

As ações de guerrilheiros são melhor sucedidas contra um inimigo que as substima.

Isto é tão verdadeiro no âmbito nacional, como nos pequenos escalões táticos onde a emboscada e a sabotagem aguardam o Comandante complacente, descuidado e inexperiente.

Para que estejamos completamente preparados para qualquer emergência futura, a nossa preparação na técnica da guerra regular, deverá ser ampliada de modo a sabermos como atuar nos processos irregulares da luta.

Cabe-nos agora, entretanto, lembrar os conceitos emitidos pelo então Major Jayme Ribeiro da Graça em seu livro "A Guerra Através dos Séculos":

— Dado o alto grau de dispersão a que obrigam os meios de destruição em massa.

— Dado o aumento constante do raio de ação e da capacidade de transporte dos aviões.

— Dada a tendência de transformar as GU em GU aeroterrestres.

— Tendo portanto o atacante chegado ao grau extremo de possibilidade de surpreender pela retaguarda os defensores, conservarão es-

tes as mesmas disposições até agora conhecidas?"

Nos parece que não.

Amanhã, como ontem, os processos de defesa não de se subordinar às formas de ataque.

Obrigada a enfrentar, a um tempo, a bomba de Hidrogênio e os ataques aeroterrestres, a defensiva caminhará mais uma vez para o recurso da dispersão e da guerra isolada.

E numa palavra o famoso sistema de guerrilhas, que tão apreciáveis resultados apresentou na 2ª Guerra Mundial será ampliado, melhorado e coordenado.

Os teatros de operação constituirão, pois, verdadeiras malhas de guerreiros, extremamente móveis, por terra e pelo ar e obedecendo todos a um plano de conjunto.

Em síntese, a guerra do futuro será, pois, conforme tudo indica, a resultante da combinação da energia atômica, com tropas aeroterrestres e coordenado sistema de guerrilhas.

BIBLIOGRAFIA

A Guerrilha na Guerra Moderna

— Cap. H.A. Oliveira (do Exército Português).

Artigos publicados na Military Review — Abr/48, Out/47, Jun/48, Jan/49, Abr/50, Jun/51 e Abr/54. Officer Call n. 3, Vol. 3, de 1951.

Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A.

Agência do Rio de Janeiro

RUA VISCONDE DE INHAÚMA, 134-C — CAIXA POSTAL, 1239

END. TEL. "RIOINCO"

Gerência, 23-0556 — Subgerência, 43-1112

Contadoria, 23-2329 — Cobranças, 43-9780

RIO DE JANEIRO

ABRA UMA CONTA NO "INCO" E PAGUE COM CHEQUE

(IN. 6)

AS FORÇAS AEREAS FRENTE À AMEAÇA ATÔMICA

Ten.-Cel. R.J. ARPURT

Traduzido da "Revue de Défense Nationale" (França) pelo
Cap. EGON DE OLIVEIRA BASTOS

A presença da bomba ou projétil atômico no campo de batalha é um acontecimento que obriga cada exército a reexaminar alguns conhecimentos, costumes e processos, cuja aplicação não é mais adequada em se tratando das armas ditas de "destruição maciça".

O problema está longe de ser o mesmo, conforme se trate das Forças de Terra ou das Forças de Ar.

Para as primeiras, um exame, embora sucinto, permite julgar que a solução pode ser encontrada por uma modificação da organização. Sem querer diminuir a dificuldade, é admissível que o objetivo essencial para a infantaria, artilharia ou carros de combate, consiste em desenvolver a aptidão de dispersar ou reunir as unidades nos momentos e nas zonas escolhidas: dispersar, a fim de proteger pela disseminação, que permita reduzir as perdas numa proporção tal que o alvo não mais satisfaça ao projétil tático; reunir temporariamente, a fim de empreender a ação defensiva ou ofensiva visada pelo comando. O material e o armamento atualmente utilizados permanecem válidos neste trágico jogo de esconde-esconde, que consiste em escapar aos efeitos da bomba para melhor se contrapor ao violento avanço terrestre do inimigo.

Para as segundas, a solução parece mais delicada de se obter. A razão de ser do avião é pôr em ação um material inicialmente concebido para deixar o solo após rolar em sua superfície. A dispersão que procura o avião, com o mesmo fim que o seu camarada

terrestre — pelo menos enquanto se trate da bomba atômica — é determinada pelas características do material que ele utiliza. Este material deve ainda hoje, para deslocar ou aterrar utilizar terrenos especialmente preparados, que se chamam aeródromos. Não é preciso conhecer muito as imposições da Aeronáutica para saber que estes aeródromos necessitam para a sua organização de prospecções minuciosas, créditos importantes e longos prazos para a construção. Estas condições parecem se opor à idéia de dispersão. Por isso, a preocupação primária do avião é procurar a obtenção de um material aéreo adaptado às novas armas pelas quais ele está ameaçado, isto é, de um material que se libertando das pistas permita a dispersão. As questões de organização que decorrerão desta dispersão, por mais delicadas que possam ser, serão secundárias.

* *

A dependência estreita das Forças Aéreas em relação ao seu material se manifesta de diversas formas. Ela encontra, entretanto, o seu mais completo desenvolvimento na utilização da infra-estrutura.

As normas exigidas nas realizações da infra-estrutura dependem estreitamente das características do material aéreo as quais são por sua vez determinadas pelos comportamentos revelados pelo mesmo.

A sujeição atual do avião à pista é devida, unicamente, à corrida na procura de maior velocidade, con-

duzida sem preocupação das imposições que dela resultam.

Em 1939, um aparelho de caça pesava no máximo três toneladas. Suas asas relativamente grossas lhe permitiam recolher rodas bastante volumosas para que os pneumáticos pudessem receber uma pressão de atrito da ordem de 2,5 kg a 3 kg por centímetro quadrado. Com uma pressão desse valor o avião podia rolar sobre o solo natural ou sobre a relva. As redes metálicas, quando eram necessárias, tinham sobretudo o fim de reduzir os inconvenientes devido a uma utilização intensiva da pista, e de deixá-la utilizável durante toda a ação.

Uma superfície disponível (S), tendo cerca de 25 metros quadrados, proporcionava ao caça, de antes da guerra, uma carga a elevar (P), de pouco mais de 100 quilos por metro quadrado.

Ora, a pressão de atrito dos pneumáticos é um dos elementos que influem grandemente para impor um revestimento do solo para a deslocação e a aterragem, em consequência dos comprimentos de pistas. A pressão de atrito e o peso a levantar têm evoluído para permitir as velocidades horizontais atuais, mas fazendo surgir imposições de infra-estrutura cada vez mais pesadas.

Com efeito, a velocidade horizontal de um avião, permanecendo todos os demais fatores iguais, é proporcional à raiz quadrada do peso a levantar. A velocidade mínima de sustentação, que está em relação estreita com as velocidades de deslocação e aterragem, obedece à mesma lei. Aumentar o peso a levantar, por acréscimo do peso ou por diminuição da superfície, a fim de atingir uma velocidade horizontal maior, faz reaparecer a obrigação de alongar as pistas. Não se está privado de aumentar o valor do quociente P/S. Em seus diversos modelos sucessivos o "Spitfire" dobrou de peso sem aumentar a sua superfície, para atender às necessidades de equipamento ou de armamento suplementares. O F. 80 ultrapassa os

300 quilos por metro quadrado; certos aparelhos mais recentes atingem 400.

Um outro elemento tem influído no alongamento das pistas, é o emprego da propulsão a jato. O reator necessário para obter grandes velocidades horizontais é dum princípio tal que está muito longe de adquirir seu rendimento máximo. É-lhe necessário rolar longamente para a atingir, razão suplementar para aumentar o comprimento das pistas.

As pistas de concreto, sem dúvida alguma, são necessárias. As asas do avião foram reduzidas em sua superfície para permitir maiores velocidades. Paralelamente, elas se tornaram "laminares". As rodas que se alojam nas asas tiveram que condicionar a esta redução de espaço, assim como os pneus que as equipam. Ora, o peso do avião rolando no solo deve ser equilibrado por uma força que pode grosseiramente assimilar ao produto da pressão de atrito pela superfície de contato entre o pneumático e o solo. A superfície de contato diminuindo com as dimensões das rodas, resultou, aumentar a pressão de atrito.

Assim, o solo natural não é mais suficiente para equilibrar esta pressão. Forçoso é, portanto, revesti-lo com uma camada sólida, tanto mais espessa quanto mais elevada a pressão de atrito. Em lugar dos 3 quilos por centímetro quadrado de antes da guerra, hoje é de 11 até 14 quilos por centímetro quadrado.

Desse modo, o avião moderno, em virtude de uma espetacular corrida para as velocidades elevadas, tornou-se um verdadeiro prisioneiro. Não pode descolar ou aterrar sem o recurso de pista longa e resistente, cujos inconvenientes se apresentam de múltiplas maneiras: longo prazo para construção, preço, vulnerabilidade, etc. Para circular no solo, sofre as mesmas imposições: o avião não pode rolar se não está sobre concreto. Esta verificação é capital se se deseja compreender as dificuldades do aviador em face do perigo atômico.

A ameaça do perigo atômico torna-se cada vez mais evidente, e as Forças Aéreas, mais que as Terrestres, devem estar em situação que lhes permita conservar sua eficácia. Seu emprêgo, com efeito, é um dos fatores essenciais de uma defesa ativa contra o lançamento da bomba atômica. Esta situação é consequência do exame de alguns dos elementos da eficácia das Forças Aéreas, elementos essencialmente evolutivos. Os principais que, no caso presente, parecem obrigatoriamente entrar em linha de conta são: a arma de ataque, a arma de defesa e a infra-estrutura.

A arma de ataque tem evoluído rapidamente, passando da bomba clássica transportada pelo bombardeiro subsônico, à bomba atômica, lançada por um avião transônico ou supersônico. O perigo tremendo da bomba de fusão já se delinea. Sabido que uma incursão de bombardeiros clássicos não colocava a pista fora de utilização senão por apenas alguns dias, um só aparelho transportando a bomba atômica pode, ao menos, teoricamente, neutralizar um aeródromo por semanas.

Contra a bomba e os bombardeiros clássicos, o caça de hoje está satisfatoriamente armado. Sem entrar em todos os detalhes, vê-se que não há diferença de força entre eles. A infra-estrutura usada pelo caça está na verdade ameaçada neste caso, porém não de maneira mortal. Sua colocação fora de serviço por prazos mais ou menos longos é subordinada à organização de uma numerosa expedição de bombardeio. O fato mesmo do número de aviões a ser pôsto em ação contra um só aeródromo, o inimigo não pode pensar em obter uma destruição completa no conjunto da infra-estrutura. O caça não será afastado do céu e nos intervalos coopera com os meios de reparação. Tal é a primeira fase da evolução paralela dos elementos da eficácia das Forças Aéreas. Arma de ataque, arma de defesa e infra-estrutura

estão num mesmo plano. É a situação na 2ª Guerra Mundial.

Hoje a arma de ataque pode ser a bomba atômica. Entre os seus objetivos, pode-se pensar com alguma lógica que a infra-estrutura preenche as condições desejadas para ser um dos primeiros. Assim como o aeródromo era concebido ontem, ele é um lugar de concentração ameaçada, porém, indispensável à manobra do caça, inimigo do bombardeiro. Um só projétil bem lançado, neutralizando a pista, elimina uma unidade aérea da lista dos meios amigos, mesmo que os aparelhos não sejam atingidos. Um número reduzido de agressores pode, portanto, ao menos teoricamente, por fora de ação as Forças Aéreas amigas, atacando a sua infra-estrutura. As represálias de certo surgiriam, mas o golpe não seria atenuado. Trata-se, portanto, de fazer desaparecer estes objetivos de escolha, como são os aeródromos atuais, dissociando-os de tal maneira que cada componente não tenha mais valor do objetivo desejado. Multiplicar o número de pistas, atribuindo a cada uma somente uma unidade aérea reduzida, é o meio de alcançar esse resultado. Ele é oneroso, demorado a realizar e faz surgir, sem dúvida, alguns problemas de circulação aérea. Por que não procurar fazer desaparecer o mais depressa possível a necessidade, para os aviões de locais privilegiados preparados com grandes despesas? Por que não se esforçar para fazer desaparecer a dependência do avião ao concreto? A solução é simples no seu enunciado. É suficiente reduzir a pressão de atrito dos pneumáticos, ou achar um artifício que conduza ao mesmo resultado, para que o avião possa utilizar o solo natural. Desde esse momento, as possibilidades do terreno se multiplicam; toda superfície plana de dimensões suficientes torna-se um aeródromo muito menos vulnerável, muito mais fácil de distarçar do que o colosso de hoje. Além disso, uma dispersão dos aparelhos já em número reduzido no mesmo campo, tornada possível pela faculdade de rolar

sobre qualquer solo, vem ainda reforçar esta vantagem maior.

Assim, a arma de ataque, relativamente cara e demorada para dar resultado, porém vigorosa, em uma larga superfície, possui todas as possibilidades de escolher para objetivo a infra-estrutura. Esta deve, por conseguinte, se adaptar, o que só é possível com uma evolução do material aéreo. A bomba atômica deve corresponder a infra-estrutura dispersada, que só o aparelho libertado do cimento deixa realizar.

Enfim, amanhã, última fase previsível, a arma de ataque poderá ser a indestrutível bomba de fusão. Se o seu emprego parece pouco provável, em virtude dos mesmos receios de represálias que fizeram afastar o emprego da Iperita durante o último conflito, não se tem o direito de descuidar da eventualidade do seu emprego. Com uma superfície da zona de destruição, cobrindo centenas de quilômetros quadrados, a dispersão aparece como uma medida caduca. Na escala dos meios passivos de proteção conhecidos fica o "entocamento". A infra-estrutura do dispositivo da arma de ataque pode então se adaptar recobrimo-se de concreto ou procurando as profundezas do solo. Isto é possível desde que o material utilizado não tenha mais necessidade de rolar, seja mais fácil de manobrar para evitar o volume do concreto a construir ou do solo a escavar. Neste período o material aéreo não deverá rolar, porém descolar na vertical, ter as asas diminuídas, ou seja idealizado na forma de avião dirigido ou sem piloto. A bomba H deve, portanto, corresponder a infra-estrutura enterrada e o avião decolando na vertical.

Tal parece ser a consequência lógica do raciocínio, quando se examina a evolução paralela da arma de ataque, da arma de defesa e da infra-estrutura.

A bomba A existe e a bomba H é possível. A arma de ataque ultrapassou a condição da eficiência da arma de defesa. Para esta apenas começam a surgir idéias quanto ao material que a constituirá. Elas ainda não atingiram o domínio da realidade. É preciso acreditar que nada será desprezado para acelerar as realizações.

Quer dizer que não se pode empregar certos elementos de uma condição determinada com os de uma outra categoria que já tingiu um grau mais avançado. Sem dúvida, isto resulta pesadas imposições. Pode-se dispersar os caças clássicos, mas ao preço de quilômetros de pista de concreto, e a pista permanece sempre do mesmo modo, obrigatória e vulnerável. Poder-se-ia igualmente proteger os aparelhos atuais por meio de metros cúbicos de terra ou de cimento. Isto seria amontoar gigantismo sobre gigantismo, sem chegar ao coração do problema.

Enquanto o material aéreo de defesa não tiver sofrido transformação, não estará no mesmo plano que a arma de ataque. A procura da eficácia se retribui até aqui por imposições de construção, de transportes e efetivos. A despeito das críticas que ela provoca, a infra-estrutura conserva as características essenciais que se conhece. Não se pode deixar de fixar o impasse com relação a um material cuja realização exige vários anos porque toda concepção de defesa exclui a falta de continuidade.

É necessário, portanto, compensar os inconvenientes do período de transição atual, e satisfazer as imposições, se se deseja que a eficácia das Forças Aéreas de defesa se mantenha em face da evolução rápida da ameaça atômica. Os problemas da organização serão árduos e difíceis. Eles não encontrarão solução lógica e fácil a não ser que com um material apropriado.



A NAVEGAÇÃO FLUVIAL E LACUSTRE DO RIO GRANDE DO SUL

General DANTON TEIXEIRA

1.0 — IDEIAS GERAIS

Um grande estadista declarou que "a estrada é o símbolo supremo do orgulho nacional, da unidade e do progresso. Através do tempo, diz ele, a estrada registra a vida, os ideais e a grandeza das nações".

A natureza dotou o Rio Grande de uma rede fluvial e lacustre de primeira ordem.

A navegação interna gaúcha é a maior do Brasil, não na extensão que é praticamente 1.600 km, mas no volume de carga transportada que é de 1.400.000 t. Só o rio Taquari tem mais tráfego do que todo o gigante equatorial. Ele com 530.000 t e o Amazonas com 120.000 t de exportação e importação anual.

Os dois centros produtores do Rio Grande do Sul se acham num eixo de 150 km em torno de Bento Gonçalves e 150 km ao redor de Carazinho. Aí se encontra a maior concentração da colheita agrícola riograndense.

Os produtos da região centro-norte do Estado se escoam por vários condutos para a capital; entretanto, os da região centro-oeste somente por via rôdo e ferroviária.

O sistema de transporte do Rio Grande consta de :

- 1.600 km de vias fluviais e lacustres ;
- 4.000 km de vias férreas ;
- 7.500 km de estradas de rodagem.

O surto rodoviário gaúcho data de 1938 com a criação do D.A.E.R. Passamos de 1.480 km de caminhos para 7.500 km de estradas de conserva permanente. Além das estaduais temos 26.000 km de estradas municipais de precária conservação.

O nosso sistema de transporte terrestre se complementa. As nossas estradas rôdo e ferroviárias nunca tiveram paralelismo econômico, nunca foram concorrentes. Aliás, dificilmente estes dois meios de transporte se chocam, por isso que em países adiantados como nos Estados Unidos da América do Norte os meios de transporte têm a seguinte discriminação de carga :

Ferroviário	62 %
Fluvial e lacustre	15 %
Rodoviário	10 %
Oleoduto	12 %
Aeroviário	1 %

Isto nos prova que num país em que os meios de transporte são densos e variados predomina o sistema ferroviário.

Os norte-americanos são privilegiados na rede fluvial que é de 56 000 km e toda ela ligada por canais artificiais.

Possuindo 360 000 km de estradas de ferro e uma rede rodoviária de quase 2 milhões de km pavimentados, com uma frota de caminhões de carga em serviço de 10 milhões, o esforço maior da carga se concentra na rede ferroviária que é quase toda ela de particulares.

A nossa orientação deveria ser aquela que desse prioridade à via férrea, enquanto, no território nacional, o petróleo não aparecesse com a quantidade suficiente ao abastecimento da nossa frota rodoviária. É também necessário atentar ao valor da via férrea no transporte de cargas a grandes distâncias, sempre mais compensador que o rodoviário.

Os transportes entre nós, na questão de fretes, apresentam os seguintes índices, por t/km (1953) :

	Cr\$
Embarcações	0,30
Estrada de ferro	0,45
Carroça	1,00
Carreta	1,80
Cargueiro	3,50
Caminhão	4,00
Avião	8,00

2.0 — PLANO GERAL DE VIAÇÃO NACIONAL

Aprovado pela Lei n. 757, de 1948 estabelece normas para o sistema de transporte no Brasil : fluvial, rôdo e ferroviário.

Por êle o Rio Grande terá as seguintes artérias federais :

a) *Rodovias* :

- 1) BR 14 : *Marcelino Ramos, Passo Fundo, Carazinho, Cruz Alta, Júlio de Castilhos, Santa Maria e Livramento.*
- 2) BR 37 : *Pôrto Alegre, São Gabriel, Rosário, Alegrete e Uruguaiana (692 km).*
- 3) BR 2 : *Passo do Socorro, Vacaria, Caxias do Sul, Pôrto Alegre, Camaquã, Pelotas, Arroio Grande e Jaguarão.*
- 4) BR 77 : *Pelotas, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar e Chui (310 km).*

- 5) BR 38 : *Pelotas, Pinheiro Machado, Bagé, Dom Pedrito, Livramento, Quaraí e Uruguaiana* (660 km).
- 6) BR 76 : *São Gabriel, Bagé e Aceguá* (210 km).
- 7) BR 59 : *Pôrto Alegre, Osório e Tôrres*.
- b) *Ferrovias* :
 - 1) Passo Fundo — Guaporé — Barreto — Cangucu ;
 - 2) Bento Gonçalves — Lajes — Rio Negro ;
 - 3) Pôrto Alegre — Osório — Tôrres.
- c) *Vias fluviais* :

Serão melhoradas gradativamente as vias fluviais existentes e já com tráfego.

Em 1954 o Governo Federal "descortinará" o rio Jacuí de Rio Pardo a Dona Francisca (Município de Cachoeira do Sul) para permitir a navegação ininterrupta a esse pôrto para barcos até 1,20 m de calado.

As recomendações do Plano Geral visam a :

- 1º) Melhoria progressiva e permanente do rio, na seguinte ordem :
 - a) limpeza do leito e das margens ;
 - b) balizamento do canal ;
 - c) drenagem ;
 - d) regularização dos rios ;
 - e) aparelhamento dos portos.
- 2º) Classificar a navegação fluvial em 3 categorias :
 - a) calado de 1,80 m e mais ;
 - b) calado de 1,20 m ;
 - c) calado de 0,60 m.
- 3º) Padronizar as embarcações novas, adotando um tipo de carga e passageiros tudo com 100, 200, 500, 1 000 t conforme a categoria de navegação. (1)
- 4º) Exigir que as embarcações sejam de casco de aço e movidas a motor Diesel (óleo).
- 5º) Amparar financeiramente os estaleiros nacionais criando certas isenções de impostos.
- 6º) Padronizar as disposições internas das embarcações para permitir um melhor rendimento.

2.1 — A REDE FERROVIÁRIA

A V.F.R.G.S. necessita de melhorias e novos ramais para satisfazer suas finalidades militares.

Os ramais Cachoeira — Caçapava — São Gabriel e Cachoeira — Caçapava — São Sebastião constituem excelente meio estratégico de transporte face ao sul.

O ramal Passo Fundo — Guaporé — Barreto — Cangucu é também uma imposição militar felizmente já contemplada no Plano Nacional.

Seria de grande vantagem termos a linha tronco Pôrto Alegre — Santa Maria duplicada para permitir uma corrente de concentração e de reabastecimento de alto rendimento.

(1) Praticamente a capacidade de uma embarcação é de 160 a 400 t por 0,30 m de calado. Varia com o perfil do casco.

Algumas variantes, correções técnicas, caixas d'água, desvios, etc., já estudadas estão em pleno andamento.

Os seguintes dados elucidam a situação da rede. Usa vários tipos de trilhos. Há a tendência para uniformizar adotando um trilho mais resistente de 37 kg. O remonte de dormentes é de 5 % anualmente e consome 320 000 unidades a Cr\$ 20,00 cada.

Há leito com lastro de pedra em 1 900 km. Continua o empedramento, ininterruptamente. Possui a estrada mais de 15 000 empregados. O material rodante está sendo padronizado.

Consome 15 milhões de cruzeiros de lenha (eucalipto e nó de pinho) e 40 milhões de carvão (250 000 t) anualmente.

Os trens tiveram, em 1953, 35 % de atraso nos seus horários de tabela.

A estrada de ferro, no ano passado, transportou 2 milhões de toneladas de carga nas suas diversas linhas. Em Porto Alegre chegaram 182 000 t.

2.2 — A REDE RODOVIÁRIA

Temos as seguintes estradas federais:

- 1) BR 37: Alegrete — Uruguaiana (155 km).
- 2) BR 2: Passo do Socorro — Vacaria — Caxias do Sul — Porto Alegre — Camaquã (400 km).
- 3) BR 77: Pelotas — Rio Grande (56 km).
- 4) BR 76: Bagé — Aceguá (61 km).
- 5) BR 59: Porto Alegre — Osório — Torres (229 km).

O D.A.E.R. construiu e mantém as seguintes estradas:

Pôrto Alegre — São Leopoldo — Montenegro — Taquari — V. Aires — S. Cruz.....	203 km
Montenegro — Cai — Farroupilha — Antônio Prado.....	162 km
Taquari — Estrêla — Encantado — Guaporé — P. Fundo.....	242 km
Farroupilha — B. Gonçalves — Nova Prata — L. Vermelha...	162 km
S. Cruz — Candelária — Cachoeira.....	100 km
P. Alegre — Taquara — S. Francisco de Paula.....	120 km
Cachoeira — Caçapava — S. Sopé — S. Maria.....	200 km
Guaíba — Tapés — Camaquã — S. Lourenço — Pelotas.....	302 km
Pelotas — Cerrito — Arroio Grande — Jaguarão.....	155 km
Caçapava — Lavras — Bagé.....	142 km
Uruguaiana — Alegrete — S. Francisco de Assis — G. Vargas — S. Pedro — S. Maria.....	410 km
S. Borja — S. Luiz — S. Angelo.....	214 km
S. Angelo — S. Rosa.....	63 km
C. Alta — Ibirubá — Carazinho — P. Fundo.....	174 km
Blau — Nunes — Primeira — Iral.....	182 km
C. Alta — Ijuí — S. Angelo.....	86 km
Caxias — Flores da Cunha — Antônio Prado.....	59 km
Guaporé — B. Gonçalves — Farroupilha — Caxias.....	122 km
Vacaria — Aparados da Serra.....	119 km

O Rio Grande possui 69 646 veículos a motor (46 143 de passageiros e 23 503 de carga) e 130 484 carroças e carretas.

Pelas rodovias riograndenses circularam em 1953 14 milhões de passageiros de município a município.

2.3 — A PRODUÇÃO RIOGRANDENSE

A produção gaúcha, segundo os últimos dados foi :

	TONELADAS	CRUZEIROS
1) Agrícola.....	5 578 323 t	6 135 855 000
2) Pecuária.....	386 407 t	4 478 773 111
3) Industrial.....	mais de 15 000 estabelecimentos fabris	9 735 209 230
4) Mineral.....	—	195 802 638

	1 000 t	CRUZEIROS
Trigo.....	510	2 227 107 000
Cebola.....	—	340 452 000
Fumo.....	—	371 878 000
Uva.....	—	252 387 000
Arroz.....	501	2 590 051 000
Batata Inglesa.....	—	584 965 000
Milho.....	1 200	—
Alfafa.....	136	—

O Rio Grande do Sul é o principal produtor de alfafa, aveia, cebola, cevada, feijão soja, trigo e tungue. Na fruticultura, caqui, castanha, figo, maçã, melão, nozes, pera, pêssego, tangerina e uva.

No ano passado o valor global dos produtos citados elevou-se a quase 3,5 bilhões de cruzeiros.

A área cultivada é de 2 390 590 ha.

O R.G.S. ocupa o 2º lugar como produtor de arroz, batata inglesa, batata doce, alho, amendoim e marmelo.

A exportação foi de 1 662 563 t no valor de Cr\$ 11 109 825 906,00, sendo 1 235 530 t para outros Estados no valor de Cr\$ 10 033 931 952,00 e o restante para o exterior.

A União arrecadou no Estado em 1952 Cr\$ 1 872 138 628,00.

2.4 — A REDE FLUVIAL E LACUSTRE (1)

Todos os grandes países do mundo que dispõem de extensa rede fluvial têm ultimamente procurado melhorar essas vias de transporte.

Os Estados Unidos, a Rússia, a Alemanha, a Bélgica, a Holanda, a Venezuela e a Argentina têm nestes últimos tempos dedicado grande atenção à melhoria dos seus cursos d'água com a construção de canais, desobstrução do leito, comportas, eclusas, etc.

A Alemanha fez grandes canais ligando o Oder ao Elba e Berlim a

(1) Mapa anexo.



Dantzig e Stettin. O tráfego nessa vasta rede interna foi em 1938 de mais de 4 milhões de toneladas. Constituiu esse o maior manancial do porto de Hamburgo.

Atrás das posições alemãs na Guerra de 1914-18 havia 2 300 km (Mosa e Escalda) de vias fluviais. A frota fluvial compreendia 464 vapores, 15 barcas, 79 rebocadores, 2 835 canoas e 326 chatas. Em 15 meses foram transportados 297 000 homens e 378 000 toneladas de materiais.

A navegação do Danúbio nas 1ª e 2ª Guerra Mundial prestou imensos serviços aos exércitos em operações.

Incluído no Plano Quinquenal há um grande projeto de melhoria dos rios argentinos. A inversão nessas obras atingirá a 3 bilhões e 210 milhões de cruzeiros.

O sistema fluvial riograndense abrange duas bacias: Uruguai e Lagoa dos Patos.

A bacia da Lagoa dos Patos ocupa 3/5 da superfície do Estado.

Pode-se dizer que o Rio Grande possui dois litorais: um marítimo e outro lacustre.

Tal é a real importância da rede fluvial tributária da Lagoa dos Patos que a vazão desta no Oceano atinge nas cheias a 40 milhões de metros cúbicos por segundo, isto é, metade de descarga normal do Amazonas.

Sobre o canal do Rio Grande escoadouro da rede do litoral assim se expressa o ilustre padre Balduino Rambo em sua obra *Fisionomia do Rio Grande do Sul*:

— "O volume de águas incomparavelmente maior da Lagoa dos Patos em choque frontal com a correnteza da Lagoa Mirim causou, primeiro bancos de areia, depois ilhas à maneira da dos Marinheiros, enfim, todo aquele complexo de sedimentos marítimos e lacustres, que admiramos. Hoje, a luta já está decidida: a Lagoa Mirim reduzida a canal de escoamento na parte setentrional, tornou-se tributária da Lagoa dos Patos. Em tempo de chuva no nordeste do Estado as águas da Lagoa dos Patos produzem no S. Gônealo uma correnteza para a Lagoa Mirim, dando-se o contrário, quando chove fortemente nas bacias fluviais da Lagoa Mirim. A forma côncava da margem sul da Lagoa dos Patos e a convexa da margem norte da Lagoa Mirim ainda hoje demonstram, quem foi o atacante e quem o vencido."

Do mirante a 20 km a leste de Pôrto Alegre os lagunistas e açorianos derivavam, uns para o litoral (Viamar), outros para o interior (Viamonte) daí o nome de Viamão, dado às alturas referidas.

A imaginação popular, porém, fez crer (aliás sem fundamento) que de Viamão se divisavam as cinco correntes que como os dedos de uma gigantesca mão, desciam para o Guaíba: Gravataí, Sinos, Cai, Taquari e Jacuí.

A história do Rio Grande se fez ao longo dos seus cursos d'água.

A colonização açoriana nas margens do Guaíba: a penetração jesuítica ao longo do Uruguai procurou depois os vales do Ijuí, do Ibicuí e do Jacuí.

A resistência à invasão espanhola se fez no canal do Rio Grande.

Por fim, a colonização alemã e italiana seguiu os cursos dos tributários da margem esquerda do Jacuí.

Os rios riograndenses balizaram o nosso progresso.

Veremos adiante, isoladamente, cada um desses cursos d'água.

O Rio Grande criou em 1940 na Secretaria de Obras uma Divisão de Hidrografia encarregada de estudar o regime dos rios riograndenses e os recursos no ponto de vista: navegação, irrigação e aproveitamento hidrelétrico.

Um conjunto de valorosos engenheiros tem feito excelentes trabalhos que servirão por certo para obras futuras projetadas.

Nestas condições já foram apresentados os seguintes estudos:

a) *Ligação de Pôrto Alegre ao Mar pelo norte da Lagoa dos Patos*:

Este projeto que tem o nome de Jorge Pôrto encurtará de 500 quilômetros o percurso dos navios na rota Pôrto Alegre-Rio.

Pôrto Alegre será então um pôrto de mar e será evitado o tráfego Pôrto Alegre-Rio Grande pelos canais interiores da Lagoa, os quais com 4,80 m de fundo limitam a carga dos navios e exigem uma dragagem permanente e onerosa.

É preciso não esquecer, porém, a necessidade do aparelhamento do cais acostável para ser o encurtamento uma vantagem efetiva.

Com esta solução o pôrto do Rio Grande ficaria apenas para a exportação dos produtos da pecuária (carne, couros, lãs) e dos arrozais dos vales do Camaquã e do Piratini.

O canal projetado cortaria a ponta de Itapuan pelo norte, o Rincão do Anastácio e o Saco do Sacramento. Os cortes em terra serão apenas de 22 km. Será aproveitada a pedreira de Itapuan.

O canal teria 44 metros de largura e 11 de profundidade. Seu valor aproximado de 300 milhões de cruzeiros. Um molhe só (sistema Ripley) protegeria a barra contra as correntes marítimas e as descargas da Lagoa.

Essa ligação se impõe no futuro para que o Rio Grande possa competir em preços com os seus cereais nas praças do Rio e São Paulo, concorrendo em igualdade de condições com os produtos deste último.

b) *Ligação do rosário de lagoas do litoral entre Quintão e Tôrres:*

Facilitaria o transporte de cebolas das restingas e escoaria a produção litorânea para a capital.

Em 1887 o engenheiro tenente-coronel Eduardo José de Moraes, apresentou à Assembléa de Santa Catarina um projeto de construção do "Canal Príncipe D. Afonso" o qual ligaria a vila de Laguna à cidade de Pôrto Alegre.

A extensão navegável seria de 304 km e o custo da obra de 16.000 cruzeiros.

A parte permanente utilizada era de 188 km; a que seria melhorada 83 km; a de abertura de canais 33 km.

Todos os rios e lagoas do litoral seriam aproveitados e a entrada na Lagoa dos Patos se faria pelo rio Capivari.

Uma variante foi prevista para, da Lagoa dos Barros, descer o rio Gravatal.

O canal (desatêrro) por aí seria maior, mas encurtaria de muito o acesso a Pôrto Alegre.

A gigantesca obra teria um canal de largura de 16 metros e uma profundidade mínima de 2 metros.

c) *Ligação da Lagoa Mirim ao mar permitindo uma saída direta do Jaguarão para o oceano:*

É objeto de estudo do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, atualmente. Essa passagem resolveria, cabalmente, nossos compromissos de condomínio da Lagoa como veremos adiante. O corte é ao norte da Lagoa Mangueira. Aproveitaria os arroios do Pastoreio e Xui para sair no oceano.

d) A abertura do Pôrto de Tôrres está condenada porque além de ser onerosa, pois exigiria como complemento a ligação ferroviária a Montenegro, não mereceu a aprovação do Estado-Maior da Armada.

Seria criar um novo pôrto com sacrifício dos dois existentes e sem uma solução geral compensadora.

Tamandaré se bateu, antes da Guerra do Paraguai, pelo Pôrto Militar de Tôrres ao tempo em que predominavam os navios de vela. Com êsse ancoradouro seriam evitados os ventos fortes da costa do Rio Grande e as correntes que se manifestam nessa região do litoral.

e) *A questão Portuária:*

O Rio Grande possui dois portos aparelhados: Rio Grande e Pôrto Alegre. O do Sul, com nove metros de profundidade e o da capital com 5 metros. Em Pôrto Alegre existem 3 docas para a navegação fluvial.

Acontece que o maior volume de carga escoo pelo pôrto raso.

É a seguinte a distribuição das cargas nos portos riograndenses:

Pôrto Alegre	60 %
Rio Grande	24 %
Pelotas	16 %

Enquanto não fôr aberto o canal de Pôrto Alegre (Guabi) convém desobstruir a Lagoa para permitir maior concentração de cargas no pôrto profundo: Rio Grande.

Esta solução exige a construção da estrada de ferro Canguçu-Barreto-P. Fundo, felizmente já incluída no Plano Nacional.

f) Os estadistas são os governantes que têm a visão do futuro. Assim Caxias. Em mensagem a Assembléia da Província sugeriu em 1846 a ligação Jacui-Ibicui por um canal de S. Gabriel ao Passo de S. Borja, no rio Santa Maria. No futuro essa obra terá, por certo, o nome de seu grande paladino que, além de ter harmonizado as facções políticas rio-grandenses, procurou a ligação dos seus interesses econômicos (Mensagem à Assembléia do Rio Grande do Sul — I-III-846). (1)

g) Coube aos jesuitas a primazia das obras no sistema fluvial rio-grandense, pois eles começaram a construção de um gigantesco valo ligando o banhado do Jacaré ao arroio Jaguari, afluente do Santa Maria, por volta do ano de 1730. Até hoje existem os vestígios dessa obra. Procuravam eles secar o grande pantanal aí existente para empregar essa imensa várzea com as suas plantações. Esse importante trabalho parece ter sido orientado pelo grande padre Antônio Sepp, o valoroso substituto do padre Roque Gonzalez, na catequese guaranítica das Missões Orientais no Uruguai.

3.0 — OS RIOS

3.1 — JACUI (rio dos jacus)

1. Nasce em Passo Fundo na Coxilha do Pulador. Seu curso é de 565 km. Sua bacia imbrifera é de 73 000 km².

2. Navegação :

No curso inferior este rio é navegável até Porto das Charqueadas em São Jerônimo, numa distância de 46 km para calados de 3,20 m. Acima, até Porto Conde, no km 68, circulam embarcações de 2,50 m de calado. Até Rio Pardo, a 147 km da capital trafegam barcos de 1,50 m, sendo a navegação permanente.

Em Cachoeira do Sul as águas escasseiam durante a estiagem e o calado desce a 1,20 m. A navegação é possível em 38 % do ano.

A redução de várias corredeiras em Cachoeira e pouco acima vai favorecer a navegação franca até Dona Francisca a 360 km da capital.

O Governo Federal já estudou a desobstrução do rio neste trecho e está atacando o serviço na cachoeira do Fandango.

A barragem em Cachoeira permitirá um calado de 1,50 m até o Passo do Verde no Vacacai e de 1,20 m até Dona Francisca.

Para Porto Alegre, pelo rio Jacui, desceram 216 000 t de carvão ; 112 000 t de cascalho e areia para construções (1953).

O movimento de importação e exportação pelo rio foi de 555 000 t.

3. Potencial hidrelétrico :

O salto do Jacui está avaliado em 150 000 cv.

A barragem de Ernestina forma a bacia reguladora da Central do Jacui (46 600 kw) e acumula 250 milhões de m³. A usina tem capacidade de 4 200 kw.

No Ivai, afluente da direita do Jacui, existe uma barragem secundária. A usina tem 740 kw. Fornece energia para Júlio de Castilhos e Tupanciretã.

(1) Em estudo atual parece indicar, como mais conveniente, a ligação dessas bacias pelo Arroio Arenal ao Sul de S. Maria.

3.2 — TAQUARI (rio dos barrancos)

É o rio de maior importância econômica do Brasil. A sua bacia apresenta uma colheita agrícola de cerca de 400 mil t.

1. Nasce nos Aparados da Serra a 1 000 m de altitude com o nome de rio das Antas. Seu formador corre na região mais bela do Brasil: a paisagem, o clima e a fertilidade do solo formam um conjunto inigualável no território nacional, segundo o conceito de vários geógrafos.

O curso do Taquari é de 515 km. Sua bacia coletora é de 23 264 km². Sua foz no Jacuí dista 56 km da capital.

Pouco acima da barra a largura do Taquari é de 600 m.

2. Navegação:

A navegação permanente para calados até 2,50 m vai a Taquari (km 87); calados até 1,50 a Bom Retiro (km 121).

Durante as cheias (52 % do ano) navega-se até Muçum (Gen. Osório) (km 198).

Nove companhias exploram a sua navegação com mais de 100 embarcações com a capacidade total de 4 500 t.

O movimento econômico é em tonelagem aproximadamente de 500 mil t de importação e exportação pelo rio.

3. Potencial hidrelétrico:

A usina de Saltinho no rio das Antas com uma capacidade de 850 kw. Fornece energia para Vacaria, Antônio Prado, Nova Prata e Veranópolis.

3.3 — CAI (rio da floresta)

1. Nasce com o nome de Santa Cruz em São Francisco de Paulo. Tem 170 km de curso. Sua foz no Jacuí dista 15 km de Porto Alegre. Sua bacia coletora é de 4 500 km². A largura do rio é de 80 a 100 m no curso médio e baixo. É sujeito a enchentes.

2. Navegação:

De Porto Alegre até São Sebastião do Cai, numa distância de 81 km, normal para calado até 1,20 m. Três empresas exploram a navegação.

O Eng. Costa Gama, foi iniciador das obras de melhoramentos desse rio. Em 1895 ele construiu a barragem Rio Branco parcialmente destruída depois por uma enchente. Os baixios foram redragados. Foi inteiramente reformada a barragem e a eclusa melhorada. O porto do Cai foi aparelhado convenientemente. Por esse rio, em 1952 houve um movimento de 175 mil t de produtos.

3. Potencial hidrelétrico:

A usina de Bugres com 10 800 kw e a do Passo do Inferno com 1 350 kw, que serve os municípios de São Francisco de Paula, Caxias, Canela e Flores da Cunha. A barragem de Canastra formará uma bacia de acumulação de 42 milhões de litros.

3.4 — RIO DOS SINOS

1. Nasce em S. Francisco de Paula. Seu curso é de 165 km.

2. Navegação:

Normal até S. Leopoldo a 34 km da foz no Jacuí. Dista sua barra 14 km da capital.

Na época das cheias a navegação se estende até Pôrto da Paciência a 109 km da capital.

O movimento econômico (importação e exportação) foi de 65 300 t. Há uma empresa de navegação nesse rio.

3.5 — GRAVATAI (gravata-i, rio dos gravatás)

1. Tem suas cabeceiras em Santo Antônio da Patrulha. Seu curso é de 72 km.

2. Navegação :

De Pôrto Alegre aos Frigoríficos, numa extensão de 12 quilômetros, permite uma navegação de 4,50 m de calado. A 32 km da foz dá passagem a barcos de 1,20 m de calado. Com águas é navegável até 61 km da barra : Passo dos Negros.

3.6 — LAGOS OU LAGOAS NAVEGÁVEIS

As lagoas navegáveis são : Pinguela, Quadros, Itapeva, Casamento e Mostardas.

As lagoas Pinguela, Quadros e Itapeva são ligadas entre si, por meio de canais, servem para o tráfego de passageiros e carga de pequenas embarcações entre a cidade de Osório, Vila de Maquiné e São Pedro, próximo de Tôrres.

A lagoa do Casamento comunica-se com a Lagoa dos Patos e é navegável até a Vila de Palmares, que é ligada a Osório por uma pequena estrada de ferro.

A lagoa Mostardas é navegável até o pôrto de Mostardas. Esta lagoa comunica-se com a Lagoa dos Patos.

3.7 — LAGOA DOS PATOS

1. O desaguadouro do Jacuí na Lagoa se faz por meio do Guaíba (lagamar profundo) num curso de 55 km.

Mede, a Lagoa, 235 km de Palmares ao Canal de S. Gonçalo. Permite pelos seus canais uma navegação para calado de 5 m. Possui dragagem permanente. A sua largura média é de 56 km; sua área 10 360 km².

2. Navegação :

Onze Companhias se ocupam da navegação :

- a) Linha Pôrto Alegre-Palmares;
- b) Pôrto Alegre-Tapes-Velhaco;
- c) Pôrto Alegre-Jaguarão-S. Vitória.

O Capivari liga a Lagoa dos Patos à dos Barros. É navegável 18 km. Mede 34 km de curso.

O Palmares é navegável até Conceição do Arroio. Mede 45 km de curso.

O Velhaco desemboca ao norte da boca do Camaquã. Mede 75 km de curso; é navegável 23 km acima da boca.

3.8 — CANAL DE S. GONÇALO

Mede 74 km. Liga a Lagoa Mirim à Lagoa dos Patos.

O Pôrto de Pelotas está sendo aparelhado.

3.9 — LAGOA MIRIM

Mede 180 km.

O tratado de 1910 (Decreto n. 7.992, de 11-V-910) do Barão do Rio Branco concedeu aos uruguaios o condomínio das águas da Lagoa, do Jaguarão e do Canal de São Gonçalo para o trânsito rumo ao oceano. Na citada Lagoa e nas margens do rio Jaguarão os dois países não poderão construir fortificações permanentes. As duas partes só poderão ter, nessas águas, 3 pequenos barcos com armamento a ser acordado.

Há um projeto do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, ligando a lagoa ao mar.

Algumas companhias exploram a navegação da Lagoa e do S. Gonçalo.

Acha-se em construção, em fase de acabamento, o porto de Santa Vitória do Palmar.

3.10 — RIO JAGUARÃO

Seu curso é de 215 km.

É navegável até 27 km da foz por embarcações de 1,20 m de calado.

Dois barcos fazem a linha S. Vitória-Jaguarão-Pelotas.

Com pequenas obras a navegação poderá se estender até 50 km da barra (Picada do Maia).

3.11 — RIO PIRATINI (pirô-tin-I, rio do merre agudo)

Nasce na Coxilha de Santo Antônio no local denominado Capão dos Corvos.

Tem 140 km de curso. É navegável até o Passo do Ricardo a 39 km da foz para barcos de 1 metro de calado.

3.12 — CAMAQUA (cama-quã, rio da toca) (região de cêrros, coxilhas)

1. Nasce na serra de Santa Tecla. Deságua na Lagoa dos Patos. Tem 350 km de curso. É navegável até Abolição a 80 km do delta. É muito sinuoso.

Sua bacia é de 15 000 km².

O Eng. Fonseca Rodrigues foi o primeiro a estudar a navegação deste rio, projetando seus melhoramentos.

2. Navegação :

Com as obras permitirá a navegação até 120 km da foz com barcos de 1,20 m de calado.

3. Potencial hidrelétrico :

Em Paredão, para abastecer Pelotas e Rio Grande, poderá ser construída uma usina.

3.13 — VACACAI (rio do mato das vacas)

Nasce na serra do Batovi.

1. É o maior afluente da margem direita do Jacuí. Tem 275 km de curso. É um rio de planície.

2. Navegação :

Em 1847 a Assembléia da Província votou uma verba de 20 mil cruzeiros para o descomatamento do rio, a fim de permitir a navegação até S. Gabriel. As obras foram parcialmente executadas pois o crédito foi insuficiente. Mais tarde em 1861, novamente 30 mil cruzeiros foram destina-

dos a esse serviço, mas o presidente da Província não fez retomar os trabalhos. Em épocas normais o rio é franqueado até a boca do S. Sepé na Cachoeira do Batista, 22 km da foz.

No dizer dos técnicos (Dr. Godoy e outros) esse é um rio de fácil dragagem e que comportará franca navegação até São Gabriel, permitindo o escoamento dos arrozais de suas várzeas.

3.14 — IBICUI (rio da areia)

É o maior afluente da margem esquerda do Uruguai. É um rio de baixada. Seu curso é de 450 km. Sua bacia coletora é de 40 000 km². Nasce em Val de Serra (Santa Maria). É navegável de maio a outubro até passo do Umbu para barcos de 0,60 m (160 km).

Alfredo Varela estudou e descreveu este rio, aconselhando os melhoramentos que permitirão navegação permanente até a Vila de S. Pedro a 190 km da foz.

O Padre Roque Gonzalez foi o grande desbravador do rio Ibicui. Por ele subiu esse grande missionário em 1626, indo aportar nas imediações da atual S. Martinho (Santa Maria). Aproveitou por certo a época das chuvas para fazer essa arriscada expedição.

Torna-se urgente represar as águas deste rio a jusante de Alegrete.

3.15 — RIO URUGUAI (rio dos caracóis ou dos cascalhos)

1. Nasce nos campos dos Canhamboras, no Alto do Bispo na Serra Geral, a mais de 1 000 m de altitude.

Ao receber o rio Canoas, afluente da margem direita, toma o nome de rio Uruguai.

Alfredo Varela fez, no passado, uma descrição minuciosa dessa caudal.

Modernamente o Padre Geraldo Pauwels, ao estudar os limites entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, fez um estudo completo do Uruguai à luz dos documentos do Itamarati.

Seu curso é de 2 046 km, sendo 1 516 em terras brasileiras.

Os trechos deste rio são: cabeceiras do Pelotas à barra do Canoas, 305 km; deste ponto à barra do rio do Peixe, 95 km; daí à foz do rio Passo Fundo, 200 km; dessa confluência ao Peperiguaçu, 221 km; daí à barra do Quarai, 695 km; do Quarai ao estuário do Prata, 530 km. Total: 2 046 km.

Sua bacia imbrifera é de 384 000 km².

2. Corredeiras:

S. Pedro a 15 km acima da barra do Quarai; S. Ana Velha a 30 km a montante; Ilha Grande a 40 km da anterior; S. Marcos, 30 km mais acima.

Abaixo do alto Uruguai há a primeira cachoeira para quem sobe o rio em terras brasileiras.

Os saltos de Marcelino Ramos e Mucunan tornam a navegação impraticável nesse trecho.

3. Largura:

Frente à Uruguaiana a largura do rio é de 1 300 m; em Itaquai, 800 m; em S. Borja, 689 m; em Garruchos, 500 m.

Na foz do rio Socorro só atinge a 300 m; no Passo de S. Vitória (barra dos Touros), 130 m; na boca do rio das Contas, 33 metros.

4. Navegação :

A via férrea quase liquidou a navegação regular brasileira entre Quaraí e S. Borja.

Com alguns melhoramentos o rio Uruguai pode dar navegação regular para navios de 1,80 m de Quaraí até Santo Isidro, a 345 km ao norte (sul da barra do Ijuí).

Os estudos foram feitos pelo Eng. Cândido José Godoy.

Acha-se em construção o pórtio de São Borja.

5. Potencial hidrelétrico :

A 15 km à jusante de Marcelino Ramos há o estreito de Itarape, queda d'água avaliada em 47 000 c.v. A 10 km ao sul da barra do Peperiguaçu há o salto Mucanan, entre o Brasil e a Argentina, cuja descarga é estimada em 15 000 c.v.

O Padre Balduino Rambo assim se refere ao rio Uruguai :

—“Tão grande é a importância do Salto no rio Uruguai, negativa para os espanhóis, positiva para os portugueses, que se pode afirmar afoitamente : se o Uruguai fôsse navegável como o Paraná, o Rio Grande do Sul hoje não seria Estado do Brasil, mas parte das repúblicas de língua castelhana.”

O Alto Uruguai de Marcelino Ramos para cima é cheio de rápidos e corredeiras.

Apesar de em alguns trechos ter 500 m de largura, não é mais do que um grande lajeado.

4.0 — CONSIDERAÇÕES FINAIS

A frota das 48 empresas de navegação existentes atualmente no Rio Grande do Sul compreende mais de 300 embarcações com a capacidade aproximada de 17 000 t.

Consta de transporte de carga, passageiros, reboques, balsas, dragas, etc.

Existem mais de 3 000 pessoas em atividades fluviais e lacustres.

São embarcações de variada propulsão : a motor, a vapor e de remo e vela.

Além disso são navios de diversas acomodações para cargas, nem sempre próprios para os transportes militares.

Para que o Rio Grande possa aproveitar em boas condições o seu sistema fluvial, na paz e na guerra será conveniente tomar as seguintes medidas :

a) Padronizar as embarcações de carga e passageiros nos portes, de 100, 200, 500 e 1 000 toneladas ;

b) incentivar os estaleiros riograndenses na construção e não apenas no reparo ;

c) criar em Porto Alegre uma frota de transporte militar constituída de barcas que permitam o transporte de carros de combate ;

d) criar uma flotilha de guerra para operar na Lagoa dos Patos e seus tributários ;

e) criar uma flotilha de transporte militar em Alegrete (Ibirapuitan) ;

- f) Defesa móvel da barra do Rio Grande e do litoral de Tramandaí ;
 g) aparelhar os portos de Cachoeira, Bom Retiro, S. Lourenço, Arambaré, Cai, etc.

Desenvolver um amplo plano de melhoria do nosso sistema fluvial nos estudos já feitos pelos órgãos técnicos competentes, que permitiria aumentar de 936 km o percurso existente nas nossas aquavias, da seguinte maneira :

Rio Jacuí	213 km até Dona Francisca
Taquari	77 km até Muçum
Sinos	62 km até Porto Paciência
Gravatá	29 km até Passo dos Negros
Ibicuí	190 km até São Pedro
Camaquã	160 km até Lavras
Jaguarão	23 km até Picada do Maia
Vacacai	182 km até S. Gabriel
Total	936 km

Com a realização do Plano de Viação Nacional no tocante ao Rio Grande do Sul, sua ligação com o centro do País e com os melhoramentos da rede riograndense teremos elementos logísticos suficientes para enfrentar qualquer ataque na nossa fronteira sul.

Finalizando, direi como o eminente Padre Balduino Rambo :

— " Os campos e as ruínas da Mesopotâmia e do Egito, o cenário redentor da Palestina, as praias geradoras da cultura ocidental do Mediterrâneo, todos os palcos, enfim, em que a nossa gente atuou nos grandes esforços de paz e de guerra evocam as sombras do passado, enriquecendo a paisagem com o mais precioso de todos os elementos estéticos, o Homem.

No Rio Grande do Sul, a Lagoa dos Patos e a parte navegável da bacia do Guaíba, viram os épicos lanços da colonização açoriana ; a borda da serra e o Vale do Uruguai viram e continuam a ver, a epopéia das migrações rurais ; a Serra do Sudeste e a Campanha viram as cenas heróicas das guerras cisplatinas e da República Farroupilha ; são paisagens que exalam o perfume imperecedouro que se prende aos vestígios do homem.

A paisagem humana mais profundamente impressionante é a das antigas reduções jesuíticas. Ali não falta nenhum elemento humano : os cantos de guerra das tribos dos guaranis, as entradas épicas dos missionários e dos bandeirantes, a cruz de Cristo chantada nos mirantes do tape, a caridade cristã implantada no coração dos bárbaros, a bondade simbolizada na nascente cultura, a malícia na sua forma mais repelente — florescimento, progresso — abandono e destruição — ruínas e destroços. E por cima de tudo isso, nova vida medra e frutifica nos nossos dias : é um quadro simbolizando todas as fases da atividade e das paixões humanas".

ANEXO 1

**MENSAGEM DO BARÃO DE CAXIAS À ASSEMBLEIA
DO RIO GRANDE DO SUL**

Em 1-III-846

OBRAS PÚBLICAS

Após os grandes elementos morais de civilização, grandeza, e fortuna dos povos, ocupam o primeiro lugar entre os elementos materiais de sua prosperidade as estradas, canais e pontes, que, facilitando as comunicações das Cidades e Vilas entre si, estreitam os laços de confraternidade, animam o comércio, despertam a indústria, e aumentam a fonte das riquezas.

Obras de tão grande momento está a Província pedindo com instância; e são tantas as suas necessidades a este respeito, que temo não poder indicar tôdas, contentando-me em mencionar as principais.

A abertura de Canais e limpeza de Rios. A importância que vai adquirindo a cidade de Pelotas, e o futuro de prosperidade que promete, estão reclamando com urgência a abertura da barra do Canal de São Gonçalo.

De igual necessidade é a escavação do lugar denominado o Sangradouro na embocadura da lagoa Mirim, e o do baixo do Canguçu na lagoa dos Patos; o que se pode fazer ou por meio uma barca de escavação, ou de uma grade de ferro, a jeito de charrua agrícola, que arrastada por uma barca de Vapor, arrase o álveo do rio, deslocando dêle as areias e pondo-as à mercê da correnteza das águas. O Canal da Barra do Rio Grande necessita também ser beneficiado.

Convém desde já destruir as cachoeiras que dificultam a navegação do Jacuí, limpar o rio dos Sinos e o Vacacaí desde sua foz no Jacuí até a povoação de São Gabriel.

Para que seja navegável todo o interior da Província, bastaria, por meio de um canal, estabelecer-se a comunicação do Vacacaí ao rio Santa Maria, desde S. Gabriel até o passo de São Borja, ou da Lagoa, o que é tão fácil, como de grande utilidade, aproveitando as imensas lagoas (banhados) que medeiam entre aquelas paragens.

Lembro também a necessidade de se melhorar o balizamento da Lagoa dos Patos, e de se collocarem quatro faróis ou lanternas nas pontas de Itapuan, Cristóvão Pereira, do Bujaru e do Estreito.

MOVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO 2

RIOS	1952 (1 000 t)		
	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO	TOTAL
Jacui.....	Carvão 216	Gasolina 10	
	Pedra-areia ... 112	Querosene 4	
	Cal 16	Cimento 3	
	Lenha 5	Adubos 2	
	Madeira 0,7	Aço-ferro 4	
	Arroz 66	Cerveja 4	
	Trigo 12	Açúcar 7	
	Fumo 1	Tintas 4	
	Banha 2	Sal 2	
	505	50	555
Taquari.....	Pedra-areia ... 288	Gasolina 17	
	Lenha 38	Querosene 2	
	Madeira 11	Cimento 4	
	Banha 19	Adubos 4	
	Felão 10	Aço-ferro 4	
	Milho 5	Cerveja 3	
	Fumo 11	Açúcar 7	
	F. Mandioca ... 11	Tintas 4	
	Trigo 6	Sal 5	
	Arroz 5		
	431	65	496
Caí.....	168	7	175
Sinos.....	65	0,3	65,3
Gravatá.....	5	3	8
Quatiba.....	47	8	55
Lagoa.....	35	9	44
TOTAIS GERAIS	1 196	143	1 339

ANEXO 3

PRATICABILIDADE DA NAVEGAÇÃO

RIOS	CALADO		
	1,80 m e mais	1,20 m	0,60 m
Jacui.....	NAVEGAÇÃO PERMANENTE		
	P. Alegre (S. Jerônimo) (km 46) (2,20 m)		
	—		
	P. Conde (km 63) (2,50 m)	Rio Pardo (km 147) (1,50 m)	
		88 % do ano	
		Cachoeira (km 237) (1,20 m)	Durante as cheias
			Dona Francisca (km 360) (0,60 m) Vacacai- Passo do Verde (km 0 — km 65)
Taquari.....	NAVEGAÇÃO PERMANENTE		
	S. Jerônimo-Taquari (km 56 — km 87) (2,50 m)		
		Bom Retiro (km 121) (1,50 m)	52 % do ano
			Muçum (km 198)
Cai.....		P. Alegre- S. Sebastião do Cai (km 0 — km 81)	
Sinos.....		P. Alegre- S. Leopoldo (km 0 — km 47)	Pôrto Faciência (109 km)
Gravatá.....	P. Alegre- Frigoríficos (km 0 — km 12) (4,50 m)	Gravatá (km 32)	

ANEXO 4

RIOS	CURSO (km)	NAVEGÁVEL (km)	BACIA (km ²)
Caí.....	170	81	4.500
Camaquã.....	350	80	1.500
S. Gonzalo.....	74	74	—
Gravatá.....	73	32	2.000
Guaíba.....	55	55	300
Ibicuí.....	450	160 (cajado 0,60)	4.400
Jacuí.....	565	147	73.000
Jaguarão.....	215	27	5.174
Lagoa dos Patos.....	235	235	—
Lagoa Mirim.....	306	306	50.638
Piratini.....	140	39	—
Sinos.....	165	47	—
Taquari.....	515	65	23.264
Uruguai.....	2.046	345	—
Vacacai.....	275	65	—

ANEXO 5

RIOS

LOCALIDADES E DISTÂNCIAS VIA FLUVIAL

- a) Caí..... Pôrto Alegre (km 0) — Montenegro (km 50) — São Sebastião do Caí (km 81) — Pôrto Peixoto (km 110)
- b) Camaquã..... Abolição (km 80) — Passo da Guarda (km 120) — Lavras (km 240)
- c) Gravatá..... Pôrto Alegre (km 0) — Frigoríficos (km 12) — Gravatá (km 32) — Passo dos Negros (km 61)
- d) Ibicuí..... Passo do Umbu (km 160) — São Pedro (km 190)
- e) Jacuí..... Pôrto Alegre — Charqueadas (S. Jerônimo) (km 48) — Pôrto Conde (km 68) — Amarópolis (Santo Amaro) (km 75) — Rio Pardo (km 147) — Cachoeira do Sul (km 237) — Dona Francisca (km 360)
- f) Jaguarão..... Jaguarão (km 27) — Picada do Maia (km 50)
- g) Piratini..... Passo do Ricardo (km 39)
- h) Sinos..... Pôrto Alegre-São Leopoldo (km 47) — Pôrto Paciência (km 109)
- i) Taquari..... São Jerônimo (km 56) — Taquari (km 87) — Lajeado (km 145) — Capitão Miguel (km 117) — Bom Redo (km 121) — Muçum (Gen. Osório) (km 195)
- j) Vacacai..... Cachoeira do Batista (km 23) — Passo do Verde (km 65) (+ 204 km) São Gabriel

ANEXO 6

EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO FLUVIAL DO RIO GRANDE DO SUL

1954

<i>Rio Jacuí</i>	— Navegação Cachoeira — Navegação Carioca — Navegação Nogueira — Becker Ltda. — Carola — Lajeado — Nitzke Górgen — Princesa do Jacuí — Aliança — Navegação Arnt Ltda — Navegação Progresso — Costi S. A. — Navegação Capital — Ritter — Montenegro
<i>Rio Taquari</i>	— Navegação Capital — Nitzke Górgen — Aliança — Ritter — Lajeado — Costi S. A. — Montenegro — Navegação Progresso — Navegação Arnt Ltda.
<i>Rio Cai</i>	— União Fluvial do Cai — Sociedade Montenegrina Nav. — Lajeado
<i>Rio dos Sinos</i>	— E. Daudt Irmãos
<i>Lagoa dos Patos</i>	— Empresa de Navegação Fluvial e Lacustre — Becker Ltda. — Navegação Tavares & Cia Ltda. — Walter Dreher — Cruzeiro do Sul — Aliança — Navegação Taquara — Carola — Dr. Rubens Cibílis — Sampaio Nickhorne — Timm
<i>Canal S. Gonçalo</i>	— Marcellio Elichirigoity
<i>Rio Uruguai</i>	— Amaro Robalo — Albino Borowsky — Dorneles C. Silva — Doralicio Balestra — Roberto Ferrari & Cia.

Rio Guaíba.....	— Navegação Progresso
Lagoa Mirim.....	— Anselmi
Rio Camaquã.....	— Jacinto Silveira

BIBLIOGRAFIA

- Revista da Sociedade de Engenharia (Rio Grande do Sul).
Plano Geral de Viação Nacional.
Breno Hoffmann — Transportes Fluviais — Rio Grande do Sul — 1935.
O. Sampaio E. Lacê Brandão — Roteiro Lacustre e Fluvial do R.G. do Sul.
Revista Marítima Brasileira — Julho-agosto — 1932.
Trabalhos do Dr. Jorge Pôrto e do Dr. José Batista Pereira.
Fisionomia do Rio Grande do Sul — Padre Balduino Rambo.
Trabalhos da Divisão de Hidrografia da S.V. e Obras Públicas.
O problema das chelas no Rio G. do Sul — Eng. Sílvio L. Couto.
Divisa do Rio G. do Sul e S. Catarina — Padre Geraldo José Pauwels, S.J. — 1926.
Fascículos do D.E.E.
Relatórios da V.F.R.G.S.
Relatórios do D.A.E.R.
Relatórios da C.E.E.E.
Relatórios do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais.
Boletins do B.N.O.E.
Dados do D.E.P.R.C.

• • •

N.R. — O Exmo. Sr. Gen. Rafael Danton, nosso atual presidente, não é somente um chefe militar de larga projeção, mas também é uma das figuras mais eminentes da intelectualidade brasileira, cuja dedicação aos estudos de Geografia e História, desde sua juventude, acabou tornando-o um verdadeiro conhecedor dos problemas de nossa Terra e de nosso Povo.

O presente trabalho, que temos a honra de publicar, não só evidencia o que acima dissemos, como também traduz aquela paixão muito característica que o gaúcho consagra à sua fértil e amena província, à qual a Natureza proporcionou, realmente, um admirável conjunto de riqueza e beleza.

R.R.

O REMUNICIAMENTO ERA MAIS IMPORTANTE!

(ANEDOTARIO DA FEB)

No ataque do dia 12 de dezembro ao MONTE CASTELLO, o 2º Sargento David da Cunha Braga, da C.C.P. III do Regimento Sampaio, fazia o remuniciamento do Batalhão. Seu "jeep" tombou em uma ribanceira e ele, sem sentidos, foi transportado para o Posto de Socorro do Batalhão. Supunha-se que estivesse morto.

Os médicos despiram-no para o examinarem. Cerca de uma hora depois, ele recuperou os sentidos e, sentando-se na maca, perguntou:

— "Que horas são?"

— Nove horas.

— "Deus do Céu", exclamou, o "remuniciamento está atrasado".

Braga, fugindo aos médicos e enfermeiras, que o queriam reter para o exame, correu para fora, despido como estava, enfiando as roupas enquanto caminhava.

E foi continuar a remuniciar o Batalhão.

Tal noção de responsabilidade, tal amor ao cumprimento do Dever, deve servir de exemplo à atual geração e às futuras.

Muitos daqueles que lutavam, labutam hoje na vida civil. Outros continuam nas fileiras na tarefa de treinar outros heróis:

A lembrança dos companheiros de caserna jamais se apaga de nossa lembrança. Por isso o Major reformado Paulo Ramos faz questão que todos os companheiros que procuram a "CASA NENO" sejam atendidos da melhor maneira.

Apresente sua identidade e leve no mesmo momento a mercadoria escolhida. Tudo em 10, 15 ou 20 pagamentos mensais.

Procure a "CASA NENO" num dos seguintes endereços, de acordo com a sua conveniência:

Rua Sete de Setembro, 145 — Tel. 43-2215 e 43-9134 (Matriz)

Rua Buenos Aires, 151 — Sobrado — Tel. 43-7778

Avenida Passos esquina Presidente Vargas — "Esquina da Casa Neno" — Tel. 43-6905

Rua República do Líbano, 7 — Tel. 22-4590

Em Madureira: Rua Maria Freitas, 110 (loja própria)

Em Niterói: Rua da Conceição, 47

Na Penha: Largo da Penha, 59-C.

Rádios, Geladeiras, Televisão, Pianos, Liquidificadores, Ferros de engomar, Toca-discos, Enceradeiras, Ventiladores, Relógios, Bicicletas, Máquinas de lavar, Aspiradores e demais artigos elétricos, Máquinas de costura, Máquinas fotográficas,

Motocicletas, Máquinas de escrever

Um mundo de coisas ao seu dispor

A SITUAÇÃO DO PAÍS EXAMINADA PELO COMÉRCIO

Discurso proferido pelo Sr. Rui Gomes de Almeida, por ocasião de sua posse, nas presidências da Federação das Associações Comerciais do Brasil, da Associação Comercial do Rio de Janeiro e da Federação das Câmaras de Comércio Estrangeiras.

"Ao assumir o cargo de Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, da Federação das Associações Comerciais do Brasil e da Federação das Câmaras de Comércio Estrangeiras, sinto que recai sobre os meus ombros uma dupla responsabilidade. É que, além dos árduos encargos que a Presidência destes organismos impõe, sucede a essa figura invulgar, dotada de qualidades morais e intelectuais as mais altas, que caracterizam os grandes líderes, e que é Carlos Brandão de Oliveira. Estou, portanto, possuído de plena consciência da magnitude dos deveres cujo exercício me foi transferido. Esses deveres são de tal ordem que, não os aceitaria, se não tivesse, de antemão, a certeza de contar com a solidariedade e com o apoio dos meus companheiros, os quais, com a sua experiência, os seus conhecimentos e o seu espírito de luta em prol das causas das classes produtoras, suprirão as minhas carências. Na Presidência, procurarei ser servo fiel da comunhão de ideais que prevalece na Casa de Mauá e que irmana todos os seus companheiros numa dinâmica e harmoniosa colméia de trabalho, pelos interesses gerais da economia do país.

Nos próximos dois anos, teremos de enfrentar os mesmos problemas econômicos com que se defrontou, brava e sábiamente, a gestão anterior. Ao nos batermos pela solução desses problemas, poderá parecer, à primeira vista, que, por falta de originalidade, somos repe-

tidores de velhos e gastos refrães, quando, na realidade, a insistência nos mesmos temas decorre do alheamento do mundo político brasileiro aos rumos e caminhos que as classes produtoras telham em apontar.

Estamos vivendo o momento histórico em que se encerra o ciclo das transformações desencadeadas pela revolução de 30 e um novo deverá ter começo. Graças à perspectiva que nos oferece o decurso do tempo, podemos hoje interpretar o real sentido político econômico desse período que vem de 30 até nós.

Antes de 30, apresentava, ainda, a economia brasileira características nitidamente coloniais e o nacionalismo de Vargas constituiu uma reação no sentido da emancipação econômica brasileira.

A reação contra o colonialismo que caracterizou o período posterior a 30, teve, como é natural a toda reação, os seus exageros, atingindo o seu ponto culminante na solução estatista dada ao problema do petróleo.

As condições nacionais e internacionais, hoje, muito diversas das reinantes em 1930, quando se iniciou essa revolução, exigem dos responsáveis pela direção política de nosso país, uma revisão dos valores ideológicos predominantes nessa época já ultrapassada, a fim de que se tracem as diretrizes ditadas pelos interesses e pelas necessidades gerais.

O país conta, agora, com poderoso parque industrial e um mercado interno muito mais amplo, e não é mais tolerável esse apego aos velhos chavões que, décadas atrás, constituíam uma atitude revolucionária. As idéias que envelheceram pelo seu desajustamento às realidades novas, penetraram, entretanto, nas massas, em virtude do longo tempo de sua pregação e de sua prática, tornando-se uma força sentimental e emocional, que o político imediatista explora como alavanca eleitoral, sem a menor consideração pelos reais interesses do povo. Uma vez que seria penoso e arriscado a inovação de métodos e normas que as novas circunstâncias estão a indicar, os nossos dirigentes limitam-se à repetição de fórmulas feitas. A continuidade desse anacronismo significa a estagnação, e mais do que a estagnação, a decadência da vida econômica nacional.

Os abencerragens dessa era ultrapassada raciocinam, ainda, como se o Brasil se encontrasse num estágio econômico primário, desconhecendo possuir-mos unidades federadas como o Distrito Federal e São Paulo, em que o nível de renda "per capita" se equipara ao de países altamente desenvolvidos, como a França e a Bélgica. Os velhos temores colonialistas, que se justificavam em estágio-mais recuado de nosso desenvolvimento e face às espoliações sucedidas com frequência em áreas atrasadas, no século passado, continuam apossando-se de nós e impedindo-nos de agir racionalmente, seguindo o exemplo de países adiantados. Essa política nacionalista têm-se caracterizado por concessões iníquas a aventureiros internacionais, que encheram a história da CEXIM, e pelo bloqueamento, muitas vezes total, aos capitais estrangeiros que poderiam destinar-se à infra-estrutura econômica. Essa orientação ainda continua, pois vemos organizações favorecidas com negócios de importação, que representam verdadeiras dâdivas principescas, ao mesmo tempo que se impede a empreendedores estrangeiros, idôneos

e capazes, colaborarem conosco na produção do petróleo de que necessita o Brasil para sobreviver. Têm-se praticado, assim, duplo atentado contra a fortuna nacional, dando-se de presente a vorazes especuladores de outras plagas as nossas caras divisas e criando-se obstáculos a que o país produza dentro de suas fronteiras, com a necessária rapidez, sem sacrificar toda uma geração, combustível bastante para que não sucumba de anemia.

A dívida externa se acumula graças a essa política suicida. Todos sabem o sentido que tem uma dívida externa como fator de diminuição da renda nacional, pois enquanto os débitos internos importam em mera transferência de riquezas, sem originar empobrecimento nacional, as divisas que saem para satisfazer os compromissos acumulados, redundam em grave perda de substância para a comunidade brasileira.

Atingimos um clima emocional em que não se quer ouvir a voz dos homens de bom senso, em que o Governo encolbe os ombros e lava as mãos como Pilatos, diante da tragédia nacional, por falta de coragem de assumir uma atitude histórica que só poderia imortalizá-lo diante das gerações vindouras.

O nosso desenvolvimento econômico aumenta cada vez mais o poder aquisitivo das massas e faz crescer as nossas necessidades de matérias-primas e de equipamentos, sem que se criem as divisas suficientes a satisfazer as solicitações naturais desse crescimento. As grandes disponibilidades monetárias para consumo e as necessidades crescentes do nosso parque de produção entrechocam-se, em acirrada luta, no setor das importações.

Como obter, então, os dólares indispensáveis à construção do grande parque petrolífero de que necessita o Brasil?

POLÍTICA DE PETRÓLEO

É simplesmente ridículo, na altura dos acontecimentos, bloquear o encaminhamento de capitais estrangeiros, através de empresas privadas, para o setor petrolífero, sob

alegação de perigo para a soberania nacional, quando outros países, altamente ciosos de sua soberania e de seus direitos, encontraram fórmulas que possibilitam a atuação das empresas particulares, em coexistência ou não com empreendimentos estatais.

A quem quer que possua uma visão geral da história do desenvolvimento do petróleo em todo o mundo, não deixa de impressionar uma constatação fundamental: a de que somente os países que estimularam a iniciativa particular, é que lograram descobri-lo e desenvolver a sua exploração em ritmo satisfatório a atender os reclamos de seu consumo. E o grau do êxito, em que alcançaram o objetivo de bastar-se a si mesmos, em matéria de petróleo, está em relação direta com o grau de estímulo dado às empresas privadas.

Aí estão os Estados Unidos, a Venezuela, a Colômbia, o Peru e o Equador. Na França e na União Francesa, a partir da Liberação, as dez firmas nacionais dedicadas a exploração petrolífera despenderam já o equivalente a 400 milhões de dólares e, se bem que amplo trabalho de pesquisa hajam efetuado, os resultados foram decepcionantes, visto que a produção alcançada atingiu a apenas 11 mil barris diários, para um consumo da ordem de 360 mil. Foi a mediocridade desses resultados que levou, recentemente, o governo francês a alterar a sua legislação petrolífera, de maneira a atrair o capital estrangeiro e pelas mesmas razões, acaba a Argentina de adotar política semelhante.

E nem se diga que uma política liberal importante somente em se deixar carrear divisas para o exterior, sob a forma de dividendos. Tais alegações se destruiriam desde logo, bastando lembrar que se uma empresa descobrisse e desenvolvesse a produção interna do petróleo estaria prestando um concurso inestimável à prosperidade da nação, ao criar nova fonte de receita. A maior parte dessa riqueza seria distribuída ao público, sob a forma

de abundância de produtos essenciais por menor custo e de salários e ordenados pagos a grande número de brasileiros, que encontraria aplicação remunerativa para o seu esforço em o novo empreendimento.

Além disso, o desenvolvimento da exploração do petróleo significa a economia de disponibilidades cambiais. No caso do Brasil, a economia seria substancial, de vez que, o aumento no consumo dos combustíveis líquidos em nosso país é dos mais elevados do mundo, dobrando em cada 6 anos. Em 1954, o Brasil dispendeu 265 milhões de dólares na importação de produtos petrolíferos e é claro que este valor cambial poderia ser utilizado na aquisição de uma série de outros artigos essenciais, se se produzisse no país petróleo suficiente para as suas necessidades. A esse aspecto se junta ainda o de possibilitar a tão necessária expansão de nossas atividades agrícolas e industriais.

O desenvolvimento da exploração petrolífera, hoje a cargo exclusivo da Petrobrás, ao contrário do que muitos supõem, tornará cada vez maior a demanda de divisas para o seu financiamento. O Canadá, no início da lavra, arcava com uma despesa de um milhão de dólares por mês, e hoje, depois de Leduc, despende, nesse setor, um milhão de dólares por dia. Cada novo lençol petrolífero descoberto demandará maiores gastos em dólar, quando as nossas disponibilidades de divisas não chegam para as necessidades mais prementes, inclusive as de combustíveis, e ainda temos de enfrentar os compromissos astronômicos contraídos com países estrangeiros. As nossas possibilidades de exportação, ou sejam praticamente todas as nossas possibilidades de produzir divisas, estão muito aquém do que precisamos obter para financiar o desenvolvimento da economia brasileira. Por isso, além de procurarmos obter divisas, através de suspensão do bloqueamento de capitais estrangeiros, que possam se destinar aos setores econômicos fundamentais, e através do impedimento

às especulações que estão desviando os nossos recursos para o exterior, temos de reconhecer que o momento impõe uma política de amplo incentivo às exportações.

POLÍTICA COMERCIAL

É justamente a exiguidade dos nossos recursos para exportação, que torna essa política mais necessária e mais imperativa. Habitua-dos a exportar café e produtos primários, esporadicamente produtos industriais, a verdade é que não possuímos o necessário adestramen-to para atuar adequadamente nos mercados externos, como o fazem, entre nós, os agentes comerciais, particulares ou oficiais, dos países altamente industrializados.

Para que se realize nossa maior projeção comercial no exterior, além do entusiasmo e do trabalho das em-préas particulares, é necessária real colaboração de parte do Go-vérno, principalmente com a abolição de inúteis formalismos e da ten-dência de serem preteridos os téc-nicos e os homens experientes, por empistolados e protegidos, ou por burocratas, presos à letra de com-PLICADOS regulamentos e céticos, em virtude da própria ineficiência e incapacidade, no tocante a qualquer esforço construtivo.

Trata-se de um programa de ação vital para o futuro do país, que não pode ser comprometido por quais-quer outros fatores que não sejam os diretamente relacionados com a eficiência.

Dada a alta complexidade do pro-blema que depende não apenas das condições internas, mas também das leis e regulamentos de outros paí-ses, é mistér que se estabeleça uma cooperação perfeita entre govérno e particulares, no sentido de que os objetivos formulados sejam atin-gidos.

Se soubermos incentivar as nossas vendas no exterior, como parte de uma política econômica adequada à continuidade do nosso desenvolvi-mento, teremos, nos próximos cinco anos, uma alteração apreciável no volume e na composição de nossas

exportações. E que já encontramos, hoje, ramos industriais com possibi-lidades de produzir excedentes e co-locá-los no exterior. Evidentemen-te, uma política de expansão dessas atividades no sentido exportador, dificilmente poderia chegar a resul-tados fecundos, se fôsse limitada pe-la contenção da infra-estrutura eco-nômica, decorrente das normas e diretrizes políticas vigentes.

Por outro lado, essa expansão para o exterior deveria fazer parte duma estratégia de política com-ercial, difícil de estabelecer nas con-dições presentes, uma vez que a continuidade de um programa fica comprometida por oscilações oriun-das da instabilidade política atual. Há mesmo, de início, a dificuldade de elaboração da própria estratégia, que teria de se originar na experi-ência, na técnica e nos interesses gerais do país, e não em injunções estranhas a esses interesses e em personalismos. Além disso, ela te-ria de se tornar numa consciência atuante junto às empresas particu-lares e aos órgãos governamentais, através da qual se plasmaria estre-i-to entrosamento entre as atividades comerciais e as autoridades respon-sáveis pela condução de nossa po-lítica comercial.

POLÍTICA DO CAFÉ

O fato mais grave ocorrido em nosso comércio externo, foi a queda das nossas vendas de café, acompa-nhada de uma penetração mais acentuada dos nossos concorrentes nos mercados externos. Sendo uma mercadoria de alta sensibilidade, a manipulação de sua política exige o tato e a precisão de velhos "con-naisseurs", podendo qualquer erro de cálculo redundar em graves pre-juízos para o país. A influência que tem esse produto nos custos agrícolas e, através destes, nos cus-tos em geral, e a sua predominância sôbre a direção do nosso comércio exterior, dão aos encarregados da sua política as mais graves respon-sabilidades pelas conseqüências que os seus acertos e os seus erros po-derão ter sôbre a vida do país.

A formulação dessa política exige a dosagem adequada, na combinação dos fatores que atuam a curto e a longo prazo. A história econômica desse produto nos dá bem a visão dos fatores a longo prazo e nos explica porque continuamos praticamente estacionários nos mercados externos, enquanto os nossos concorrentes se têm tornado cada vez mais numerosos e têm ampliado a sua área de domínio. Se é nessa história que deveremos procurar os elementos para elaborar a estratégia do café, as táticas que tiveram de compor essa estratégia exigem o conhecimento das mutações não apenas quotidianas, mas digamos de hora em hora, que esse sensível produto poderá apresentar, a fim de que não fiquemos atrás em relação a competidores mais ágeis.

Estamos hoje assistindo às consequências de um jogo de política econômica que procurou obter o máximo de divisas através do café, sem levar em conta os limites impostos pela economia desse produto. Em junho de 1954, sentimos que estavam sendo violadas as barreiras naturais da economia do café, que não poderiam ser impunemente transpostas. A fixação, àquela época, do preço mínimo de 87 cents por libra, foi sem dúvida um erro inexplicável e injustificável. Fomos, então, uma voz isolada e discordante. O resultado aí está: exportamos em 1954 menos cerca de 4 milhões de sacas que em 1953, ou seja uma perda de divisas que, à cotação de hoje, está em torno de 250 milhões de dólares. Tais desajustamentos, aliados a uma política cafeeira e cambial inadequadas, impedem o nosso comércio exportador de café de recuperar a posição perdida e os quadros estatísticos continuam a indicar queda, isto é, nos primeiros 4 meses deste ano de 55, exportamos menos que em igual período de 1954, 1 milhão e duzentos mil sacas, equivalentes a 70 milhões de dólares. Daí a necessidade de se mobilizarem os valores nacionais, a fim de que opinem sobre os rumos a seguir, de vez que, o que aí está, está totalmente errado.

Se o Governo mostra-se à altura de suas responsabilidades terá de basear a política do café na experiência dos homens de empresa do ramo e nos conhecimentos dos especialistas dessa economia, sem se deixar conduzir por estrategistas de gabinetes ou se deixar influenciar por injunções de interesses pessoais ou de grupos isolados.

O café deve integrar-se numa política comercial, sem que as diretrizes desta última se transformem em seu leito de Procusto.

NOVOS RUMOS PARA O COMERCIO EXTERIOR

Continuamos à procura de rumos, no tocante às nossas relações econômicas externas. Reconhecemos que o regime atual de âgios, iniciado pelo ministro Oswaldo Aranha constituiu real melhoria em relação ao sistema da CEXIM e seus escândalos. Embora o sistema de âgios, de controle indireto, dificulte, mais que a antiga CEXIM, as manipulações corruptoras a verdade é que floresce em torno do atual regime, uma indústria cambial ilícita, sob as mais diversas formas como operações triangulares e as práticas do "under-price" ou do "over-price".

Uma flora viciosa desenvolve-se em torno do sistema que, por outro lado, não serve, satisfatoriamente, a uma política de incentivo às exportações.

A situação atual exige, portanto, um exame imediato do sistema e de seu funcionamento para que em seu lugar se erija um mecanismo mais satisfatório às necessidades de nossa economia interna e de nosso comércio internacional.

São vários os caminhos que o Governo pode utilizar, como o das sobretaxas ou o da reforma aduaneira, para enfrentar a situação desordenada de nosso comércio exterior. Se a conjuntura atual impede que se alcance, de um só golpe, uma solução definitiva, tem faltado, por outro lado, de parte do Governo, espírito de decisão para uma atuação eficiente, que permita chegar a essa solução. Quaisquer que sejam

as formas adotadas, o seu mérito dependerá do grau em que forem atingidas as seguintes finalidades :

1) Adotar uma política cambial que desestime o desvio de divisas, através das práticas de "over-price" ou "under-price", de operações triangulares, importações ou exportações dissimuladas e possibilite a restauração no país do clima em que naturalmente se desenvolve o comércio organizado e honesto ;

2) Assegurar o desenvolvimento da economia nacional, protegendo, portanto, a nossa indústria ;

3) Incentivar ao máximo possível as exportações, assegurando ao comércio, sobretudo cafeeiro, a imprescindível mobilidade, sem a qual ele não poderá recuperar o terreno perdido, nem mesmo manter a atual posição brasileira nas estatísticas mundiais.

Uma política de câmbio que obedeça a essas diretrizes deve abar-se a uma assistência creditícia, prática e eficiente, às atividades agropecuárias.

INTERVENCIONISMO ESTATAL

Outro "front" no qual deveremos continuar atentos é aquele de nossa luta contra a estatização crescente. Conheceis muito bem os sintomas desse mal : aumento de impostos ; crescimento da máquina burocrática ; aumento de despesas públicas ou, o seu equivalente prático, a aplicação anti-econômica dos dinheiros públicos ; dificuldades à iniciativa privada, com capitais nacionais ou estrangeiros, para penetrar em determinados setores e atividades ; demagogia trabalhista à custa da desorganização da produção e distribuição de bens e serviços ; atuação perturbadora crescente da COFAP, das COAPS e COMAPS na distribuição da já precária produção nacional.

O projetado aumento de impostos, através da tributação de lucros extraordinários, deve ser duramente combatido, não só em virtude dos prejuízos que ocasionará às médias e pequenas empresas, mas também pelas dificuldades que criará à me-

lhoria do nível técnico da produção.

As pequenas empresas, de recursos materiais muito escassos e tão numerosos no país, obtêm seus rendimentos, predominantemente, da habilidade e do trabalho de seus donos, de modo que a fixação de relações entre capital e taxa de lucros, para efeito de tributação, cria para elas, situação altamente desvantajosa, além de socialmente injusta.

Por outro lado, as organizações prestadoras de serviços de alto nível técnico, cujos resultados financeiros dependem, substancialmente, dos conhecimentos especializados dos seus componentes, sendo de pouca importância a função relativa de seu capital, serão prejudicadas na razão direta de sua eficiência. Essa tributação constituiria, assim, poderoso desestimulante à melhoria da produtividade.

Em toda a história desta Casa, os altos interesses sociais nunca foram sotopostos a interesses de indivíduos ou de grupos. Sempre mantivemos a preocupação constante da melhoria do padrão de vida do povo, o que é o único e verdadeiro estalão da fortuna de um país.

O comércio se expande quando esse padrão se eleva e regride quando esse padrão decal.

Temos, entretanto, a convicção de que o único meio honesto de melhorar o padrão de vida é o de aumentar a produção e a distribuição de bens e serviços, e, por isso, esta Casa, nas ocasiões oportunas, tem indicado ao Governo as medidas destinadas a ampliá-las. Só assim poderão ser melhorados os salários reais e só assim poderão ser minorados os sofrimentos que hoje batem à porta de muitos de nossos patricios.

FENÔMENOS GRAVES QUE PODEM DETERMINAR MODIFICAÇÕES IMPREVISÍVEIS NA ORDEM POLÍTICA, PELO AGRAVAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL

Não nos é lícito calar uma justa apreensão, em face da marcha dos acontecimentos políticos nacionais. Sem se imiscuirmos, às Associações Comerciais do Brasil, no campo da

política partidária, a omissão de seus dirigentes, entretanto, na grave conjuntura que atravessa o país, seria uma fuga à alta responsabilidade que lhes cabe, além de representar um desserviço à nação, que, na hora presente, reclama a participação de todos no equacionamento dos problemas em evidência, com serenidade e desprendimento. A situação geral do país impõe fórmulas que somem e aglutinem, mas o que se observa é um inexplicável divisionismo de elementos e o acirramento cada vez maior das paixões que dominam os espíritos.

Sem a ajuda e sem a experiência das classes conservadoras, cujo pensamento refletimos, ser-nos-ia impossível sair do caos financeiro em que nos encontramos. Quebram-se os nossos esforços, reduzem-se as nossas possibilidades no campo econômico, diante da incompreensão e da balbúrdia reinantes no setor político.

Enquanto os homens de partido se transviam no entrecho que dos seus interesses, processam-se no âmbito econômico fenômenos de tal gravidade, que podem determinar modificações imprevisíveis na ordem política, pelo agravamento da questão social.

Os grandes problemas nacionais aí estão à espera de soluções justas e patrióticas. Toda a nossa capacidade de produzir divisas está muito aquém das necessidades ditadas pela importação e por compromissos de natureza variá. Precisamos unir todos os nossos esforços para equilibrar as necessidades com as possibilidades, sem conse-

quências prejudiciais ao desenvolvimento da economia nacional.

Em tal situação, enquanto se nos impõe a idéia de somar esforços e se nos evidencia a necessidade de severas restrições, verificam-se, na órbita político-partidária, divisões e subdivisões inteiramente desarrazoadas.

O alheamento dos nossos políticos no tocante às grandes questões econômicas, motivado pela paixão partidária e pelo eleitoralismo imediato, leva-nos a dizer-lhes de nossas apreensões e pedir-lhes que reflitam nesta verdade simples e incontestável: ao lado do problema político, muitos outros existem, e dentre eles avulta o econômico-financeiro, que não deve nem pode ser esquecido sem graves riscos para a nação. E desta, nós, classe produtoras, somos também parte viva e atuante.

Sinto-me desvanecido por ter como companheiros, nesta gestão, uma plêiade de homens ilustres, aos quais deve o país assinalados serviços, seja na indústria, seja no comércio, seja na alta administração pública.

Sentinela insone das classes produtoras, com uma existência mais que secular, marcada por atitudes corajosas e independentes, a Associação Comercial coloca, sobre os ombros dos diretores e conselheiros eleitos, o árduo encargo de manterem as suas caras tradições. E com humildade que recebe intacta das mãos impolutas de Carlos Brandão de Oliveira essa bandeira moral.

• • •

N.R. — Este importante documento que já está incluído, nos anais da Câmara e do Senado, traduz o que pensa a atual conjuntura brasileira, uma expressiva e ponderável parcela de nossas classes produtoras.

Não só por isso, como também por focalizar aspectos de grande significação para o progresso do país, é que o publicamos neste capítulo, destinado justamente a divulgação de estudos sobre os nossos principais problemas nacionais.

A MISSÃO DA UNIVERSIDADE NA FORMAÇÃO DAS ELITES

PEREGRINO JUNIOR

PANORAMA GERAL DO NOSSO ENSINO

Examinando com isenção e lucidez o que aqui se passa, verificamos que o panorama geral do ensino no Brasil — é preciso ter a coragem difícil de confessá-lo — não é dos mais límpidos e brilhantes, nem tampouco propício a inspirar euforia e otimismo. Ainda há pouco, o Professor Lourenço Filho, homem de idéias nítidas e segura ciência, com a competência que todos lhe reconhecem, fez na Fundação Getúlio Vargas uma espécie de análise espectral da situação do ensino no Brasil, que interpreto como um convite à reflexão e ao debate do problema.

Depois de ter demonstrado que o Brasil ocupa o sexto lugar na estatística de ensino primário na América do Sul, situando-se, quanto ao número de alunos por mil habitantes matriculados nas escolas, abaixo da Argentina, do Chile, do Peru e da Venezuela, estudou com o mesmo espírito realizista e a mesma exatidão a situação do ensino médio e a do ensino superior. Em matéria de ensino médio, contando em 1950 com 6.194 escolas, para 623.678 alunos, os dados quantitativos do Professor Lourenço Filho não nos davam a visão exata do melancólico problema, porque nada nos diziam do seu baixo teor qualitativo (12). Temos o pior ensino médio do mundo: pletórico, excessivo, ineficaz, divorciado da realidade. Currículos

sobrecarregados, programas inexequíveis, para não dizer ineptos — a preocupação geral e exclusiva do exame, da aprovação e do certificado, (13) sem nenhuma eficácia prática, sem a mínima utilidade teórica, absolutamente destituído de capacidade de preparar a juventude para a vida: nem nos dá humanistas, bons sabedores de latim, de línguas vivas ou mortas, de letras clássicas ou modernas, nem tampouco nos fornece rapazes aptos para o estudo das técnicas e ciências de aplicação, pelo conhecimento básico dos fundamentos científicos essenciais. Trazem em geral todos eles, com uma ignorância universal e sem remédio, simples certificados de curso secundário, sem nenhuma utilidade ou expressão. Não sabem nenhuma língua, — nem inglês, nem francês, nem mesmo espanhol — e sobretudo ignoram completamente o português! —; não dispõem, pois, de nenhum instrumento cultural para a aquisição de conhecimentos nem para a penetração e compreensão das técnicas e ciências que hoje se divulgam geralmente apenas em inglês e alemão! Não sabem tampouco matemática, nem ciências naturais — e a sua total ausência de preparo resulta afinal nas catástrofes anuais dos exames vestibulares, que tão forte onda de protestos levantam de pais e interessados, cuja preocupação, antes, devia ser a de cuidar de combater o mal pela raiz, obrigando esses jovens a refazer os seus estudos em

térmos mais honestos, severos e pragmáticos. Para esta situação (14), que reflete um completo desajustamento social e pedagógico do ensino secundário, haveria talvez um remédio fácil: a restauração dos colégios universitários, que tão belos resultados produziram na experiência promovida pelo Ministro Gustavo Capanema.

No caso do ensino superior — que traduzido em termos brasileiros, é uma simples caça ao diploma de doutor — o que há é o seguinte: de 20.000 alunos em 1933, subimos para 43.938 em 1950, quer dizer, um índice de crescimento superior a 100% — Somos, cada vez mais, aquilo que pintou Tobias Monteiro: um país de funcionários e doutores...

Senão vejamos: em 1951, registraram-se no Ministério da Educação 7.605 diplomas de ensino superior. Qual o ramo mais representado? O de bacharéis em Direito, com 1.338 diplomados. Nesta Capital e Niterói há nada menos que sete Faculdades de Direito.

Estamos vivendo em época de grande expansão industrial, que reclama química. Quantos químicos industriais se teriam diplomado? Apenas 160! Outros confrontos poderiam ser feitos, da mesma ordem. Registraram-se, no mesmo ano, 1.231 médicos, o que levaria a supor que houvesse número correspondente de farmacêuticos e enfermeiras. Pois aqueles foram 368, e estas 481. Como se vê, continuamos desinteressados da realidade e indiferentes às necessidades reais do País. Isto é, cada vez mais funcionários e doutores: "não costumamos preparar homens para as lutas do mundo, se não bacharéis para fazer exames brilhantes" (15). Este é o fim principalmente visado pela grande maioria dos nossos estudantes. Os resultados estão aí, patentes, aos olhos de todos. Os resultados são os médicos, os advogados e os engenheiros, enchendo as mesas do funcionalismo público, depois de haverem malbaratado tempo e dinheiro ingloriamente; os resultados estão aí, visíveis, na política, onde há de tudo, menos

estadistas, cidadãos conscientes dos seus deveres, homens, numa só palavra. Esse nosso hábito inveterado da imprevisão, tanto no mundo das idéias, como no dos negócios, essa nossa incapacidade dolorosa para a ação persistente, continuada e eficaz, essa nossa falta de visão das coisas mais mezinhas que interessam o desenvolvimento do Brasil, ainda são o triste fruto dos nossos sistemas de educação.

Geralmente o estudante que sai do curso secundário para entrar em uma escola superior, leva, em lugar de uma inteligência pronta e um raciocínio fácil, um resto de memória cansada das acrobacias que foi obrigada a fazer, desde as aulas de Matemática às de História. A quem cabe a culpa? Certamente aos viciosos processos pedagógicos vigentes ainda entre nós. Contudo, somos ainda dos povos da América do Sul de mais modesto índice de ensino superior. A Argentina, com um terço da nossa população, em 1950, tinha 52.000 alunos matriculados nas suas faculdades; o México, com a metade da nossa população, possuía 36.000. Na Argentina, pois, 80 alunos para 10.000 habitantes e no México, 18, enquanto nós tínhamos apenas 7! Essas impressionantes cifras dão a medida exata do nosso atraso, em matéria de ensino superior (como de resto em todos os outros graus de ensino). Mas esse atraso é bem maior, e mais grave, do ponto de vista qualitativo do que quantitativo. Apesar da espantosa inflação de escolas federalizadas que tivemos nos últimos anos, 60% das nossas faculdades — mesmo daquelas que o Governo Federal, em lugar de equipá-las e lhes dar patrimônio e condições de sobrevivência decente e eficácia didática, se limitou a federalizar-lhes os professores, com o padrão O e adicionais! — uma previdência primária e inconsequente! — não estão, em verdade, em condições de ministrar o ensino superior. Não dispõem de instalações adequadas, nem tão pouco de equipamento, e seus docentes federalizados, muitas vezes foram recrutados sem concurso, por simples injunções de compadrio político.

REGRESSO DA TRISTE REALIDADE

Mas regressando do exame desses-fatos melancólicos, lembro contente o pensamento de Jules Gauthier: para lutar contra a Realidade só dispomos de uma arma: a Imaginação. E imaginemos então o que poderá vir a ser o ensino universitário do Brasil, no dia em que os professores tiverem consciência da importância da sua missão e da alta dignidade do seu ofício, e os poderes públicos compreenderem afinal que o dinheiro que se gasta com o ensino é um capital que se recupera rápida e generosamente, pelos resultados que recolhe o País do preparo de seus técnicos, de seus sábios, de seus homens de cultura — únicos valores permanentes e estáveis no quadro da vida nacional.

IMPORTANCIA E UTILIDADE DAS UNIVERSIDADES

Nunca será demais alertar os homens públicos do País para a importância e a utilidade das Universidades. O poder delas é obscuro, silencioso e imponderável, mas invencível. Os ingleses derrotaram Bonaparte, mas o século XIX acreditou que a batalha de Waterloo fôra ganha pelos campos de desportos do King's College, de Eton. Bismark venceu Napoleão III — e os seus contemporâneos exclamaram: "A guerra de 70 foi a vitória do mestre-escola prussiano e do professor alemão". Em 1914 quem esmagou a Alemanha foi um universitário norte-americano — o Presidente Wilson, cujo idealismo utópico, nutrido nos bancos de Princeton, o levou à intervenção e à imposição da paz pelo peso maciço do poderio norte-americano.

E quem ganhou, em última análise, a II Grande Guerra, senão os laboratórios e os técnicos das Universidades Norte-Americanas? Quero lembrar-vos, para não ir mais longe, o caso da Penicilina, uma autêntica arma de guerra em 1939, e que é bem instrutivo.

A penicilina, descoberta por Fleming, em 1929, teve raro interesse académico até 1938. Só quando so-

breveio a II Grande Guerra foi que, enteendo suas possibilidades no tratamento das infecções estafilocócicas, a National Science Division da Rockefeller Foundation intensificou pesquisas, com a colaboração de Florey e Chain, na Inglaterra e a de Clutterbuck e Reid, nos Estados Unidos. Resultado: a Penicilina realizou autênticos milagres, salvando um número incalculável de vidas, nas frentes de batalha e na retaguarda!

E a surpresa cataclísmica do "stress" atômico de Hiroshima? Resultado das pesquisas dos laboratórios de física nuclear. E os inseticidas sintéticos que permitiram a invasão da África e a ocupação da Sicília, sem os riscos da febre amarela e da malária?

Não acreditamos, porém, que uma nação seja grande apenas porque sua Universidade é boa. Não é bem isso; quando a nação é grande suas escolas são boas e boa sua religião, como sua administração, sua política, sua economia, a família é sólida e sã a moral política e privada. O poder e a grandeza de uma nação são um fenômeno unitário e integral.

E é difícil conseguir criar uma universidade boa num País de organização precária e vida política molina e primária. A universidade ariscar-se-ia, então, a comportar-se ali como um corpo estranho, incômodo e até perturbador...

Como se sabe, e é curial, a Universidade reflete como um espelho a vida nacional — e sofre, por repercussibilidade, as consequências de todos os seus males, desvios, fraquezas e desregramentos.

A Universidade, como instituição normal do sistema civil do Estado, depende mais do ar público e do clima cívico do País, do que da atmosfera pedagógica em que vive dentro de seus muros domésticos. Nem é possível subtrair a Universidade às influências ambientais do regime institucional, da conjuntura econômica, da organização social, sem transformá-la em ilha exótica perdida, artificial e estranha.

Mas uma coisa é preciso reconhecer em todo o caso: embora so-

frendo a pressão e a influência do ambiente, a Universidade contribui consideravelmente para purificá-lo, aperfeiçoá-lo e melhorá-lo, porque é um emunetório espiritual, elevando o nível mental das massas e formando as elites dirigentes do País — isto é, os homens que vão manejar os mecanismos reguladores das trocas metabólicas da sociedade. A escola secundária na Inglaterra é a chave da austeridade, do equilíbrio, da probidade e da resistência moral do povo inglês como a Universidade, na Alemanha, detem o segredo das virtudes admiráveis das elites alemãs: sua vocação científica, sua aptidão técnica, seu gosto da ordem e da disciplina, sua capacidade surpreendedora de trabalho e recuperação. O mesmo se pode dizer da Universidade norte-americana — celeiro generoso não só de técnicos exemplares — os melhores do mundo — mas também de homens de fé e de ideal, que trabalham com seriedade e vivem com alegria, e cuja influência na renovação do coração e da alma da América do mundo há de sentir um dia.

Mas procuremos no estrangeiro apenas informação, e não modelo. Não repitamos o modelo francês, como no fim do século XIX e no começo deste; não imitemos tampouco a cultura alemã, como no primeiro quartel da era atual; nem nos subordinemos ao padrão norte-americano, como fazemos atualmente. Cada geração — lutando muitos anos para vencer, para escalar os postos de direção, dispõe de prazo curto para realizar sua missão e impor suas idéias. A nossa geração, de destino político truncado por duas calamidades sucessivas — uma revolução e uma ditadura — dispõe ainda de um prazo mais exiguo para o exercício da sua atividade criadora — cívica e cultural. Se perdemos o tempo imitando, que nos restará afinal para nossa afirmação de autenticidade criadora?

Cumpra-nos reassumir com isenção e honestidade o papel da Universidade, para escolher os rumos que lhe competem na preparação

das elites dirigentes do Brasil, sem esquecer o fenômeno, para cuja importância alertou o nosso espírito Dwight Mac Donald, — o verdadeiro drama da civilização ocidental, — que comporta a coexistência de duas culturas: a cultura tradicional, que se pode denominar *alta cultura*, e uma cultura eminentemente moderna, de índole coletiva, a chamada *cultura de massa*, devemos ampliar nosso perímetro de influência e de ação, para promover, pela formação das elites, a coincidência, em nosso imenso território, dos espaços culturais, econômicos, políticos, técnicos, jurídicos e sociais, que atualmente não se ajustam nem se superpõem.

NOSSA POSIÇÃO E NOSSO DEVER

A juventude de hoje é impactante, incontida e sôfrega; perdeu o hábito paciente de semear, e só conhece o prazer terminal da colheita... Um imediatismo frenético a conduz e desnorteia. E a última consequência desse estado de espírito é a sua incapacidade de obedecer e admirar: ninguém hoje, no Brasil, quer ser discípulo: todos são mestres e chefes...

Os moços de outrora amavam os seus mestres — ou pelo menos os admiravam. Hoje — quem admira e ama neste mundo? Não há mais tempo para essas vãs superfluidades românticas...

Mas nós, professores, homens como dizia o velho Machado, que sabem ver claro e quieto, não nos devemos deixar acabrunhar nem abater diante desse espetáculo melancólico.

A situação do ensino não permite a timidez hesitante do conformismo, nem as atitudes estéréis de negação ou de resistência passiva. Todos têm o dever de cooperar numa soma total de esforços, numa conjugação de vontades, numa confluência de propósitos e ideais, para que o ensino universitário, entre nós melhore progressivamente nos seus quilates culturais, — quer dizer, no sentido perpendicular da profundidade e da altura, e assim recuperarmos a confiança, a admiração, o respeito, senão o amor da

juventude. Para isto poderemos contribuir decisivamente todos nós, professores, se nos lembrarmos de que o professor moderno deve exercer, no organismo universitário, aquela prodigiosa função hormonal de que falava há tempos Maranon.

É exatamente essa a função mais importante do professor: a função estimuladora, que leva ao espírito do estudante os excitantes específicos do entusiasmo, da fé, da confiança e do interesse científico. Sem esses hormônios espirituais, o ensino universitário será vão e precário; poderá preparar autómatos ou máquinas especializadas; não formará, jamais, médicos, nem engenheiros, nem arquitetos, nem juristas, nem pesquisadores, nem homens para o trabalho da cultura. A nossa tarefa primordial é preparar a juventude brasileira para a

mais árdua, a mais alta e a mais grave das profissões civis: a profissão de homem.

E sendo impossível, além disto ilógico, dissociar o corpo do espírito, cuja unidade, no pensamento de biólogo famoso, é cada vez mais íntima e compacta, só se pode cogitar de melhorar as condições do homem brasileiro, cuidando ao mesmo tempo da sua cultura e da sua saúde: de um lado, aperfeiçoando os valores criadores das elites; de outro lado, apurando as aptidões eugênicas das massas. E pelo esforço simultâneo nesses dois sentidos — o da preparação cultural das elites e o da formação eugênica das massas, é que se poderá realizar afinal o milagre da estruturação integral do Homem Brasileiro — forte de corpo, claro de espírito, puro de coração!

(12) "É característico dos nossos dias que, quando discutimos quais as matérias que devem ser estudadas, ou que línguas devem ser aprendidas, a primeira consideração é, quase sempre, utilitária; buscamos o que é mais útil à máquina, não o que é mais próprio para criar um bom ser humano". Sir Richard Livingstone, cit. por Elkin, D.C. An. Surg., 136:237 — 1952.

É segundo Elkin, o que é importante no currículo é o seu papel educativo, que se reflete, sobretudo, na capacidade de dar ao indivíduo o discernimento, a noção dos valores permanentes. Os conhecimentos técnicos, em si, têm valor transitório, tendem a ser superados pelo próprio progresso científico. O seu valor essencial, como o das humanidades clássicas, é desenvolver no espírito o desejo da verdade e os meios de investigá-la. Ed. Lancet, 2:671 (4 out.) 1952.

(13) O curso de humanidades nos Estados Unidos se caracteriza também por uma luta desenfreada pelas boas classificações e o erro de considerar as boas notas de exame como o objetivo principal dos estudos muitas vezes acompanha o estudante no Curso Superior.

O estudante americano geralmente conversa e lida em público melhor do que o inglês, mas costuma ter dificuldade em expressar-se por escrito, talvez porque, em certas escolas, lhe é possível chegar até o curso superior sem jamais ter tido necessidade de escrever suas próprias opiniões a respeito de qualquer assunto, devido ao sistema de exames adotado.

O currículo médico dedica os 2 primeiros anos às chamadas ciências básicas — anatomia, fisiologia, bioquímica, microbiologia, patologia e farmacologia.

(14) Seleção de Estudantes de Medicina no "University College" de Londres. Aitken, J.T. e Johnson, M.L. Lancet, 2:409-412 (29 Ag) 1952. Aitken e Johnson, estudam os métodos e processos de seleção de candidatos ao Curso Médico no University College, ditados pelas condições predominantes na Inglaterra após a guerra.

Como o número de candidatos é muito grande em relação às vagas existentes, tornou-se necessário um "exame de admissão", destinado a eliminar os decididamente incapazes, mas esse exame não é nunca o único elemento de juízo. Consiste, essencialmente, de um teste de percepção, um de inteligência, um de raciocínio e uma ligeira dissertação sobre problema científico e uma ligeira dissertação sobre problema científico ao alcance do preparo do candidato, apenas destinado a verificar-se a capacidade de expressar-se nesse terreno.

A parte mais importante da seleção é a "entrevista" pessoal com o corpo de examinadores, em que observem as condições de saúde, sociais e familiares, os interesses gerais e profissionais, os divertimentos, etc., de cada candidato. Além disso, este preenche uma fórmula de inscrição, cujos dados são levados em conta no julgamento.

Recentemente, a partir de 1952, o sistema foi modificado. O julgamento se baseia na fórmula de inscrição, em um relatório confidencial da última escola frequentada pelo aluno (relativo às qualidades intelectuais, morais e sociais do aluno, sua aptidão vocacional) e uma prova escrita de 300 palavras sobre um de 2 assuntos oferecidos ao aluno. Depois dessa parte preliminar, o aluno vai a "entrevista" que consta de 3 partes — uma individual, para aferir as condições intelectuais; uma também in-

dividual, para aferição da personalidade, e a terceira, coletiva, em que grupos de 3 candidatos discutem um tema diante dos examinadores.

A admissão nas Faculdades de Medicina dos Estados Unidos se faz mediante o preenchimento de uma fórmula de inscrição, mencionando a vida escolar progressiva e as condições físicas e econômicas do candidato. Se esses dados forem julgados satisfatórios, o candidato é submetido a uma "entrevista", que dura, às vezes, meia hora e versará sobre seus conhecimentos científicos, suas bases humanistas gerais e sua compreensão da sociedade moderna.

Nos Estados Unidos, o estudante secundário chega à faculdade, em geral, com boas noções de física, química e biologia, mas fraco em outras matérias, como inglês e matemática.

A Associação das Escolas de Medicina Americanas aconselha uma formação pre-médica mais ampla, menos especializada, mas essa orientação é pouco seguida.

Atualmente a admissão aos cursos médicos não pode limitar-se a verificação das condições intelectuais do candidato. É indispensável aferir-lhe o caráter, a sua possibilidade moral de tornar-se médico. Na Inglaterra, com o aumento do número de candidatos após a guerra, tornou-se necessário basear a seleção dos melhores, não pelas qualidades intelectuais, mas pela aptidão profissional, sobretudo eliminando os portadores de qualidades negativas — os extremamente introvertidos, os arrogantes e auto-suficientes e os inseguros destituídos de confiança própria. Brinton, D., *Lancet*, 2:1047-1052 (8 dez.) 1951.

(18) Ronald de Carvalho — "Guerra nos clássicos".



TUDO PELO BRASIL

Companhia Dinamites do Brasil

(ORGANIZAÇÃO ADRIANINO)

Membro da Associação Comercial do Rio de Janeiro

Fábrica : Estação ADRIANÓPOLIS — E.F. Rio d'Ouro — ESTADO DO RIO

Escritório : AV. PRESIDENTE VARGAS, 463-14º — Tels. 43-8071 — 43-9504

— END. TELEGRÁFICO "DINAMITES" — RIO DE JANEIRO —

Secção de cerâmica — tijolos em grande escala — embarques diretos da estação ADRIANÓPOLIS para outra qualquer do Rio d'Ouro ou linha auxiliar

Explosivos e Pólvoras — Estopins — Espolêtas de todas as espécies e demais acessórios para Pedreiras, qualquer mineração ou exploração de minérios.

A ENERGIA ATÔMICA E SUAS APLICAÇÕES

Cel. WALDEMIRO PIMENTEL

Do Instituto de Geografia e História Militar
do Brasil

Energia Atômica é tema vasto pela multiplicidade das suas manifestações e do seu aproveitamento nos campos científico e econômico.

Foi a Física moderna que forneceu leis e experimentações.

Organizamos o nosso trabalho em duas partes: a primeira tratando sinteticamente das bases teóricas da energia atômica e a segunda, do emprego prático, inclusive no domínio da biologia, da agricultura e da medicina.

Verificamos, entretanto, que, a despeito da condensação, da compressão do assunto, ocuparíamos mais de duas horas de exposição, afora o tempo destinado a projeção luminosa na tela, referente aos equipamentos e as instalações sobre a energia atômica.

Somos forçados, assim, a esboçar a primeira parte, isto é, as bases teóricas, para não prejudicarmos a segunda parte, mais imediata, de aplicação prática, quotidiana na hora atual.

Para compreendermos a energia atômica, necessitamos definir o que sejam, no conceito atual, a *matéria* e a *energia*.

A *matéria* define-se como substância constituída de corpos. A *matéria* constitui enorme depósito de energia.

A *energia* é definida como a capacidade de trabalho da *matéria*, em 3 formas fundamentais:

- 1-a elétrica;
- 2-a magnética;
- 3-a gravitatória.

A maior conquista científica foi obtida pela verificação da unidade

do Universo, isto é, a *matéria* constitutiva do Sol não difere quimicamente da *matéria* da Terra.

As leis que regulam a *matéria* e a *energia*, são:

- 1-a da conservação da *matéria*;
- 2-a da conservação da *energia*;
- 3-a da *matéria* e do campo;
- 4-a da degradação da *energia*;
- 5-a da unidade do Universo.

As leis que explicam a *energia* radiante, são:

- 1-a da teoria do éter;
- 2-a das radiações ondulatórias;
- 3-a da radiação da *energia* segundo a temperatura;
- 4-a de Kirchhoff;
- 5-a de Stefan-Boltzmann;
- 6-a de Wien;
- 7-a do espectro geral eletromagnético (identidade de todas as radioatividades);
- 8-a da relação entre o comprimento de onda e a frequência de oscilação.

As leis citadas constituem as bases teóricas, para a interpretação dos fenômenos da *energia* do átomo, estudos que iniciados por Demócrito, cientista grego que viveu 400 anos antes de Cristo e que teve como colaboradores Leucipo e Epicuro teve o máximo desenvolvimento na personalidade de Einstein, o sábio que encontrou a fórmula matemática que desvendou a relação entre *força* e *matéria*, dando ao mundo uma nova era.

A famosa fórmula, de Einstein, foi redigida da forma seguinte, simples, compreensiva:

$$E = M \times C^2$$

E significa energia, isto é, capacidade de produzir trabalho, que é medida em erg 1 erg. corresponde ao trabalho necessário para erguer por 1 cm uma massa de 1/1000 g.

M é a massa expressa em grama.

C é a velocidade da luz = 300.000 km/segundo, expresso em cm.

A fórmula descobriu a existência dum grande mundo, isto é, que a energia é massa e massa é energia.

Viveram e vivem nesta bela conquista da inteligência:

Niels Bohr, exímio nos números, que estudou raízes, potências, logaritmos, diferenciais e integrais;

Aston, na Inglaterra, construindo os equipamentos para separar os isótopos;

Lawrence, o arquiteto dos poderosos ciclotons;

Graaff, estudando os raios artificiais;

Fermi, o calculador das reações em cadeia;

Joliot-Curie, o pesquisador da radioatividade artificial;

Lisa Meitner, colaboradora de Otto Hahn, da Física nuclear;

Le Maître, padre belga, estudioso da natureza do nosso mundo astral hodierno em relação à energia atômica;

Yukawa, físico japonês, que em 1934, por cálculo matemático pesou o foton;

Cesar Lattes, brasileiro, que estudando física nuclear em institutos ingleses, conseguiu calcular sob em que condições os mesons seriam visíveis no laboratório, verificando a necessidade de campos elétricos de energia enorme.

Na Inglaterra não havendo o campo elétrico em quantidade aos trabalhos de Cesar Lattes, foi este investigador brasileiro para a Califórnia (Estados Unidos), onde em colaboração com um físico norte-americano descobriu a procurada "energia-substância" em forma de mesons.

Cesar Lattes fazia parte em 1947 do conhecido grupo Powell de Bristol, no qual era assistente. Powell ganhou o prêmio Nobel por esta descoberta.

O meson foi produzido no laboratório, pela primeira vez, em 1948, pelos físicos Gardner e Cesar Lattes, com o cicloton do Laboratório de Radiação da Universidade da Califórnia.

As personalidades citadas constituem marcos de luz e de glórias nas conquistas modernas científicas.

A exploração do Universo através dos grandes telescópios fotográficos da Califórnia, revelou, experimentalmente, dois fatos revolucionários nos conhecimentos da energia atômica, fatos que modificam a concepção sobre o nosso mundo e o Universo:

1 — o espaço cósmico está povoado de milhões de espirais de astros estruturados pelo padrão da nossa Via-láctea;

2 — essas espirais cósmicas afastam-se de um centro comum. Quanto mais distante do centro uma espiral se ache, tanto mais rapidamente se move.

Assim, a energia atômica já não é do domínio da matéria da Terra, mas de todo o Universo, sendo por conseguinte a astronomia puramente atômica.

Para apreciarmos a revolução teórica e experimental da energia atômica, devemos lembrar, em síntese, as seguintes etapas de concepção do Universo:

1 — até Copérnico e Galileu, havia a concepção telúrica, sendo a Terra considerada o centro imóvel, palco da Humanidade;

2 — aparecem Copérnico e Galileu e demonstram que a Terra gira em torno do Sol, ficando estabelecida a concepção solar;

3 — William Herchel, com gigantesco telescópio, descobre que o Sol não é o astro central de cosmo, mas apenas astro entre astros e que a Via-láctea é um exército de milhares de sóis, sendo o nosso Sol um deles, sendo fundada a concepção estelar;

— os instrumentos ultra-potentes, usados com a fotografia moderna, devassaram os espaços cósmicos, tidos como vácuos, descobrindo-se que não existe o vácuo,

mas a existência de vias-lácteas, semelhantes a nossa e que vivemos numa dessas "estradas leitosas" chamadas literariamente, passando a concepção do mundo — a de mundo das vias-lácteas ou de galáxias, ficando em voga a concepção galáctica;

5 — finalmente, aparece Einstein e ensinou, demonstrando, que o espaço é curvo e o nosso universo não é provavelmente ilimitado e nem é verdadeiro. Chegamos a idéia da explosão de uma nuvem nuclear como origem do mundo do nosso "mundo", mundo de galáxias que não é o Todo, nem o princípio nem o fim do Ser. É a concepção atual da hiper-galáctica.

Estamos diante do perplexo revelado pela energia do átomo, reformando os compêndios didáticos, o ensino nas Universidades, revogando princípios filosóficos, alterando as atividades práticas e levantando uma grande seta na estrada do porvir, anulando todos os conhecimentos até aqui conhecidos, formulados sem a sanção da experimentação.

Dentro deste esquema teórico, não podemos deixar de tratar, em especial, pelas consequências de ordem prática, para melhor compreensão da nossa segunda parte da aplicação prática da energia atômica:

- 1 — dos isótopos;
- 2 — do hidrogênio e da água pesada;
- 3 — das células foto-elétricas;
- 4 — da análise espectral.

Os isótopos — Denominam-se isótopos os átomos que apresentando diferentes pesos atômicos possuem a mesma carga nuclear (número atômico).

Este fato foi descoberto por Sddv, generalizado por Astor, afirmando que existem muitos elementos de caráter isotópico. Se trata, de forma geral, de átomos cujos núcleos possuem igual número de prótons e distinto número de nêutrons.

Exemplo: o hidrogênio ordinário, é uma mistura de 3 isótopos com massas 1, 2 e 3, predominando os do 1º grupo.

Os isótopos alcançaram largo emprego na medicina, principalmente na terapêutica dos tumores.

Existem isótopos de natureza vária, como vamos verificar quando tratarmos do emprego prático desses elementos.

Hidrogênio e água pesada — Ultimamente tomou grande importância o hidrogênio pesado chamado deuteron (D), que é um isótopo do hidrogênio ordinário descoberto por Urey (prêmio Nobel de 1934).

O deuteron ou hidrogênio pesado é de produção comercial muito disputada pela utilidade nas investigações científicas, no campo da medicina e na produção da bomba atômica, apresentando-se puro ou combinado.

Em combinação com o oxigênio constitui a água pesada (D_2O) ou em água semi-pesada (HDO).

O átomo do deuteron ou do hidrogênio pesado é disputado pelas grandes nações, sendo policiado os estabelecimentos nos quais é produzido, por ser valioso desintegrador da matéria, sendo 2 vezes mais pesado do que o hidrogênio.

A Suécia é nação avançada nesta produção, sendo a sua obtenção motivo de filmes policiais cinematográficos sobre a espionagem.

Células foto-elétricas — Tem a célula foto elétrica a propriedade de gerar uma verdadeira corrente elétrica, de débil intensidade, podendo ser ampliada para realizar operações importantes.

É admirável que uma radiação luminosa praticamente invisível ponha em marcha, regule, controle grandes mecanismos, como abrir e fechar portas, pôr em funcionamento motores, escadas mecânicas, etc.

Esta célula foto-elétrica, produto da ciência atômica, conhecido como "olho-elétrico", tem horizonte ilimitado de aplicabilidade.

Encontramos o seu uso no cinema falado, na televisão, no aparelho de RX para o trabalho de tomografia, isto é, dos cortes radiológicos por camadas, que foi eliminado, pois a célula fotoelétrica permite que o RX opere com mínimas através dos tecidos, sem ne-

cessitar das camadas que constituem a tomografia.

Análise espectral — Cada substância tem o seu espectro correspondente.

A análise espectral constitui importante elemento de análise dos corpos.

O conhecimento da matéria e em particular da estrutura do átomo, muito deve a análise espectral.

A distribuição dos raios espectrais em séries bem definidas ao largo do espectro electromagnético está relacionado com a estrutura eletrônica e os estados de energia característicos dos átomos.

"Todo átomo ou molécula emite luz ao receber um forte choque atômico e toda a luz se origina em átomos assim estimulados pelo calor ou eletricidade. Dado que qualquer objeto material — uma estrêla, uma gota de sangue, um pedaço de esmeril, está composto de átomos, qualquer objeto material pode ser induzido a emitir luz ao aquecer ao ponto que se transforma em vapor incandescente. A luz emitida desta maneira leva inevitavelmente aos muitos segredos relacionados com o átomo do qual se origina". São palavras do famoso Professor Harrison, na sua notável obra "Átomos em ação".

Quase todos os tipos de átomos se encontram no corpo dos animais.

A análise espectral, com o uso do espectroscópio, é de valor inestimável:

1 — estudando as moléculas complexas, como as vitaminas, os hormônios, os venenos metálicos no sangue, antes que se acumulem em quantidade suficiente para serem percebidos;

2 — as drogas são estudadas pelo espectroscópio, como por exemplo o envenenamento pela cocaína, diluindo-se umas gotas de líquido extraído da espinha dorsal, determina-se o conteúdo da cocaína, pela forma que absorve a luz;

3 — é usada na engenharia, no estudo da combustão e explosão dos gases dos cilindros e propagação e da pressão no cilindro.

A polícia americana emprega o espectroscópio para as investigações criminais.

Seria impossível, no tempo que nos resta, falar sobre a libertação do átomo, a reação em cadeia do átomo, sobre a separação do Urânio-235, sobre o fissão atômico, para nos fixarmos agora, na parte prática.

O capítulo que vamos tratar, ou melhor que passamos a abordar, é o da arma atômica, de extraordinária importância:

1 — nas relações das nações, como arma;

2 — de interesse aos homens de Ciência, pela destruição das espécies humanas, animais e vegetais;

3 — pelas modificações das condições cósmicas decorrente.

Encerra este capítulo, depois de darmos as bases teóricas da Física moderna, para melhor compreensão do assunto, importância transcendental que os médicos veterinários, médicos, químicos, físicos, agrônomos, enfermeiros, auxiliares diversos e militares terão na defesa do homem, dos rebanhos, das florestas, das águas, do ar, dos alimentos devido a contaminação radiativa.

A desintegração do átomo, na arma atômica, "não é processo de dissociação no sentido químico ordinário; é fenômeno de reação nuclear acompanhada de manifestações radiantes, provocando os seguintes efeitos:

1 — Luminosos (fluorescência);
2 — elétricos (ionização de gases);

3 — caloríficos (emissão fantásticas de quantidade de calor, 1 milhão de vezes maior que a mais violenta reação química);

4 — fisiológicas, estimulando e destruindo células vivas. (O. Rangel Sobrinho).

Vamos fornecer dados dos efeitos da arma atômica:

Velocidade de detonação:
10.000.000 metros por segundo;

Fôrça demolidora: 1.000 milhão de vezes sobre a do trotil, que é o mais violento explosivo conhecido.

Efeito do sopro: 1.600 quilômetros a hora.

Altura de eleição para a detonação, a fim de melhor produzir o sopro: 500 a 700 metros;

As energias mecânica e térmica representam 80% do total da energia atômica libertada, causando:

- 1 — ações imediatas;
- 2 — ações mediatas.

Ações imediatas — traduzidas na morte por volatilização, por esmagamento, por choque e ferimentos graves, na fação de 80%.

Ações mediatas — correspondendo a 20% do efeito da arma atômica, compreendendo efeitos de radioatividade: radiodermites, alterações celulares e cancerizações (queratoses, papilomatoses e epitelomatoses espinho-celulares), fragilidade dos capilares, leucemias, anemias graves, etc.

A estatística da Prefeitura de Hiroshima, consigna o seguinte:

por queimadura	20 a 30%
por traumatismo	50 a 60%
por doenças de irradiação	15 a 20%

Nesta cidade de Hiroshima com 340.000 pessoas, ficaram em pé só 50 prédios e desses só puderam ser aproveitados 5 prédios.

No ataque morreram 30% da população, de forma instantânea; 30% gravemente feridos e a restante população atacada de radiações.

De 300 médicos que contava a cidade só 30 sobreviveram, das 1.780 enfermeiras, foram mortas e feridas 1.654.

Ao se fissionarem os átomos na explosão atômica aparecem, entre outras, as radiações térmicas, compostas de feixes de comprimento de ondas acima de 1.860 angstroms: radiações ultra violetas (1.860 a 3.850), raios visíveis (3.850 a 7.600) e infra-vermelho (além de 7.600).

A arma atômica produz temperatura entre 3.000 a 4.000 C. no "ponto zero", provocando, por isso devastadores incêndios nas florestas, campos e destruindo o gado.

A radiação térmica da bomba atômica decresce à medida que se

distancia do ponto da explosão, alcançando até 4 quilômetros.

Esta radiação térmica provoca a formação da queimadura chamada do clarão.

Em virtude da reflexão dos raios pelas cores claras as pessoas com roupas de tecidos estampados ficam com a pele com os traços da estamparia.

As queimaduras reproduzem as estampas do tecido na pele.

As queimaduras experimentadas pelos homens e animais pela bomba atômica, são classificadas em:

- 1 — primárias, determinadas pelo clarão;
- 2 — secundárias, pela chama.

Os alemães empregaram o pó de alumínio, como analgésico, bacteriostático, desintoxicante, restabelecedor do PH e estimulador do tecido de granular, da regeneração tissular.

Além das energias mecânica e térmica, da bomba atômica, há a energia radioativa, terríveis nos seus efeitos energéticos, efeitos divididos em duas classes:

- 1 — radiações electromagnéticas (luz visível, raios ultravioletas, infravermelho e raios gamas);
- 2 — partículas nucleares (neutrões, partículas betas e partículas alfa ou núcleos de hélio).

Não trataremos da temperatura dos seres agredidos pela bomba atômica, por não ser específico do assunto geral que estamos abordando.

• •

Os isótopos:

Definimos, há pouco, o que seja isótopo. Desempenha grande importância modernamente, pois intervém nas pesquisas da metalurgia, da medicina, da biologia, da medicina legal, da agricultura.

Estão sendo fabricados e usados os seguintes isótopos:

- 1 — radiofósforo;
- 2 — radio-iôdo; e fluoresceína;
- 3 — radiocobalto (cobalto 60), substituto do radium;
- 4 — radioestrongium;
- 5 — radioferro;
- 6 — transfusão sanguínea e radioferro;

- 7 — medicamentos radioativos; sele;
- 8 — seletividade e colóides;
- 9 — doenças da nutrição, obesidade e velhice.

Radiofósforo (fósforo 32) — preparado a partir do enxofre, num período de 14,1 dia e emite raios beta, que percorre o tecido não indo além de 7 milímetros. Uma espessura tissular de 2 milímetros reduz a intensidade, razão de ser considerado o emprêgo clínico.

O radiofósforo tem os seguintes tecidos de eleição: ossos, baço, fígado, rins, músculo. Tem a particularidade de se fixar nos tecidos de crescimento rápido, como nos tumores malignos. Exemplo: no câncer do fígado se fixa 5 vezes mais do que no fígado sadio.

Emprega-se o radiofósforo: em certas doenças do sangue, como a poliglobulia, que ocasiona trombose, embolias venosas ou arteriais, hemorragias; no tratamento da leucemia e do câncer da pele.

No tratamento da pele é suficiente embeber um pedaço de papel de filtro ou papel de mataborrão com uma solução de fósforo radioativo e aplicar sobre a lesão cutânea.

Rádio-iôdo e fluorescência:

Radiofósforo e fluorescência — A fluoresceína corante da florença verde, visível na concentração de 0 gr. 05 no metro cúbico d'água, importante na hidrografia e nos estudos dos rios subterrâneos, tem a propriedade de se fixar durante muito tempo nos tecidos tumorais, marcado com a radioatividade do iôdo 131, permite conhecer esses tumores na localização no organismo. O rádio-iôdo e a fluoresceína junto se obtém um corante radioativo a iodo fluoresceína, para a localização dos tumores. Injeta-se por via venosa no doente este corante radioativo e depois de fixado no tumor é localizado pelo contador de Geiger, sendo a emissão radioativa sobre este contador do tumor é de 80 vezes maior do que os tecidos bons.

O corante radioativo citado irrita menos o doente do que as injeções

de ar intrarraquidianas praticadas na ventriculografia e fornece resultados mais precisos do que os obtidos pela encefalografia elétrica.

Rádiorcobalto — O rádiorcobalto é substituto do radium. Referimos ao cobalto 60, que emite raios gamas iguais a do radium. Sendo o radium de obtenção custosa, o rádiorcobalto veio substituí-lo, tornando a curieterapia acessível a todos os doentes.

O cobalto é utilizado em aliança com o níquel, o cobaniqué, permitindo o emprêgo de agulhas que emitem radiações no tratamento dos tumores malignos.

Recentemente emprega-se o nylon em tubos com rádiorcobalto. Os fios de sutura irradiado pelo rádiorcobalto permite ao cirurgião usar nas suturas de superfície, de profundidade e dos órgãos.

Rádiorstrongium — Usado no tratamento dos tumores ósseos, pelo fato do strongium se acumular nas partes duras ósseas, indica a desclassificação dos ossos nos hipertiroídianos.

Os métodos dos glóbulos vermelhos marcados possibilitava a avaliação do volume sanguíneo de tal órgão ou tal membro.

O emprêgo do radiosódio ou do radiofósforo permite minuciosas explorações do coração e dos vasos (medida da velocidade da circulação periférica, do débito cardíaco, da radiocardiografia, isto é, exploração funcional das cavidades do coração. O exame radiocardiografia é realizado com injeção do radioelemento escolhido e em seguida a região do coração é explorada com o contador de Geiger que assinala as respostas da cavidade separadamente. O radioelemento delimita o nível a partir do qual a irrigação sanguínea é deficiente, como por exemplo na arterite obliterante indicando a necessidade ou não da amputação do membro.

A transfusão de sangue também é beneficiada pelo emprêgo dos isótopos, sendo os glóbulos vermelhos marcados pelo radioferro para estudar em seguida os glóbulos ex-

tranhos após a transfusão, determinando-se a quantidade de glóbulos que restam na circulação.

Emprega-se em oftalmologia para tratamento de certas doenças o rádio D (chumbo 210), que emite os raios beta, preferível ao emprego do rádio que emite raios gama, perigosos.

Na odontologia há emprego dos radioelementos, nos estudos do esmalte, cáries, qualidade da chumbagem e outras obturações, por intermédio desses radioelementos. Há o uso do cloruro de zinco (pelas qualidades radiativas), que permite pôr em evidência as fissuras do esmalte do dente. Os dentes são molhados numa solução deste sal e em seguida envoltos num filme fotográfico. Os raios emitidos pelo radiozinco impressionam o filme com a forma geométrica das fissuras.

A penicilina (*Penicillium notatum*), graças ao átomo de enxofre que contém, é cultivado em meio contendo radioenxofre, que é empregado em terapêutica em várias vias injetado ou via oral.

O radio-iôdo permite medir a velocidade da reabsorção das diferentes insulinas.

O radiosódio estuda as condições de passagem no sangue e as quantidades fixadas pelo pulmão de substâncias administradas em forma de aerosol.

A cortisona radioativa, no tratamento do reumatismo; o clorureto de sódio e de potássio radiativos no estudo dos sucos digestivos, permitindo o estudo do trânsito gastro-intestinal; os isótopos permitem que se faça a mensuração da rapidez com que a pele absorva qual ou tal substância medicamentosa. Uma pomada radioativa colocada na pele, acompanhamos a velocidade da radioatividade que vai diminuindo, de forma decrescente na pomada aplicada.

Seletividade e colóides — O valor terapêutico dum isótopo depende de várias condições, entre elas um tempo suficientemente curto para que a sua acumulação no organismo não apresente perigo dum irradição prolongada; outra

condição, é que os efeitos da irradiação deve ser circunscrita a área que se tenha em vista. Há o que se denomina em radioatividade de radioelemento *seletivo*, condição básica no emprego terapêutico, seleção ao *máximo*. Se recorre as propriedades das suspensões coloidais, porque é possível realizar repartições diferentes em certos elementos segundo a dimensão das partículas em suspensão.

O radioelemento coloidal age, assim, num determinado ponto do organismo.

O fosfato crômico anhidra introduzido por via endovenosa se fixa quase que exclusivamente no tecido reticuloendotelial.

É grande o papel seletivo e dos colóides radioativos.

Utilização dos isótopos estáveis — O que nos interessa particularmente são os isótopos instáveis, emitindo irradiação, isto é, que vão se desintegrando, por isso são chamados secundariamente ativos.

Mas os isótopos estáveis, por artifício, podem perder sua estabilidade, sendo chamados por isso secundariamente ativos.

Quando se submete, por exemplo a um flux de neutrões lentos do boro ordinário, se transmuta em lítium, com emissão de partículas alfa.

Uma tal transmutação poderá ser provocada *in situ*, método que permite criar uma poderosa fonte de radiações alfa, fortemente destruidora no seio do tumor.

O lítium ingerido em forma de solução salina, se desintegrando, atacados pelos neutrões, em trítium, hidrogênio superpesado, e em partículas alfa.

Em consequência desses dados científicos, os cientistas audaciosamente provocaram no organismo a explosão de bomba atômica, provocando diretamente a fissão do urânio no organismo, exatamente como se produz numa pilha atômica.

Injetaram em rato uma suspensão coloidal de óxido de urânio enriquecida em urânio 235, verificando uma concentração no fígado. Irradiaram os ratos com um flux

de neutrões, dos átomos do urânio 235 explodiram cada um em dois fragmentos que lançados a grande velocidade, são ionizantes em alto grau e destroem o tecido hepático. É de efeito fulminante.

Os médicos, neuro cirurgiões e físicos americanos, em 15 de fevereiro de 1951, transportaram para a medicina humana este processo de explosivo atômico.

A sensacional experiência foi feita no Hospital Brookhaven, em Nova Iorque.

Depois de aplicarem uma injeção intravenenosa dum sal de boro (o boro demora-se mais tempo no tecido do tumor do que no tecido sadio do cérebro), o paciente foi metido numa cuba de chumbo espesso destinado a proteger dos raios gama que são sempre emitidos nas pilhas.

Os neutrões saíram lateralmente e caindo diretamente sobre o tumor.

A irradiação durou 1/2 hora, sendo observada a reação pelos médicos à distância e através de um espelho inclinado.

Os resultados apresentados foram excelentes, sendo os tecidos enfermos destruídos e poupados os vizinhos.

São aplicações audaciosas.

Doenças da nutrição, obesidade, velhice — Indicadores radioativos estão sendo empregados no estudo e detenção da combustão das graxas e açúcares orgânicos, como na velhice.

Os isótopos estão sendo usados nas nações européias, asiáticas e norte-americana em larga escala. Entre nós temos no Rio de Janeiro e no Estado de São Paulo.

Os isótopos são empregados nas investigações biológicas como indicadores, isto é, como espiões, graças a sua radioatividade para pesquisas dos traços imponderáveis, o mais secreto dum órgão, dum tecido, dum célula.

Investiga as substâncias as mais diversas: alcoes, ácidos aminados, antígenos, ácidos biliures, hidratos de carbono, enzimas, graxas, ácidos graxos, ácido nucleico, proteínas, amido, vitaminas, hormônios

e agentes terapêuticos os mais variados.

A botânica, a zoologia, a mineralogia, recebem largo auxílio nas investigações pelo uso dos isótopos.

A autoradiografia — Iniciado na França por Lacassagne e Lattès e consiste em aplicar sobre uma placa fotográfica órgão ou fragmento de tecidos a ser examinado. A radiação emitida imprime sobre a chapa fotográfica a imagem do tecido em exame.

A agricultura, nos estudos das terras, tem revelado quanto valioso é o emprego da radioatividade. Num vale do Alasca foi revelado fertilidade assombrosa superior as melhores terras da América do Norte.

Foi verificado o motivo. O vale do Alasca citado possui 3 vezes mais radioatividade que as terras americanas.

O linho, a ervilha, entre muitos vegetais, são consideravelmente aumentados quando se introduz no solo traços de radium, urânio ou de thorium.

Atribuem a grande radioatividade do solo o gigantismo, da era dos meglosauros, dinosauros, etc.

A Pecuária ligada a Agricultura vem merecendo atenções no campo de aplicações da radioatividade, indiretamente por meio dos vegetais e diretamente sobre os animais.

Um exemplo: a Universidade de Melbourne, na Austrália, reuniu os seus homens de ciência para tratar dos carneiros australianos, para fazer crescer a produção nacional da lã, sendo usado a radio-cobre para fixar exatamente a quantidade de cobre no regime alimentar dos carneiros merinos, aumentando a lã e a tosa.

Fotossíntese — Estuda-se intensamente no mundo inteiro o fenómeno da fotossíntese, principalmente no Canadá e na América do Norte, fenómeno que é radioativo. Procura-se obter clorofila sintética, vegetal sintética, transformando mesmo matérias inorgânicas.

A microbiologia e a entomologia tem nos seus estudos e uso o emprego da radioatividade.

Nas indústrias a radioatividade está sendo usada para o controle automático de espessura de substâncias diversas, medida de densidade, indicadores de nível, nos metais, nos minerais, na lubrificação, na siderurgia, na indústria têxtil, no petróleo e nos estudos dos produtos detergentes.

Emprega-se, também, na toxicologia para determinação de venenos; na esterilização dos alimentos, feita na Universidade de Michigan, que sendo tomadas amostras de leite, de carne bovina e expostos de 24 a 48 horas a irradiação duma fonte de radiocobalto e envoltos em sacos de matéria plástica, foram mantidos na temperatura de 25° sem qualquer alteração, demonstrando o exame bacteriológico a destruição de germes vivos.

Foi usado o mesmo processo nas frutas, com idêntico resultado.

Relógio radioativo — É um dos aspectos mais interessante da radioatividade usada nas pesquisas da geologia e paleontologia.

O relógio é baseado que a morte dum indivíduo-planta, animal ou homem, é a interrupção do ciclo do carbono. A quantidade de carbono 14 tende a se apagar. No curso do tempo, a radioatividade póstuma será reduzida da metade em 5.700 anos.

As experiências foram feitas com vegetais, florestas, sarcófagos, essências, com datas conhecidas do Egito. Por meio do radiocarbono uma árvore recentemente abatida emite 12,5 raios por minuto; se a árvore foi derrubada a 5.700 anos, ao contador de Geiger não registra mais de 6,25 por minuto. Se o corte vai a 11.400 anos a emissão não passa de 3,12.

Foram apanhados grãos de *Lotus*, em grande profundidade na Manchúria, com a idade avaliada em 50.000 anos, conseguindo Georges Harding, de Washington, fazer germinar, dando robustos pés.

No México com o radiocarbono 14, o Dr. Helmut, determinou ve-

lhas ossaturas, nos estudos de arqueologia, demonstrando que essas ossaturas remontavam a uma velha civilização mexicana com a idade de 11.000 anos.

Na aplicação desse método científico, de radioatividade, foi possível estabelecer a antiguidade de 9.000 anos dos restos humanos encontrados na Terra do Fogo, atestando antiga ocupação da América do Sul.

Foi demonstrado que os depósitos paleolíticos superiores do Dordogne são de 20.000 anos.

A alta antiguidade dos célebres documentos, manuscritos, do Mar Morto, fixada a data a 30 anos depois de Jesus Cristo, foi medida pelo radiocarbono.

Este processo de pesquisa é de inestimável valor aos historiadores, etnógrafos, paleontologistas, na determinação dos resíduos dos vegetais, animais e humanos.

Resumindo, pelo radiocarbono é determinada a idade. Os seres emitem raios de carbono, que vão se pagando gradativamente.

A morte é a interrupção do ciclo do carbono, mas a matéria continua a ser depósito de energia, energia que emite raios, que são medidos pelos contadores de radioatividade.

O uso dos isótopos é muito perigoso, pedindo medidas de segurança e proteção, tanto as pessoas, como aos animais e as cousas.

O câncer é o mínimo do preço que se paga a radioatividade, quando não se toma medidas de proteção.

Existem detentores e medidores da radioatividade, para avaliação da ação sobre o organismo, sendo adotadas as unidades radiobiológicas, a curie e a de roentgen.

A medida curie representa a quantidade de radioelemento donde 3,7 10 10 átomos se desintegram por segundo. 1 millicurie corresponde a desintegração de 3,7. 10 8 átomos por segundo; 1 microcurie corresponde a 3,7.10 4 desintegrações sobre o mesmo tempo.

A unidade radioativa de roentgen, designado comumente pela letra R, é a quantidade de raios X ou

raios gama que, em temperatura e pressão normais, produzem 2 bilhões de pares de íons em 1 centímetro cúbico de ar.

A dosimetria dos raios é de extrema importância, através dos medidores, porque carga maior sobre os seres determina a morte dos seres. A dose de tolerância, varia com o tipo de raio e se o raio é contínuo ou intermitente, a idade dos seres e a radiosensibilidade. A dose de tolerância admitida, atualmente, em princípio, é de 0, 3 R ou rep., por semana, das radiações gama e beta.

São violentos os venenos radioativos. A toxina butúlica das carnes insalubres, determina paralisia e morte na dose de 1 micrograma. Pois bem, 1 centésimo de micrograma de radiofóforo 32, inalado ou ingerido determina a morte.

A proteção química ainda está em período experimental. A proteção blindada nos laboratórios, usinas, fábricas, hospitais, centros de pesquisas, está sendo feito pelo urânio metálico (método inglês do professor Mayneord) mais denso que o chumbo, o qual paradoxalmente, defende melhor.

A radioatividade merece atenção especial nos fenômenos da hereditariedade, sendo de largo alcance no campo da zootécnica.

Os cromossomos, ínfimos filamentos constitutivo do núcleo celular, são os veículos do patrimônio hereditário. Cada espécie animal ou vegetal tem número fixo de cromossoma. As radiações atingindo a um ou diversos gens faz transmitir nas novas células surgidas, pela multiplicação, modificações genéticas, criando a conhecida mutação, que toma a denominação de *radiomutação*, principalmente que interesse as células sexuais femininas ou masculinas.

A *radiomutação* representa, no panorama novo, da genética e da zootécnica, capítulo valioso, digno de atenção.

Os isótopos, nas diferentes nações, pelo aspecto delicado do uso, tem o controle da sua distribuição e uso sob a ação do Ministério da Saúde, estando classificados na ca-

tegoria dos venenos e entorpecentes para o efeito controle, já tendo havido casos (como um com médico da Califórnia que teve metido em objeto do uso pessoal pequeno elemento radioativo que ocasionou a morte) de crimes.

As pesquisas, com isótopos, na indústria, na agricultura, na arte militar, estão sujeitas ao controle de um Centro Nacional de Pesquisas, atômica, como no caso brasileiro, igual ao das demais nações.

Elettricidade e eletrônica

A energia atômica tem outras modalidades na sua manifestação e aplicações práticas.

Tratamos até aqui dos elementos naturais portadores de radioatividade, existente na natureza e dos elementos radioativos criados artificialmente pelo homem, as pilhas atômicas e os produtos radioativos dessas pilhas.

Passamos agora a abordar outros aspectos da energia atômica: a eletricidade e a eletrônica, e das suas aplicações práticas, inclusive na biologia, na medicina, no laboratório, nas pesquisas e na produção econômica.

A *eletricidade* e a *eletrônica* têm como fundamento o emprego do minúsculo grão de eletricidade chamado *eletro*.

Na *eletricidade* esses grãos, os elétrons estão prisioneiros dos cabos elétricos, produzindo através desses cabos luz, calor e potência.

Na *eletrônica* o homem libertou os elétrons do seu suporte material e os elétrons libertos ganham o espaço na mesma velocidade comparável a da luz.

A *eletrônica* é, assim, a exploração pelo homem dos elétrons livres e a domesticação deles pelo homem.

O adiantado da hora não permite divagações das razões teóricas especiais, para focalizarmos as aplicações práticas dessas modalidades do uso da energia do átomo.

Entre as múltiplas aplicações práticas, temos:

1 — a cozinha atômica ou eletrônica;

- 2 — o aquecimento industrial eletrônico;
- 3 — a diatermia e o bisturi elétrico;
- 4 — o ultra-som;
- 5 — o microscópio eletrônico;
- 6 — o electrocardiógrafo e o encefalocariógrafo, a auscultação cardíaca eletrônica e outros equipamentos.

A cozinha eletrônica — É de uso sensacional, para cozinhar os diversos alimentos, não modificando o gosto, sendo cozimento operado em décimos de minuto.

É constituída a cozinha de 1 gerador H.F., isto é, dum pósto de T.S.F. desprovido de modulação. A alta frequência é aplicada em 2 largas placas, para que haja campo uniforme, condicionado a sistema de ondas estacionárias. Há um controle automático. A carne não adquire crosta superficial, com aspecto no exterior e no interior, pelo aquecimento maciço.

O seu uso deve ser para coletividade. O emprego em casa de família é anti-econômico, não é aconselhável, por 2 motivos: preço — de 1.500.000 francos com a potência de 4 kw e de 10.000.000 de francos com a potência de 50 kw; pouco uso — na casa de família prepara todos os alimentos para o dia, no tempo de décimos de minutos, permanecendo sem utilidade, praticamente, durante as 24 horas.

O aquecimento industrial eletrônico — O mesmo sistema usado na cozinha eletrônica, com os reguladores indispensáveis, está sendo usado nas indústrias;

- 1 — na fundição dos vidros;
- 2 — na vulcanização da borracha;
- 3 — na secagem das essências;
- 4 — na secagem dos têxteis, de fibras, fios de toda a sorte, costuras de roupas de matéria plástica;
- 5 — no preparo da penicilina, dando qualidade muito superior ao processo vulgar, pela homogeneidade do calor na preparação;

- 6 — no cozimento da pasta de celulose para o fabrica do papel, indústria de gigantesco investimento de dinheiro em todo o mundo.

Diatermia e bisturi elétrico — A diatermia é uma variante do calor eletrônico. Usada para fins terapêuticos. Aparelho consta de 1 gerador H.F. cuja frequência é regulada por 1 condensador variável, trabalhando normalmente entre 50 e 100 megacíclos e os eletrodos de formas diversas segundo a região que se tem em vista no tratamento.

O bisturi elétrico jogando com 2 eletrodos, com o comando que pode ser de pedal, a agulha pratica secção nos tecidos, determinando uma zona de coagulação ou de tecidos carbonizados que não vai além de 1 a 2 centímetros em torno do ponto aplicado.

Ultra-som — Forma dinâmica da alta frequência, dando vibrações que não são percebidas pelos nossos ouvidos, com frequência superior a 20.000.

As vibrações são obtidas pelo quartzo excitado por uma corrente HF. Os cristais de quartzo tem a propriedade de se contrair quando dispostos num campo elétrico conveniente. Assim, para produzir um ultra-som igual a 300.000, o quartzo tem que ter espessura apropriada, ligado por eletrodos a 1 gerador H.F. trabalhando com frequência igual a 300.000.

O emprego do ultra-som começou em 1917, pelo uso dos detentores de submarinos, baseado no princípio dos ecos, passando depois a ser empregado na prospeção dos fundos submarinos, nos trabalhos de oceanografia.

O ultra-som tem a propriedade de se propagar praticamente em linha reta, a maneira de raio luminoso e de se difundir como nos sons ordinários.

No ano de 1920 Lancevin-Florisson, constroem dentro desses princípios uma sonda, com 4 escalas de 200, 400 600 e 800 metros, trabalhando em ritmo de 75 a 375 sondagens por minutos, obtendo em

registros automáticos as curvas em profundidade.

Depois da última guerra (1939-1945) é o ultra-som empregado na indústria da pesca, para a localização dos cardumes nas profundidades, sendo que já se avança que a análise espectral da radiação ultra-sônica refletida permitirá distinguir a natureza dos peixes, abundância, movimentos e direção.

O ultra-som foi usado pelos japoneses Lin e Wu para a pesca com a morte dos peixes.

No mar do Norte, segundo informação que temos, os pescadores estão usando o ultra-som, que aplicado numa área aquática que se deseja e graduando-se a frequência, os peixes atingidos nesta área ficam tontos, flutuam, sendo facilmente capturados pelas redes.

O ultra-som é usado nos silos de cereais para a destruição dos insetos. O professor Marinresco empregou na destruição das daphnias (pulgas do mar), sendo também usado para deslocar micro-animais e micróbios.

O ultra-som se propaga mal no ar e é excelente na massa líquida, mas já se está modificando com recursos científicos para a caça de pássaros que atacam árvores frutíferas.

Os americanos estão usando o ultra-som para a esterilização do leite em grande escala, com a vantagem de dispensar o complicado processo de aquecimento que altera o gosto e a qualidade do produto.

É empregado na homogenização das emulsões, do mercúrio, da parafina, do grafite, do preparo do D.D.T., nas pinturas pela dispersão dos pigmentos na obtenção da alta qualidade das emulsões para o fabrico das películas fotográficas, ligas para as barras de aço, o envelhecimento artificial dos vinhos que torna-se difícil de distinguir no paladar do vinho velho como máquina para lavar roupa somente pela vibração molecular que imprime a massa líquida, na metalurgia determinado as constantes elásticas e elástica-ótica.

Lembramos, aqui, em se tratando de som, que as municipalidades modernas fazem levantamento e organização da *carta do som*, por bairros e distritos, por meio da de saúde pública.

A urbanite, síndrome, é hoje, das pessoas que vivem nas cidades submetidas a ação das ondas das estações de rádio-difusão, com os sintomas de neurastenia, exgotamento, perda de memória, fadiga visual e perturbações do labirinto. Na Inglaterra está sendo o assunto estudado.

Os eletrons em grande número libertos pelas emissões produzem reações orgânicas na recepção radiofônica de múltiplas estações.

O ultra-som pode determinar a dissolução dos tecidos orgânicos e o seu uso pede proteção.

O ultra-som originariamente considerado é a criança da eletrônica.

O microscópio eletrônico — Importante esta conquista da energia do átomo, em forma eletrônica. O instrumento descobriu um mundo novo, principalmente na biologia.

O microscópio que usamos é de 3.000 diâmetros e o atual, eletrônico, atinge a cifra de aumento muito elevada.

Faremos a projeção do esquema do microscópio eletrônico, para dispensar as explicações teóricas.

Entre os modelos existentes de microscópio eletrônico, temos os seguintes:

O microscópio Philips (E.M. 100) permitindo aumento gradativo até 60.000, a tensão de aceleração dos elétrons é regulada entre 40.000 a 100.000 volts.

Cada lentilha possui dispositivo de estabilização próprio (o penodo de ação instantânea). A tensão de referência é fornecida por 1 pilha de 45 volts. A observação se faz num ecran de 20 centímetros, independente duma câmara incorporada ao aparelho, capaz de executar 40 clichês sem carregar.

Os microscópios americanos R. C. A., com numerosos modelos. O aumento específico é inferior a 20.000, mas graça a uma bomba,

o tempo de preparação não excede a 2 minutos.

Microscópio japonês — chamado Hitachi, que tem característico próprio na arquitetura tubular.

Microscópio francês — O.D.L., pôsto à venda nos mercados em 1950, sendo o primeiro microscópio eletromagnético francês. Excelente aparelho, rápido no carregar, com aumento final de 100.000, devido a sua luneta auxiliar. Seu

aparelho estabilizador tem a particularidade de funcionar sem tubo eletrônico, por ter um dispositivo de ferro saturado.

Além do microscópio eletrônico, foi criado o telescópio eletrônico, que revelou um mundo astronômico novo, fato importante porque fornece dados científicos do meio cósmico que os animais, o homem e os vegetais estão imersos, sofrendo influência e reações as mais variadas.

FÁBRICA DE FOGOS CRUZEIRO DO SUL

FOGOS CRUZEIRO DO SUL e das Melhores Fábricas do Ramo, Atacado e a Varejo, Brinquedos, Artigos para Carnaval e de Papelaria, Armas e Munições, Pólvora para Caça, etc.

Viúva Maria Barbosa Calçada

RUA DON LARA, N. 10 — TEL. S-1 — São João de Meriti

São João de Meriti — Estado do Rio



DO BRASIL S.A.
REGENERAÇÃO DE PNEUS

MATRIZ	FILIAL	SUCURSAIS
SÃO PAULO ODEBRECHT, 875 TEL. 5-0043 e 5-0044	RIO DE JANEIRO AV. SUBURBANA, 68 TEL. 48-3808	NITERÓI RUA MAR. DEODORO, 226 TEL. 5850 F. DO RIO
		BARRA MANSA RUA DA SANDOIRA, 88-A TEL. 48 - F. DO RIO
		JUIZ DE FORA AV. RIO BRANCO, 1102 TEL. 4399 EST. DE MINAS

**REFORME OS SEUS PNEUS LISOS — QUILOMETRAGEM IGUAL AO
DE SEU NOVO PELA METADE DO PREÇO
MAQUINÁRIAS E MÉTODOS PATENTEADOS**

AVENIDA SUBURBANA, N. 68 — TELEFONE: 48-3808

RIO DE JANEIRO

BREVE ESTUDO SOBRE A EVOLUÇÃO POLÍTICA DO ESTADO BRASILEIRO

Ten.-Cel. ZAIR DE FIGUEIREDO MOREIRA

Indiscutivelmente constitui uma profunda verdade a afirmação de que os mais notáveis progressos da reflexão sobre os fenômenos sociais surgiram em períodos de agudas crises, ocasião em que os acontecimentos transcendem os quadros habituais e as soluções tradicionais impostas pelo espírito humano.

Geralmente, dentro da espontaneidade das coisas, só se percebe a transformação, a modificação lenta cujas causas escapam à observação comum, isto é, à observação que não esteja ligada a uma ciência que se aplique ao estudo de um fato em perene modificação. Assim, a uniformidade e a estabilidade de um Estado quase nunca solicita nossa atenção; mas, nas conjunturas imprevistas que o assaltam, impõem-se esforços de meditação, de invenção e de adaptação. Então, verifica-se que cada uma das etapas importantes que um Estado viveu está ligada a alguma perturbação social.

Todavia, não é necessariamente suficiente a eclosão de uma crise para que automaticamente se suscite um progresso. A condição para a existência de um clima de reflexão sociológica é a existência de grupos cultos, a existência de um "meio intelectual" que procure analisar e aprofundar os dados imediatos da experiência, e que, ao mesmo tempo, disponha de certa liberdade que o coloque a salvo de um conformismo obrigatório, possibilitando-lhe exprimir qualquer crítica ou mesmo estabelecer uma hipótese inédita.

Entretanto, para que se possa analisar o Estado brasileiro em sua forma atual, dentro de um clima de reflexão sociológica, é necessário que se aprecie a sua formação através dos tempos, isto é, que se assinale o momento preciso em que ele apareceu, em que se definiu a extensão de sua soberania, as formas por que passou, as idéias que influíram em sua formação, enfim, a sua evolução natural através dos acontecimentos históricos.

Esse é, pois, o nosso principal escopo no breve estudo que se segue e que outra finalidade não tem senão a de servir de roteiro para estudos mais aprofundados.

Como sabemos, a nação brasileira até o ano de 1815, esteve sob a condição de colônia, numa situação de completa dependência do Estado que a descobriu e que na época construiu um vasto império colonial. Nessa situação, evidentemente, faltava-lhe toda aquela capacidade plenamente reconhecida de autonomia política, jurídica, administrativa e econômica, tanto na sua atividade externa, quanto nas relações com outros Estados, capacidade essa que tanto caracteriza uma soberania.

O domínio completo, ou mesmo as influências limitadoras de um Estado estrangeiro, eliminam todas as características de soberania ou de semi-soberania de um povo. Por consequência, o Brasil, até 1815, não era nem uma nação e nem um Estado, pois que esses conceitos são coincidentes, muito embora já

viesses se acentuando a formação de um destacado espírito de nacionalidade, conforme se verifica nos fatos históricos relativos a formação do sentimento nativista e as lutas correlatas.

Com o decreto de 16 de dezembro de 1815, de D. João VI, no qual era o Brasil declarado "Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves", nasceu verdadeiramente o Estado brasileiro, embora semi-soberano. O Estado brasileiro foi, desde o seu nascimento, u'a monarquia, quanto a forma de governo; constitucional, quanto a sua Lei máxima; democracia, quanto ao regime; e, finalmente, unitário, quanto a sua estrutura; acompanhando desse modo a forma de governo, o regime e a estrutura do Estado português.

Somente com a proclamação da Independência, em 1822, é que o Estado brasileiro entra na posse de toda a sua soberania, deixando de receber a influência limitadora até então recebida de Portugal.

Em todo o período que vai de 1822 a 1889, o Estado brasileiro conserva a sua forma monárquica, constitucional e democrática (com exceção do período que vai de 1822 a 1824, em que D. Pedro I manifestou as suas tendências absolutistas). E, ainda, em todo esse período, um Estado unitário ou simples, expressão mais típica da organização política, possuindo uma única autoridade de governo, uma única legislação e uma única organização administrativa.

Entretanto, durante todo este período (1822-1889), o Estado brasileiro em sua forma unitária revela uma diversidade de modos na maneira como se distribuiu a ação administrativa, confirmando-se assim o conceito de que os Estados unitários, apesar da sua composição homogênea, possuem profundas diferenças de estrutura, principalmente no que concerne ao teor de vida dos seus núcleos componentes. É que, em alguns Estados unitários, a autoridade do governo central, única manifestação do poder, estende-se a todas as atividades de

governo e a todos os aspectos da administração; em outros, ao contrário, apesar de ser única a autoridade de governo, as diversas divisões administrativas gozam de uma ampla autonomia no que respeita aos seus interesses próprios e peculiares.

Assim, o Brasil Império, com todas as características de Estado unitário, experimentou uma acentuada evolução no que respeita a autonomia local das suas divisões administrativas, que eram as províncias. Pela Constituição do Império, as províncias representavam simples divisões administrativas sem quaisquer laivos de autonomia. O governo delas era formado por um *conselho geral*, eletivo, e por um presidente da livre nomeação do Imperador. Os *conselhos gerais* tinham atribuições limitadas para: "propor, discutir e deliberar sobre os negócios mais interessantes de suas províncias, formando projetos peculiares e acomodados às suas localidades e urgências". Por sua vez esses projetos, para se transformarem em lei, precisavam receber: "a aprovação da assembleia geral, por uma única discussão em cada câmara" precisando ainda da sanção do Imperador. As províncias não podiam, pois, arrecadar e nem decretar qualquer tributo, devendo elas satisfazerem-se com a *quota* paga pelo tesouro do Império, em face da lei de 15 de dezembro de 1830 que a estabeleceu.

Porém, após 1830, um irreprimível movimento de repulsa começa a se fazer sentir pelo excesso de centralização que a Constituição de 1824 estabelecia, estendendo-se essa centralização por todo o país. Uma tendência descentralizadora se manifestava pelo recrudescimento do sentimento nativista e pela guerra declarada ao elemento português, pelo fracasso da viagem do Imperador a Minas Gerais em dezembro de 1830, pela desordem da chamada "noite das garrafadas", pelo mal-estar político, pela anarquia militar e, finalmente, pelo ato da abdicação em 7 de abril de 1831.

Em consequência saem as leis de 24 de outubro de 1832 e de 8 de outubro de 1833 que separaram os orçamentos do Império do das províncias; sai a lei de 12 de outubro de 1832 que deu em resultado o *Ato Adicional* de 12 de agosto de 1834, como um esforço de conciliação entre as então duas poderosas correntes políticas; a liberal ou autonomista e a conservadora ou centralista. Dêse modo, os *conselhos* foram substituídos pelas *assembléias provinciais* que passaram, então, a ter mais ampla competência legislativa.

Mas, forçada a renúncia do Padre Feijó da sua posição de Regente, em face da reação conservadora, com a regência de Araújo Lima houve um grande recuo na idéia de descentralização contida no *Ato Adicional*, surgindo daí a chamada *Lei de Interpretação*, de maio de 1840. Apesar de todas as franquias que as Assembléias gozavam, anulava-se a vida autônoma das províncias, anulava-se em face da dependência em que o governo do Império mantinha o executivo das províncias, com um presidente nomeado pelo Imperador e com as suas atribuições designadas em lei.

Pedro Calmon, em sua obra "*Federação e o Brasil*", diz que a célula do Império, a sua unidade, era o município, "cuja câmara tinham elaborado a independência, representando as populações no período revolucionário, definindo, como forças primárias de opinião, um sentimento nacional". Diz mais que: "Apenas a autonomia municipal não bastou para equilibrar os interesses locais, e a autonomia das províncias passou a ser um ideal indomável".

E a respeito de tudo isso, nos diz Queiroz Lima: "a consequência necessária foi a República Federativa, proclamada em 15 de Novembro de 1889". Com a República, portanto, o Estado Brasileiro perde a sua característica de Estado unitário para se tornar nitidamente um Estado composto sob a forma federativa.

Por outro lado, quanto ao regime de governo, a Constituição do

Império era moldada em estilo parlamentar ou governo de gabinete, conferindo expressamente ao Imperador, no exercício do poder moderador, as faculdades de: "prorrogar ou adiar a assembléia geral e dissolver a câmara dos deputados nos casos em que o exigir a salvação do Estado, convocando outra imediatamente para substituí-la". Nesse regime, pois, os ministros são responsáveis, perante as câmaras, pelos atos políticos do governo. O Imperador não tinha a responsabilidade política, ela pertencia inteiramente ao gabinete que, em crise, por voto de desconfiança, caía inteiramente. O Brasil, durante o Império, sob esse regime, possuiu mais de trinta gabinetes, em consequência dos acontecimentos políticos que marcaram a sua vida monárquica, permitindo assim ao Imperador uma posição de solidez e intangibilidade.

Com a proclamação da República, em 1889, o Brasil conservou a forma constitucional e democrática, tornando-se porém nitidamente um Estado composto, com a transformação de cada província em Estado. O Estado composto é: "aquele em que se apresentam duas esferas de poder de governo, dois campos de autoridade do Estado, equilibrando-se e harmonizando-se de acordo com um regime de direito mais ou menos complexo, variável de caso para caso". Ora, em face dessa variabilidade, o Estado composto apresenta tipos característicos, sendo um deles o Estado federal. Esse tipo de Estado composto, o Estado federal, é justamente o tipo característico do Estado brasileiro que, com a República, passou a ser uma federação de Estados ou um Estado Federal, até hoje conservado, com exceção do período que vai de 1937 a 1946, quando então a forma federativa foi muito abrandada, para não dizer-se que na prática não existiu durante os 8 anos de "Estado Forte", pois que nesse período os Es-

tados estiveram sempre dirigidos por "interventores" livremente nomeados e demitidos pelo governo central. Nesse período (1937-1946), portanto, o Estado brasileiro foi unitário na prática e federativo em teoria.

Por outro lado, depois da primeira metade do século XIX, quando surgiu a forma republicana para o Estado brasileiro, espalha-se pela Europa o pensamento de Augusto Comte, o fundador da Sociologia moderna, dentro do qual se fixa uma teoria geral da evolução filosófica, teoria essa que ficou conhecida com o nome de "*Lei dos três estados*", dentre os quais se destaca o *estado positivista* pelo qual se explicavam os fenômenos por causas segundas, baseadas na observação científica. No Brasil, impressionado com a leitura de Comte, Benjamin Constant tornou-se o vulgarizador do Positivismo que tanta influência exerceu nas idéias dos apaixonados republicanos que assinalaram o declínio da monarquia.

Com a proclamação da República vimos então que o Estado brasileiro passou a ser constitucional, democrático e federativo. A Constituição de 1891, portanto, estabeleceu as normas de um regime livre e democrático, votado pelos representantes do povo brasileiro, deliberando, promulgando e constituindo em seu nome. Com ela transformava-se as antigas províncias em Estados Unidos do Brasil, declarando adotar o regime federativo e com isso descentralizando-se o governo do país, atribuindo-se grande autonomia administrativa aos Estados da Federação, que seriam governados por presidentes eleitos em seus respectivos Estados com um mandato de 4 anos. Ainda mais: estabelecia a criação das Assembleias estaduais. Quanto ao país, a aludida Constituição estabelecia que o governo seria exercido por um presidente eleito em sufrágio universal e direto, pelo prazo de 4 anos, auxiliado por um ministério de sua livre escolha. O Legislativo tinha como órgão o Congresso Na-

cional (Câmara dos Deputados e Senado Federal). O Judiciário tinha no Supremo Tribunal Federal o seu mais alto órgão de Justiça. Estabelecia ainda a existência de juizes federais e juizes de direito, mantendo a organização do Tribunal do Juri.

Finalmente, após a dolorosa experiência de 1937 a 1946, a partir desse ano, o Estado brasileiro retorna à sua tradicional forma republicana, federativa, constitucional e democrática. Assim, segundo a constituição brasileira de 1946, o Brasil manteve o regime representativo, a Federação e a República. É democrática porque em seu artigo 1º diz que: "todo poder emana do povo e em seu nome será exercido".

O seu art. 5º define claramente o que compete à União, na esfera do seu poder, que é o poder federal, e o que diz respeito às relações com os Estados estrangeiros, a declaração de guerra, a organização das Forças Armadas, e outras atribuições de cunho nacional. Desse modo deixa ampla autonomia aos Estados federados.

O seu art. 18, permite a cada Estado reger-se e organizar-se pela Constituição e pelas leis que adotar, observados porém os princípios estabelecidos na Constituição do país, sua Lei máxima. Seu § 1º diz: "que aos Estados se reservam todos os poderes que, implícita ou explicitamente, não lhes sejam vedados por esta Constituição".

O art. 23 assegura a autonomia dos municípios pela eleição do prefeito e dos vereadores, pela administração própria no que concerne o seu peculiar interesse, decretação e arrecadação de tributos e organização dos serviços públicos locais. Mas, seus §§ 1º e 2º fazem restrições nos casos de haver estâncias hidro-minerais mantidas pelo governo federal ou estadual e bases militares, quando seus prefeitos poderão ser nomeados pelos governadores dos Estados.

Por outro lado, ela estabelece três poderes bem nítidos, tanto para

o governo federal como para o governo estadual. São eles: o executivo, o legislativo e o judiciário. O *poder executivo*, na esfera nacional é exercido pelo Presidente da República, que é o Chefe Supremo do Estado, tendo um mandato de 5 anos (não mais 4 como na anterior). O poder executivo na esfera estadual é exercido pelos governadores. Na esfera municipal, pelos Prefeitos. O *poder legislativo*, na esfera nacional, é exercido pelo Congresso Nacional, formado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Na esfera estadual, pelas Assembleias Legislativas. Na esfera municipal, pelas Câmaras de Vereadores. O *poder judiciário* é exercido pelos seguintes órgãos: Supremo Tribunal Federal; Tribunal Federal de Recursos; Juizes e Tribunais militares; Juizes e Tribunais eleitorais; Juizes e Tribunais do trabalho. Há ainda o Ministério Público, formado pelos Promotores e Procuradores, cabendo a estes a defesa do Estado ou da Sociedade.

Encerrando essa rápida síntese sobre a evolução política do Estado brasileiro, podemos concluir que o tempo que medeia entre a sua formação e o estado atual em que se acha é relativamente pequeno, pois que quase um século e meio pouco representa na evolução política de uma sociedade. O Estado brasileiro tem assim um passado não muito remoto, dentro do qual as experiências se têm processado ora num sentido, ora noutro, com bons e com maus resultados, com períodos felizes e infelizes. Entretanto, a profunda inclinação democrática do Estado brasileiro várias vezes se afirmou ao repelir as experiências absolutistas e ditatoriais, revelando o sentido do Estado Moderno, isto é, o Estado de Direito, pelo qual aspira.

Ainda, pode-se concluir que o Estado brasileiro não mais poderá fugir da doutrina da *separação dos poderes*, que se afirmou e cristalizou nos textos constitucionais dos Estados da Europa e da América.

Montesquieu, firmado na obra de Locke, estabeleceu o princípio da distinção das três funções capitais do Estado, "*os três atributos da soberania*", isto é, o poder executivo, o legislativo e o judiciário, justificando a necessidade da sua completa separação pelo conceito de que "*a liberdade política não se encontra senão nos governos moderados*"; "*que só existe quando não se verifica abuso de poder*". Diz mais ainda: "*que é uma experiência eterna que todo aquele que dispõe de poder é levado a abusar dele, até que encontre limites à sua ação*". Ainda é Montesquieu quem diz: "*quando na mesma pessoa ou no mesmo grupo de magistrados, o poder legislativo e o executivo se confundem, a liberdade não existe, porque nada impede que o monarca ou o senado facam leis tirânicas, ou as executem tirânicamente. Não há ainda liberdade, se o poder de julgar não é separado do poder legislativo e do executivo. Se o juiz fôsse legislador, o seu poder sobre a vida e a liberdade dos cidadãos seria arbitrária, e se fôsse autoridade executiva, teria a força de déspota*".

O poder político tem que estar, portanto, legitimamente fundamentado. Empenhando-se na elaboração da sua teoria em torno do poder político, Montesquieu de certa forma liga-se neste ponto às idéias de Platão, isto é, uma das formas principais do poder político à idéia social dominante. Assim, para ele, "*cada forma de governo tem por fundamento e por salvaguarda certo número de crenças, onde a principal constitui seu ideal normativo. E prossegue: "a monarquia estriba-se no sentimento de honra que deve reinar na classe sepulcral; as instituições republicanas repousam sobre a virtude, o despotismo sobre o medo*". Mais adiante diz: "*quando o sentimento dominante se enfraquece, o regime correspondente se corrompe e deve ceder a outro o seu lugar; destituída do sentimento de honra, a aristocracia degenera em oligarquia; quando a virtude*

se debilita, as Repúblicas convertem-se em anarquias e apelam à tirania; ao diminuir o temor que inspira, o déspota é derrocado".

Como se pode perceber, Montesquieu inspirou-se em sérias razões para formular o seu famoso princípio da *separação dos poderes*, pelo qual o executivo, o legislativo e judiciário devem permanecer independentes, sem jamais invadir as suas respectivas atribuições. Esse princípio atualíssimo permite o equilíbrio pois que, os homens, como as coletividades, em determinadas circunstâncias, são sempre levados a abusarem de seus poderes. Com a fragmentação desses poderes e o estabelecimento de instituições que os neutralizem mutuamente, impõe-se a harmonia entre as forças e os interesses divergentes.

Mesmo Rousseau, ainda que levado por outra ordem de considerações teóricas, chega também à conclusão de que a separação dos poderes de governo é medida indispensável à Constituição dos Estados liberais. No seu célebre *Contrato Social*, ele sustenta o caráter absoluto e imprescritível do direito

de cada indivíduo, que lhe é próprio, inerente à sua qualidade de homem e que, contra a pessoa humana e sua natural autonomia, não deverá prevalecer nenhuma força do poderio real.

Cumprе, pois, seguir-se estas idéias diretrizes, buscando-se sempre o aperfeiçoamento e a harmonia dos órgãos do Estado que, em sua multiplicidade, se apresentam cada vez mais ligados a divisão das funções de governo.

BIBLIOGRAFIA

Introdução à Sociologia — A. Fontoura.

Teoria do Estado — Queiroz Lima.

Cursos de Sociologia — Alfredo Povina.

História da Sociologia — Gaston Bouthoul.

Princípios de Sociologia — F. Tonnies.

História do Brasil — R. Pombo.

História do Brasil — V. Tapajoz.

O Movimento da Independência — O. Lima.

Constituição Brasileira de 1946 — O. Lima.

Pedidos de Livros

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — "A Defesa Nacional" adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro das livrarias desta Capital



AS BANDEIRAS DO RIACHUELO

Gustavo Barroso
(Da Academia Brasileira)

Naquele dia, 11 de junho de 1865, as bandeiras falaram a linguagem do heroísmo, que os homens desta triste época materialista, quase esqueceram; falaram-na, trapejando ao vento do sul no laís da verga da fragata "Amazonas", capitânea do Chefe Barroso.

Ia bem alto o sol, quando os navios lopistas do Chefe Meza surgiram empenachados de fumo negro, num cotovelo do rio Paraná. E, logo, as bandeiras multicores os anunciaram, alarmadas, no espaço luminoso e tranqüilo:

— Inimigo à vista!

Cresceram os barcos paraguaios ao encurtar da distância. Avistaram-se as gaweas empavesadas, formigando de atiradores. O listão vermelho da maruja aglomerada pelas amuradas e castelos povoou-se de gestos ameaçadores. E elas, as bandeiras vivas e cantantes como um toque de clarim, ordenaram:

— Preparar para o combate!

Roneou o fogo da artilharia adversa. Envolveram-se em rolos de fumaça alvi-negra os navios de guerra e as baterias de Bruguez trepidas na alcantilada barranca do Riachuelo. Ecoaram bárbaros gritos de matança. Escabujaram os feridos e imobilizaram-se os mortos nos conveses. E, flutuando nas adriças, elas, as bandeiras, clamaram lá do alto da verga do mastro grande, onde não chegavam os respingos da água ferida pelas bombas, nem os do sangue que corria no tabuado das cobertas:

— O Brasil espera que cada um cumpra seu dever!

Todos obedeceram e cada qual o cumpriu como pôde, tanto que nós, apesar da surpresa do ataque e da metralha que chovia das barrancas artilhadas, vencemos o mortífero combate. As pesadas fragatas e corvetas de alto mar, que, ao manobram em bruscas viradas no estreito canal do rio, encalhavam sob os tiros convergentes dos canhões de

Bruguez, eram imediatamente assaltadas pelas chusmas adversas em ferozes abordagens. Lutava-se, então, corpo a corpo, a machado, a chuço, a sabre, a unha, a dente, em redor dos auri-verdes pavilhões imperiais, que as rajadas de balins esfiapavam. O chuvaire de balas, bombas, granadas, lanternetas, cachos de uvas sibilava, estrondava, rugia como tempestade de ferro e fogo. Patinhava-se no sangue empoçado ao pé das gaiutas e mesas de laborar. Das altas mastreações envoltas na teia de arame da cordalha, os fusilheiros curvavam-se apontando armas aos bárbaros entreveros das cobertas e dos tombadilhos. E, de pé no passadiço da "Amazonas", entre as duas grandes rodas cujas pás feriam as águas fluviais, mandando, como o faria mais tarde o Almirante austríaco Tegethoff na batalha de Lissa, afundar a golpes do navio transformado em ariete as naves inimigas, o Chefe Barroso fez izar o sinal precursor do triunfo. E elas, as bandeiras que zombavam dos projetis paraguaios, clarinaram batidas da ventania furiosa da batalha:

— Sustentar o fogo que a vitória é nossa!

E foi! Afundados ou tomados diversos vapores de guerra, ferido de morte o Chefe Meza, fugiram os assaltantes avariados, uns a reboque dos outros. Triste retirada na tarde que morria. Um silêncio de chumbo pesou sobre as águas ainda agitadas. As baterias de Bruguez haviam se calado no cocuruto da empinada barranca. E no laís das vergas dos barcos imperiais brincaram ao primeiro hálito fresco da noite que chegava os galhardetes coloridos que proclamavam a vitória. Ao longe, cada vez mais distante e espaçado, de quando em quando um tiro de peça quebrava a quietude daquele anoitecer: era o rodizio de prôa da conhoneira "Araguari", que, sôzinha, rio acima, perseguia os restos da esquadra paraguaia batida e fugitiva.

Lembrando a grande vitória do Riachuelo, que engarrafou para sem-

o poder militar do Paraguai no seu solo pantanoso, exaltemos o valor do mar nos destinos do nosso país, que dele nasceu, achado, embalado e cristianizado pelo maior povo de marinheiros que o mundo jamais conheceu; amemos e glorifiquemos a nossa Marinha de Guerra pelo seu elevado papel na história da Pátria desde seu primeiro dia de vida. Ela nos ligou ao mundo, abrindo à nação que amanhecia os caminhos líquidos do oceano. Completou a obra do bandeirante e do catequista. Sertanistas e jesuitas realizaram a expansão interior de Leste a Oeste e de Norte a Sul. Quando o Brasil quebrou os últimos laços que o prendiam à antiga Metrópole, depois de tanger os navios lusos até o Tejo, foi a Marinha quem soldou pela costa imensa a unidade nacional.

A evocação dessa data gloriosa deve ser sempre uma oportunidade para se pronunciarem ou escreverem palavras de patriotismo e de fé, tanto mais sentidas e sinceras quanto, nessas ocasiões, parece que os espíritos dos antepassados acordam no fundo dos tempos idos e vêm trazer ao nosso coração aquela força que somente podem ter as coisas eternas: legião dos mortos que continuam vivos na memória da posteridade, desde o almirante perpetuado no bronze das estátuas até o derradeiro grumete cortado anonimamente pelo machete do inimigo sobre as tábuas ensangüentadas da coberta: Barroso, Gomensoro, Teotônio, Torreção, Greenhals, Marcellio Dias, oficiais, soldados, marinheiros, os cujo nome reluz nas páginas da história, os cujo nome somente lê quem se debruça sobre a papelada poeirenta dos arquivos e ainda os cujo nome a história e os arquivos esqueceram; legião do Além, sombras benditas de nossos avós, grandes ou pequenos obreiros que construíram no sacrifício e na dor este nosso querido Brasil.

Nos cinzentos e enevoados momentos que vamos atravessando, rodeados de perigos internos e externos, aqueles mais terríveis do que estes, lembrando as bandeiras fa-

lantes do Riachuelo, não esqueçamos as sagradas tradições de lealdade e bravura que nos legaram os heróis de nosso passado. Não as podemos deslustrar com atos indignos, mas glorificá-las com entusiasmo é nosso dever precipuo. As sombras sutis dos construtores da Pátria pairam invisivelmente em torno de nós. Se nos alhearmos um instante dos interesses imediatos e dos sortilégios da vida material, es-

cutaremos no fundo de nossa consciência as suas vozes distantes, ecoando como um aviso e um conselho:

- Inimigo à vista!
- Preparar para o combate!
- O Brasil espera que cada um cumpra seu dever!
- Sustentar o fogo que a vitória é certa!

Obedecemos a essas ordens e defendamos o Brasil.

FÁBRICA DE FOGOS ARTIFICIAIS SÃO JOÃO

Tem sempre sortimento completo de fogos para festas públicas e religiosas
Especialidade em fogos de salão e magnésio para fotografia, marca "Eureka"

MARGARIDA FERNANDES SABINO

Rua Benedito Meireles, 25 — Nilópolis - Olinda

Residência: Rua Carlos de Sousa Fernandes, 232 — Divisa — Olinda — E.F.C.B.

MORAES ALVES

A casa MORAES ALVES, a mais antiga casa de artigos militares do Rio de Janeiro, acaba de conseguir uma vitória digna de elogios, *Fabricação de capacetes de fibra*, tipo norte-americano, com 90 % da matéria-prima essencialmente nacional.

Tal empreendimento reveste-se de maior relêvo por ser uma das últimas peças do uniforme de oficiais e praças que até então era importado.

O projeto de fornecimento desse artigo está em mãos do Exmo. Sr. General Diretor de Intendência, que o encaminhará ao Exmo. Sr. Ministro que, por certo, prestigiará tal iniciativa.

A DEFESA NACIONAL por tão louvável e meritório êxito felicita os Diretores da Casa MORAES E ALVES.

RUA DA ALFANDEGA N. 160

LOJA: RUA URUGUAIANA N. 174-A — TEL.: 43-6653

FÁBRICA: RUA ANA NERI N. 1083

RIO DE JANEIRO

MARECHAL CAETANO DE FARIA

Discurso pronunciado, em 17 de maio de 1935, pelo General Estevão Leitão de Carvalho, na Sessão Solene do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, comemorativa do centenário de nascimento do ilustre soldado, cujo aprêgo dispensado a esta Revista, o eminente conferencista relembra com admirável brilho.

A louvável resolução, tomada pelo nosso Sodalício, de render a homenagem de sua admiração e o preito de sua saudade à memória do benemérito soldado, que foi o Marechal José Caetano de Faria, no transcurso do primeiro centenário de seu nascimento, oferece feliz oportunidade, ao mais humilde de seus auxiliares, na pasta da Guerra, de 1914 a 1918, para dar seu pessoal testemunho sobre a profícua administração, levada a efeito por ele, em fase de patriótica exaltação, provocada pelo entusiasmo, a abnegação e o amor profissional de jovens oficiais de nosso Exército, ansiosos por verem remodeladas as forças de terra do Brasil e de cujas nobres aspirações foi o ilustre chefe militar o providencial realizador.

Seus serviços ao Exército e à Nação começaram nos campos de batalha do Paraguai, para onde partiu, muito jovem, como praça voluntária, em 1869, conquistando, por seus atos meritórios, as divisas de 1º Sargento, posto em que pertenceu à escolta do comando em chefe. Tirando, depois de finda a ocupação do território inimigo, o curso de cavalaria na Escola Militar, assinalou-se por sua inteligência, dedicação aos estudos, modéstia e urbanidade de trato, qualidades que haveria de pôr a serviço do seu agudo espírito e da sua vocação de soldado, durante mais de meio século de atividade militar.

Professor de Matemática Superior na Escola Militar de Porto Alegre,

os deveres da cátedra não lhe diminuíram o interesse pelos assuntos militares, para os quais o impelia acendrado amor à profissão. Pôde, assim, acumular vasta cópia de conhecimentos que o habilitariam a desempenhar, com grande êxito, os mais elevados cargos na carreira das armas, conservando sempre aquêle perfil de bonomia e acessibilidade, que lhe atraía, durante toda a vida militar, o aprêgo e a confiança de chefes e camaradas. Prudente em suas expansões, cauteloso em seus atos, encobria, sob a aparência de displicência e comodismo, argúcia e prestimosidade, que lhe facultaram descobrir as boas oportunidades e delas se servir em benefício das funções que exercia, e colaborar, dessa forma, no progresso do Exército.

Dedicado aos interesses de sua nobre arma, a cujo aperfeiçoamento deu incessante e valiosa contribuição, tanto nas atividades práticas, — numa longa vida arregimentada, durante a qual galgou todos os graus do comando, até o do 1º Regimento, com sede na Capital, — como também no estudo da organização e do emprêgo da Cavalaria, de cujo regulamento fez a revisão; chegou ao generalato, sem acodamento nem surpresa para ninguém, portador, como era, de um nome já consagrado, de chefe ilustrado e capaz, a quem estava reservada a honrosa tarefa de imprimir notável impulso ao desenvolvimento de nossas instituições militares.

Conheci-o em novembro de 1904, quando, à frente das tropas da guarnição, marchava contra a Escola Militar, revoltada, em sua sede tradicional da Praia Vermelha. A calma de sua atitude, as palavras avisadas, a advertência benévola que dirigia aos militares que se aproximavam da coluna, punham-lhe de manifesto o coração bondoso, a serviço de penoso dever.

Mas foi em fins de 1912, ao regressar da Alemanha, em cujo exército acabava eu de servir, durante dois anos, que entrei em contacto com a figura venerável do Chefe do Estado-Maior do Exército, cujo espírito, liberal e compreensivo, animado por sincero desejo de aproveitar, em benefício da corporação os conhecimentos hauridos naquela modelar escola de preparação para a guerra, constituiu o mais forte apoio dispensado, pela autoridade militar, à campanha empreendida pelos jovens oficiais, decididos a forçar os chefes à modernização de nossas instituições militares. Esse contacto, surgido sob tão nobres auspícios, haveria de estreitar-se, cada vez mais, até a colaboração directa, no gabinete da Guerra, na sua afanosa e profícua gestão.

Os anseios da ala moça do Exército encontravam repercussão favorável nas correntes progressistas que, serenado o ambiente político interno, vinham conquistando o terreno em que se teriam de erguer as novas e ambicionadas instituições militares. O Marechal Mallet abriu já as primeiras veredas, por onde avançavam as aspirações ainda incertas, mas guiadas pelo iluminado propósito de dar ao Exército moldes compatíveis com a responsabilidade que lhe atribuía a Constituição de 1891. O Marechal Hermes da Fonseca fôra muito mais longe: despertara, com a organização de 4 de janeiro de 1903, esperanças e entusiasmo, não só entre os camaradas mais esclarecidos das forças de terra, mas na massa da população, presa ainda de temor e repugnância ao serviço nas fileiras, quebrando ambos esses prejuízos, com grande júbilo da oficialidade,

mediante a instituição do voluntariado de manobras, graças a cuja novidade se promoveu a primeira fusão dos filhos-família, jovens das altas camadas sociais, com os soldados sem origem, de que se compunham as fileiras.

A organização Hermes da Fonseca, — primeiro passo decisivo no caminho da modernização do Exército — compreendendo, desde o tempo de paz, grandes unidades constituídas, com seus claros a preencher pelo serviço militar obrigatório, não teve, pelas razões políticas que levaram seu autor à presidência da República, execução completa, falhando justamente na parte relativa ao recrutamento, que por isso deixou truncado o sistema e, mais uma vez, sem solução o problema fundamental da formação de reservas instruídas, que todos compreendiam indispensável à formação de um exército moderno, capaz de entrar em campanha, numa época em que as guerras não mais eram feitas por tropas profissionais, mas pela Nação em armas.

Essa parada imprevista na marcha de execução da nova lei, recebida com tão grande júbilo por todo o Exército, criou uma atmosfera de incerteza, dentro da qual se tornou difícil a escolha da orientação a seguir. O aparecimento de uma corrente de opinião, no seio das nossas forças de terra, disposta a combater, pelo argumento, em prol do fortalecimento do nosso poder militar, constituiu, sem dúvida, a força de coesão que as circunstâncias exigiam para o trabalho de aglutinação ostensiva dos valores decididos à luta.

Enquanto isso se dava, era, no silêncio do Estado-Maior do Exército, examinado acuradamente o mecanismo do sistema adotado, em via de execução, — obra notável, que aguardaria apenas oportunidade para ser transformada em atos, melhor atendendo às exigências da defesa militar do país.

O chefe do órgão técnico do Exército formaria por isso, obrigatoriamente, na corrente dos propugnadores da renovação das forças ar-

madras nacionais, e, coerente com as suas convicções, estimulou os jovens oficiais dirigentes do movimento. Na edição de 10 de outubro de 1914, comemorativa do primeiro aniversário de "A Defesa Nacional", o Marechal José Caetano de Faria, colaborador da Revista desde os seus primeiros números, em artigo alusivo à efeméride, definiu, com entusiasmo, seu aprêço à obra que vinha realizando a ala progressista das nossas forças de terra.

Ao dirigir seus parabéns "aos prezados camaradas", expressão significativa, que empregou sem dúvida intencionalmente, teceu à campanha, por outros julgada revolucionária, os mais calorosos elogios, associando-se, por essa forma, publicamente, com a responsabilidade do alto cargo que exercia, aos propósitos e à orientação que inspiravam a corajosa e patriótica empresa a que voluntariamente se entregavam.

"Obra de amor ao Exército, dizia, e, portanto, de patriotismo, ela conseguiu vencer os embaraços naturais, próprios de publicações novas, aumentados pela especialização dos leitores a que é destinada; com tenacidade digna de elogio, ela insistiu-se aos poucos entre os oficiais, acostumou-os ao seu aparecimento regular, prendeu-lhes a atenção, fez-se útil, auxiliando-os na solução de questões profissionais, e estimulou o estudo, franqueando suas colunas aos camaradas que desejarem."

E apontava com simpatia, as causas de tão grande êxito: "A Defesa Nacional triunfou, porque nunca se afastou do terreno profissional, porque seus leitores encontram em suas páginas o estudo de questões de organização militar, de regulamentos táticos, de modo de executar os serviços, mas nunca tiveram de distrair sua atenção de soldado para altas cogitações filosóficas ou outros assuntos alheios à profissão".

Reconhecia a importância da contribuição trazida pela Revista ao progresso do Exército e estimulava, com seus aplausos, a obra dos jo-

vens oficiais, encorajando-os com estas palavras, que traduzem a opinião do chefe responsável pela preparação das forças de terra para a guerra:

"As publicações dessa ordem prestam também serviços inestimáveis àqueles que têm a responsabilidade da vida e do progresso do Exército, por meio da análise e crítica dos regulamentos, pela sugestão de melhoramentos a introduzir neles, e, ainda, permitindo a colaboração de todos aqueles que, em suas páginas, vêm oferecer os frutos de seu estudo e experiência."

O futuro Ministro da Guerra, estudioso do nosso problema militar, em cuja mente se agitavam as soluções que lhe pretendia dar, ele, tão sóbrio na expansão de seus íntimos pensamentos, fortaleceu o ânimo dos que ansiavam, nos primeiros postos da carreira, por ver o Exército atingir o nível de eficiência das modernas instituições armadas, — capaz, por sua organização, preparo profissional e dotação em material, de desempenhar sua difícil missão, — revelando, nesse memorável escrito, os pontos capitais do programa de sua futura administração na pasta da Guerra.

"O nosso Exército, observava, está, há já alguns anos, em uma fase de evolução intensa; ele procura a forma de sua organização definitiva, problema complicadíssimo, entre nós; pois se trata de organizar um exército capaz de defender um país enorme, sem população relativa à sua extensão e pobre de todos os recursos.

"É preciso, portanto, que a organização permita tirar o máximo proveito dos elementos que conseguir reunir, e que a inferioridade numérica seja compensada pela superioridade da instrução.

"A demora na solução do problema, ajuntava, veio aumentar a dificuldade, porque fomos alcançados pela crise financeira, a qual nos obriga a só cogitarmos de soluções econômicas."

Via nos trabalhos insertos na Revista uma colaboração preciosa porque ela se colocara acima dos inte-

rêses pessoais, podendo assim contribuir, com eficácia, para a procura das soluções que mais convinham ao Exército, nas múltiplas questões que tinha a resolver. E citava, entre outras, como principais, o *serviço militar obrigatório*, a *instrução militar da Nação*, a *organização divisionária* e o *reclutamento regional*.

Era, pois, por seu saber e propósitos reformadores, o mais velho dos jovens espíritos empenhados na renovação de nossas instituições militares, enferrujadas pelo desuso, corroidas pela rotina de métodos obsoletos. Era um espírito novo, a valorizar as gerações antigas.

Suas idéias estavam, pois, amadurecidas quando, a 15 de novembro de 1914, deixou a chefia do Estado-Maior do Exército para assumir as funções de Ministro da Guerra. E ele mesmo quem o diz, no relatório apresentado ao Presidente da República, em maio de 1915. Afirma aí, com efeito, que, durante os quatro anos em que exercera o cargo de chefe de Estado-Maior, havia estudado a organização em vigor, as necessidades do Exército e os recursos de que carecia este para vê-las satisfeitas, tendo expedido, em sucessivos relatórios, opinião sobre os diversos problemas a resolver, a fim de que a força armada de terra correspondesse às exigências da defesa do país. E lembrava, na mesma ocasião, que, em seu relatório de 1 de maio de 1912, apresentara um projeto de remodelação do Exército, tendo por base a organização divisionária. Em todos, dizia, insistira na necessidade de instruir-se militarmente a Nação para sua defesa armada.

Ao assumir, portanto, suas funções de Secretário de Estado da Guerra, levava já traçado o caminho a seguir na gestão dos negócios da pasta: pôr em prática as idéias apresentadas, na proporção que fossem aceitas pelo Presidente da República e merecessem a aprovação do Congresso Nacional, no que dependesse desses dois poderes. Era, pois, um Ministro com um programa a realizar.

Compreende-se, assim, a presteza com que foram elaborados os projetos das grandes transformações por que ia passar o Exército, em sua estrutura básica, e a segurança com que foram postas em prática. Com efeito, autorizado, na lei orçamentária de 1914, a proceder à reorganização do Exército, dava ao Estado-Maior, em 17 de dezembro desse ano, as linhas gerais a que ela devia obedecer, e já a 23 de fevereiro de 1915, dois meses depois, eram aprovados, pelo chefe do Poder Executivo, os decretos que lhe davam força legal.

Orientaram a remodelação os princípios seguintes: 1º) ter o Exército efetivo que lhe permitisse, sem destruir a coesão da tropa, incorporar os reservistas em número tal que as forças de primeira linha fôsem bastantes para enfrentar as primeiras operações contra o adversário; 2º) ser o Exército do tempo de paz constituído de maneira que permitisse sua passagem ao pé de guerra mediante a inserção de reservistas.

Em suas diretrizes ao Estado-Maior, insistia em que, para chegar-se a esse objetivo, era indispensável a instrução militar obrigatória, "que os cidadãos venham aos quartéis aprender a defender seus lares, a honra e a soberania da Nação".

Os textos dos três longos decretos de 23 de fevereiro não se limitaram aos esquemas secos da nova organização; antes se entenderam em explanações doutrinárias que tornam compreensíveis os objetivos vizados e os meios a empregar para alcançá-los, considerações hoje dispensáveis, quando esses conhecimentos estão generalizados, mas não naquela época, em que se pretendia implantá-los.

O primeiro desses decretos, número 11.497, reviu a organização e definiu as funções dos diferentes órgãos componentes do Exército: Comando, Ministério da Guerra, Estado-Maior do Exército, Inspetoria de Armas e Serviços, Grandes Comandos, Divisão territorial militar do país, Comando de Regiões Mili-

tares, Graus de hierarquia e Quadro dos oficiais, tudo orientado pelos princípios consagrados nos mais adiantados exércitos contemporâneos, adaptados às condições políticas e econômicas do país, à sua situação geográfica e às exigências de caráter militar, decorrentes de sua posição no continente sul-americano.

Os elementos constitutivos do Exército ativo, destinados a formar o Exército de campanha, compreendiam 5 Divisões de Exército, 3 Brigadas de Cavalaria e várias unidades isoladas, de artilharia, pontoneiros e ferroviários; e os parques e comboios, subordinados diretamente ao Comando do Exército.

A Divisão de Exército, composta de 2 brigadas de Infantaria e 1 de Artilharia, — unidade tática poderosa, — apresentava assinalado progresso sobre a grande unidade da organização anterior, a Brigada estratégica, tendo, além disso, sobre ela, a vantagem de possuir organizados, desde o tempo de paz, os respectivos serviços; e que constituía novidade entre nós.

Também, pela primeira vez, eram previstos, para as diferentes armas, três efetivos: o de guerra, o de manobra e o de instrução. O primeiro, determinado pelo limite máximo a atingir, em caso de mobilização, não podendo ser ultrapassado sem prejuízo do comando e administração das unidades; o segundo, inferior ao primeiro, formava-se com a incorporação dos reservistas convocados para as grandes manobras anuais; o terceiro obtinha-se com a redução do pessoal praça de pret, descendo ao limite mínimo, abaixo do qual ficariam comprometidos a instrução, os serviços e a existência permanente dos órgãos, mesmo os mais rudimentares das unidades. A variação dos efetivos recaía somente nas praças de pret, para que se mantivessem integralmente a organização e os comandos, até o mais elementar, condição essencial à formação de quadros rígidos e experimentados, capazes de receber, na incorporação, reservistas e recrutas, sem que a

tropa se ressentisse da insuficiência do preparo deles.

O Decreto n. 11.498, também da mesma data, procede à distribuição das grandes unidades pelo território nacional, conjugando os grupos de forças com as diferentes regiões do país, o que representava um grande passo na formação de um exército permanente organizado no tempo de paz.

Finalmente, o de n. 11.499, ainda daquela data, definia a constituição dos elementos do Exército ativo a manter com o efetivo orçamentário, votado pelo Congresso Nacional, para 1915.

Forçado pela escassez dos efetivos, foram apenas organizados, desde logo, a 3ª e a 5ª Divisões, com sede, respectivamente, na Capital Federal e no Rio Grande do Sul, ficando as outras reduzidas aos corpos existentes nos territórios que lhes correspondiam, portanto, sem organização.

Em consequência da remodelação, foi preciso organizar os regulamentos e as instruções para os serviços criados, bem como rever os dos existentes. Esse trabalho, entregue ao Estado-Maior do Exército, foi rapidamente executado, pois entraram em vigor, poucos meses depois da publicação dos decretos, os das Inspetorias, dos grandes comandos, comando de brigada e circunscrições militares.

No mesmo ano de 1915, o Ministro da Guerra, tendo em vista que, — em um país como o nosso, no qual o serviço militar, isto é, a aprendizagem para a defesa da Pátria, ainda não entrara nos hábitos da população, — era indispensável formar as reservas do Exército por todos os modos, julgava de grande utilidade o restabelecimento da instrução militar obrigatória, nos estabelecimentos de ensino secundário e superior, bem como nos de educação profissional, tanto federais, como estaduais e municipais. Advogava, por outro lado, se reservasse determinando número de empregos, nas repartições e oficinas do Estado, a ex-praças que concluíssem o tempo de serviço, sintetizando, na

seguinte preposição, o seu pensamento :

"A caderneta de reservista deveria ser sempre um motivo de preferência para qualquer cargo de nomeação oficial."

Seu propósito era, porém, a realização do serviço obrigatório. Recordava que as sociedades de tiro, reunidas na *Confederação do Tiro Brasileiro*, haviam prosperado rapidamente, fazendo os seus membros brilhantes provas de preparo militar. Parecia ter-se encontrado a solução do problema da instrução militar da mocidade. "Poucos anos depois, observava, entraram em franca decadência, e hoje apenas subsistem algumas, que têm resistido patrioticamente às causas que determinaram o desaparecimento das outras". E situava, como causas principais, as seguintes : primeira, a intromissão da política local nas sociedades, solicitadas ou seduzidas por políticos para a satisfação de suas ambições eleitorais ; segunda, a não realização do serviço militar obrigatório, "porquanto, dizia, a maior parte dos atiradores via na sociedade de tiro apenas um meio de escapar à incorporação".

Decidido a executar a lei do serviço militar obrigatório, advertia, em 1915, que, dada a pequena estrutura do nosso Exército, não era possível incorporar anualmente senão limitada porção da classe, sendo, por isso, necessário estabelecer processos para instruir o restante, independentemente da incorporação. E julgava que dessa tarefa poderiam ser encarregadas as sociedades de tiro.

Dentro da orientação progressista que caracterizou sua gestão na pasta da Guerra, promoveu a revisão dos regulamentos táticos das armas. Empresa a que se dedicara quando na chefia do Estado-Maior do Exército. O de Cavalaria, de que fora redator, marcara época na formulação dos princípios de emprego da Arma, regido até então pelas regras já absoletas do regulamento Marinho. O de Infantaria, traduzido do alemão pelo Capitão Emílio Sarmento, passara também por suas

mãos, antes de ser adotado. Criticado nas páginas da "A Defesa Nacional", seu espírito aberto às lides da inteligência, reconheceu a procedência dos argumentos e nomeou uma Comissão de Revisão, cuja presidência deu ao Cel. Agobar de Oliveira e para a qual nomeou o autor da crítica. Os de Artilharia e Engenharia foram também atualizados, sob a luz dos modernos princípios de emprego dessas Armas, de harmonia com os preceitos do de Infantaria, — questões agitadas com vivo interesse pelos elementos estudiosos do Exército, sob o estímulo dos conhecimentos propagados pelos oficiais que regressavam do Exército Alemão.

Em 1915, pleiteava, junto ao Presidente da República, o insigne estadista, Sr. Wenceslau Braz Pereira Gomes, o desenvolvimento da Fábrica de Cartuchos do Realengo, para que sua produção fôsse suficiente às necessidades da Infantaria ; consignava o seu propósito de dar início à fabricação da munição de artilharia, e de remodelar o Arsenal de Guerra, imprimindo-lhe feição industrial, porque, como dizia, seu trabalho era moroso e caro, devido à organização burocrática.

Com a remodelação do Exército, de 23 de fevereiro de 1915, haviam sido extintas as 13 Regiões de Inspeção Permanente, criadas na Organização Hermes da Fonseca, e substituídas por sete Regiões Militares. Por Decreto n. 11.540, de 7 de abril seguinte, eram já aprovados os regulamentos que deviam presidir o exercício do comando das grandes unidades e da administração das novas circunscrições, que substituiriam aquelas ; nêles se definiam os órgãos encarregados das diferentes funções, indicavam-se as relações que deviam existir entre êles, as atribuições dos comandantes de Região Militar e de Divisão de Exército, as regras de substituição a vigorar entre êles, a especificação dos componentes e o funcionamento dos quartéis-generais, tudo cuidadosamente estudado e minuciosamente exposto.

Na mesma data, e por Decreto número 11.541, era aprovado o regulamento para as Inspeções de armas e serviços, cujas prescrições ainda hoje seriam aplicadas com proveito, pois se destinavam a "tornar efetiva, sobre todas as forças e comandos, a ação fiscalizadora, por meio da qual se verifica a marcha dos negócios militares, os progressos da instrução, o estado da disciplina, a situação administrativa, a maneira de proceder dos responsáveis e o preparo e eficiência para a guerra". Eram, pois, tão justificadas outrora como nos tempos presentes.

Sua acuidade mental, estimulada por um sólido preparo profissional, não lhe permitia perder de vista os meios de combate postos em ação nos lances da Grande Guerra, em que se debatiam os povos do ocidente europeu, prevendo o papel reservado no futuro à nascente aviação militar. Dizia, a propósito, no seu relatório das atividades do Ministério em 1915, que a organização da nova arma, cujos serviços em campanha estavam já comprovados naqueles meses de guerra, merecia a atenção do governo, devendo-se encarar o problema com o máximo cuidado, por ser completamente novo entre nós. Devia-se, a seu ver, deixar de lado as tentativas promovidas, até então, sem o planejamento necessário, que nenhum resultado prático haviam produzido. Tinha em mente, logo que as condições mundiais o permitissem, enviar à Europa oficiais e operários mecânicos a se exercitarem nas atividades da aviação militar, sendo de parecer que se contratassem especialistas estrangeiros para dirigir a instalação e funcionamento da escola de aviação no Brasil.

Quem não vê nessas providentes sugestões o germe das negociações que deram em resultado a vinda para o nosso país, dos primeiros instrutores de aviação, no quadro da inolvidável Missão Militar Francesa?

O trabalho de consolidação das novas instituições avançava lentamente, como a estrutura de um

grande edifício, cujo acabamento está sujeito à resistência das fundações. O engenheiro-chefe, forrado de experiência, olhava tranquilamente os andalimes, sem pressa de ver descoberta a construção. Mas os ardorosos paladinos da modernização do Exército não se conformavam com a lentidão com que se concretizavam as decisões ministeriais, até chegar à criação dos elementos básicos da força armada. Começaram a surgir as críticas acerbas dos próprios arautos das transformações consignadas no programa de renovação do Exército, que haviam tido e continuavam a ter o decidido apoio do chefe do Estado-Maior e eram agora postos em execução pelo Ministro da Guerra.

Membro do grupo Mantenedor da Revista, que divulgava a opinião dos paladinos das reformas, quantas vezes tive de apresentar ao tolerante espírito do esclerecido chefe os fundamentos das apreciações desfavoráveis insertas nas páginas respeitadas de "A Defesa Nacional", e ouvir-lhe, imperturbável em sua bonomia, as palavras, impregnadas de sabedoria e benevolência, com que expressava sua compreensão do nosso acodamento, e a segurança com que aguardava o resultado do trabalho em marcha.

— Vocês querem, dizia, é decreto sobre decreto, regulamento sobre regulamento, sem dar tempo a que as idéias se transformem em fatos.

Resposta dada sem azedume, nem irritação, apreciando o justo valor das expansões patrióticas dos camaradas mais novos.

As dificuldades eram, porém, muitas. O Exército, submetido à organização divisionária, ficara com muitas de suas unidades reduzidas aos quadros de oficiais, devido ao pequeno efetivo previsto na lei orçamentária. Esta consignava, para todas as armas, apenas 18.000 homens, aí compreendidos alunos das escolas militares, aspirantes, amanuenses, e o pessoal dos contingentes das fábricas e estabelecimentos, que perfaziam, com as guarnições das fortalezas, mais de 2.000 homens. Restavam, pois, pouco mais

de 15.000 para as 5 Divisões de Exército e as 3 Brigadas de Cavalaria. Não seria, assim, possível ter todas essas unidades organizadas. Por outro lado, não havia onde buscar, por enquanto, os homens para o preenchimento dos claros, mesmo quando houvesse a autorização legal, num voluntariado escasso e de inferior qualidade, como o que irregularmente ocorria às fileiras. Era preciso, mais uma vez, esperar a ocasião oportuna para dar vida às Grandes Unidades, que formavam o corpo mesmo de Exército.

Reorganizada a tropa, tratou-se de fazer o mesmo com os serviços, que lhe promovem e mantêm a existência. A 31 de dezembro de 1915, eram aprovados, por Decreto número 11.853-A, os regulamentos do Gabinete do Ministro, da Diretoria do Expediente, Diretoria de Contabilidade, do Departamento do Pessoal da Guerra, Departamento Central, e das Diretorias do Material Bélico, Engenharia e Saúde, bem como da Intendência da Guerra, com melhor distribuição do serviço, orientação e fiscalização mais seguras, criando-se órgãos permanentes de estudos para os ramos mais difíceis da técnica militar.

Para completar a execução do programa a que se propusera, faltava ainda a revisão dos regulamentos dos arsenais e fábricas, dependentes da Diretoria do Material Bélico, mas o trabalho estava em pleno curso. A criação dessa Diretoria fôra uma das medidas, cujos benefícios se fizeram logo sentir: permitiu unidade de vistas nos trabalhos das fábricas e arsenais e deu ensejo a que se procedesse ao inventário dos recursos, em material, de que dispunha o Exército. Levou-se a efeito, em consequência, a contagem e limpeza de copioso armamento de infantaria, adquirido anos antes, o qual recebeu conveniente armazenamento.

A Diretoria de Administração teve seu encargo, de tempo de paz, ampliado e recebeu a incumbência, em caso de guerra, de dirigir os serviços de retaguarda dos exércitos

em campanha, assegurando-se, por esse meio, a continuidade das relações entre as forças em operação e o interior do território nacional.

A Diretoria de Engenharia ficou encarregada de uniformizar os processos de construção, fiscalizar e organizar o serviço de engenharia em campanha, elaborando os regulamentos de suas diversas especialidades.

Estávamos no ano de 1916. O grande problema a resolver era a execução do serviço militar obrigatório. Em seu relatório ao Presidente da República, o Marechal José Caetano de Faria justificava a necessidade imediata dessa providência, fundamentando sua alegação com argumentos irrefutáveis: "A guerra, dizia, não é mais uma luta entre exércitos e sim entre nações, ou, como estamos vendo atualmente, entre grupos de nações. Isso exige que o exército seja a nação armada, quer para combater isoladamente, quer para poder fazer parte de um grupo, que não aceitará um aliado sem valor eficiente".

Reforçava essa afirmação com argumentos tirados da realidade de nossas condições militares: "Quando não se podem manter, como é o nosso caso, insistia, grandes efetivos no tempo de paz, a influência do serviço obrigatório na formação das reservas não se resume na incorporação. Temos atualmente um efetivo de 18.000 homens, com o serviço de dois anos; a incorporação dos sorteados, abatidos os voluntários e engajados, não excederia, portanto, de 7.000 homens.

"Ficaria, assim, a maior parte da classe sem instrução, se a lei não tivesse previsto, para os alistados e não sorteados, diversas obrigações tendentes à sua educação militar, como sejam a presença obrigatória em linhas de tiro, convocação para manobras, etc.

"O problema, pois, que temos a resolver, acentuava, é o da instrução militar obrigatória, empregando os métodos estabelecidos na lei, isto é, incorporando uma parte mínima da classe e fazendo o resto fre-

qüentar as linhas de tiro e comparecer às manobras.

"A lei, de feição muito liberal, ponderava, facilita essa instrução por meio das sociedades de tiro, onde os cidadãos, depois de aprenderem o tiro e as evoluções, podem, mediante exame, adquirir a caderneta de reservista. Facilita, ainda, por meio da instrução militar nos colégios e outros estabelecimentos de ensino, onde aquela caderneta poderá ser obtida, segundo as condições já regulamentadas."

Eram essas observações, escritas do próprio punho, fruto da reflexão de um reformador, que sabia o que queria e como atingir seus objetivos. Via, com clareza, o problema militar brasileiro, propondo-lhe soluções adequadas, coerentes com as nossas condições sociais e econômicas, exequíveis com os meios disponíveis. Debaxo de sua despreziosa aparência, como quem não tem pressa de entrar para as páginas da história, ocultava-se um amplo conhecimento das necessidades militares do país e o decidido propósito de pôr sua clara inteligência e sólida competência profissional a serviço do progresso do Exército.

Lançados os alicerces das novas instituições, dado início ao levantamento das paredes mestras do edifício, concentrou-se a atenção do titular da pasta da Guerra na preparação do terreno para o estabelecimento da conscrição militar, que reputava, como vimos, ato fundamental ao funcionamento do sistema em que ia repousar a segurança do Brasil.

Começou pelas medidas de caráter administrativo, entre elas a unificação das datas de praça e a revisão do regulamento do serviço nos corpos de tropa, que continham disposições disciplinares, julgadas por ele, impróprias à correção do pessoal que o novo regime carrearía à caserna. Era preciso, porém, conquistar o apoio das autoridades estaduais e o concurso da opinião pública do país, para a implantação de um dever que impunha tão pesado ônus ao cidadão, privando-o,

por longo tempo, de suas liberdades.

Dirigiu-se, para isso, no começo de 1916, aos Presidentes e Governadores dos Estados, pedindo-lhes o valioso auxílio para a execução do alistamento, pedido que obteve o mais completo acolhimento.

Para obter o apoio do povo brasileiro, procurou tocar-lhe a fibra patriótica, vibrante sempre na alma sentimental de todos nós. O apóstolo do evangelho cívico, pregado em prol da cruzada decisiva, foi o verbo sublime de Bilac, inebriando todas as camadas sociais, por toda a parte onde chegava o eco de seu estro divino.

Tomadas essas providências, e outras mais, necessárias, foram fixadas, em outubro, os contingentes que cada Estado devia fornecer, de acordo com a Lei n. 1.860, de 4 de janeiro de 1908. Em novembro, abria-se o voluntariado sem prêmio para o preenchimento dos claros, com sorteio dos alistados, na forma da dita lei.

A 10 de dezembro de 1916, realizava-se em todo o território nacional a operação seletiva, preliminar à incorporação dos cidadãos às fileiras do Exército. Na Capital da República, o ato foi solene, a ele assistindo o Presidente da República, seus Ministros e outras pessoas gradas. O Marechal José Caetano de Faria, modestamente, recolhia os louros dessa memorável jornada. Estava, enfim, satisfeita a velha aspiração de gerações sucessivas de esclarecidos chefes militares, inconformados com a composição das unidades do Exército mediante a incorporação de voluntários, com preterição da indispensável constituição de reservas instruídas.

Informando o Chefe da Nação, em 1917, sobre a marcha dos negócios de sua pasta, dizia o Ministro da Guerra que, graças ao concurso de circunstâncias favoráveis, eriad as com o fim de vencer, uma vez por todas, as resistências tradicionais, opostas no Brasil ao serviço das armas, realizar-se a 10 de dezembro de 1916, o sorteio para o

preenchimento dos claros nos corpos de tropa.

"Felizmente para o Exército, acrescentava, V. Excia., Sr. Presidente, quando assumiu o Governo, trazia a convicção da necessidade do serviço obrigatório; a situação mundial preparou os espíritos pela contemplação dos sofrimentos das nações fracas na guerra atual; a propaganda tornou-se intensa e surgiu a benemérita Liga de Defesa Nacional.

"Enquanto assim se preparava o espírito da Nação, era preciso transformar o Exército, pondo-o em condições de receber os concidadãos que lhe fôssem confiados para instruir.

"Já dispunhamos de um forte núcleo de oficiais instrutores e educadores; apurou-se a instrução dos quadros de sargentos e graduados, que são os auxiliares daqueles.

"Para fazer o Exército perder o caráter profissional, proibiu-se o engajamento de ex-praças, que, por essa condição, já eram reservistas.

"Estabeleceu-se um prazo certo para o recebimento de voluntários e exigiu-se, para a aceitação destes, melhores provas de capacidade física. Com a primeira medida, normalizou-se a instrução, constantemente perturbada pela chegada de recrutas, e com a segunda evitou-se que procurassem as fileiras indivíduos depauperados e doentes, que em pouco tempo se tornavam hóspedes assíduos dos hospitais e iam povoar o asilo de inválidos.

"Uniformizou-se a contagem de tempo de praça, que passou a ser de 1 de janeiro para todos.

"Fêz-se uma revisão cuidadosa em alguns regulamentos, adaptando-se o de serviço nos corpos à nova feição que se queria dar ao Exército, escolhendo o regulamento disciplinar de disposições incompatíveis com essa feição."

Eis, em termos despretensiosos, mas incisivos, a verdade sobre a preparação realizada para levar a efeito a grande transformação, introduzida no processo de preenchimento dos claros no Exército, cuja repercussão vivificante, em todas as camadas da população, teve o mé-

rito de elevar o espírito cívico da Nação a esse alto nível, que todos contemplamos com ufanía.

Demos, porém, a palavra, mais uma vez, ao esforçado Ministro da Guerra, a quem o Exército tanto deve, para que nos mostre, na sua prosa singela, as consequências imediatas da entrada em vigor da nova legislação.

"Todo esse trabalho e propaganda, diz êle, convenceram a Nação do propósito em que estava o Governo de executar a lei; as sociedades de tiro despertaram, muitas outras surgiram, e surgem quase diariamente; as academias, colégios e outros estabelecimentos de educação organizaram a instrução militar; e quando se abriu o voluntariado de manobras, a mocidade cidiu pressurosa aos quartéis. Esse moço, pertencente a todas as classes sociais, desde as mais elevadas, tiveram, nos batalhões para isso designados, uma instrução intensiva; foram, depois, sujeitos ao exame das matérias que constituem a instrução individual do soldado de infantaria, e, em seguida, marcharam para os campos de manobras, distribuídos pelos corpos, onde partilharam de todos os serviços, sempre revelando grande entusiasmo, boa vontade e perfeita compreensão do dever cívico. Attingiram nas diversas regiões, a 3.067, não tendo sido maior o número por dificuldades de orçamento."

Nasceu, assim, o moderno exército, de que, com razão, nos orgulhamos, e, para a sua formação, ninguém concorreu mais poderosamente do que o Marechal José Caetano de Faria, como chefe do Estado-Maior do Exército e como Ministro da Guerra, de 1914 a 1918.

Não parou nesses relevantes serviços a ação progressista do esclarecido e patriótico reformador do nosso Exército: atacou o problema da remonta, ponde em execução o respectivo regulamento, de que fôra um dos autores, coerente com o que havia pregado em seu artigo de 10 de maio de 1914, nas páginas da "A Defesa Nacional". Fêz aí a apologia do cavalo, "nobre

companheiro do homem na guerra e útil nos trabalhos da paz". "Dadas as condições do nosso país, dizia, com poucas estradas de ferro e vastas planícies nas regiões do Sul, não só teremos necessidade de numerosa cavalaria, como de grandes comboios para o abastecimento da tropa, em víveres e munição". E acentuava que a remonta de que necessitávamos só estaria assegurada quando pudesse ser feita dentro do território nacional. Já havíamos tido em abundância o precioso animal, principalmente no Rio Grande do Sul; mas a falta de seleção e de cruzamentos, e outros cuidados indispensáveis à criação, haviam produzido a degeneração da espécie, a tal ponto que se tornara difícil encontrar cavalos aptos ao serviço militar. Por outro lado, razões económicas tinham feito preferir a criação do gado vacum. Daí ter-se recorrido, para a aquisição da remonta, aos países vizinhos que, por suas condições geográficas, podiam abastecer-nos de animais no tempo de paz. Mas isso não bastava: os nossos fornecedores podiam tornar-se nossos adversários, em caso de guerra, e, então, teríamos de contar somente com os nossos próprios recursos, aqueles mesmos que, sem nos opormos, havíamos assistido destruir. O remédio ao mal já tinha sido dado: a remonta passou a ser feita dentro do território nacional. As medidas postas em prática para estimular a criação de cavalos capazes de servir ao Exército, constavam do regulamento em vigor. Era preciso apenas executá-las. Estavam na criação e expansão dos depósitos de remonta, procedendo como se fizera com a Coudelaria de Saycan, que passara a criar reprodutores, próprios para os diversos serviços do Exército.

Conjugando a melhoria da raça, por meio do cruzamento com animais de puro sangue, e o aumento do preço de aquisição dos exemplares destinados à tropa, melhorou o Ministro da Guerra as condições da remonta, graças à execução das medidas prescritas no regulamento

elaborado pela comissão de que fôra presidente.

Outra providência, levada a efeito por seu espírito prático, foi a organização da Diretoria do Tiro de Guerra, em substituição à Confederação do Tiro Brasileira, que passou a ter caráter militar. Firmado nas conclusões dos seus estudos, segundo as quais, com a incorporação dos sorteados às fileiras, abrangendo apenas parte mínima da classe em idade militar, não se formariam as reservas de que a Nação carecia para completar seus efetivos de campanha, tratou de promover a instrução militar dos cidadãos nas instituições em que isso fosse possível, assim aumentando as fontes onde buscar homens aptos para o preenchimento dos claros na tropa, em caso de guerra. Era pequeno o aumento de despesa e a deficiência de preparação seria corrigida com a incorporação periódica dos voluntários de manobras.

Tinha o cunho de uma solução brasileira dada ao complexo problema da organização do nosso Exército, pequeno demais, em tempo de paz, para formar os reservistas requeridos por seu desdobramento em caso de guerra. Conforme dissera já em um dos seus relatórios, era uma solução experimental, passível de aperfeiçoamento, segundo os resultados práticos que desse.

A entrada do Brasil na primeira Guerra Mundial, em outubro de 1917, veio encontrar em plena execução as reformas decretadas nos dois anos anteriores. A consolidação de medidas tão amplas e profundas, como as introduzidas na estrutura dos principais órgãos do Exército, só com o tempo poderia ser obtida. Isso reconhecia o espírito realista do Ministro da Guerra, avêso, por índole, a ilusões e entusiasmos. O tempo trabalharia em proveito do aperfeiçoamento do sistema instituído. Não é, pois, de admirar uma recusa às insistentes solicitações para que mandássemos tropas do Exército aos campos de batalha da Europa: não estávamos preparados para desenvolver convenientemente esse esforço, repetia ele, que desde o começo da luta

tôra fervoroso partidário da causa dos aliados.

Colaboramos, no entanto, na guerra, enviando nossa esquadra às águas da Europa, participando, com a Missão Médica, no socorro aos feridos, e a presença de um grupo de oficiais combatentes junto às tropas em operações na frente de batalha da França. Deixamos, assim, bem materializada nossa solidariedade aos exércitos em luta contra as forças dos Impérios Centrais. Mas foi só. Nada se podia opor às fundadas alegações do Ministro.

A situação criada com a entrada do país para o rol dos beligerantes, exigiu do Governo Wenceslau Braz, cujo lema financeiro era "poupança nos gastos", a concessão de créditos aos setores militares da administração, obrigados a despesas não consignadas no orçamento ordinário da Nação. Tocou, assim, ao Exército vultosa quantia, destinada a atender a despesas com a guerra. Esses recursos tiveram de ser empregados, porém, na compra de artigos de produção interna, que nessa época não abrangiam ainda armamento e munição, uma vez que o mercado esrtangeiro, fechado na ocasião, nada nos poderia fornecer para aumento do nosso poder bélico. Concentraram-se, por isso, na aquisição de fardamento, calçado, arreamento e viaturas, encomendadas depois de cuidadoso exame das necessidades inadiáveis e arquivadas as contas no próprio gabinete do Ministro.

Com esse rigor e honestidade em seu emprego, não foi possível dar aplicação a todo o crédito.

Terminada, a 15 de novembro de 1918, sua gestão na pasta da Guerra,

o Marechal José Caetano de Faria deixou suas funções no Ministério, com aquela mesma simplicidade e modéstia com que nelas se investira, quatro anos antes.

Sem propaganda, nem grupos aderentes, continuou a prestar ao Exército, a que dedicara tôda uma existência de profícuos labores, novos e relavantes serviços, na alta magistratura de Ministro do Supremo Tribunal Militar, a que pertenceu durante 13 anos, oito dos quais na sua presidência.

Ao render-lhe o preito de sua saude, no seio daquele egrégio Areópago, pôs o nosso preclaro presidente, o Ministro Tristão de Alencar Araripe, em merecido relevo, a inestimável contribuição prestada pelo insigne reformador do nosso Exército, ao sagrado serviço da Justiça.

"Aqui se realizou e se consolidou, disse êle, o coroamento da obra erguida paulatinamente pelo esforço, pela dedicação, pela inteligência e pela vontade; pelo equilíbrio e pelo bom-senso; pelo sentimento de responsabilidade e pela ação criadora; pelo amor à carreira das armas e à dignidade da função de chefe; pelo espírito público e pelo conhecimento dos homens; pelo sentimento sacrossanto de justiça."

Eis, minhas Senhoras e meus Senhores, a traços largos, o perfil da personalidade excepcional, — soldado, cidadão e estadista — a cuja memória o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, dedicou esta sessão solene, em homenagem ao centenário de seu nascimento.

ORGANIZAÇÃO HERZADA
REPRESENTAÇÕES E CONTA PRÓPRIA
B. BERNARDO ZADUSCHLIVER

Fornecedores: Civil e Militar — Representante: Comércio e Indústria

Tele. 22-5254 — Rua Buenos Aires, 90 - 7º andar - sala 710 — Rio de Janeiro

Endereço Telefônico: "Zalver"

Nossa Senhora do Carmo, Padroeira do Forte de Coimbra, mas também de Miranda e Corumbá (1)

Pelo General SILVEIRA DE MELLO

Para dizer algo de Nossa Senhora do Carmo do Forte de Coimbra, torna-se necessário alargar as vistas para os primeiros decênios da velha capitania de Mato Grosso.

Que sinais havia do domínio português nestas longes terras em 1775? Pouca coisa. Nada mais que os núcleos de Cuiabá e Vila Bela, três ou quatro postos militares ao longo do Guaporé, alguns sítios nos rios Cuiabá, alto-Paraguai e Jauru, os caminhos mal seguros de São Paulo e Minas a Cuiabá, e os desta a Vila Bela.

De ocupação, de povoamento, nada havia à jusante da foz do Cuiabá e de Camapuã para o sul.

Por outro lado, a ocupação castelhana não chegara ainda ao Ipané, nem mesmo à barranca do Jejuy.

O sul de Mato Grosso jazia não apenas no abandono, mas, também, não podiam nêle penetrar senão expedições fortemente armadas, pelo temor aos índios guaicurus, senhores desta região. Eis a situação do sul de Mato Grosso. Tudo aqui estava em ser. A natureza virgem e o incógnito do domínio dos seus pagos.

Foi neste vasto cenário geográfico que se estabeleceu, naquele ano, 200 km abaixo da foz do Taquari, o primeiro pósto português (2). Por 15 anos essa fundação foi duramente flagelada pelos

índios guaicurus. Estes formidáveis guerreiros silvícolas sômente em 1790 se dispuseram a cessar as suas hostilidades e, no ano seguinte, a concertar amizade e aliança com os portugueses.

Era de rigor entre espanhóis e portugueses erigirem seus estabelecimentos sob a invocação de um patrono tirado do calendário litúrgico. Assim foi Cuiabá do Bom Jesus e Vila Bela da S.S. Trindade, como já acontecera muito antes, na outra banda, ao sul, com Nossa Senhora da Assunção, e, a oeste, com Santa Cruz de la Sierra.

Na ata da fundação do presidio não figura o nome do orago. Evidentemente não estaria êle ausente, porque nesse tempo não se dispensava a ajuda do céu para os empreendimentos, nem assistência religiosa aos seus componentes.

Não se conhece o desenho original do presidio, mas, na planta de sua restauração em 1778, a capela está assinalada por uma cruz e vem referida na legenda. Se existia capela, haveria um orago ou titular, como é de regra.

Os documentos dêsse tempo e das duas décadas seguintes, consultados por mim no Arquivo Histórico de Cuiabá, nenhuma menção fazem ao orago do Forte. Contudo, essa omissão não faz prova de que êle an-

(1) Conferência proferida a 6 de dezembro de 1954, em Corumbá, em presença da histórica imagem, para ali conduzida, na canhoneira "Parnaíba", de nossa Marinha de Guerra, em imponente procissão fluvial.

(2) Não me refiro aqui ao presidio de Nossa Senhora dos Prazeres do Iguatemi, já em decadência, que viria a malograr, dois anos depois, às mãos dos castelhanos, e tanto mais porque era uma fundação da capitania de S. Paulo.

dasse estranho à correspondência, visto que não é pequeno o número de documentos estraviados e evadidos do velho Arquivo, e não poucos ali existentes se acham incompletos, ilegíveis ou carcomidos.

Embora não tenha encontrado um só documento dos anos de 1775 a 1797, referente ao patrono de Coimbra, consta de um memorial desse tempo, o "Diário de Passos" (3) que, em 1791 existia na povoação de Albuquerque (Corumbá de hoje) "*una capilla cuya patrona es la Virgen del Carmen*". Sabe-se também que o presídio de Miranda — e ali se tem até hoje como certo — foi erigido em 1797 sob a proteção da mesma Senhora do Carmo.

Para justificar a exclusividade da Virgem do Carmo para aquelas três fundações, basta lembrar que os fundadores de Albuquerque e do Presídio de Miranda foram os mesmos oficiais saídos, respectivamente, para esse fim, do comando de Coimbra: o sargento-mor Marcelino Camponês e o ajudante Francisco Rodrigues do Prado.

O nome da Padroeira de Coimbra sobrelevou quaisquer outros, porque ambos os fundadores levavam na lembrança e no peito, para as novas fundações, a Senhora do Carmo, que eles se habituaram a invocar na capela da velha paliçada de Coimbra.

Acontece, todavia — e não sabemos porquê — nem a primeira nem a segunda Albuquerque, conserva, nos dias de hoje, a primitiva invocação.

Em Corumbá, no entanto, existia, antes da guerra, servindo de matriz, a capela de Nossa Senhora do Carmo, situada na Praça do Carmo. Estas assertivas, quanto à capela e à praça de Nossa Senhora do Carmo, estão bem claras nos documentos daquela época. No seu relatório mensal, de julho de 1864, seis meses antes da invasão paraguaia, diz o tenente-coronel Hermenegildo Portocarrero, comandante

do Distrito Militar, que continuavam as obras na igreja de Nossa Senhora do Carmo, que servia de matriz, e a limpeza da Praça do Carmo. Outro documento, não menos expressivo, é o Relatório do Ministério da Guerra, do ano de 1870, ao finar-se a guerra. Consta do seu Anexo, referente à reconstrução de Corumbá, o seguinte: "IGREJAS. A capela de Nossa Senhora do Carmo, onde se exercia o culto divino (única em que se exercia o culto), está reduzida à coberta e paredes laterais e do fundo, tudo em mau estado. QUARTEIS. A casa do largo do Carmo, que, na falta de outro cômodo, servia de quartel, está muito danificada e não merece ser reparada" (4).

De que mais se carece para comprovar que Nossa Senhora do Carmo era a Padroeira desta cidade desde seus primórdios até a guerra de 1864-70. Pode-se inferir daí mais um motivo de sua presente visita a esta cidade, qual seja o de reivindicar a restauração de sua capela e a reposição de seu nome na praça que era sua.

Atenda, pois, o povo de Corumbá a este justíssimo apêlo e pleiteie do Sr. Bispo, do Sr. Prefeito e dos Srs. Vereadores, a cada um ano no que lhe cabe, as reivindicações de Nossa Senhora do Carmo.

Por outro lado, cumpre-me indagar por que se transferiu de Pequiri para Corumbá, ao ser esta erigida em vila, em 1862, a invocação de Santa Cruz (5), que lembra a de sua homônima no planalto boliviano, em vez da que lhe viera de Coimbra? Na atual Albuquerque, ao pé do morro deste nome, ali, sim, tem-se conhecimento, que o novo orago — Nossa Senhora da Conceição — lhe foi imposto mais tarde pela missão capuchinha, dita da Misericórdia, que ali se estabeleceu por volta de 1813.

Aí está como Nossa Senhora do Carmo, consoante narra a história,

(3) D. INACIO PASOS, "Diário de Navegación y Reconocimiento del Rio Paraguai".

(4) SEVERIANO DA FONSECA (Viagem... I, 296), ao tratar das praças de Corumbá, esclarece: "...a do Carmo, onde se construiu em 1877 um pequeno, mas decente templo à Nossa Senhora da Candelária..."

(5) E. DE MENDONÇA (Datas... II, 99).

presidiu às primeiras fundações sul-matogrossenses — Coimbra, Albuquerque e Miranda. Aliás o então sargento-mor Antônio José Rodrigues, comandante geral da fronteira, em ofício de 23-III-812, nomeia explicitamente Nossa Senhora do Carmo — *Padroeira desta Fronteira*.

A partir do comando do coronel Ricardo Franco, torna-se frequente a referência nominal a Nossa Senhora do Carmo, como padroeira de Coimbra. Do ofício de 1-VIII-798, desse grande soldado, a Oeynhausien, governador da Capitania, consta que no velho presidio se realizava a festa da Padroeira e que, ultimamente, se tornara mister substituir a velha imagem por outra nova. Eis como reza um tópico daquele documento:

"Esperei que o Reverendo Constantino viesse da Povoação a este Presidio para celebrar no dia 16 a festa de Nossa Senhora do Carmo da qual mandamos vir de Cuiabá huma muy decente, e nova imagem..."

Conclui-se destes dizeres que uma imagem da Virgem do Carmo já ali existia; contudo, por já não estar em condições de figurar nos atos do culto, teve de ser substituída por outra, nova, o que faz prova de que a primeira ali estava há longos anos, ou, mais rigorosamente, desde os primeiros dias do velho Presidio.

Na falta de outra referência, bastam os termos desse documento para testificar que Nossa Senhora do Carmo presidira, de fato, a fundação da velha praça de guerra. Como não terem procurado os seus homens um valimento celeste, se lhes escasseavam até os meios de subsistência e tão fragil se lhes afigurava a proteção daquela rústica estácada.

Foi essa confiança na Virgem do Carmo que se desenhcou no espirito dos seus devotos, Marcelino Campomê e Rodrigues do Prado, ao partirem dali para as novas e arriscadas empresas de Albuquerque e Miranda. Nenhuma outra invocação lhes pareceu mais indicada para as novas fundações, porque, além do mais, elas viriam a formar com o

Presidio de Coimbra o trio estratégico da defesa meridional da Capitania.

Na sequência desses fatos, é que chegou à Coimbra, em 1798, por encomenda de Ricardo Franco, a "muy decente e nova imagem".

Da imagem antiga não se falou mais. Provavelmente foi incinerada, como se procede com as bandeiras e os objetos preciosos, envelhecidos ou danificados. Também o velho Presidio, antiquado e decaído, estava nas últimas e em vias de ser substituído pelo Forte em construção.

Dois anos depois, Ricardo Franco, em ofício de 15-II-1800, informa ao capitão-general que a guarnição do Forte, e não a Real Fazenda, é que fazia ali as despesas do culto, e que foi a mesma guarnição quem adquiriu a nova "*imagem de Nossa Senhora do Carmo, do mesmo vulto que a de Vila Bela*". Veio no tempo exato (pois tudo ali se renovava), para presidir à construção do Forte e protegê-lo no correr dos novos tempos. Foi esta veneranda imagem que esteve presente e patrocinou a guarnição do Forte, nos tremendos ataques de 1801 e 1864.

Em ali chegando de Cuiabá, em 1798, foi habitar na primitiva igreja-jinha da velha paliçada, porque nenhuma acomodação havia ainda no Forte, senão que apenas se lhe vinham erguendo as muralhas. Em 1803, porém, abandona Ricardo Franco o velho Presidio e passa-se para o Forte. Ao fazê-lo, transfere também, solenemente, para o novo baluarte, a imagem da Padroeira. Eis, como o *Livro Histórico do Forte* narra essa ocorrência:

"Pelo coronel Ricardo Franco de Almeida Serra, comandante do Forte, militares e populares ao toque de flauta, rabeca e tambores, foi no dia 13 de setembro de 1803 (*aniversário da fundação do Presidio*) colocado em um compartimento do referido Forte um oratório com a imagem de Nossa Senhora do Carmo, padroeira dos heróis do Forte."

Coube, porém, ao novo comandante, sargento-mor Antônio José Rodrigues (ofício de 23-III-812,

dêsse comandante ao capitão-general), realizar em 1806 a construção da capela definitiva no recinto do Forte. Nela se instalou a histórica imagem e nela permaneceu até que, para salvar os seus defensores, houve de romper a vigilância da frota paraguaia para safar incólume a tropa e os habitantes da aldeia, na memorável retirada. Dall veio a escalar em Albuquerque na tarde de 29 e em Corumbá ao meio-dia de 30 de dezembro, de onde, passando da Anhambaí para o vapor Corumbá, prosseguiu sem alterações para Cuiabá, desembarcando ali nos braços do povo cuiabano a 6 de janeiro de 1865.

No correr de três séculos Nossa Senhora do Carmo vem exercendo o patrocínio do Forte de Coimbra e da fronteira sul-matogrossense. Várias vezes a imagem da Virgem deixou pacificamente seu PC no Forte para reformar suas tintas e sua indumentária. Curioso é notar, porém, que numa dessas ausências, em 1899, o comandante, capitão José da Veiga Cabral, ao em vez de enviá-la a um artista patricio em Cuiabá, preferiu recomendá-la aos de Assunção. Não se teria lembrado o comandante que a veneranda imagem fôra a mesma que servira de escudo e salvara a guarnição do Forte, 34 anos antes, no ataque paraguaio? Talvez sim, talvez não. Teria sido, no entanto, a própria imagem que inspirara aquela viagem à capital paraguaia, na piedosa intenção de agradecer ao povo de lá os aplausos que seus pais e avós, soldados de Bárrios, lhe prestaram, quando ela lhes apareceu no alto das muralhas do Forte a comandar uns minutos de trégua, no terrífico assalto de 29 de dezembro.

Dois altos potenciais de nossa grandeza nacional esmoreceram depois da guerra de 64-70: As Forças Armadas e a Fé Cristã, que, ambas, haviam presidido e resguardado a nossa evolução histórica. Quanto à Fé, cumpre recordar, ao chegarmos à República, a bem dizer, já não tínhamos clero. As antigas ordens religiosas, pela interdição dos noviçados, haviam decaído e estavam quase extintas. Escasso o clero se-

cular, laicizado o ensino, afastada a assistência religiosa das casernas, evidentemente a Fé teria que deítnhar, não apenas no seio da tropa, mas também nos lares e na vida pública.

Como, pois, as novas gerações e os dirigentes do país poderiam ser estranhos à decadência religiosa? Como poderiam fugir às injunções do tempo os novos comandantes de Coimbra, nascidos e criados naquele ambiente de laicismo?

Para encurtar a história, basta dizer que em 1907 se procederam a obras de melhoramento no velho Forte. Ao chegarem ali os oficiais engenheiros, encarregados de realizá-las, não tiveram dúvidas, eles e o comandante, quanto ao destino da antiga capelinha: como perdera a sua razão de ser, devia ter novo destino; e, assim pensando, transformaram-na em depósito de material.

Incrível essa inversão de valores!

Senão mais queriam conservar a destinação daquele lugar sagrado, estavam na obrigação de reconhecer a sua inviolabilidade, por três motivos puramente humanos: primeiro, a capelinha fôra construída a expensas da guarnição e dos civis da aldeia, e não pelos cofres públicos; segundo, era um objeto histórico e fôra túmulo de Ricardo Franco, construtor e defensor do velho baluarte; terceiro, era a sede da excelsa Padroeira, e, portanto, na pior hipótese, merecia veneração e aprêço, como um símbolo ou reliquia do Forte.

Se nada obstante, teimavam em varrer daquele recinto os signos litúrgicos e laicizar a capelinha, por que, então, aqueles homens cultos não preferiram reservá-la para escola, museu ou panteão do Forte?

Ao certo, de nada disso cogitaram. Ninguém Louve ali que tivesse em conta que a Senhora daquela capelinha, guardara o Forte anos a fio, dera incolumidade à guarnição em duas jornadas memoráveis, e recebera inauditas homenagens quando de sua retirada para Cuiabá em 64-65 e do seu regresso em 74.

Agora, no entanto, depois de tantas maravilhas, que tratamento se

propunham dar à veneranda imagem? Nada mais que isto — destronada e repelida para fora daqueles muros.

Inconcebível esse procedimento!

E, ainda mais, a veneranda imagem só não foi parar entre velharias a um canto do almoxarifado, porque um velho veterano da guerra, Raimundo da Costa Leite, ali residente, adiantou-se a suplicar ao comandante que lhe passasse às mãos, para pô-la à veneração dos devotos civis na aldeia, ao lado do Forte. O comandante, que mais temia descarregar um artigo inservível sem as normas regulamentares, do que ofender as tradições do Forte, recorreu aos chefes, e, recebida autorização destes para desfazer-se da imagem e dos mais objetos litúrgicos, entregou-os ao velho veterano.

Foi assim que a imagem da Padroeira, qualificada pouco depois pelo general Luis Barbedo, como preciosa *reliquia do Forte*, repelida do velho baluarte, foi residir num rancho da aldeia, por coincidência, ao pé do qual tivera existência a primitiva capela da extinta paliçada.

Os tempos ainda eram ruins, mas o velho Raimundo e os devotos da aldeia perseveraram no culto da Padroeira do Forte. Trinta anos se passaram. Tanto bastou para que se transformasse, quase de todo, a situação religiosa do Brasil. Já tínhamos Bispo em Corumbá. Já havia sacerdotes a visitarem, de quando em quando, o velho Forte. A esse tempo, Raimundo dava balanço nos cobres e níqueis que pingaram ano a ano nas festas e na renda do gado da Santa. Com esses recursos procedeu-se à construção definitiva da capela da aldeia, sob a direção do subcomandante do Forte, tenente Hermes Guimarães, que passou a exercer também as funções de provedor da Irmandade.

Dai por diante os comandantes passaram a emprestar franca adesão às festas da Padroeira.

Em 1949, um velho oficial, já recuado para o escalão de inativos do Exército, resolveu empreender uma visita ao velho Forte. Desejava to-

mar conhecimento do histórico baluarte e dos restos mortais do seu intrépido construtor e defensor, ali falecido em 1809. Para realizar esse desiderato, comunicou-se com o comandante, capitão Hugo Mota, e escolheu para essa visita os dias da festa da Padroeira.

O velho oficial conhecia as linhas gerais da história do Forte e já publicara um artigo sobre a assistência miraculosa de Nossa Senhora do Carmo à velha praça de guerra. Todavia, ignorava muitas de suas particularidades. Em ali chegando, verificou, com tristeza, que o velho baluarte estava desarvorado, deserto, a caminho das ruínas. A guarnição mudara-se para novas acomodações extra-muros. A capelinha histórica, por sua vez, deixara de ser depósito e passara por coisa pior, usina de força e luz. Tempos depois também perdeu este emprego e ficou abandonada. No momento, jazia desmantelada, o teto arriado ao chão e as paredes gretadas, varridas pelas intempéries.

Dessa visita, por inspiração da Virgem, cujo escapulário o velho oficial trazia ao peito há mais de 50 anos, concebeu ele a idéia de promover a restauração da capelinha. Tinha em mira, com isto, duas reparações: reempossar nela a imagem da Padroeira e reconduzir para ali os restos mortais do coronel Ricardo Franco que, do seu túmulo, no chão da velha capelinha, fora trasladado para Vila Bela em 1810.

A Virgem encaminhou de tal sorte os passos do velho oficial, que as relíquias do grande soldado, já consideradas perdidas, puderam ser por ele encontradas em 1950 e trazidas para o QG de Campo Grande, onde esperavam as ordens do comandante da Região para retornarem ao velho baluarte.

Esta dilatação teve seus motivos. As relíquias do coronel Ricardo Franco, postas numa bela urna de angelim, deviam aguardar que se reconstruísse a capelinha e nela reingressasse a imagem da Padroeira. As providências para essa reconstrução demoraram ainda, mas puderam chegar a termo, mercê da benevolência prestada ao velho oficial por dois generais, amigos seus,

que passaram pelo comando da Região, em 1953, Otávio Paranhos e Américo Braga.

Por outro lado, não foi sem motivos que Nossa Senhora suscitou retardo àquelas providências. Vi-sava ela trazer, a seu tempo, para o comando do Forte o capitão Starvo Sava, e, a seguir, para o comando da Região o Sr. general Fernando do Nascimento Fernandes Távora e para o da Brigada Mista o Sr. general Augusto da Cunha Maggessi Pereira, fervorosos oficiais católicos, que melhor podiam compreender o significado e alcance cívico-cristão daquelas realizações.

O capitão Sava quis, ele mesmo, encarregar-se da reconstrução da capela e das providências para reposição da imagem da Virgem no seu novo altar. A cerimônia teve grande imponência. Realizou-se na festa de 16 de julho último, com enorme afluência de oficiais, famílias e devotos da Padroeira, procedentes das guarnições do sul do Estado. o Sr. Bispo de Corumbá, D. Orlando Chaves, dignou-se de estar presente para abrihantar a festa, benzer a capela reconstruída e presidir às festividades.

Quanto à urna, por feliz disposição de Nossa Senhora do Carmo, veio a ocupar o comando desta Re-

gião Militar, como disse antes, o Sr. general Fernando Távora, oficial de raros predicados morais e profissionais, e dedicado cultor de nossa história. Por iniciativa e programação de S. Excia., vamos contemplar o magnífico espetáculo da transladação das relíquias do grande soldado para o Forte de Coimbra, que dele estavam ausentes há mais de um século.

Todas essas realizações se vem fazendo com a imponência que era de desejar. O Sr. Bispo, no entanto, foi mais além. Resolveu por um fecho de ouro a esta série de comemorações, tendo em mira o encerramento do Ano Santo da Imaculada Conceição. Nesse propósito, S. Excia. promoveu e organizou a grandiosa procissão fluvial, o Congresso Mariano, e a coroação da Virgem de Coimbra, a cujos atos vimos todos assistir nestes dias, nesta futura cidade episcopal, cujas origens receberam também, tal como Coimbra e Miranda, a chancela de Nossa Senhora do Carmo.

A ela, pois, o nosso louvor e o nosso reconhecimento!

A ela a nossa tradicional invocação: *Bem Aventurada Mãe e Virgem Imaculada, Gloriosa Rainha do Mundo, intercedei a Deus por nós!*

FOGOS

CASA SANTO ANTÔNIO LTDA.

Brinquedos

ESTRADA RIO-PETRÓPOLIS, 1.605-1.609

DISTRIBUIDORES EXCLUSIVOS

FOGOS CARAMURÚ

Duque de Caxias — Estado do Rio

O PROBLEMA DOS COSTUMES

Cel. AGUINALDO DIAS URUGUAY

Todo o ser vivo, desde o monocelular, ao receber excitação externa, num gesto instintivo, encolhe-se defensivamente, depois, com maior ou menor rapidez mede a situação para logo em seguida reagir contra aquêlê desequilíbrio momentâneo que está afetando a sua sobrevivência.

Nestas troca de ações entre os seres vivos e o meio, uma infinidade de fenômenos, complementados com algo mais, dela resulta e é isto que chamamos vida.

Não é só assim do ponto de vista vegetativo e por assim dizer material; também dentro do espírito humano, e não sabemos se no imponderável que anima as outras espécies animais, às quais obstinadamente negamos a posse da alma; assim também nesta se processam aquêlê fenômenos produzidos por ações e reações do meio para com os indivíduos, e entre estes de per si.

Na sociedade humana, em que essas relações mais se medem por cânones espirituais, não é diverso o acontecimento: o meio influindo sobre a sociedade em conjunto e sobre cada indivíduo isoladamente.

Há momentos em que a fenomenologia tem sentido positivo se o referirmos à conveniência da mesma sociedade, ou a do próprio indivíduo, quando decorrente da mesma.

Outras vêzes aquêlê sentido é perturbado por impulsos negativos, parciais, levemente acentuados aqui ou ali, ou grandemente intensos, prenunciando enorme desequilíbrio que urge não deixar acontecer.

Nesse momento é que a sociedade se porta como que encolhida à maneira do ser que se recolhe a si mesmo, procurando como e

quando reagir. E aí então que ela vê em si mesma aquelas forças capazes de dar sentido positivo aos fenômenos.

Que se passa atualmente na sociedade brasileira, quicá do mundo todo?

Assoberba-se esse assolar de ventos tempestuosos perturbando a marcha do seu destino que ora desvia, retarda, ou então pretende acelerar desordenadamente, sem norte certo, sem objetivo que valha a sua conquista.

Um materialismo singular sem estar dosado devidamente daqueles salutaros empreendimentos que deleitam muito mais ao espírito, é o que predomina.

Não é que devamos ser espiritualistas puros, porque enquanto vivos (nesta Terra, pelo menos), espírito e matéria coexistem num só corpo. Acontece entretanto que todo o excesso é maléfico.

No cortejo dos males que nos afligem, ao lado das deficiências materiais, mais decorrentes de uma geografia não tão favorável como sonharam os ufanistas; ou conseqüentes de condições históricas em que se processou nosso desenvolvimento; ao lado dessas causas materiais desfilam aquêlê males que mais de perto dizem com a qualidade de alguns líderes em cujos ombros se assenta todo o mecanismo mantenedor do equilíbrio do Estado e da estrutura das instituições nacionais.

Quando falamos sobre líderes não nos restringimos aos que detêm o poder governamental, seja no Executivo, no Legislativo ou finalmente no Judiciário.

Referimo-nos às forças vivas nacionais no plano material e no es-

piritual, aos líderes da economia e da finança, aos que norteiam o pensamento puro, isto é, os condutores da cultura através do livro, do jornal e do rádio, ou por outra, imprensa escrita e falada. Também me reporto àqueles que dão de si aos contemporâneos e aos pósteros, através das artes e da ciência.

Sem pessimismo, porque nunca nos há de abandonar a esperança em dias melhores, podemos dizer que atravessamos uma quadra amarga na qual urge que se definam posições individuais e inclinações coletivas de sorte que não estejamos nesse mar proceloso como numa nau que já não mais atende aos comandos da equipagem, seja porque seus panos ou seus lemes estejam defeituosos, seja porque ela já não mais os saiba manejar, ou finalmente porque os passageiros estão também perturbando.

Quanto a estes devemos meditar muito, e aqui é que necessitamos avivar as consciências moças para que em meio das emoções puras emanadas do amor pátrio e no entrecchoque dos interesses pessoais em jogo, uma fria análise dos fatos possa achar um corretivo, não sem estar precedido de um exame de consciência.

Dêses passageiros distinguem-se duas categorias: a dos que procuram sua salvação egoística, em detrimento dos outros e a dos que estão em pânico face ao perigo comum.

Há ainda uma terceira categoria, infelizmente diminuta: a dos que procuram situar bem o problema, mostrando o rumo, acalmando os tímidos, contendo os exaltados.

Eis o quadro sucintamente descrito. Agora atentemos para as circunstâncias que nos envolvem e que não são específicas do meio brasileiro nem únicas no tempo em que se mede a História.

Se meditarmos bem sobre o que se passa na administração pública verificamos uma onda de corrupção avassalando quase todos, envolvendo mesmo até valores reais, pelo menos tecnicamente, que ora fraquejam diante da sedução, ora se omitem na contenção ou mesmo na

prevenção dos abusos e crimes. Mas não é só aí, pois essa corrupção atinge a sociedade em geral como veremos além.

E neste ponto devemos perguntar: quem comete esses abusos ou incidem nas sanções da lei?

Somente os detentores da coisa pública ou também aqueles que atraz comparei aos passageiros do barco, isto é, os particulares?

Isto nos traz à mente profundas meditações.

Vejamos com toda a isenção de ânimo se não é no meio à massa informe da sociedade que se recrutam os servidores públicos, sejam eles os que detêm as posições de mando em todos os escalões e em qualquer órbita política ou administrativa, enfim mandantes e mandados?

Outra pergunta: é só na alta administração que se dão esses lamentáveis fatos que desfiguram a sociedade nacional, ou também em outros setôres, os de natureza privada?

Aqui chegamos a um ponto de suma importância: afinal falta-nos uma base sobre que se deva assentar toda a estrutura social; e esta é a cultura, concebida em seu alto sentido espiritual e moral. Há, pois, um problema de Educação, com E maiúsculo!

Estávamos absortos nestas cogitações, há meses atraz, quando na leitura quotidiana deparamos com a notícia de uma campanha de moralidade a ser levada por Centros Acadêmicos de várias partes do país.

Exultei, pois que via despertarem aquelas forças de sadia reação dêse prodigioso organismo que é a Sociedade Moderna, ora abalada por insidiosa moléstia, felizmente parecendo epidêmica, e não endêmica, como nossa esperança e fé nos inclinam que o seja.

Ao apreciarmos os consideranda justificativos da citada campanha e sobre que se deverá estribar o programa de ação, vimos que haviam esquecido principalmente aqueles referentes aos que comparámos linhas atraz com os passageiros do navio.

Também nos decepcionou o repertório das atitudes e ações a empreender em benefício de uma regeneração de costumes, pois naquele programa gira tudo em torno de dissecar os atos das autoridades públicas, desde as mais altas, e isto em praça pública quase sempre, ou em recintos mais limitados, porém sob grande publicidade, visando fórmulas mais de natureza política e partidária, num insensível descambar para a demagogia.

Cabe-nos uma reflexão nesta altura de nossas considerações.

Sigamos o comportamento recomendado a um cristão católico, pelos seus mentores espirituais, para quando ele incorre no pecado: primeiro um recolhimento íntimo no qual sente o peso esmagador de suas culpas nessa balança sensibílissima que é a consciência.

Esse peso é insuportável! Ninguém ainda conseguiu sustê-lo sem fraquejar! O que acontece a seguir é o desabafo, é a busca de um amparo fora de si, que lhe sirva de instrumento da regeneração, um intermediário do pecador para o Salvador.

Dai em diante então, tudo, pouco a pouco vai se aclarando, tomam-se os remédios espirituais que agem menos de fora para dentro do que pela excitação das próprias reservas morais. Então entrará ele em pleno processo de regeneração, de melhora, de salvação completa.

Assim também o será na sociedade. Precisamos saber onde se situam as causas do mal para logo vemos que dela somos também parte em maior ou menor escala, e assim sentirmos aquela pesadíssima ação sobre nossas consciências, para não estarmos a imputar somente a outrem, buscando culpas alheias, esquecendo as próprias.

Não olvidemos lição da adúltera... e assim estaremos no caminho certo da regeneração, aquele que nos apontou o inesquecível Mestre.

Ora, no viver diário de nossa atribulada existência o que mais vemos é o comportamento execrável dos indivíduos dentro da sociedade, ora vertendo o sangue de seu semelhante na sargeta das ruas, no

piso das tascas ou no recesso dos lares; ora manchando com o des pudor sexual os recantos de jardins, os bancos de veículos, as salas de espetáculo, o ambiente ensolarado das praias, anulando nestas o aforismo de salutar significado: "*Mens sana in corpore sano*".

No trato de seus negócios particulares, menos vale a palavra empenhada que um "golpe" bem dado na outra parte de um ajuste solene, e o conseqüente proveito material; se entra a coisa pública nesse trato sempre ou quase sempre ela é a parte prejudicada em benefício daqueles que se jantam daquela habilidade matreira, esperteza e descaradamente muito "inocentemente" trazido por inteligência e espírito prático.

Então, se se trata de um problema educacional enfrentemô-lo com energia, boas intensões e realismo.

E quando e onde recomeçarmos essa educação?

Aqui me vem à mente a história da consulta que uma jovem mãe fez a um médico pediatra (cu sacerdote, não me lembro) sobre quando devia começar a educar o seu rebento de seis meses de idade.

"A senhora já perdeu seis meses", foi a sábia resposta.

Ora, se a educação começa desde o dia em que nascemos, já com a sonegação do colo quente e macio das titias e comadres, já com a limitação racional das mamadas que, do contrário, além de perturbar as funções do nascituro prejudicariam a mãe abatida pela longa gestação e correlatas depressões do seu estado; assim também, repito, ela, a educação, não mais termina, até a morte, e é ministrada em todos os lugares, em todos os momentos.

A sociedade (isto é bem sabido) é um organismo comparável aos seres vivos.

Toda a sua fisiologia se processa através de um sistema que deve ser perfeitamente harmônico e onde existem certos órgãos sobre os quais se assenta a base dessa harmonia e cuja preservação se impõe para que não haja desequilíbrio momentâneo ou permanente, este podendo levar ao colapso.

Que sistema é esse?

Como todo o organismo, possui certas unidades que, por sua vez, são compartimentadas segundo específicas finalidades, exercem uma função determinada cuja importância forçosamente se reflete nas demais equivalentes, e todas conseguem manter vivo o conjunto. Mas essa vida não é só a vegetativa, é a vida integral, de maior significado espiritual que material.

Quais são esses órgãos e de que tecidos mais ou menos delicados se compõem eles?

A despeito dos atuais maus fados, ainda é, e sempre será, a família a célula mãe da sociedade. Quando a sua estabilidade sofre algum desequilíbrio, o reflexo sobre ela se processa de modo acentuado. E essa correlação entre a sociedade e a família é tão estreita como aquela que existe entre o coração e os demais órgãos mesmo os mais distantes do organismo animal.

É nesta primeira convivência social que se forjam os caracteres individuais; é nela que se manifestam e se definem as qualidades que singularizam a pessoa humana e vão nortear sua conduta futura na sociedade.

Em seguida, na segunda instituição social por ordem de importância, isto é, na escola, aquelas características são aprimoradas, aperfeiçoadas; sofrerão a primeira influência, do meio ambiente; a ele se amoldarão com maior ou menor dificuldade segundo suas marcas características. Essa adaptação resulta do atrito indivíduo-meio.

Dai em diante passa a integrar mais completamente a sociedade ora conduzindo os acontecimentos, ora sendo por eles guiados, cada qual na esfera de suas atividades, estas decorrentes da capacidade específica que se exerce, assim, em novos organismos, diferenciados, desse imenso corpo social.

São eles: a fazenda ou estância, a oficina, a fábrica, o escritório, o estúdio, o quartel, a tribuna, a repartição, a assembleia, o clube, o sindicato, etc.

Vejamos se estamos ministrando ou recebendo educação em todos

esses órgãos ou células retro-enumerados.

Infelizmente não podemos fazer uma afirmativa de que nos possamos orgulhar!

Que vemos na família?

Aquelles que têm parte de sua existência mergulhada no começo do século, ou no do anterior, que viram de perto hábitos e costumes de seus próprios pais, sentiram os efeitos preventivos e corretivos de uma orientação rígida, austera e às vezes exagerada, não podem senão com tristeza olhar o que se passa em torno, nos tempos atuais.

Eles não podem mais, é verdade, ter a veleidade de aspirar a volta integral de todos os hábitos e mesmo de todos os costumes. Outras condições não mais permitem esses hábitos, e até, por se terem rompido certos preconceitos, alguns costumes perderam a rigidez de que se cercavam.

Aceita como legítima essa transformação, ficamos a vontade para apreciarmos o que está faltando para aceitarmos como evoluída a ambiência familiar moderna; evoluída em sentido positivo como se deve interpretar o significado dessa palavra.

Está faltando simplesmente moral!

Pois que é isto que vemos, senão a sua falta, quando apreciamos de um lado filhos e filhas numa desenfreada corrida ao prazer, como se tudo neste mundo fosse acabar, esquecidos de que as fontes daquele prazer mais cedo embotarão pelo excesso de uso?... Enquanto isto seus pais, cada um de per si, um para cada lado ou mesmo próximos, também procuram continuar o impulso vindo da sua mocidade, nesse mesmo aspecto sexual, ou no frívolo, como que na cegueira de aproveitar forças que estão se acabando e que é tempo de utilizar todas, mesmo à custa de reagentes!...

Às vezes até à luz do dia, nos bancos, veículos e praias, lânguidos "brolinhos" e vetustos "balzaques" (com todos os supletivos) se enlaçam, se apertam e quase se sufocam, sem se aperceber de nada em torno, mudos e concentrados em algo que está inteiro no pensa-

mento, já que não pode ser de posse integral...

E diga-se, nem precisam de trocar juras de amor como outrora porque o tempo urge...
E na escola?

Será que é necessário cansar os leitores ou esgotar-lhes a paciência para tocar nesse complexo e discutidíssimo tema da pedagogia? Será que pais e professores se atendem reciprocamente em proveito do aluno? Consegue o professorado moderno, — falando em tese, está claro — realiza o sagrado objetivo a que se propõem, a ponto de exercerem um sacerdócio? Ou se associam e entram na convivência dos empresários e mercadores do ensino?

Não. Infelizmente a Escola está ainda longe de integralmente educar, pois que os preceitos da moral não têm a mesma receptividade, na preocupação dos responsáveis, como a do ministério intensivo e atordoante de conhecimentos excessivos em curto tempo letivo, ainda por cima mal dosados, mal transmitidos porque teoricamente, e com resultados de alcance prático futuro muito limitados.

E na oficina, no atelier, no balcão, no escritório, etc., será que se ministram conhecimentos de ordem moral, de par com os técnicos? O

chefe, o patrão, o fazendeiro, adverte seus prepostos ou subalternos sempre com a mesma brandura inicial, crescendo de severidade? Ou de chôfre, rispidamente? E estes últimos também? Recebem todas as vezes aqueles alertas, de espírito aberto, e atentos? Ou esses "cordeirinhos", roídos da inveja de quem progrediu mais, não o sabotam, emperram seus instrumentos de trabalho, atritam suas máquinas?

E, para terminar: dizem os pescadores de águas turvas que na sociedade brasileira se defrontam os reacionários e os evoluídos, os espíritos ranceiros e antiquados contra aqueles que acompanham as transformações sociais modernas, — razoáveis, é verdade — mas que as desejam em ritmo acelerado demais...

Pois bem, ainda que não sejamos reacionário, confessamos que é preciso que alguns destes existam para travar aquela excessiva velocidade...

E da ação de todos e também daqueles que assistem somente, meditam e anotam para a História, que deve ser serena e imparcial; é dessa diversificada contribuição para o bem geral que depende o progresso deste país grande que é e desejamos que seja um GRANDE PAÍS!

COMPANHIA FORNECEDORA DE MATERIAIS

LADRILHOS, AZULEJOS, LOUÇAS SANTARIAS E MATERIAIS
PARA CONSTRUÇÕES

TELEFONE 32-2244 — Rede Particular — Telegramas "ARTHEDO"

RUA FREI CANECA, 35, 37 e 39

Rio de Janeiro — Brasil

"A DEFESA NACIONAL" — SUBSÍDIOS PARA A SUA HISTÓRIA

Major FRANCISCO DOS SANTOS,
(da Secção de História e Geografia do EME).

Após alguns anos de estudo das nossas instituições militares, convenci-me de que, realmente, não é possível escrever-se a história do Exército de hoje, sem, primeiro, conhecer-se a história de "A Defesa Nacional".

Admito, com essa asserção, que o conhecimento da história de "A Defesa Nacional" dimana de três trabalhos principais: uma apreciação do papel que a Revista desempenhou na transformação do Exército, desde 1913 até a vinda da Missão Militar Francesa; o levantamento sistemático de todos os trabalhos aparecidos em suas páginas, por assuntos e autores; a crítica dos artigos mais interessantes do ponto de vista da evolução militar.

O levantamento do que a Revista publicou já está em curso. Espero poder apresentá-lo, pronto, dentro de um ano.

Enquanto isso, à medida que percorro as gloriosas páginas de "A Defesa Nacional", desejo fornecer alguns subsídios para a história da grande Revista.

A publicação destes elementos corresponde, também, a um anseio de render justiça aos que, com rara tenacidade e sacrifícios mesmo, fizeram de "A Defesa Nacional" um instrumento poderoso para a modelação de uma nova mentalidade em nosso Exército.

Chamaram-nos de "jovens turcos", com o intuito de ridicularizá-los.

Eles transformaram o apelido pejorativo em sinónimo de valor profissional, patriotismo esclarecido e ardente.

Tacharam-nos de "rebeldes".

Os acontecimentos provaram que sua "rebelia" nada mais era do que a vontade, o sincero desejo de ver o Exército transformar-se num instrumento de combate à altura da época e das necessidades do Brasil.

Combateram-nos, puniram-nos, perseguiram-nos, mesmo, algumas vezes.

Nada disso os fez calar, nem esmorecer na tarefa ingente a que se haviam entregue.

E seu trabalho, seu ardor patriótico, sua cólera de crentes, "a ira divina" de que fala Rui, engrandecem-nos hoje e marcam-lhes o lugar de relêvo que conquistaram em nossa história.

Rememorar toda essa luta, sóbfe ser indispensável no historiar a fase vivida pelo Exército de 1908 a 1920, é, ainda, um empreendimento cheio de sugestões e ensinamentos. A espiral da nossa história militar parece tocar, agora, muitas das tangentes do seu curso em 1913.

Quereis a prova?

Lede a página memorável que é o editorial de apresentação da Revista, o seu programa, adiante transcrito.

A DEFESA NACIONAL

(10 Out 1913 — Abr 1955)

Primeira página e capa da revista, ao alto :

"A DEFEZA NACIONAL

Revista de Assumptos militares

Redatores — Primeiros Tenentes : Bertoldo Klinger, Estevão Leitão de Carvalho e J. de Souza Reis.

N. 1 — Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913 — Anno I*

Segue-se o *sumário* e um editorial, estendendo-se este à página 3, onde é enfeixado pelo *grupo fundador* da nova revista militar :

Estevão Leitão de Carvalho
 Mario Clementino de Carvalho
 Joaquim de Souza Reis
 Bertholdo Klinger
 Francisco de Paula Cidade
 Epaminondas de Lima e Silva
 Cesar Augusto Parga Rodrigues
 Euclides Figueiredo
 José Pombo Cavalcanti de Albuquerque
 Jorge Pinheiro
 Amaro de Azambuja Villa Nova

O primeiro número tem o formato de folheto (18cm x 28cm), que conservaria por muitos anos ainda, e não apresenta a tradicional capa. Esta singularidade é explicada pelo Gen. Francisco de Paula Cidade :

"Quem deu fôrma à Revista foram os membros fundadores que haviam servido no exército alemão, notadamente Klinger.

Esses companheiros inspiraram-se na *congenere* alemã *Militär Wochenblatt*, que por uma questão de tradição vem à luz dessa maneira."

Por insistência de Mario Clementino — que não podia concordar em que a Revista não tivesse capa, apresentando-se "em público em mangas de camisa" — A Defesa passaria a ter sua capa, depõe ainda o Gen. Cidade (*).

— Outra singularidade, que continuaria ainda por muito tempo, é o aparecimento de um Z na grafia do título da Revista, talvez "uma consequência das leituras de outros tempos, quando o Apostolado Positivista pontificava entre nós em matéria de ortografia". Mas não se adivinha qual o autor da grafia incômoda, se o tipógrafo, o revisor ou um dos redatores, resolvendo o grupo mantenedor que ela ficasse como estava.

Eis, agora, o editorial consubstanciando o programa da Revista, escrito por Mario Clementino, e "unânimemente aprovado por todos" os fundadores :

"A Defeza Nacional, que inicia com este número a sua carreira na literatura militar do país, tem o seu programa contido na fórmula que lhe serve de epígrafe.

(*) "Vinte e sete anos mais tarde..." — "A Defesa Nacional", outubro de 1940, págs. 439-443.

Como é fácil de ver, o escopo dos seus fundadores não é outro senão colaborar, na medida de suas forças, para o soerguimento das nossas instituições militares, sobre as quais repousa a defesa do vasto patrimônio territorial que os nossos antepassados nos legaram, e da enorme soma de interesses que sobre ele se acumulam.

Do resto, os interesses militares se acham hoje em dia, e em todos os países do mundo, de tal forma entrelaçados aos interesses nacionais, que trabalhar pelo progresso dos meios de defesa de um povo é, senão o melhor, pelo menos um dos melhores meios de servir aos interesses gerais desse povo.

O caso do nosso país apresenta, além disso, algumas características particulares.

Se nos grandes povos, inteiramente constituídos, a missão do Exército não sai geralmente do quadro das suas funções puramente militares, nas nacionalidades nascentes como a nossa, em que os elementos mais variados se fundem apressadamente para a formação de um povo, — o Exército — única força verdadeiramente organizada no seio de uma tumultuosa massa efervescente — vai às vezes um pouco além dos seus deveres profissionais para tornar-se, em dados momentos, um fator decisivo de transformação política ou de estabilização social.

A nossa pequena história, bem como a de outros povos sul-americanos, está cheia de exemplos demonstrativos dessa afirmação.

É debalde que os espíritos liberais, numa justificada ansia de futurismo, se insurgem contra as intervenções militares na evolução social dos povos: é um fato histórico que as sociedades nascentes têm necessidade dos elementos militares para assistirem à sua formação e desenvolvimento, e que só num grau já elevado de civilização elas conseguem emancipar-se da tutela da

força, que assim se recolhe e se limita à sua verdadeira função.

Sem desejar, pois, de forma alguma, a incursão injustificada dos elementos militares nos negócios internos do país, o Exército precisa entretanto estar aparelhado para a sua função conservadora e estabilizante dos elementos sociais em marcha — e preparado para corrigir as perturbações internas, tão comuns na vida tumultuária das sociedades que se formam.

No que diz respeito ao exterior, o problema que o nosso Exército tem a resolver não é menos complexo.

Vasto país fértil, opulento e formoso, com 1.200 léguas de costa, abertas às incursões do lado do mar; com extensas linhas fronteiriças terrestres, do outro lado das quais se agitam e progredem muitos povos também em formação — não seria absurdo admitir a hipótese de que o Brasil viesse um dia a encontrar um sério obstáculo às suas naturais aspirações de um desenvolvimento integral.

E nesse dia, que pode estar próximo ou remoto, e sem saber de que lado virá o perigo, que pode vir do Norte como do Sul, do Oriente como do Ocidente — o Brasil não poderá verdadeiramente contar senão com as suas próprias forças. Isto é, com a sua organização militar.

Mas a questão tem ainda um terceiro aspecto: o Exército, num país como o Brasil, não é somente o primeiro fator de transformação político-social, nem o principal elemento de defesa exterior: ele tem igualmente uma função educativa e organizadora a exercer na massa geral dos cidadãos.

Um bom exército é uma escola de disciplina hierárquica, que prepara para a disciplina social; é, ao mesmo tempo, uma escola de trabalho, de sacrifício e de patriotismo. Um exército bem organizado é uma das criações mais perfeitas do espírito humano, porque nele se exige e se obtém

o abandono dos mesquinhos interesses individuais, em nome dos grandes interesses coletivos; nêle se exige e se obtém que a entidade *homem*, de ordinário tão pessoal e tão egoísta, se transfira na obstrução *dever*; nêle se exige e se obtém o sacrifício do primeiro e do maior de todos os bens que é a *vida*, em nome do princípio superior de *pátria*.

Compreende-se facilmente que uma instituição dessa natureza, que destaca, e põe em relêvo, e fortalece aquilo que há de nobre e heróico, e de sublime no barro comum — tem que exercer forçosamente uma influência salutar sobre o desenvolvimento dos indivíduos e das sociedades.

Se essa influência, que sempre se fêz sentir nas sociedades cultas das Europa, trabalhadas por dois mil anos de civilização, é, nas velhas sociedades já formadas, um meio valioso de aperfeiçoamento, que os filósofos reconhecem e assinalam — num país como o Brasil ela será, com mais forte razão, um fator poderoso de formação e de transformação de uma sociedade retardada e informe.

A necessidade, pois, de construirmos um exército que corresponda às nossas legítimas aspirações de desenvolvimento e de progresso, está acima de qualquer discussão.

No momento histórico, como o que atravessamos, em que a capacidade social de um povo se mede e se avalia pela sua organização militar — o Brasil, que é um dos mais opulentos países da terra, não pode cruzar os braços indiferentes aos rumores de luta, que nos chegam dos quatro pontos cardais, e confiar a defesa do seu patrimônio aos azares do destino.

Há na história da nossa pátria a memória de algumas tentativas, que temos feito, no sentido de organizar um Exército regular — tentativas que infelizmente até hoje têm encontrado apenas um sucesso parcial ou relativo.

Para não levarmos a nossa análise muito longe, basta relembrar os esforços destes vinte e quatro anos de administração republicana. É um fato evidente que o país inteiro compreendeu a necessidade, que temos, de um sólido instrumento de guerra, que sempre se mostrou nas melhores disposições para fazer sacrifícios de toda a sorte, em nome da defesa nacional.

Essa convicção geral repercutiu no seio do Exército, e nós começamos a trabalhar, de 80 para cá. Temos gasto nesse período um milhão e quinhentos mil contos aproximadamente; fizemos duas reorganizações gerais e algumas parciais; o regulamento das escolas militares foi reformado quatro vezes; duas vezes no sentido de dar ao ensino teórico uma importância maior que ao ensino prático, e duas vezes no sentido contrário. Alteramos várias vezes o plano de uniformes e os regulamentos das armas. O da Arma de Infantaria foi transformado quatro vezes; e há soldados de vinte anos de praça (porque os há!) que sabem as quatro instruções dessa arma. Enfim, para não alongar muito esta enumeração, basta dizer que nós temos trabalhado. E, entretanto, é hoje uma convicção generalizada, tanto no mundo militar como no mundo civil, que o Exército atual não corresponde absolutamente às nossas necessidades, e que o país está completamente indefeso.

Ora, aí está o nosso verdadeiro ponto de partida, queremos dizer, o da nossa revista, que inicia com este número a sua carreira nas letras militares do país...

Nós estamos profundamente convencidos que só se corrige o que se critica; de que criticar é um dever; e de que o progresso é obra dos dissidentes. Esta Revista foi fundada, por conseguinte, para exercer o direito, que todos temos, de julgar das coisas que nos afetam, segundo o nosso modo de ver, e de darmos a nossa opinião a respeito.

Mas nós também nunca perderemos de vista que tudo neste mundo é relativo, e que ... *quand on comprend tout on pardonne tou...*

Nunca nos esqueceremos, nestas páginas, de fazer a mais rigorosa justiça àqueles que nos precederam nesta senda, e que hoje, embranquecidos e trôpegos, os pés sangrando das durezas do caminho, se vão pouco a pouco afundando, nas glórias fúnebres do poente...

Em todas as coisas desta vida é preciso não esquecer nunca a época em que elas foram feitas e o espírito que as ditou. Muito do que hoje nos parece deslocado e anacrônico, foi racional e aceitável a seu tempo, assim como o que hoje nos parece excelente, será criticável amanhã.

Profundamente compenetrados dessas verdades eternas, nós desejamos que um largo espírito de tolerância e camaradagem estenda sobre as páginas desta Revista duas grandes asas brancas...

Não queremos ser absolutamente, no seio da nossa classe,

uma borda de insurretos dispostos a endireitar o mundo a ferro e fogo — mas um bando de Cavaleiros da Idéia, que saíu a campo, armado, não de uma clava, mas de um argumento; não para cruzar ferros, mas para raciocinar; não para contundir, mas para convencer.

Foi com estas idéias que resolvemos fundar esta Revista.

Nela exerceremos necessariamente o direito da crítica: às idéias, não aos indivíduos.

Mas, tanto quanto nos for possível, dentro da falibilidade das coisas humanas, procuraremos manter sempre uma nobreza de atitude digna daqueles para quem escrevemos.

Não nos move de forma alguma a preocupação pretensiosa de sermos os mentores dos nossos chefes nem dos nossos camaradas; entramos na lida apenas com um pouco de mocidade, um pouco de estudo e a maior boa vontade, e dos nossos chefes e camaradas ambicionamos tão somente ser prestimosos auxiliares e dedicados colaboradores.

— E agora: "*en avant*"

**COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL
DO BRASIL**

FABRICA BANGÚ

TECIDOS FINOS

EXIJAM SEMPRE A MARCA



QUE GARANTE:

CÔRES FIRMES, PERFEIÇÃO E DURABILIDADE

CORREIO AÉREO NACIONAL

AS COMEMORAÇÕES DO SEU 24º ANIVERSÁRIO

O Correio Aéreo Nacional, instituição que vem prestando assinalados serviços ao Brasil e a outros países do continente sul-americano, por motivo da passagem do 24º aniversário da sua criação fez realizar, no dia 13 do corrente, nesta Capital, várias solenidades comemorativas:

Foi a seguinte "Ordem do Dia" dada a publicar pelo Coronel Henrique Amaral Penna, Chefe do Estado-Maior do Comando de Transporte Aéreo da Força Aérea Brasileira:

"Festejamos, hoje, uma das datas mais caras ao coração dos brasileiros, que nela se empenharam a fundo, e à própria nacionalidade, que a inspirou, sob a emoção contagiante e o espírito clarividente de um dos seus mais eminentes filhos — o Tenente-Brigadeiro Eduardo Gomes.

A comemoração, de quase um quarto de século de gloriosa e útil existência do Correio Aéreo Nacional, constitui, em verdade, um acontecimento que transcende do âmbito das nossas atividades militares, para afirmar-se como uma das mais notáveis realizações, não só como admirável expressão da capacidade profissional dos que o criaram, como do profundo sentimento patriótico que o envolve — por essa preocupação obstinada de unir os mais dilatados horizontes da Pátria e de levar às populações brasileiras os anseios e as esperanças da nacionalidade.

Somos, na realidade, uma força de expansão civilizadora, ao serviço da Pátria, mais do que a expressão fidalga e cavalheiresca de

um grupo de idealistas, em festiva peregrinação pacífica.

Em 12 de junho de 1931, iniciava as suas atividades o "Correio Aéreo Militar", logo seguido pelos seus companheiros da Aviação Naval, que, em 1934, criavam o "Correio Aéreo Naval". Com advento do Ministério da Aeronáutica, em 1941, fez-se a fusão dessas duas organizações, que passaram a constituir, como se sabe, o nosso Correio Aéreo Nacional.

Se os elementos que o integravam, provinham de origens diversas, do Exército e da Marinha, de notáveis atributos pessoais, por sua capacidade profissional, contudo, o ideal, que os unia em uma só e heráldica família, teve o mérito de solidificar o espírito de uma obra realmente grandiosa, em que todos porfiaram em dedicação e exemplar solicitude.

A missão excepcional que lhe estaria reservada — em um roteiro de atividades incessantes, a que o seu criador e animador incomparável lhe haveria de atribuir, como uma das iniciativas mais fecundas do seu espírito infatigável — era o de assegurar à navegação aérea, civil e militar, o cruzamento permanente e seguro dos céus do Brasil, pela abertura de todas as "rotas aéreas" do território brasileiro e o conhecimento e localização de zonas e campos de pouso, onde raras vezes o homem dos grandes centros urbanos tornou contacto com o gentio e os nossos patrióticos insulados em regiões inhóspitas, em constante e inglória luta contra as febres, as condições pelúricas e o meio hostil.

Tôda essa obra imensa de aproximação e de fixação territorial, fê-la o Correio Aéreo Nacional sem o fausto dos países milionários; na pobreza quase que primitiva, a que a pequenez dos recursos financeiros do país o tem reduzido; sem, muitas vezes o equipamento imprescindível a essas rudes e longas viagens, em que a disciplina, a perseverança, a coragem e a audácia dos seus aeronautas são as únicas e melhores reservas, nas horas intranquílias e nos acidentes incontrolláveis. Aos seus heróicos pilotos e denodados navegadores, incutiu-lhes — o Brigadeiro Eduardo Gomes — essa tempera de aço e essa confiança, em si mesmo, que são o segredo e a virtude de uma elite.

O que a Força Aérea tem podido construir; o que o Correio Aéreo realizou no terreno da "Unidade Territorial", pela aproximação do sertão brasileiro e a revelação da possibilidade e condições de uma existência humana, não obstante as dificuldades locais e o meio telúrico, que aí se observa, mostra o alcance de uma política de caráter "social" imenso.

Em geral, conhecemos o Brasil através de cartas geográficas, que têm traçados os seus meridianos confundindo, muitas vezes os nomes de seus rios, em regiões inexploradas e perigosas; o Correio Aéreo Nacional, rasgando o céu impenetrável dessas terras, jamais palmilhadas pelo homem civilizado, realiza, inegavelmente uma tarefa de unidade e de defesa territorial, ao mesmo tempo que elabora as coordenadas humanas e físicas das zonas exploradas.

Muitos dos nossos bravos companheiros sucumbiram de maneira heróica e estoica nessa rude viagem. Ainda nesta hora de sagradas evocações, sentimos a irradiação comovedora do destemor com que

afrontaram os riscos, sem igual, em holocausto à Pátria, que se envaldeceu deles e guardou-lhes a memória imperecível.

Mas, os brasões de que se orgulham os aeronautas do Correio Aéreo Nacional, não foram conquistados, apenas, nos céus dos sertões brasileiros, onde se tornou familiar o ronco civilizador das suas naves pacíficas. Elas transpuseram os céus do Brasil, os picos alterosos dos Andes, os rios e o Pampa acolhedor, os desertos imensos do Chaco, para levar aos nossos irmãos do Paraguai, da Bolívia, do Perú e do Uruguai, e dos habitantes da Guiana Francesa, a afirmação do nosso espírito de cordialidade e a tradição de u'a amizade duradoura e fraterna.

Que maior missão, e mais generosa do que esta, em que as asas da Força Aérea Brasileira, sob a inspiração e orientação do seu maior expoente, afrontando os riscos de céus e terras desconhecidos, com que renova o poeta épico das Bandeiras, aproxima as distâncias e irmana os homens da latinidade?

Ao comemorarmos, pois, o Vigésimo Quarto aniversário do Correio Aéreo Nacional, nos sentimos cheios de júbilo e justo orgulho. E, nesta oportunidade, este Comando se congratula com todos seus auxiliares de hoje, e com todos aqueles que de um ou de outro modo, estiveram ou estão vinculados às realizações do Correio Aéreo, concitando-os a nunca desmerecerem a obra que realizaram e não medirem esforços, quando tiverem como objetivo o seu desenvolvimento e aprimoramento.

Trabalhando, com denodo e dedicação, pelo CAN, estaremos contribuindo de maneira positiva e inofismável, pela grandesa da Força Aérea, e pelo progresso do Brasil".

BRASILIANAS

● Situação Econômica e Financeira do Brasil no ano de 1954

EXTRATO DO RELATÓRIO
DO BANCO DO BRASIL

a) Panorama Geral:

As dificuldades com que se defrontou a economia brasileira, no ano de 1954, expressam mais uma vez a persistência de seu problema fundamental: o descompasso entre o ritmo de desenvolvimento do País e a capacidade de recursos para atendê-lo.

Realmente, com a população crescendo em u'a média anual superior a um milhão de habitantes, enquanto se eleva o seu padrão de vida — pelo menos no que diz respeito a determinadas regiões e setores — a expansão do mercado consumidor daí resultante exige, a cada passo, novos e maiores investimentos em todas as atividades.

Em consequência, a procura intensificada de bens de consumo e de fatores de produção e a insuficiência de capitais internos e externos provocam desajustamentos cumulativos no espaço e no tempo.

Sem dispormos de recursos bastantes, temos recorrido, para financiar o desenvolvimento, ao crédito bancário e a empréstimos no exterior. Esse processo pesa sobre toda a Nação, quer em virtude das emissões de papel-moeda feitas para atender a expansão das despesas públicas e do movimento dos bancos, quer pelos ônus impostos ao nosso balanço internacional de pagamentos.

As vantagens que daí advêm não se distribuem, no entanto, equitativamente, mas se concentram nos

setores e nas zonas para onde se dirige, em maior escala, o crédito e os bens importados. Agrava-se, assim, o desnivelamento já existente entre as regiões do País.

Além disso, a própria expansão econômica cria e amplia a necessidade de novas inversões, exigindo importações crescentes de equipamentos, matérias-primas e combustíveis.

É verdade que tais resajustamentos poderiam ser atenuados através de providências das autoridades competentes, mas a política econômica-financeira nem sempre tem apresentado as características de amplitude, uniformidade e pertinência, imprescindíveis ao êxito dos seus objetivos.

No exercício findo, entre fatores que contribuíram para acentuar essa situação desfavorável, destacaram-se os déficits dos orçamentos públicos e das autarquias, os reajustamentos de salários, o agravamento de nossos problemas de comércio exterior e a forte elevação de nossos compromissos cambiais.

A par de outros graves inconvenientes, tais fatos vieram dar novo impulso ao processo inflacionário, cuja contenção se apresenta como meta principal a ser atingida na conjuntura presente.

Em decorrência do próprio desenvolvimento do País, aos setores básicos, que constituem a infraestrutura da economia, foi imposta uma sobrecarga de serviços para a execução dos quais não estavam devidamente aparelhados. O resultado se manifestou através da crise de energia e de transportes, com reflexos inevitáveis nos custos de produção e no nível geral de preços.

Cumpria, pois, ao Estado suplementar a iniciativa privada nesse particular.

A concretização de programas com esse objetivo constituiu uma das causas dos déficits da União e das demais administrações governamentais e autárquicas, agravados pela manutenção dos serviços correntes em virtude da elevação geral dos preços, enquanto a ausência de planos rígidos de economia permitia a efetivação de despesas desnecessárias ou adiáveis a ampliação dos quadros funcionais.

O financiamento dos déficits resultantes, efetuado de modo geral pelos estabelecimentos oficiais de crédito, ensejou a expansão da moeda circulante e dos meios de pagamento. Somente no Banco do Brasil, os saldos de empréstimos ao Tesouro Nacional e aos Estados e Municípios se elevaram de 10.502 milhões de cruzeiros, durante 1954.

A fixação de novos níveis de salário-mínimo gerou, como era de esperar, uma série de reajustamentos posteriores nos vencimentos de outras classes e, conseqüentemente, uma tendência de alta generalizada dos preços de bens e serviços.

A medida, na realidade, objetivou atenuar os efeitos da elevação do custo de vida sobre os menos categorizados na hierarquia salarial. As altas bases que lhe foram arbitradas, no entanto, deram forte aceleração ao processo inflacionário e tendem a transformar, assim, os aumentos concedidos em vantagens meramente nominais.

Exigindo mais ampla assistência financeira, o nosso comércio com o exterior e os problemas a ele ligados também forçaram o aumento dos meios de pagamento.

A continua desvalorização que vem sofrendo o cruzeiro, levou, como meio de facultar base competitiva externa aos nossos produtos, a majoração das bonificações concedidas aos exportadores. Simultaneamente a escassez de divisas determinou a alta dos agios nos leilões de câmbio.

Os efeitos dessas duas tendências ascendentes podem ser apreciados pelos números referentes ao intercâmbio com outros países.

b) Exportação :

A preocupação maior nos últimos tempos tem sido encontrar soluções que possibilitem aumentar e diversificar as exportações brasileiras.

A tarefa que, por si só, é ingente, já que não é possível, de imediato, criar setores novos para obtenção de divisas, se torna mais difícil, em face de ser bastante limitada a atuação direta da Carteira.

O café, que vem contribuindo com 60 a 70 % de nossas exportações, está isento de licença e seu controle compete especificamente a outro organismo governamental.

Outros produtos diversos, dentre eles, o açúcar, o pinho, o arroz, o mate e o sal, estão sujeitos igualmente a controle de vária ordem por parte de institutos especializados.

Os minérios estão afetos ao Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério da Agricultura e, no que se relaciona à classificação de produtos agrícolas, a competência é do Serviço de Economia Rural do mesmo Ministério.

Não obstante, premida pela insuficiência de divisas para atender às exigências de importação de caráter essencial, e considerando que, ao lado de soluções restritivas das importações, cumpre notar atitude mais positiva no sentido de estimular as exportações, cuidou-se de verificar o que de concreto poderia ser feito.

Analisou-se cerca de uma centena de produtos, cada qual com valor de exportação superior a três milhões de cruzeiros, em 1953, e cujas vendas para o exterior haviam baixado consideravelmente no 1º semestre de 1954, por se situarem seus preços acima das cotações internacionais.

Dentre tais produtos apresentavam-se em situação difícil, por exemplo, fécula de mandioca, sisal, soja, milho, piaçava, fumo, baga e

óleo de mamona e certos produtos típicos da Amazônia.

Realizaram-se, então, reuniões com produtores, exportadores, representantes de classes e de Governos Estaduais, e outros.

Em consequência, eliminando-se toda e qualquer possibilidade de vantagens de caráter excepcional e sempre ressalvados os interesses nacionais, a Carteira promoveu a exportação de diversos produtos que se encontravam na situação indicada.

O sistema utilizado se baseou na letra a), n. 7, art. 2º do decreto n. 34.893, de 5-1-54, foi aprovado pelo Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito e autorizado pelo Sr. Ministro da Fazenda.

Com o advento da Instrução número 112, de 17-1-55, da Superintendência da Moeda e do Crédito, elevando os prêmios às exportações, foram suspensas as operações em apêço.

c) Combustíveis Líquidos :

Pelo Decreto n. 35.308, de 2-IV-54, foi constituída a Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobrás, sociedade de economia mista, cuja criação fôra autorizada pela Lei número 2.004, de 3-X-53.

Com essa empresa objetivou o Estado solucionar um dos mais sérios problemas nacionais — o de combustíveis líquidos — que vem onerando progressivamente nosso balanço internacional de pagamentos, absorvendo parcela vultosa das receitas cambiais.

A Petrobrás foram incorporadas as refinarias de Mataripe e Cubatão, ambas já em funcionamento.

A iniciativa particular, que fôra a pioneira do ramo com a Refinaria Ipiranga, no Rio Grande do Sul, acresceu sua colaboração instalando as de Manguinhos e de Capuava.

Presentemente, as refinarias existentes no País estão em condições de suprir boa parte do consumo nacional. No conjunto sua capacidade de processamento é superior a 80.000 barris de óleo cru por dia, havendo possibilidade de que, no

corrente ano, ultrapasse 100.000 barris.

Nas bases atuais, a produção diária, aproximada, das organizações referidas seria :

Gasolina	6.900.000 litros
Óleo Diesel	615.200 litros
Querosene	598.000 litros
Solventes	1.410 litros
Óleo combustível.	3.360 tons.
Gás liquefeito ...	284 tons.

Vale acentuar que a refinaria de Mataripe trabalha exclusivamente com óleo nacional, enquanto os campos petrolíferos baianos fornecem gás natural às indústrias locais, numa média mensal já superiores a 5 milhões de metros cúbicos.

A instalação de empresas desse tipo desenvolve, paralelamente, as indústrias de subprodutos, já se achando em fase adiantada de construção a Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados, com capacidade diária de 350 toneladas, e a Fábrica de Asfalto, com capacidade de 116.000 toneladas anuais, ambas junto à refinaria de Cubatão.

Ainda a respeito do assunto, merecem especial menção os resultados positivos recentemente obtidos nos trabalhos de pesquisa que vêm sendo desenvolvidos na região amazônica. A descoberta de petróleo em Nova Olinda, embora cedo para se aquilatar de suas reais possibilidades, constitui, sem dúvida, acontecimento dos mais auspiciosos.

d) Energia Hidrelétrica :

Não obstante as dificuldades que o País atravessou, muitas das quais ainda perduram, a economia brasileira apresenta perspectivas animadoras que fazem crer estejam, em futuro não muito remoto, resolvidos alguns problemas de envergadura e atenuadas as proporções de outros.

No decorrer de 1954, importantes esforços foram feitos no sentido de fortalecer os alicerces de nossa estrutura econômica, revelando os fatos e os números a nítida evolução de estágio que se processa.

Aquelas perspectivas se tornaram evidente, sobretudo no campo da energia.

A expansão industrial que vimos experimentando, criticada por alguns mas reconhecida unanimemente, provocou o surgimento de diversos dos chamados "pontos de estrangulamento", os quais, além de impedirem a continuação do progresso normal, contribuem para alta dos custos da produção.

Dai a prioridade que vêm merecendo os empreendimentos que visam a romper tais "pontos de estrangulamento" — energia, combustíveis, transportes, indústrias básicas — tanto no que se refere a estudos e programas, de que é exemplo o magnífico trabalho da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, como no que diz respeito as realizações das empresas privadas e do Poder Público.

A Cia. Hidrelétrica do São Francisco, inaugurada a 15 de janeiro último, é um exemplo marcante das possibilidades que se abrem para o futuro.

Com uma potência inicial de 120.000 kw, que muito em breve atingirá 180.000 kw, e poderá alcançar 540.000 kw, sem necessidade de obras complementares de regularização do curso do rio, a área de concessão da Cia. abrange 347 Municípios, localizados em oito Estados, numa extensão territorial de 516.650 km², dos quais 90 % no Polígono das Secas.

A simples enunciação desses dados revela a importância econômica e social da empresa. Virá ela proporcionar recursos diretos e indiretos, destinados, sem dúvida, a romper a estagnação daquela região subdesenvolvida, atraindo para sua órbita uma série de atividades que antes ali não encontravam condições de existência.

Pela sua atuação própria e como multiplicador de empreendimentos, inclusive na agricultura de subsistência, é de esperar-se que o funcionamento da Companhia venha a facultar sensível melhoria do padrão de vida das populações locais e a constituir-se no marco inicial de movimento tendente a estabelecer

relativo equilíbrio econômico entre as diversas zonas do País.

e) Índices de Desenvolvimento:

A análise da economia brasileira deixa evidente que o País se encontra em plena fase de desenvolvimento e não de estagnação ou declínio.

Os principais índices nos levam a essa conclusão: as obras realizadas e em curso; o aumento da produção nos diferentes setores, particularmente nos das atividades básicas; a procura intensiva de crédito e a amplitude e capacidade de absorção crescentes do mercado consumidor.

As próprias dificuldades com que lutamos, decorrem, em parte, desse esforço para progredir, que provoca, como já tivemos oportunidade de ressaltar, o desequilíbrio entre as necessidades de novos investimentos e os recursos disponíveis.

A par dessa linha evolutiva, graves problemas surgem e ameaçam anular a soma de conquistas já obtidas. Entre eles, sobressaem a inflação, distorcendo e perturbando a marcha normal do desenvolvimento, e os déficits de nosso balanço internacional de pagamentos, resultantes principalmente do fato de nossa exportação não ter podido expandir-se de modo a atender às necessidades crescentes de combustíveis, equipamentos e matérias-primas de importação.

Por sua vez, a política econômica oficial, na solução dos problemas e inclusive no que diz respeito a orientação do desenvolvimento da economia nacional, tem pecado não só pela falta de visão do conjunto, como também, na adoção de medidas isoladas e até contraditórias, que se tornam inoperantes em seus objetivos e que, em certas ocasiões, têm agravado os próprios problemas que pretendem resolver.

No plano econômico-financeiro nacional, qualquer orientação deve levar em conta, de modo particular, a escassez de recursos face às exigências inerentes ao estágio em que nos achamos, programando, assim,

as despesas e inversões segundo rigorosa escala de prioridade.

Obedecido esse princípio fundamental na esfera do Poder Público e adotadas providências para encaaminhar a iniciativa particular em direção paralela, teremos percorrido boa parte do caminho para solucionar nossas questões.

Em síntese, seria um programa de ação global, com unidade de propósitos e perseverança na execução, visando a resolver as dificuldades presentes, sem prejudicar, no entanto, o esforço já feito e que continua a fazer a Nação em prol de uma economia mais avançada e mais pujante.

● Mudança da Capital Federal

Declaração conjunta dos Governadores da Bacia Paraná-Paraguai sobre a necessidade de ser apossada a mudança da Capital do Brasil

É o seguinte o texto da declaração conjunta firmada pelos Governadores de Estados da Bacia Paraná-Paraguai, reunidos nesta Capital para estudarem o problema da localização da futura Capital do Brasil:

"Os Governos dos Estados de Mato Grosso, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás, reunidos na Quinta Conferência dos Governadores da Bacia Paraná-Paraguai, em Goiânia, tendo em vista a oportunidade que se lhes oferece de sugerir idéias e apresentar proposições dentro do plano de trabalhos elaborado para o melhor êxito do magno conclave, e considerando que já não é possível, a esta altura da conjuntura político-social-econômica da Nação Brasileira, ter a sua Capital no litoral e afastada do resto do País, como lhe voltando as costas pela serra do mar; considerando que o Brasil precisa encontrar-se a si mesmo, estabelecendo o eixo da própria administração no coração de seu território, de forma a permitir que as vistas do Governo alcancem os mais afastados pontos da pátria brasileira; considerando que a mu-

dança da Capital da República para o centro do país é assunto tão velho como os sentimentos do mais alto patriotismo que lhe dedicaram os inconfidentes ao se baterem pela independência do país; considerando que todas as constituições da República, de 1891 a 1946, consubstanciaram nos seus dispositivos a necessidade da transferência da sede administrativa do Brasil do Rio de Janeiro; considerando que várias comissões, designadas pelo Governo Federal e integradas, por pessoas de nomeada, como a primeira chefiada por Cruls, escolheram o planalto central brasileiro como o local mais apropriado para o sítio da nova capital; considerando que já se encontra definitivamente escolhido o sítio da futura sede do Governo pela comissão presidida pelo marechal José Pessoa, bem como declarada de utilidade pública pelo Governo Estadual de Goiás toda a área destinada à futura sede do Governo da União; considerando que, sobre ser a referida área tributária em sua maior parte da bacia do Paraná, a localização da sede do Governo da União atuará como núcleo de germinação e será um cometimento pioneiro, que fará acordar o espírito empreendedor dos bandeirantes de outrora; considerando que tal medida é de indissolúvel interesse para todo o país, pois forçará o deslocamento de considerável contingente demográfico para o interior e com isso, desafogando o congestionamento do litoral, como que reencontrará a marcha dos bandeirantes, estendendo, de fato, as nossas fronteiras econômicas aos limites geográficos do território pátrio e estabelecendo, em sentido verdadeiro, o progresso nacional, a irradiação do progresso do centro para a periferia, resolvem congratular-se com o Exmo. Sr. Presidente da República, com os Exmos. Srs. membros do Congresso Nacional e com a Comissão de Localização da nova Capital Federal, pelas medidas agora postas em prática, e, ao mesmo tempo, apelam no sentido de que se prosigam com urgência as providências

atinentes ao cumprimento do disposto no art. 4º, das Disposições Transitórias da Constituição Federal. Goiânia, 29 de maio de 1955."

● Na América Latina as Maiores Reservas Florestais do Mundo

Reduzido, porém, o aproveitamento para Papel e Celulose — A posição do Brasil

A América Latina dispõe de 927 milhões de hectares de florestas, com cerca de 23,7 % dos recursos mundiais. Seguem-se a África, com 801 milhões de hectares (20,5 %); Rússia, com 743 milhões (19 %); América do Norte, com 656 milhões (16,7 %); Ásia com 567 milhões (14,5 %); Europa, 136 milhões (3,5 %); e Zona do Pacífico, onde há apenas 85 milhões de hectares e somente 2,1 % dos recursos totais do mundo.

Esses dados acabam de ser revelados na Reunião Latino-Americana de Peritos na Indústria de Papel e Celulose, realizada recentemente em Buenos Aires e promovida pela O.N.U. Observou-se, na oportunidade, que apesar da sua riqueza florestal, entretanto, a América Latina, que consome quase 3 % da produção mundial de papel, produz pouco menos de 1,5 % do papel e menos de 1 % da celulose do total verificado nos cinco Continentes. Dos seus 927 milhões de hectares de florestas, a América Latina é, em relação aos produtos florestais em geral, mais importadora do que exportadora. Do total das suas reservas, 800 milhões de hectares são tropicais, sendo que no Brasil as florestas são 3,5 maiores do que as da Europa, excluída a Rússia.

O nosso país esteve representado na Reunião Latino-Americana de Peritos na Indústria de Papel e Celulose por técnicos do governo e das indústrias particulares.

● Indústria de Fertilizantes

A indústria de fertilizantes tem tido grande incremento nos últimos anos. Em consequência deste fato

eleva-se o índice do consumo pela nossa lavoura, o que decorre, exclusivamente, do esforço dispendido pelas empresas produtoras para tornar os produtos mais acessíveis. Outra preocupação dessas indústrias tem sido garantir o abastecimento, produzindo, revendendo com financiamento, prestando assistência técnica e divulgando o uso dos adubos.

Nos últimos cinco anos foram montadas três fábricas de superfosfatos, em Santo André, Capuava e Várzea; 8 fábricas misturadoras — Campo Lindo, Ipiranga, Capuava (2), Santos, Osasco, São Paulo e Jundiá; instalações para moagem de fósforos — Santos, Jundiá, Osasco e Capuava. Ampliaram-se as minerações de fosfatos de Jacupiranga e Juquiá e foram montadas e ampliadas diversas indústrias moageiras de calcário.

Até mesmo os adubos de alta concentração, quer importados, quer preparados no país, sempre estiveram à disposição dos lavradores, quando estes os procuram.

● Produção de Laminado

A produção brasileira de laminado, de janeiro a setembro do ano passado, atingiu 704.027 toneladas, no valor de Cr\$ 3.596.624.444,40. Em igual período de 1953, o volume global foi de 612.054 toneladas, com o valor correspondente de Cr\$... 2.526.269.000,00. Do confronto, registra-se um aumento de 91.973 toneladas e Cr\$ 1.070.355.000,00 no ano passado.

Segundo o Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, são produtores de laminado os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Santa Catarina e Distrito Federal.

● Mais ligas de ferro manganês em nove meses

Informa o Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, que de janeiro a setembro do ano findo o país produziu 5.329

toneladas de ligas de ferro manganes, contra 4.637 em igual período de 1953.

O valor da produção, até setembro de 1954, elevou-se a Cr\$ 37.802.000,00. No ano anterior, no mesmo período, o total atingiu Cr\$ 18.549.000,00.

● Produção e consumo de borracha no ano findo

De acordo com o último boletim da Comissão Executiva de Defesa da Borracha, foram adquiridos pelo Banco de Crédito da Amazônia 20.398 toneladas métricas de borracha vegetal, no montante de Cr\$ 614.770.000,00.

Os estoques de borracha, exclusivo latex, até 30 de novembro do ano findo, acusavam 5.800 toneladas, assim discriminadas: 3.459 toneladas nas zonas produtoras; 1.057 toneladas nos centros de consumo; 1.284 em trânsito, além de 996 toneladas existentes nas fábricas de pneumáticos.

O consumo dessa matéria-prima durante os onze meses do ano e em 204 estabelecimentos fabris recensados, atingiu a 41.001 toneladas, para uma produção de 1.857.976 pneumáticos e 1.142.835 câmaras de ar de todas as categorias para veículos a motor; e 888.202 pneumáticos e 847.292 câmaras de ar para bicicletas.

● Paulo Afonso e a migração interna

O diretor da Divisão de Colonização do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, Sr. Valdick Moura, prestou declarações à imprensa a respeito das atividades daquele Instituto, na área abrangida pelos serviços da Companhia Hidrelétrica do São Francisco.

Afirmou, inicialmente, que o funcionamento da Usina de Paulo Afonso possibilitará a retenção da mão-de-obra especializada naquela zona do Nordeste, permitindo o desenvolvimento da indústria regional.

Acrescentou que, do ponto de vista da imigração e da colonização, os efeitos devem ser apreciados em termos de fixação dos elementos alienígenos e nacionais especializados, sejam em novas atividades industriais, que certamente surgirão, seja quanto à fixação do homem ao solo.

Informou, ainda, que o Instituto Nacional de Imigração e Colonização mantém, na região abrangida pelos serviços da Usina de Paulo Afonso, os núcleos de Petrolândia, em Pernambuco, Pium, no Rio Grande do Norte, e Queimadas, na Bahia.

Concluiu o Sr. Valdick Moura, declarando que aquele órgão procurará o apoio dos governos dos Estados da região, a fim de executar programas que visem, em primeiro lugar, ao duplo objetivo de retenção das correntes migratórias e da produção de gêneros de subsistência, que atenuem a escassez de víveres no Nordeste.

● Cimento

É das mais promissoras a indústria do cimento entre nós.

A produção de 1954 foi de 2.405.000 toneladas.

Temos 17 fábricas de Cimento:

Paraíba	1
Pernambuco	2
Bahia	1
Minas Gerais	2
Espírito Santo	1
Rio de Janeiro	3
Distrito Federal	1
São Paulo	3
Paraná	1
Rio Grande do Sul	2

No corrente ano a previsão é de 3.000.000 de toneladas.

Gesso:

A produção de gesso no Brasil em 1954 foi de 75.000 t.

Ceará	5.350 t
Rio Grande do Norte	70.000 t

• A maior Crise Econômica do Brasil

Os efeitos da guerra mundial sobre a economia brasileira não poderiam deixar de ser muito extensos. Estreitamente vinculada aos mercados internacionais, a economia do nosso país sofreu agudamente as mutações que a guerra determinou de imediato sobre o funcionamento dos referidos mercados. A crise do sistema de transportes, a mudança de atividades econômicas em várias regiões, o deslocamento de massas de mão-de-obra, a inflação, a carência de artigos de consumo, etc. — fatores novos foram surgindo ou adquirindo, rapidamente, outro caráter, até levarem o Brasil à situação de crise mais grave por ele atravessada em sua história. O sistema economia colonial não possuía a flexibilidade necessária para adaptar-se, com presteza e sem abalo, às novas circunstâncias.

A rápida e quase vertical elevação do nível de preços de todos os produtos, a par da inércia dos mecanismos que deveriam responder automaticamente àquela elevação — por exemplo, quanto ao nível de salários —, acrescentou sérios desajustamentos. O problema do custo da vida adquiriu aspectos graves. Na verdade, somente então muitos setores da população tomaram viva consciência desse e de outros problemas econômicos e sociais.

• Mais de 78 milhões e 500 mil toneladas de produtos agrícolas do Brasil em 1954

A produção agrícola do país, no corrente ano, foi estimada em... 78.598.869 toneladas, no valor de Cr\$ 93.065.371.600,00. Em 1953, o volume global atingiu 74.576.584 toneladas, com o valor correspondente de Cr\$ 88.531.628.000,00. Confrontados os algarismos referidos, verifica-se um aumento de 4.022.285 toneladas e Cr\$..... 6.533.743.000,00 no ano em curso. Quanto às áreas cultivadas em

1953 e 1954, os dados acusam o aproveitamento de 19.602.512 e 20.535.327 hectares, respectivamente. Dentre as maiores áreas, no corrente ano sobressai a do milho, com 5.486.812 hectares; em segundo lugar figura a cana de açúcar, com 2.960.429; em terceiro, o algodão, com 2.481.492; em quarto, o arroz, com 2.383.095; em quinto lugar, o feijão, com 2.231.331, e finalmente a mandioca, com 1.088.890 hectares. Excetuado o algodão, verificou-se sensível aumento nas áreas dos demais produtos citados, notadamente do milho (349.293 hectares).

A safra global compreende 47 produtos, inclusive os da fruticultura, que pela primeira vez constam da relação geral. Segundo informa o Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, os maiores algarismos de quantidade pertencem à cana de açúcar (39.048.431 toneladas); à mandioca (14.210.395); ao milho (7.071.160); ao arroz (3.448.048) e ao feijão (1.615.699 toneladas). Com exceção do café, da cevada, da juta e do tungue, todos os demais produtos, em número de 43, apresentaram aumento de volume em relação ao ano passado.

No que se refere ao valor, os algarismos mais expressivos pertencem aos seguintes produtos (Cr\$.. 1.000): café, 20.162.087; arroz, 14.568.200; milho, 13.182.697; algodão descaroçado, 7.758.322; feijão, 6.701.129; mandioca, 5.962.579; cana de açúcar, 5.182.163; trigo, 2.946.223; batata inglesa, 2.081.403; banana, 2.015.445; cacau, 1.901.061; caroço de algodão, 1.518.885; fumo em folha, 1.115.285; e laranja, 1.008.423. Os demais produtos apresentam índices inferiores.

Acentuam os dados do S.E.P. que a safra do corrente ano, no que diz respeito ao valor, é quase igual às safras reunidas de 1950 e 1951, que alcançaram, respectivamente, Cr\$ 51.544.245.000,00 e Cr\$..... 56.799.469.000,00.

Dados de 1954 sujeitos a retificação.

● Aumentou a produção Nacional de lã

A produção brasileira de lã, relativa ao ano de 1953, elevou-se a 24.199 toneladas, contra 21.232 em 1952. O valor do produto, nos anos citados, foi, respectivamente, de Cr\$ 1.347.431,00 e Cr\$ 844.029.000,00. Do confronto verificou-se um aumento de 2.967 toneladas e Cr\$.. 463.402,00 no ano passado.

De acordo com o Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, os principais produtores de lã, no país, são os Estados do Rio Grande do Sul — 23.713 toneladas; Santa Catarina — 186; Paraná — 121, e Mato Grosso — 93 toneladas.

● Os selvícolas brasileiros

As tribos predominantes dos Estados do Brasil são:

Amazonas: mandurucus;
Pará: parintins;
Maranhão: xavantes;
Piauí: caracatis;
Ceará: tabajaras;
Rio Grande do Norte: cairiris;
Paraná: potiguaras;
Pernambuco: caetés;
Alagoas: tupinambás;
Sergipe: tupiniquins;
Bahia: almorés;
Espírito Santo: tapuias;
Rio de Janeiro: goitacazes;
Distrito Federal: tamoios;
São Paulo: guaianazes;
Paraná: arés;
Santa Catarina: carijós;
Rio Grande do Sul: tapes;
Minas Gerais: cataguazes;
Goiás: bororos;
Mato Grosso: gualcurus;
Acre: Gurinaus.
Tupã é Deus: raio.
Tupi: filho do raio.

Diz a lenda que Tamandaré teve dois filhos: Guarani e Tupi.

● Siderurgia

A produção brasileira em 1954 foi a seguinte:

	Toneladas
Ferro guza.....	975.000
Laminados	980.000
Aço	1.250.000
Total	3.205.000

Deste global coube à Volta Redonda:

	Toneladas
Guza	538.000
Laminados	418.000
Aço	588.000
Total	1.544.000

● Preservação das Relíquias da História do Brasil

A Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Ministério da Educação e Cultura, desenvolveu, em 1954, um plano de trabalho de grande alcance para a restauração, consolidação, conservação e reparação de 126 edificações civis, religiosas e militares, incluídas no nosso patrimônio histórico. O Estado lider destes trabalhos foi Minas Gerais com 31 monumentos examinados, seguido de Pernambuco com 18 e Bahia com 17. Estes 126 monumentos se localizam em 16 Estados e no Distrito Federal. Além deste setor, a Diretoria ainda realizou obras de proteção em 172 outros, visando proteger-lhes a integridade. Os Estados beneficiados são: Minas Gerais, Maranhão, São Paulo e Rio de Janeiro. Esta proteção foi realizada através de consolidação de estruturas, revestimentos, renovação de coberturas, pintura, pisos, etc.

Os quatro Museus subordinados à Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foram muito frequentados no ano passado. O Museu Inconfidência, em Ouro Preto, registrou 29.018 visitas; o do Ouro, em Sabará, 10.918; o das Missões, em São Miguel, Rio Grande

do Sul, 3.174 e a Casa de Vitor Meireles, em Florianópolis, 2.337, somente de agosto a dezembro.

Vão ser inscritos na Diretoria de Patrimônio Histórico mais os seguintes monumentos: Museu do Diamante, em Diamantina; a Casa do Otoni, no Sêro; os sobrados da Praça Severiano de Rezende, em São João del Rei, da Rua Israel Pinheiro, 22, em Caeté, e a casa natal de Santos Dumont, em Minas Gerais; a Casa dos 7 Candeeiros,

em Salvador, Bahia; o Museu das Bandeiras, em Goiás; a antiga residência dos Jesuitas, em Paranaíba; a Casa de David Canabarro, em Livramento, Rio Grande do Sul e o antigo Paço Municipal de Laguna, em Santa Catarina.

Através de um laboratório de restauração e reparação de obras de pintura, no Distrito Federal, o Patrimônio Histórico beneficiou várias telas antigas das Igrejas de Ouro Preto, imagens e outros objetos.

TRAN-CHAN DE SÃO JOÃO

Marcas Registradas 119.180

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FOGOS

ARMAS — MUNIÇÕES — FOGOS — CHUMBO E PÓLVORA PARA CAÇA
DIVERSOS — APARELHOS ELÉTRICOS

FOGOS DE TODAS AS MARCAS

MATOS & NADAIS LTDA.

Rua Dom Lara, 30 — S. João de Meriti — E. do Rio

CASA ADRIANINO

DE

DELFIN MAURICIO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Fogos para Festelhos em Grande Escala — Vendas por Atacado e a Varejo

Armas e Munições — Pólvora para Pedreiras — Dinamite e Estopim

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 1.084 — TELEFONES 136 E 414

Nova Iguaçu — Estado do Rio

CASA DE FOGOS RAMALHEDA

DE

NARCIZO D'ALMEIDA RAMALHEDA

Armas, Munições, Artigos de Papelaria, Brinquedos, etc.

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 1.774 — NOVA IGUAÇU

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

"FOGOS DE ARTIFÍCIOS"



Noticiário de Interesse Militar

Major General Robert F. Sink

O Major-General Robert F. Sink, novo chefe da Delegação Norte-Americana da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e Chefe do Grupo de Comando e Assistência Militar é um dos mais brilhantes oficiais do Exército Norte-Americano e um autêntico herói da 2ª Guerra Mundial, na qual foi comandante da famosa 101ª Divisão Aerotransportada!

BIOGRAFIA

Robert Frederik Sink nasceu em Lexington, North Carolina, a 3 de abril de 1905. Em 14 de junho de 1927, êle graduou-se pela Academia Militar dos Estados Unidos e foi comissionado no posto de 2º Tenente de Infantaria. Sua primeira designação foi para o 8º Regimento de Infantaria, em Fort Screven, na Georgia.

Em novembro de 1929, passou a integrar o 85º Regimento de Infantaria, em San Juan, Porto Rico. Em março de 1932, foi designado para o 34º Regimento de Infantaria, em Fort Meade, Maryland. De julho a dezembro de 1933, serviu no "Civilian Conservation Corps", em Fort McAlency, na Pennsylvania, depois do que retornou ao 34º Regimento de Infantaria, em Fort Meade.

O General Sink entrou para a Escola de Infantaria em Fort Benning, em setembro de 1934, onde graduou-se em junho de 1935. Em seguida, foi designado para o 54º Regimento de Infantaria, em Fort William McKinley, nas Filipinas. Em novembro de 1937, retornou aos Estados Unidos e três meses mais tarde foi designado para o 25º Regimento de Infantaria, em Fort Huachuca, no Arizona, onde serviu, sucessivamente, como comandante de companhia e oficial de operações do Regimento.

Em novembro de 1940, o General Sink foi designado para o 501º Batalhão de Para-quedistas, em Fort Benning, na Georgia, e em abril de 1941 foi nomeado comandante do batalhão do 503º Regimento de Infantaria de Para-quedistas. Em março de 1942, foi indicado para subcomandante desse Regimento e três meses mais tarde assumiu o comando dessa unidade.

Em julho de 1942, assumiu o comando do 506º Regimento de Infantaria de Para-quedistas, da 101ª Divisão Aeroterrestre em Fort Bragg, North Carolina. Em setembro de 1943, foi transferido para a

Europa com esse mesmo Regimento, comandando-o até o fim das hostilidades no Teatro Europeu. A 12 de agosto de 1945, o General Sink foi nomeado subcomandante da 101ª Divisão Aeroterrestre.

Em dezembro de 1945, retornou aos Estados Unidos e, no mês seguinte, assumiu o comando do Destacamento de Infantaria, da Academia Militar dos Estados Unidos. Em junho de 1946 assumiu o comando do 1802º Regimento Escola, na Academia. Entrou para a Escola Nacional de Guerra, em Washington D.C., em agosto de 1948, onde graduou-se em junho de 1949.



Major-General Robert F. Sink

Após isso, o General Sink foi transferido para o comando das Ilhas Ryukyus, do qual tornou-se chefe de estado maior em outubro de 1949. Em janeiro de 1951, foi nomeado subcomandante da 7ª Divisão de Infantaria, na Coreia.

O General Sink retornou aos Estados Unidos e em dezembro de 1951, tornou-se subcomandante da 11ª Divisão Aeroterrestre, em Fort Campbell, Kentucky, tendo, em fevereiro de 1953, assumido o comando da 7ª Divisão Blindada, em Camp Roberts na Califórnia. Em novembro de 1953, tornou-se comandante da 44ª Divisão de Infantaria em Fort Lewis, em Washington.

Em outubro de 1954, foi designado para a Junta Aeroterrestre Combinada de Fort Bragg, em North Carolina.

O General Sink é um pára-quedista, mestre de saltos, que já saltou duas vezes em combate. Ele possui o curso regular da Escola de Infantaria, de Fort Benning, na Georgia, da Escola Nacional de Guerra e do equivalente à Escola de Estado Maior das Forças Armadas.

Na Segunda Guerra Mundial, o General Sink participou das campanhas da Normandia, Rhineland, Ardennes e Europa Central. Ele tomou parte na ofensiva das Nações Unidas, e nas ações contra a intervenção dos Comunistas Chineses e contra a ofensiva da primavera dos Comunistas Chineses, no conflito coreano.

Condecorações nacionais que possui :

- Silver Star with two Oak Leaf Clusters ;
- Legion of Merit with one Oak Leaf Cluster ;
- Bronze Star Medal with one Oak Leaf Cluster ;
- Distinguished Unit Citation with one Oak Leaf Cluster ;
- American Defense Service Medal ;
- American Campaign Medal ;
- European-African-Middle Eastern Campaign Medal ;
- World War II Victory Medal ;
- Army of Occupation of Germany Medal ;
- Combat Infantry Badge ;
- Army Occupation of Japan Medal ;
- Korean Service Medal.

Condecorações de governos aliados :

- Croix de Guerre avec Palme (Belgium) ;
- Belgian Fourragere ;
- Netherlands Orange Lanvard ;
- L'Orde de Leopold, Grande de Officers, avec Palme ;
- French Croix de Guerre avec Palme ;
- Distinguished Service Order (British) ;
- Bronze Lion Decree of the Netherlands Government.

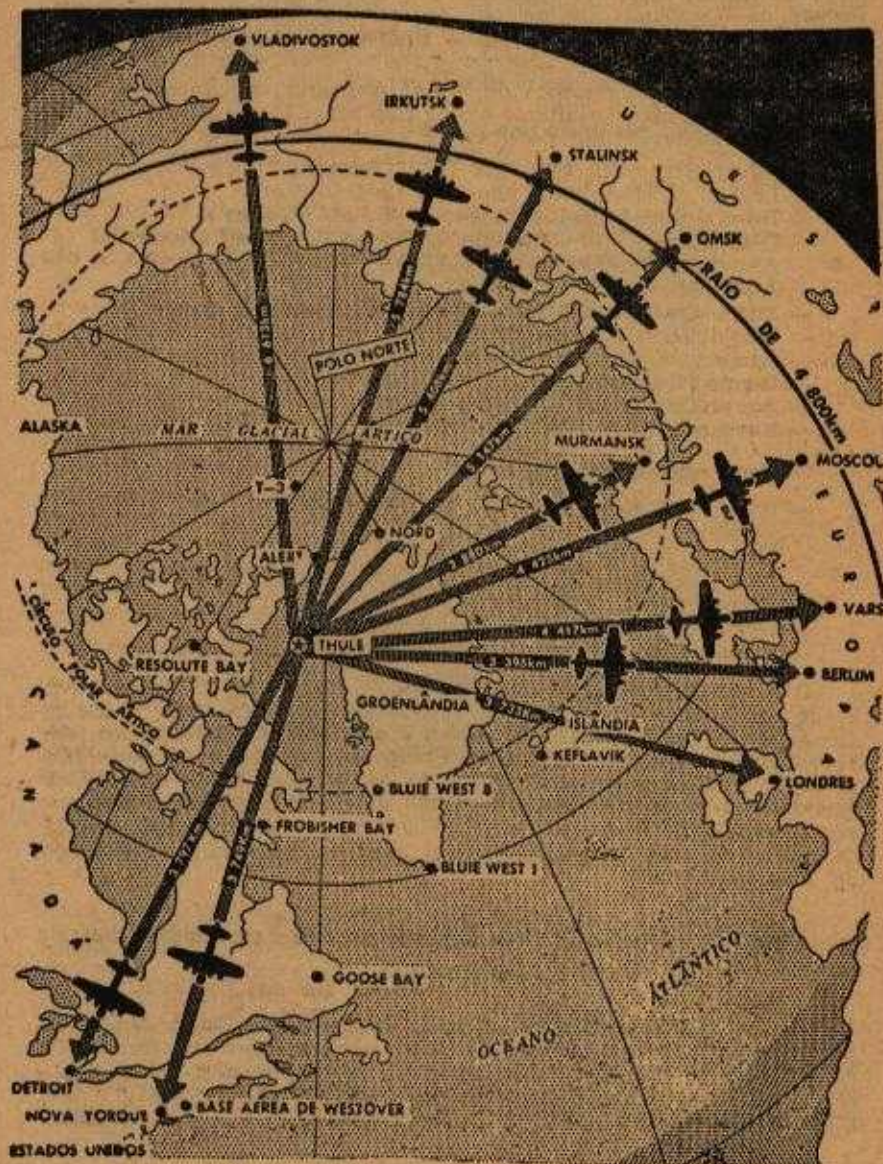
O Major-General Sink foi promovido ao posto de 1º Tenente em 31 de agosto de 1933; a Capitão em 14 de junho de 1937; a Major (temporário), em 31 de janeiro de 1941; a Ten.-Cel. (temporário), em 1 de fevereiro de 1942; a Coronel (temporário), em 3 de novembro de 1942; a Major (permanente), em 14 de junho de 1944; a Ten.-Cel. (permanente), em 1 de julho de 1948; a Brigadeiro-General (temporário), em 13 de fevereiro de 1951; a Coronel (permanente), em 23 de março de 1951; a Major-General (temporário), em 19 de março de 1953.

Condecoração de Oficiais do Exército dos Estados Unidos da América

Em solenidade realizada no salão de honra do Estado-Maior do Exército, a 17 de maio, receberam as condecorações da Ordem do Mérito Militar, com que foram recentemente agraciados pelo Exmo. Sr. Presidente da República, o Major Theodore N. Benson e o Capitão Wylie S. Ayres, ambos do Exército dos EE.UU. da América.

Apresentação de Adido Militar

Apresentou-se no dia 14 de maio ao Ministro da Guerra e ao Chefe do Estado-Maior do Exército, o Tenente-Coronel Anibal Clavel, acompanhado do Adido Militar Adjunto Tenente-Coronel Geraldino Godoy, do Exército Paraguaio, por ter assumido as funções de adido Militar junto à Embaixada do Paraguai nesta Capital.



A base de Thule na Groenlândia, considerada um ponto chave do Ártico e uma das portas do mundo

Preparada para lutar em qualquer parte do mundo

A atualidade da aviação lanque — Declarações do General Weyland

"Os estoques americanos de armas nucleares compreendem agora uma gama de armas permitindo atacar com precisão e o máximo de eficácia todas as variedades possíveis de objetivos militares" — declarou o General Weyland, comandante-chefe das forças aéreas táticas americanas, em entrevista à imprensa.

O General Weyland acrescentou que se aproxima o dia em que, para os Estados Unidos, "será perfeitamente possível uma aviação tática capaz de cumprir não importa que operação em tempo de guerra, e não importa em que parte do mundo".

— "Um agressor não pode doravante passar ao ataque em uma região longínqua, sem se chocar com forte resistência aérea" prosseguiu dizendo o General Weyland, que citou como exemplo as "performances" realizadas pelos aparelhos da aviação tática americana, dos quais um certo tipo, precisou o General, pode lançar uma arma nuclear acima de um objetivo situado a 1.200 quilômetros de sua base. Com o reabastecimento em voo, esse raio de ação pode ser aumentado para enfrentar não importa que situação".

O General Weyland interrogado sobre as "performances" do caça-bombardeiro soviético "Ilyushin-28", o qual, segundo certos críticos americanos, ultrapassaria seu homólogo americano, respondeu que esse aparelho correspondia aproximadamente ao B-45 americano, "aparelho cujo modelo tende a se tornar obsoleto".

Provável o uso de armas atômicas no caso de grave situação militar

O Secretário de Estado, Sr. John Foster Dulles, advertiu, aos possíveis agressores, que os Estados Unidos provavelmente se utilizarão de pequenas armas atômicas no campo de batalha, se este país se vir envolvido numa grave ação militar, em qualquer parte do mundo.

Superioridade militar do Ocidente

O General Matthews B. Ridgway, Chefe do Estado-Maior do Exército, declarou que é um erro pensar que os países comunistas superam o Ocidente em poderio militar.

Em discurso pronunciado por motivo do "Dia das Forças Armadas", disse o General Ridgway que "embora seja grande o poderio militar do Kremlin, o mesmo não é de tais proporções que não possamos enfrentá-lo com êxito se nos atacar".

Acrescentou Ridgway que os países ocidentais contam com o dobro de homens aptos para empunhar armas do que o bloco comunista, e lembrou que "a capacidade militar não se mede apenas em números, mas também em eficiência".

Arma anticarro

O novo canhão anticarro sem recuo de 106mm, destinado aos Btl. Inf., pesa menos de 227 kg com o reparo e acessórios. A nova arma aumenta muito a eficiência da tropa contra as viaturas blindadas, pois dispõe do dobro do poder de penetração e mais do dobro do alcance

eficaz das armas anticarro anteriormente à disposição dos infantes. Trata-se de uma arma móvel, montada sobre uma viatura de 1/4 t, da qual pode ser retirada para atirar de uma posição no solo. Em menos de um minuto pode ser retirada ou montada na viatura.

A necessidade de um telémetro ótico, pesado e frágil, foi eliminada, mediante o emprêgo de um fuzil .50 que é montado sobre a arma e que realiza os tiros de regulação. O novo método de controle de tiro permitirá que os elementos de sua guarnição apontem o canhão e abram fogo num prazo mínimo, aumentando grandemente a probabilidade de atingir o alvo no primeiro disparo.

(Da Military Review)



Fatores econômicos e militares que evidenciam o extraordinária importância do Mediterrâneo e do Oriente Médio

CASA SÃO JORGE DE

EDUARDO DE SOUSA MARTINS

Fogos e Imagens : Fábricas Próprias — Seções Completas : Armas, munições, material de caça, artigos religiosos, todos os produtos para Lei de Umbanda e Tipografia

Avenida Rio-Petrópolis, 1595/1599 — Duque de Caxias — Estado do Rio
(Em frente ao Jardim Municipal)

"A DEFESA NACIONAL" recomenda a seus leitores, pela excelência dos seus produtos que podem oferecer e pela aprimorada organização com que se apresentam, além das anunciadas noutros locais desta Revista, mais as seguintes Casas ou Firmsas :

COMPANHIA FARMACÉUTICA BRASILEIRA — Vicente Amato Sobrinho — Matriz : São Paulo — Filial : Rua Senador Dantas n. 48 — Rio de Janeiro — Telefones 42-0335, 42-1316.

ALBERTO GUEDES DA SILVA — Fábrica de pratarias — Artefatos de jacarandá com aplicações em prata — Rua Professora Ester de Melo, 78 — Benfica — Tel. 48-3156 — End. Teleg. "Praguedes" — Rio — Patente de Registro 108.446 — Importação — Exportação.

CASA SANTO ANTONIO — Cardoso, Matos & Cia. Ltda. — Rua Dr. Oliveira Botelho, 1700 — Tel. 5961 (Em frente à Estação da Maricá) — Neves — São Gonçalo — E. do Rio — Filial : Rua Conceição 183 — Niterói — Estado do Rio.

IMPORTADORA DE FERRAGENS S.A. — Caminhões e Ônibus "GMC", Automóveis "OPEL" — Peças e acessórios — ampla Oficina, Pôsto de Lavagem, na Filial do Rio de Janeiro — Rua São Luiz de Gonzaga, 527 — Distrito Federal.

BORUP & CIA. — Fábrica de Rôlhas Metálicas — Rua José Bonifácio, 694-708 — Rio de Janeiro.

CIA. HARKSON INDUSTRIAL E COMÉRCIO KIBON — Rua Visconde Niterói, 1.384 — Telefone 48-6262 — Rio de Janeiro.

ORGANIZAÇÃO TUDAUTO S.A. "MERCEDES BENZ" — Av. Presidente Wilson, 210-7º And. — Rio de Janeiro.

CORRETOR DE FUNDOS PÚBLICOS — IRMAOS LIPS DA CRUZ — Rua da Candelária, 9-4º, S/401 a 403 — Telefone 23-1711 — Endereço Telegráfico "Gelips e Stock".

BANCO DO COMÉRCIO S.A. — O mais antigo da Praça do Rio de Janeiro — Fundado em 1875 — Rua do Ouvidor, 93-95 — Caixa Postal, 653 — End. Teleg. "Bancoclo" — Telefone 43-8966.

CERVEJARIA MAURIN — Rua Barão Iguatemi, 405 — Tel. 28-2706 — Rio de Janeiro.

CHINDLER, ADLER & CIA. "CHEVROLET" — Filial de Copacabana : Automóveis, Acessórios e Oficinas — Av. Princesa Isabel, 88 — Telefones 37-3147 e 37-2135 — Rio de Janeiro.

EMPRESA COMERCIAL IMPORTADORA LTDA. — Rua Araujo Pôrto Alegre, 70-8º Sala 806 — End. Teleg. "Ecil" — Telefones 42-9460 e 42-9649 — Rio de Janeiro.

FABRICA DE TECIDOS CONFIANÇA — Rua Artidoro Costa, 67 — Telefone 38-4440 — Rio de Janeiro.

ATOS OFICIAIS

Leis, Decretos e Avisos de interesse geral do Ministério da Guerra,
publicados no mês de junho de 1955

DECRETO DE 21 DE MARÇO DE 1955

O Presidente da República, resolve,

Agraciar :

Na qualidade de Grão Mestre da Ordem do Mérito Militar, agraciar a Bandeira Nacional do 1º Batalhão de Engenharia (Batalhão Vilagran Cabrita), com as insígnias dessa Ordem.

DECRETO N. 37.159, DE 13 DE ABRIL DE 1955

Aprova o Regimento da Divisão do Pessoal Civil (D.P.C.) do Ministério da Guerra

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n. I, da Constituição, decreta :

Art. 1º. Fica aprovado o Regimento da Divisão do Pessoal Civil (D.P.C.) do Ministério da Guerra, o qual com este baixa, assinado pelo respectivo Ministro de Estado.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 1955; 134º da Independência e 67º da República.

João Café Filho.
Henrique Lott.

AVISO N. 267-D4, DE 1 DE ABRIL DE 1955

Considerando que a indústria nacional já se acha habilitada a aten-

der as necessidades internas no que se refere a armas de caça, de um e dois canos, lisos ;

Considerando que a situação por que atravessa o País recomenda se envidar os maiores esforços para evitar a evasão de divisas ;

Considerando o disposto no artigo 168, do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 1.246, de 11 de dezembro de 1936,

Recomendo ao DTP e SFIDT regionais, a partir desta data, não mais aceitar novos pedidos de importação de armas de caça, de um ou dois canos, lisos, de que haja fabricação nacional, devidamente registrada, cuja importação fica doravante proibida.

AVISO N. 290, EM 11 DE ABRIL DE 1955

Considerando que o R/114, artigo 98, por uma das condições de matrícula no 1º ano das Escolas Preparatórias, especifica para os civis a idade máxima de 18 anos incompletos e para os militares concede dois anos de tolerância ;

Considerando que atualmente, e com insistência, tem chegado ao meu conhecimento haver jovens aproveitáveis cuja idade já lhes não permite sejam matriculados no 1º ano das Escolas Preparatórias, mas que gozariam da tolerância de mais dois anos, em sendo militares ;

Considerando que normalmente os convocados para incorporação em qualquer ano concorrem à seleção do contingente entre setembro e dezembro do ano anterior ;

Considerando haver conveniência de aproveitar o maior número possível de valores reais para o concurso de admissão àqueles educandários militares;

Considerando que tal medida não trás prejuízo a quem quer que seja, nem contraria leis ou regulamentos, mas, ao contrário, amplia a possibilidade de recrutar maior número de candidatos;

Considerando que a Nota n. 135-D3/C, de 29 de outubro de 1954, concebida visando ao recrutamento de maior número de valores reais para os quadros futuros do oficialato, trouxe, entretanto, certo embaraço ao Serviço Militar, pelo que urge revogá-la, refundindo-a, para mais bem servir.

Resolve, de acôrdo com o art. 59, da Lei do Ensino Militar e o artigo 126, do R/114:

1) Tornar sem efeito a Nota número 135-D3/C, de 29 de outubro de 1954, ao E. M. E., que, nesta data, é substituída inteiramente por este Aviso;

2) Daqui por diante, permite-se inscrição ao concurso das Escolas Preparatórias aos convocados que desejam beneficiar-se da tolerância de idade concedida aos militares para matrícula nas Escolas Preparatórias;

3) Ao terminar a seleção, os candidatos que desejarem matrícula nas Escolas Preparatórias farão prova de estarem inscritos para o concurso de admissão àqueles Estabelecimentos;

4) Os candidatos do n. 3, acima, serão designados para incorporação no grupamento "B" — junho. Se aprovados no concurso de admissão, e houver suficientes vagas, logo terão matrícula nas Escolas Preparatórias; se reprovados nos exames intelectual ou médico, serão incorporados às fileiras com o grupamento "B" — junho;

5) Caso sejam aprovados e não consigam matrícula, por excederem o limite de vagas, igualmente serão incorporados às fileiras com o grupamento "B" — junho, mas então a validade do concurso de que trata

o Decreto n. 36.449, de 10 de novembro de 1954, não lhes permitirá gozar das outras vantagens previstas para os que já se achavam incorporados no ato da inscrição.

AVISO N. 300-D1/E, EM 16 DE ABRIL DE 1955

Insubmissos (matrícula em cursos — solução de consulta)

1. Consulta o Comandante do 18º Regimento de Infantaria se:

a) podem os insubmissos ser matriculados nos diversos cursos de formação e de aplicação que funcionam nos Corpos de Tropa e serem indicados para cursos de âmbito regional, tais como: armeiro, seleiro-correio e outros;

b) terminado o curso, se, absolvidos pelos Conselhos de Justiça dos Corpos de Tropa, poderão ser promovidos, ou terão de aguardar transitarem as sentenças em julgado;

c) caso não possam ser promovidos antes que as sentenças transitem em julgado e se forem elas confirmadas, deverão os insubmissos ser promovidos em ressarcimento de preterição e, como consequência, receberem os atrasados;

d) as vagas decorrentes da não promoção dos insubmissos deverão ser preenchidas por outros candidatos ou ficarão aguardando que aqueles estejam em condições de serem promovidos.

2. De acôrdo com o Parecer do Estado-Maior do Exército, declaro que:

a) Nada impede a matrícula de insubmissos em cursos, ainda que regionais, desde que funcionem nas Unidades; devem, porém, as matrículas ser anuladas caso sejam eles condenados.

b) Os insubmissos, já julgados que concluírem os cursos, somente poderão ser promovidos depois de as respectivas sentenças passarem em julgado, pois, somente nessa ocasião, deixam de estar *sub-judice*, e portanto, em condições de concorrerem às promoções.

c) Ressarcir é indenizar, compensar, e só tem direito a indenização ou compensação quem, possuindo todas as condições, deixou de receber o que lhe competia, por culpa de quem estava habilitado para contemplá-lo. No caso, falta aos insubmissos uma condição legal; logo não lhes cabe a promoção em ressarcimento de uma preterição que não houve.

d) Se houver candidatos habilitados que satisfaçam a todas as con-

dições, as vagas deverão ser preenchidas imediatamente por eles; caso contrário, se não houverem sido preenchidas por outros, até que passe em julgado a sentença absolutória dos insubmissos, podem ser preenchidas, por estes, mas sem direito a qualquer vantagem atrasada (vencimentos, antiguidade, etc...), porque só a confirmação da sentença lhes deu direito ao acesso —
(a) Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott, Ministro da Guerra.



..... "CASA JOTTA" ONDE SUA ASSINATURA VALE DINHEIRO.

CONCEDEMOS CRÉDITO A TODOS MILITARES COM APENAS A APRESENTAÇÃO DA CARTEIRA DE IDENTIDADE.

TUDO EM 10, 15 E 20 PRESTAÇÕES:

Máquinas de costura, Fotográficas, Lavar roupa, Liquidificadores, Móveis, Toca-discos, Bicycletas, Ventiladores, Televisões, Geladeiras, Enceradeiras, Chuveiros, Bombas, Ferros elétricos, Panelas de pressão, Baterias de alumínio, Faguetiros wolff, Fogões, Canetas, Aspirador de pó, Tecidos de malhas, Maillots, Gravatas, Lingerie, Artigos de lã, Brinquedos, etc.

N.B. — Escreva ou telefone para a "CASA JOTTA", pedindo a presença de um ventilador.

Avenida Marechal Floriano, 38-B — Telefone 43-333

COLABORAM NESTE NÚMERO:

Dr. Gustavo Barroso.
Dr. Peregrino Junior.
Dr. Rui Gomes de Almeida.
Maj. Gen. James M. Gavin.
Gen. Estevão Leitão de Carvalho.
Gen. Rafael Danton G. Teixeira.
Gen. Silveira de Mello.
Cel. Annibal Barreto.
Cel. Aguinaldo Dias Uruguay.
Cel. Waldemiro Pimentel.
Ten.-Cel. R. J. Arpurt.
Ten.-Cel. Antonio Hamilton Mourão.
Ten.-Cel. Zair de Figueiredo Moreira.
Cap. Egon de Oliveira Bastos.



EX-LIBRIS

* permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte

Cr\$ 15,00

S. G. M. G.
IMPrensa MILITAR
Rio de Janeiro — 1933